

Tanize Costa

Abolicionismo em Ação

O jornal Vinte e Cinco de Março em
Campos dos Goytacazes (1884-1888)

Campos dos Goytacazes



Essentia
EDITORA

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C837a Costa, Tanize.
Abolicionismo em ação: o jornal Vinte e Cinco de Março em Campos dos Goytacazes (1884-1888). – Campos dos Goytacazes, RJ: Essentia, 2015.
221 p.: il.
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-99968-46-8 (Broch.)
1. Movimentos escravagistas - Campos dos Goytacazes (RJ). 2. Abolicionistas (RJ). 3. Brasil - História - Abolição da escravidão, 1888. 4. Escravos - Emancipação - Brasil. I. Título. II. Vinte e Cinco de Março (Jornal).
CDD 326.8 23.ed.

Bibliotecário-Documentalista
Henrique Barreiros Alves | CRB-7 / 6326

Essentia Editora
Rua Coronel Walter Kramer, 357
Parque Santo Antônio | Campos dos Goytacazes/RJ
CEP 28080-565 | Tel.: (22) 2737 5648
essentia@ifff.edu.br | www.essentiaeditora.ifff.edu.br

Tiragem: 500 exemplares
Impressão: Globalprint Editora Gráfica LTDA - ME.
Tel.: (31) 3198 1100

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense

Reitor
Pró-Reitor de Administração
Pró-Reitor de Desenvolvimento da Convivência Humana
Pró-Reitora de Ensino
Pró-Reitora de Extensão e Cultura
Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação

Luiz Augusto Caldas Pereira
Guilherme Batista Gomes
Maycon Pires Rodrigues
Ana Lúcia Mussi de Carvalho Campinho
Paula Aparecida Martins Borges Bastos
José Augusto Ferreira da Silva

Conselho Editorial 2010/2014

Desiely Silva Gusmão Taouil
Edinalda Maria Almeida da Silva
Helvia Pereira Pinto Bastos
Inez Barcellos de Andrade
Jefferson Manhães de Azevedo
Luiz de Pinedo Quinto Junior
Maria Amelia Ayd Corrêa
Maria Inês Paes Ferreira
Pedro de Azevedo Castelo Branco
Regina Coeli Martins Aquino
Rogério Atem de Carvalho
Romeu e Silva Neto
Said Sérgio Martins Auatt
Salvador Tavares
Sergio Vasconcellos Martins
Silvia Lúcia dos Santos Barreto
Synthio Vieira de Almeida
Vania Cristina Alexandrino Bernardo
Vicente de Paulo Santos Oliveira
Wander Gomes Ney

Conselho Editorial 2015

Cláudia Marcia Alves Ferreira
Desiely Silva Gusmão Taouil
Edinalda Maria Almeida da Silva
Edson Carlos Nascimento
Helvia Pereira Pinto Bastos
Inez Barcellos de Andrade
Jefferson Manhães de Azevedo
José Augusto Ferreira da Silva
Judith Maria Daniel de Araújo
Kissila da Conceição Ribeiro
Luciano Rezende Moreira
Luiz de Pinedo Quinto Junior
Marcos Antônio Cruz Moreira
Maria Amelia Ayd Corrêa
Maria Inês Paes Ferreira
Paula Aparecida Martins Borges Bastos
Pedro de Azevedo Castelo Branco
Roberto Moll Neto
Vicente de Paulo Santos Oliveira
Wander Gomes Ney

Conselho Consultivo

Adalberto Cardoso (IESP/UERJ)
Antonio Carlos Secchin (UFRJ)
Antonio José da Silva Neto (UERJ)
Asterio Kiyoshi Tanaka (UNIRIO e UFRJ)
Erica Maria Pellegrini Caramaschi (UFRJ)
Fernando Benedicto Mainier (UFF)
Fernando Pruski (UFV)
Francisco de Assis Esteves (UFRJ)
Gaudêncio Frigotto (UFF)
Hamilton Jorge de Azevedo (UFRRJ)
Helder Gomes Costa (UFF)
Iná Elias de Castro (UFRJ)
Jader Lugon Junior (IFF/UERJ/SENAI)
Janete Bolite Frant (PUC/SP)
José Abdallah Helayel-Neto (CBPF/MCT)
Rodrigo Valente Serra (ANP)
Ronaldo Pinheiro da Rocha Paranhos (UENF)
Sérgio Arruda de Moura (UENF)
Vera Lucia Marques da Silva (FBPN)
Virgínia Maria Gomes de Mattos Fontes (UFF)

Equipe Editorial

Revisão de língua portuguesa
Revisão técnica e Catalogação
Capa
Projeto Gráfico
Diagramação

Denise Rena Haddad
Henrique Barreiros Alves
Mariana de Almeida Reis
Mariana de Almeida Reis
Cláudia Marcia Alves Ferreira
Lázaro Augusto Alecrim
Cláudia Marcia Alves Ferreira

Imagem de capa

Montagem realizada a partir de jornais originais cedidos pela autora

Sumário

Introdução

página 7

Capítulo 1

Ideias e ações no interior da província: o jornal *Vinte e Cinco de Março* em Campos dos Goytacazes

página 13

1.1 Para além da fonte: o jornal como agente histórico

página 15

1.1.1 Ser imprensa no Brasil oitocentista

página 18

1.2 Campos dos Goytacazes, muito mais do que a capital do açúcar

página 28

1.2.1 Luiz Carlos de Lacerda

página 44

1.3 O *Vinte e Cinco de Março* em pauta

página 50

1.3.1 Entre anúncios, notícias e folhetins

página 63

Referências

página 69

Capítulo 2

O *Vinte e Cinco de Março* como discurso: argumentações, estratégias e idealizações

2.1 Por que abolir a escravidão?

página 77

2.2 Desconstruindo o discurso senhorial

página 96

2.3 Os projetos de liberdade e a abolição que não foi

página 127

Referências

página 140

Capítulo 3

Da utopia à luta: a ação abolicionista em Campos

3.1 1884: a abolição como anseio nacional

página 145

3.2 A resposta senhorial em 1885 e 1886

3.2.1 Lei Saraiva-Cotegipe e o Regulamento Negro

página 151

3.2.2 Os primeiros atentados em Campos

página 161

3.3 O violento embate entre abolicionistas e escravistas em 1887

3.3.1 Lei de Açóites e o exemplo de São Paulo

página 167

3.3.2 Os atentados se intensificam

página 173

3.3.3 As matrículas irregulares e a (quase) libertação de Campos

página 181

3.4 A vitória abolicionista em 1888

3.4.1 O Partido Abolicionista

página 189

3.4.2 Lei Áurea e a memória abolicionista

página 194

Referências

página 200

Conclusão

página 203

Referências

I - Fontes Primárias

página 211

II - Livros e Artigos

página 212

“A escravidão só tem passado; o futuro para a liberdade.”
(*Vinte e Cinco de Março*, 14 de Setembro de 1884).

Introdução

Durante o século XIX, o Brasil passou por transformações que marcaram para sempre sua história. Ocorreram nesse período a Independência, o estabelecimento da monarquia (única nas Américas), a Guerra do Paraguai, o crescimento exponencial da produção de café (e uma série de transformações decorrentes dessa atividade), o movimento abolicionista, a proclamação da República... Neste livro abordamos o desenvolvimento do movimento abolicionista em Campos, durante a última década da escravidão no Brasil: 1880.

Há 130 anos nascia na cidade de Campos dos Goytacazes o jornal e órgão abolicionista *Vinte e Cinco de Março*. Criado por Luiz Carlos de Lacerda, o referido jornal levou a essa cidade uma nova forma de enfrentar a realidade da escravidão, bastante diferente das já conhecidas nas sociedades e associações emancipadoras. Com tal periódico, Lacerda e seus companheiros tornaram o movimento abolicionista, em Campos, vigoroso, ousado, resistente, inteligente e eficaz. Pois se desde a segunda metade do século XIX a cidade assistia ao florescimento de movimentos em prol das alforrias, a luta, agora, era pela libertação total, imediata e sem indenizações.

Este livro é escrito a partir da minha dissertação de mestrado, que seguiu critérios de pesquisa bastante específicos. Aqui buscamos tornar esses critérios e questões metodológicas menos evidentes e enfadonhos. Contudo, muitas das características acadêmicas deste texto precisam ser mantidas. Como várias das informações que estão neste livro foram acumuladas a partir de leituras de pesquisas de outros historiadores, as referências aos autores sobre quem nos apoiamos são muito importantes. Para que a leitura não seja interrompida constantemente por citações, optamos por mencionar apenas os autores principais em que nos apoiamos. A maior parte dessas referências encontra-se exposta entre parênteses, outras, em notas de rodapé. Quanto às fontes primárias (os jornais) só as mencionamos nas citações diretas, ou seja, quando as transcrevemos literalmente do jornal.

Também não podemos deixar de mencionar que, ao mergulharmos na pesquisa sobre esse movimento abolicionista, as questões que nos guiaram foram motivadas pelas pesquisas historiográficas já realizadas sobre o abolicionismo no Brasil. A pesquisa propriamente apoia-se em algumas das questões propostas por outras pesquisas. A partir dessas leituras buscamos conhecer a história desse movimento mediante a análise de seu discurso expresso no jornal: suas estratégias argumentativas, os métodos usados para alcançar a abolição e o significado efetivo da abolição para o jornal. A abolição era mais que a libertação da escravidão, ela incluía reformas sociais que permitiriam a inserção política, social e econômica dos escravos na sociedade brasileira. Por isso também analisamos as propostas de reformas desses abolicionistas para o Brasil pós-abolição. Buscamos também retrazar a relação que a população cidadina estabeleceu com os escravos e com os abolicionistas da corte. Entendemos a formação do *Vinte e Cinco de Março* a partir de sua especificidade: o fato de ter surgido e vigorado, longamente, numa cidade do interior, marcada pelo poder político e econômico dos barões do açúcar. Nesse contexto, analisamos como se deu a discussão sobre a transição do trabalho escravo para o livre em Campos, examinamos a importância do jornal para a realidade da cidade e a relevância da própria cidade para a atuação do jornal.

O livro é dividido em três capítulos que, em linhas gerais, tratam da relação entre o jornal e a cidade de Campos, dos argumentos apresentados no jornal e dos métodos implementados por esses abolicionistas. Nesse sentido, no **primeiro capítulo** discute-se a parte mais metodológica do livro. Falamos da especificidade de se trabalhar com a imprensa como fonte e discutimos a importância da imprensa abolicionista para o processo de desestruturação do escravismo no Brasil. Em um segundo momento, analisamos a cidade de Campos na segunda metade do século XIX, sua relevância enquanto centro produtor de cana-de-açúcar, seu desenvolvimento urbano e a sua proximidade com a corte. Por último, ainda nesse capítulo, discutimos os aspectos contextuais do *Vinte e Cinco de Março*, sua estrutura física, sua divisão interna, seu proprietário, sua importância na cidade e no movimento abolicionista como um todo. Para trabalhar a imprensa como ator político em Campos dos Goytacazes no pré-abolição, foi importante incorporar a discussão bibliográfica sobre o uso da imprensa como fonte histórica. Essa discussão bibliográfica, embora massiva, permite melhor compreensão do periódico

abolicionista como um agente histórico, na medida em que parece existir uma relação direta entre vida associativa, publicação de periódicos e crescimento do debate político no século XIX (SANTOS, 2011). Procuramos, por meio de uma descrição densa, analisar a dimensão social do jornal para a cidade de Campos, relacionando as próprias características da cidade com o periódico.

Logo em seguida, no **segundo capítulo**, buscamos entender os discursos que o jornal utilizou e que garantiram uma luta incansável em prol do abolicionismo. Nesse momento, analisamos os temas discutidos pela historiografia sobre a abolição e o abolicionismo à luz do periódico *Vinte e Cinco de Março*. Observamos os argumentos que o jornal ofereceu para a abolição, entre os quais se destacaram aqueles baseados na legalidade da abolição, em contraposição à visão historiográfica de que abolicionistas buscavam apenas uma solução para o problema da mão de obra, almejando o progresso. Outro ponto relevante nesse capítulo é o fato de que esses abolicionistas apresentavam-se como representantes de um anseio popular, enquanto afirmavam estarem os agricultores escravocratas isolados como defensores da escravidão.

Ademais, foi examinado o tipo de abolição que defendiam os autores do *Vinte e Cinco de Março*, seu posicionamento quanto à participação dos escravos, se a escravidão deveria ser combatida com ou sem a resistência violenta e a diferenciação que faziam entre abolicionismo e emancipacionismo. Nessa discussão destacou-se a abolição ocorrida no Ceará, que serviu de exemplo para o movimento abolicionista, pela forma como conduziram a libertação provincial. Baseados nesse modelo, podemos identificar que esses abolicionistas usaram como estratégia desconstruir o discurso senhorial por meio das críticas à sua lógica e à sua capacidade de pressão política para que a abolição fosse feita através de leis emancipadoras, criticando, por isso, o uso privado dos órgãos públicos. Mas, além da prática argumentativa, a análise do jornal permitiu estudar a própria ação desses abolicionistas. Tal procedimento foi possível porque entendemos o periódico abolicionista como um agente social e, assim, buscamos compreender os meios usados para influenciar a opinião pública através da sua argumentação e dos relatos detalhados das violências praticadas contra escravizados, sua relação com a população e, em especial, com os escravos.

Por último, foram analisados os projetos desses abolicionistas para o

pós-abolição, a maneira idealizada por eles, segundo a qual a transição do trabalho escravo para o livre deveria ser coordenada e aquilo que deveria ser feito para e pelos libertos. E, nesse sentido, trabalhamos a postura do jornal frente às propostas de leis para o controle do trabalho e da liberdade de ir e vir dos alforriados, momento em que foi importante refletir sobre o posicionamento do periódico em relação à imigração e ao papel que atribuíam ao nacional livre nesse novo contexto.

Por fim, no **terceiro capítulo**, o jornal *Vinte e Cinco de Março* foi analisado a partir dos marcos temporais do movimento abolicionista nacional e de Campos. Estivemos atentos aos momentos de corte do jornal, suas mudanças de argumentação e de modo de ação, fossem eles motivados por eventos ocorridos na cidade ou em qualquer outro local do país. Nesse sentido, partimos da própria abolição da província do Ceará, marco fundador do movimento abolicionista em Campos, partimos da relação entre as mudanças, os acontecimentos e as discussões políticas relativas à abolição que estavam ocorrendo na cidade e país. Demos destaque aos marcos históricos como o governo Dantas, a Lei Saraiva-Cotegipe, os atentados que ocorriam na cidade de Campos, até as mudanças nas estratégias abolicionistas em outras cidades e províncias.

Esse capítulo foi dividido em quatro subitens nos quais se analisou, primeiro, no ano de 1884, o surgimento de um novo modelo de luta pela libertação nacional: a decisão por uma abolição imediata e sem indenizações. No segundo ponto, entre os anos de 1885 e 1886, analisamos a resposta dos escravistas a esse movimento abolicionista, as estratégias nacionais e locais elaboradas para contê-lo. Como a abolição se tornara uma realidade, o embate entre escravistas e abolicionistas, a partir do ano de 1887, foi mais aberto e violento, contando com a participação efetiva dos escravos. Nessa disputa, ambos lutavam pela imposição do seu modelo de condução da libertação, sendo esse o ponto final que definiu a vitória abolicionista. Por fim, no subitem quatro, pensamos o ano de 1888, a concretização de parte da vitória abolicionista, com a feitura da Lei Áurea, a abolição a partir do modo como havia sido idealizada, sem as reformas, que queriam implementadas, para além da libertação. Cientes de que essa foi uma divisão arbitrária, ressaltamos sua necessidade para melhor compreensão da luta entre abolicionistas e escravistas (tornados emancipacionistas) pela imposição do seu modelo de conduzir a questão do trabalho no país, nos anos finais da escravidão negra brasileira.

Feita a apresentação do texto, convido o leitor a continuar a lê-lo, percorrendo as lutas e os caminhos travados e traçados pelos abolicionistas em Campos em busca de seu ideal, pela concretização do anseio nacional da libertação do trabalho cativo. Embora saiba que as referências bibliográficas tornam a leitura menos fluida, elas fazem parte da honestidade acadêmica. Agora é só buscarmos nos concentrar na luta feroz desses abolicionistas, na contribuição importante da sociedade urbana e na atitude destemida dos cativos para vermos como esses indivíduos conseguiram fazer a abolição da escravatura em Campos antes mesmo da Lei Áurea.

Capítulo 1

Ideias e ações no interior da província: o jornal *Vinte e Cinco de Março* em Campos dos Goytacazes

Um movimento abolicionista mais vigoroso surgiu em maio e junho na cidade de Campos, na região produtora de açúcar na parte leste da província do Rio de Janeiro. Sua mais importante força era um novo jornal abolicionista, o *Vinte e Cinco de Março*, que apareceu pela primeira vez em 1.º de maio. De propriedade de Carlos de Lacerda, um inimigo radical da escravatura, que também era o seu diretor, este novo jornal insinuou no seu primeiro número que os abolicionistas de Campos usariam métodos violentos, se isso fosse necessário, para servirem a sua causa.

Em meados de junho, o Club Abolicionista Carlos de Lacerda já estava libertando as principais ruas de Campos, e alguns dos donos de escravos, confrontados por comissões abolicionistas, estavam aceitando preços moderados. Todavia, a comunidade agrícola como um todo reagiu fortemente a este ataque abolicionista no coração do rico delta, produtor de açúcar, do Paraíba. O Club da Lavoura de Campos armou, segundo foi alegado, “sicários disfarçados” em unidades da polícia municipal, perseguiu os abolicionistas e até ameaçou suas vidas, enquanto os jornais controlados pelos interesses agrícolas exigiam uma “revolução”. Em maio, uma multidão pró-escravatura reuniu-se ameaçadoramente diante da redação do *Vinte e Cinco de Março* – um prelúdio a sérios choques armados que viriam a verificar-se em Campos, em 1887, entre abolicionistas e seus oponentes. Até então, os abolicionistas de Campos continuariam seu trabalho, rodeados por uma região rural hostil. (CONRAD, 1978, p. 239-240)

Nessa singular descrição do jornal *Vinte e Cinco de Março*, já podemos ver diversas de suas características principais. Esse foi um jornal criado num período extremamente conturbado social e politicamente, numa cidade

do interior da província do Rio de Janeiro, por um membro das classes médias urbanas. Embora pareçam apenas contextuais, tais informações são muito significativas se pensadas de forma imbricada e relacional. É o que iremos fazer neste livro. Partimos da ideia de que a fundação de tal jornal é um ato político que, assim como outros periódicos do século XIX, objetivava influenciar a condução das ações políticas e sociais de temas em evidência da época. Não esquecendo que o *Vinte e Cinco de Março* é um jornal abolicionista, nossos questionamentos começam aqui: o que significava ser imprensa abolicionista, em Campos, durante os anos mais significativos do movimento abolicionista da década de 1880?

Carlos de Lacerda fundou o periódico exatamente na cidade de Campos, cidade extremamente marcada pelo poder dos senhores escravocratas, pois sua área urbana dependia da área rural — muito importante econômica e socialmente no centro-sul do Império — e com ela convivia de perto. Em termos de temporalidade, a década de 1880 foi o período em que o movimento abolicionista cresceu significativamente por todo o território brasileiro e, com ele, uma imprensa que defendia a sua causa. A escolha de estudar o abolicionismo a partir, principalmente, do seu periódico não é, portanto, em nada aleatória. Essa opção nos permite tanto analisar o discurso produzido para argumentar pela abolição, como vislumbrar o modo de ação desses abolicionistas, sua interação com os cativos e com a população. O jornal é uma fonte privilegiada para se compreender o próprio desenvolvimento do movimento abolicionista, porque ajuda a restabelecer as relações que existiram entre os movimentos da “vida associativa”, a imprensa e a própria dinâmica da vida política (SANTOS, 2011).

Mas ao fazer um estudo historiográfico baseado nas fontes periódicas também vêm à tona questões específicas. Por exemplo, temos de abordar a questão da circulação das notícias, a abrangência social do jornal, o custo da produção e da compra dos periódicos, quem era o público-alvo dos jornais trabalhados, quem escrevia nesses jornais e com qual objetivo. E, como estamos lidando com o século XIX, não podemos ignorar a precariedade dos meios de comunicação do período. Por isso, também devemos nos perguntar sobre o intervalo de tempo entre um determinado acontecimento e sua reprodução enquanto notícia; entre ele ser noticiado na capital, por exemplo, e numa cidade do interior; além de questionar o porquê de tantos periódicos de curta duração. Por fim, é preciso também problematizar as práticas de

sociabilidade na sociedade oitocentista brasileira, além das práticas de leitura do século XIX. Embora essas sejam questões metodológicas, elas também são importantes para podermos entender como funcionava um jornal no século XIX, no Brasil e qual era a possibilidade de um jornal intervir naquela sociedade. Por isso, analisaremos essas questões na seção a seguir.

1.1 Para além da fonte: o jornal como agente histórico

Precisamos destacar que o uso do jornal como fonte historiográfica passou por transformações ao longo dos anos. Até a década de 1970, a historiografia preocupava-se mais em escrever a História da imprensa do que a História por meio da imprensa. Isso se dava porque ainda pesava sobre os jornais impressos a ideia de fragmentação, de que os textos haviam sido feitos por interesse, por serem parciais, distorcidos e subjetivos. Mas, à medida que novos problemas, novas abordagens e novos objetos surgiram para a História, a percepção que os historiadores tinham do jornal foi sendo subvertida e enriquecida. Nesse processo, foram fundamentais a renovação do marxismo, principalmente a partir da revista britânica *New Left Review*, e as várias contribuições da História Nova que, mudando de uma análise macroeconômica para uma dos sistemas culturais, mudou, por fim, a própria concepção do documento e sua crítica. (DE LUCA, 2010).

Jacques Le Goff (2003) afirma que os historiadores dos “*Annales*” foram fundamentais nesse processo, pois além da crítica dos documentos preconizada pela *École de Chartes*, passaram a fazer também uma crítica em profundidade à própria noção de documento. Essa crítica partiu da compreensão de que o documento histórico (qualquer registro de comunicação) é um monumento, quando esse documento é um acontecimento histórico. Conseqüentemente o historiador deve fazer a crítica do documento enquanto monumento. Nas palavras do autor:

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. (LE GOFF, 2003, p. 535-536)

Portanto, a própria noção de documento deve ser revista por dois motivos: primeiro porque qualquer documento é um acontecimento, ou seja, qualquer documento usado na pesquisa histórica tem que ser visto como um resultado de força e de poder na sociedade que o produziu; segundo porque a intervenção do historiador está em todos os momentos da pesquisa, incluindo o momento em que escolhe o documento que vai pesquisar, atribuindo-lhe, dessa forma, um valor de testemunho, o que depende da sua posição na sociedade da sua época e da sua organização mental. Enfim, o documento usado numa pesquisa nunca é inócuo; ele resulta de uma montagem (consciente ou inconsciente) da história, da sociedade que o produziu e também das épocas sucessivas em que sobreviveu nos arquivos. Conscientes de que o documento é monumento, resultado de um esforço para impor ao futuro (voluntariamente ou não) determinada imagem da sociedade que o produziu, e de que todo o documento é, ao mesmo tempo, verdadeiro e falso, é preciso, na pesquisa, esclarecer suas condições de produção e distribuição e mostrar em que medida o documento é instrumento de um poder, de uma autoridade.

No estudo historiográfico, a imprensa foi primeiramente vista como uma fonte privilegiada e autêntica narradora dos fatos na história *positivista*¹; depois ela passa a ser apenas reflexo superficial de ideias subordinadas estritamente a uma infraestrutura socioeconômica, nas abordagens socioeconômicas; até que a renovação da história política e cultural redimensiona a importância da imprensa, quando ela passa a ser percebida não só como fonte, mas também como agente histórico. Nesse caso, porque se percebe que a imprensa também intervém nos processos e episódios históricos. Essa nova concepção da imprensa, no entanto, implica “verificar como os meios de comunicação impressos interagem na complexidade de um contexto” (MOREL, 2003, p. 9).

Como já afirmamos, o uso dos periódicos como fonte também se deve bastante à contribuição dos historiadores marxistas, pois devido às suas preocupações com os atores ausentes nos documentos oficiais, esses historiadores buscaram novas fontes e, conseqüentemente, fizeram uso dos jornais, tendo em vista que eles não registram apenas fatos isolados, mas destacam classes e seus ideais. Como esses pesquisadores passam a destacar que nem as fontes, nem os próprios historiadores podem ser imparciais (uma vez que ambos estão inseridos na sociedade), tal pressuposto passa a conduzir a pesquisa histórica, alterando o conceito de documento (AGUIAR, 2010).

¹ Grifos e aspas no original do autor.

Há, portanto, uma relação direta entre a diversificação temática na História e a tomada da imprensa como fonte para a história na segunda metade do século XX. Afinal, a imprensa é um tipo de fonte privilegiada, pois ela permite entender o cotidiano sociocultural de uma determinada época, assim como possibilita ao pesquisador aproximar-se das práticas políticas, econômicas, sociais e até das correntes ideológicas de diferentes setores de uma dada sociedade, acompanhando sua dinâmica em sequência. Por meio da imprensa também se torna possível compreender a fala de novos atores políticos que nela encontram determinada autonomia em relação às estruturas políticas tradicionais, assim como se tem acesso a opiniões minoritárias, para as quais o jornal serve como meio de divulgação. Destaca-se que mesmo com o baixo letramento, o jornal já nasce como um meio de comunicação para muitos².

Nesse sentido, é preciso destacar que, no século XIX, além de fabricar os jornais, as tipografias eram locais de leitura e encontro, onde as notícias eram divulgadas e discutidas oralmente. Por isso, devemos vê-las como locais onde era possível a participação virtual de amplos grupos sociais. Consequentemente, o estudo dos jornais permite acessar formas de sociabilidade de grupos sociais bastante diversificados (MOREL, 2003). E, ao entender a imprensa como agente histórico, podemos vê-la como protagonista importante em certos processos históricos.

O uso da imprensa como fonte, contudo, demanda a precaução de considerá-la também como instrumento de manipulação de interesses e como meio de intervenção na vida social (CAPELATO, 1980), pois ela pode transformar simples episódios em notícias que alcançam repercussão junto aos leitores ou omitir episódios, devida ou indevidamente, de acordo com a perspectiva do interessado. O historiador Humberto Machado (1991) destaca que as matérias dos periódicos não transmitem simples notícias, mas o relato do jornalista sobre determinado evento, a partir da perspectiva desse jornalista.

² ALVES, Fábio Lopes; GUARNIERI, Ivanor Luiz. Imagens do cotidiano e temporalidades: historiografia e imprensa. In: **Revista Labirinto**, ano 7, n. 10, 2007. Disponível em: <<http://www.cei.unir.br/artigo104.html>>. Acesso em: 10 dez. 2011.

AGUIAR, Maria do Carmo Pinto Arana de. Imprensa: fonte de estudo para a construção e reconstrução da história. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA – ANPUHRs, 10., 2010, Santa Maria. **Anais eletrônicos...** Santa Maria: UFSM, 2010. Disponível em: <<http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/site/anaiscomplementares#M>>. Acesso em: 11 dez. 2011.

SANTOS, Cláudia. Imprensa. In; MOTTA, Márcia; GUIMARÃES, Elione (Orgs.). **Propriedades e Disputas: Fontes para a História do Oitocentos**. Niterói; EDUFF, 2011.

MACHADO, Humberto Fernandes. **Palavras e brados: a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro, 1880-1888**. 1991. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 1991.

Tendo consciência de que a transmissão de notícias não era a função principal dos jornais no século XIX, o historiador deve estar atento a algumas limitações que se impõem para a escrita de um periódico: os interesses econômicos, sociais, políticos e pessoais dos seus responsáveis. É preciso precaução, porém isso não impede, absolutamente, o uso da imprensa como fonte, pois as notícias, editoriais e anúncios de qualquer periódico retratam o cotidiano em que ele está inserido e exprimem perspectivas dessa realidade. Os jornais são ricas fontes de pesquisa, pois, independente dos interesses dos redatores ou da existência da censura, estão sempre envolvidos com a circulação de ideias e com a realidade cotidiana da sociedade em que estão inseridos³.

Agora que sabemos o caminho percorrido pela fonte periódica nas pesquisas históricas e as vantagens de se trabalhar com esse tipo de documento, precisamos entender como funcionava a imprensa no Brasil do século XIX, em especial porque o jornal aqui pesquisado era parte da imprensa abolicionista e publicado numa cidade do interior. Todos esses fatores são fundamentais para entender como o jornal agia naquela sociedade, ou seja, como os redatores do *Vinte e Cinco de Março* conseguiram fundá-lo e como fizeram para usá-lo para os fins da propaganda abolicionista.

1.1.1 *Ser imprensa no Brasil oitocentista*

Se o Brasil não possuía uma tradição historiográfica em história das ideias ou história intelectual, Ronaldo Vainfas (1997) nos informa que, na década de 1980, ocorreu um aumento na quantidade de trabalhos sobre ideologia, tomada de consciência, formas de pensamento, tendências intelectuais. Alguns desses trabalhos basearam-se em jornais e revistas de grande circulação, analisando ou o próprio veículo ou o conjunto da imprensa periódica em uma determinada fase, ou mesmo os editoriais de determinados jornais. Recentemente, a historiografia brasileira, que usa a imprensa como fonte, tornou-se bastante produtiva. Nesses trabalhos, a imprensa pôde constituir memória de um tempo, apresentando diferentes

³ KIELING, Camila Garcia. Imprensa na história e História na Imprensa: jornalismo e opinião no Brasil Regência. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 33., 2010, Caxias do Sul. **Anais Eletrônicos...** Caxias do Sul: [S.n.], 2010. Disponível em: <www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-1529-1.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2012.

MACHADO, Humberto Fernandes, op. cit, 1991.

SANTOS, Cláudia, op. cit, 2011.

visões de um mesmo fato e, portanto, servindo como fundamento para pensar e repensar a História.

Mesmo que a produção impressa no Brasil só tenha sido permitida após a vinda da família real e ainda que tenha sofrido com o controle, a censura, a pobreza da população e o alto índice de analfabetismo, as práticas de colecionar, fazer circular e ler livros foram muito facilitadas na segunda metade do século XIX (FERREIRA, 2005). Além disso, ocorreram muitos avanços nas formas de comunicação, durante os oitocentos, com o uso dos pacotes transatlânticos (que traziam notícias da Europa em intervalos fixos e pequenos), a implantação da linha de telégrafo, das linhas férreas e de outras tecnologias que auxiliaram na diminuição do tempo de troca de informações entre o Brasil e a Europa e dentro do próprio país (EWALD, 2006).

É importante destacar que “o surgimento da imprensa no Brasil acompanha e vincula-se a transformações nos espaços públicos, à modernização política e cultural de instituições, ao processo de independência e de construção do Estado Nacional” (MOREL, 2003, p. 7). Pode-se ver, portanto, que a imprensa e a nação brasileira nascem quase que simultaneamente. A palavra impressa circulava e ajudava a delinear identidades culturais e políticas.

Apesar das dificuldades, surgem diversos periódicos em todo o país, ocorrendo até mesmo uma euforia na produção de periódicos, muitos deles com duração bem curta. A vida efêmera de alguns periódicos deve-se ao fato de que muitos deles foram fundados com entusiasmo para defender novos ideais em episódios como a Independência e a Constituição, expressando, assim, os diversos anseios da população em momentos políticos de transição (PIRES, 2006). Cláudia Santos (2011) confirma a efemeridade dos jornais no Brasil oitocentista por meio de uma pesquisa com os periódicos do século XIX arquivados na Biblioteca Nacional. A autora diagnosticou que era muito difícil que os jornais da época ultrapassassem o período de um mês de duração, dada a natureza episódica dessa imprensa, marcada pelo fato de que muitos jornais nasciam com um objetivo específico de intervenção em um dado debate político. Além disso, deve-se destacar que muitos dos jornais que possuíam uma longa duração mudaram de linha editorial ao longo dos anos. Logo, não seriam necessariamente os mesmos periódicos, apesar da manutenção do nome (SODRÉ, 1999).

No que se refere ao tempo de existência do periódico campista *Vinte e Cinco de Março*, seus cinco anos de funcionamento não devem,

absolutamente, ser subestimados, devido ao contexto da imprensa brasileira no século XIX aqui explicitado. Da mesma forma, seu término logo após a assinatura da Lei Áurea (dois meses depois) pode ser entendido, uma vez que a principal bandeira para sua existência — o fim da escravidão no Brasil — já se concluía. Ainda havia a alternativa de buscar uma outra linha editorial, com questões que já haviam sido colocadas pelo jornal — como os problemas relativos ao trabalho livre, à educação pública e ao acesso à terra — contudo, cremos que o número de assinantes e de compradores do jornal deve ter caído significativamente quando a abolição foi oficializada.

Há, no Brasil oitocentista, dois momentos de “explosão” de impressos, quando há um aumento significativo da quantidade editada: a década de 1830 e a década de 1880. Nessa última, já a partir de 1873 até a abolição em 1888, os debates sobre a abolição e a mudança na forma de governo entram em pauta; conseqüentemente, o crescimento no número de publicações pode ser observado com grande força. Isso indica que a imprensa funcionava como ponto de ligação privilegiado entre o debate político e os movimentos sociais (SANTOS, 2011).

Embora a imprensa abolicionista tenha aparecido anteriormente no século XIX, é somente no final da década de 1870 que passa a atuar de forma significativa nos principais núcleos urbanos do Brasil, entre os quais se destaca a cidade do Rio de Janeiro. Tal fato se deve à urbanização, ao crescimento populacional (o que gerava mais leitores) e à existência de uma elite intelectualizada com estreito contato com as novidades vindas da Europa. Todas essas características criavam um ambiente favorável para o surgimento de periódicos abolicionistas, muitos dos quais responsabilizavam o Imperador pela manutenção da escravidão. Esses jornais passaram a dar ênfase a temas que atacavam a instituição escrava. Palavras como progresso, civilização e ciência, anteriormente desconhecidas, penetram no círculo restrito das elites intelectuais brasileiras e nos jornais. O momento era propício para a absorção da ideia de progresso. Com a paralisação do tráfico africano, em 1850, o Império — em especial o sudeste e mais especificamente a corte — começava a ingressar em um processo de crescimento das atividades urbanas e manufatureiras, incorporando novas camadas sociais. Além da urbanização, intensificou-se a melhoria nas comunicações, ocorrendo uma verdadeira revolução no (chamado) século do progresso, por meio das novas descobertas da ciência. No entanto, essa mesma sociedade que valorizava o progresso e a civilização convivia com a mancha do atraso representada

pela escravidão. E foi nesse sentido que a questão servil passou a ocupar os espaços dos jornais, abalando os alicerces do regime escravista, buscando demonstrar como a escravidão prejudicava o Império. Enfatizava-se sistematicamente o dever de a imprensa auxiliar o progresso e aprimorar culturalmente o país (MACHADO, 2010a).

Em torno do projeto de abolição foram formados diversos jornais e associações com diferentes matizes políticos e ideológicos. Além disso, a segunda metade do século XIX caracteriza-se pela emergência de novos atores políticos desvinculados da esfera formal dos partidos e das instituições, agentes com autonomia em relação às estruturas políticas tradicionais do Império. A imprensa periódica assume uma função importante de vetor da opinião abolicionista e, sobretudo, como lugar de novas sociabilidades e de novas concepções sobre a vida política do Império. Era um dos principais espaços para o debate sobre o fim da escravidão no Brasil. A maior parte dos jornais da época definia-se pela função formativa que possuíam (SANTOS, 2011).

Neste livro, o periódico abolicionista *Vinte e Cinco de Março* será analisado a partir do entendimento de imprensa, não como mero reflexo de estruturas socioeconômicas, mas como um agente histórico (FERREIRA, 2006), um protagonista importante no processo de conquista política e social da Abolição, em especial porque esse periódico foi fundado, assim como muitos outros do período, para defender um ideal⁴; no caso específico, a abolição. Desde o “século XVIII, com a emergência da ideia de opinião pública e sua constante reinvenção, a criação de periódicos e de associações tornava-se símbolo de modernidade de adesão ao espírito das Luzes” (SANTOS, 2011, p. 185). Nesse sentido, a compreensão da dimensão política de um determinado período histórico passa pela análise da vida associativa e da imprensa, pois assim como parece existir, em diferentes contextos, uma relação direta entre o número de associações e a efervescência do debate político, também parece ser encontrado o mesmo tipo de conexão entre vida política e imprensa periódica; logo, em momentos de grande efervescência política surgem muitos jornais e associações. E, partindo do entendimento proposto por Jacques Le Goff de que todo documento é um monumento, na medida em que é o produto final de uma série de disputas de poderes na sociedade que o produziu e na que o manteve

⁴ BAKOS, Margareth Marchiori. **RS: Escravidão e abolição**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982. SANTOS, Cláudia, op. cit.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. **Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

“vivo”, vemos que a análise do *Vinte e Cinco de Março* e os embates que seus membros enfrentaram para mantê-lo em produção representam parte da disputa de poder entre escravistas e abolicionistas no Brasil oitocentista.

Mesmo que os jornais oitocentistas tenham enfrentado obstáculos econômicos ou políticos, o envolvimento deles com as reivindicações sociais aumentou sua influência social no Brasil. Eles tiveram um papel relevante em decisivos momentos políticos do século XIX, por isso seu conteúdo não pode ser analisado isoladamente; é preciso que o jornal seja analisado conjuntamente com o contexto a que está associado. A percepção das tipografias no Brasil Imperial como locais de circulação de ideias vai ao encontro dessa proposição, pois esses dados são fundamentais para a compreensão do crescimento da expressão pública no espaço urbano. Sendo as tipografias locais públicos de contato e interação entre vários grupos sociais (além de local de produção de livros e jornais, espaço de venda e de sociabilidade de redatores e leitores), eram um espaço privilegiado para a discussão política. Pensando dessa maneira, o jornal não era só um veículo, mas um mecanismo de participação política, um espaço de produção de referências e campo de embates simbólicos⁵.

Nesse sentido, apesar de inicialmente a imprensa brasileira ter nascido para informar à corte os acontecimentos da Europa, durante o século XIX, houve um crescimento da imprensa desvinculada do poder governamental que, devido às mudanças culturais e políticas ocorridas, passou a representar uma opinião com peso político. O aumento no número de tipografias comprova isso, além de representar um importante meio de ação para a expansão da opinião pública, pois promovia o debate aberto através da palavra impressa, interferia na vida pública e fomentava o cruzamento de ideias (PIRES, 2006). Os acontecimentos e os anseios nacionais provocaram um crescimento da imprensa tanto em importância como em tamanho. Nesse aspecto, destacam-se a multiplicação dos órgãos de imprensa em todo o país na década de 1880 e a discussão promovida em torno do combate à escravidão, à monarquia e até ao latifúndio (SODRÉ, 1999).

⁵ DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; BACELLAR, Carlos et al. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2010.

MOREL, Marcos. **A imprensa periódica no século XIX**. Disponível em: <bdigital.bn.br/redememoria/periódico/xix.html> Acesso em: 20 março 2012.

PIRES, Myriam Paula Barbosa. Tipografia na cidade imperial (1821-1831): o difícil começo: driblando dificuldade, reinventando soluções. In: SIMPÓSIO DE POLÍTICA E CULTURA DA UNIVERSIDADE SEVERINO SOMBRA, 2006, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: [S.n.], 2006. Disponível em: <http://www.uss.br/page/publicacoes.asp>. Acesso: 22 dez. 2011.

Mesmo os jornais com poucos leitores assíduos formavam um campo de interatividade, pois os conteúdos expressos neles tornavam-se os grandes responsáveis pela formação da opinião pública no Brasil, ligando províncias entre si e ao poder central. Além disso, os jornais também eram lidos por senhores rurais, ávidos por participar da política imperial (SOUZA, 2009). O próprio José do Patrocínio, um dos principais abolicionistas do período⁶, pensava ser a imprensa um agente de mudança social capaz de interpretar as tendências do leitor e persuadi-lo. Essa crença norteou a sua ação. Dessa forma, ao escreverem em seus jornais e panfletos, os próprios abolicionistas tinham em mente formar uma opinião pública favorável a suas ideias. Além disso, a expressão “opinião pública” torna-se importante, embora problemática, porque os jornalistas do período se orientavam por sua capacidade de influenciá-la (MACHADO, 1991).

Cientes de que o contexto da imprensa no século XIX envolve a crença de que a notícia expressa nos jornais influenciava a formação da opinião pública (e que a opinião pública, por sua vez, influenciava a realidade social e política), iremos, neste momento, discutir mais densamente o significado dessa expressão naquele momento. Para tanto, nos apoiamos na pesquisa de Marco Morel (2003), que destaca que apesar de ser uma expressão polissêmica e polêmica, ela é importante, pois fazia parte da concepção de ação política daqueles que publicavam periódicos no século XIX.

Analisando o uso político da expressão “opinião pública”, Morel afirma que, acima de tudo, ela diz respeito às palavras entendidas como poderosos instrumentos de combate. A imprensa de opinião, entre meados do século XVIII e começo do XIX, fez surgir a figura do homem público (jornalista panfletário, chamado de redator ou gazeteiro), que não existia na América portuguesa até então. Esse homem de letras era visto como portador de

⁶ José do Patrocínio foi um dos mais principais abolicionistas do período. Nascido em 1835, em Campos, era filho de um pároco e de uma quitandeira negra. Coursou os primeiros anos escolares em Campos, sob expensas do pai, apesar de nunca ter sido reconhecido como seu filho. Mudou-se para a corte em 1868, onde estudou e formou-se no Curso de Farmácia em 1874, mas nunca praticou a profissão. Sobrevivia como professor particular, e desde os anos escolares já contribuía com os jornais acadêmicos (já preocupado com a formação de uma consciência popular contra a escravidão). Também editou panfletos e, em 1877, ingressou como jornalista no *Gazeta de Notícias*. Trabalhou em vários outros jornais, e foi redator e proprietário de outros, além de ter publicado alguns livros – sempre demonstrando sua preocupação com a abolição. Apesar do pouco sucesso na carreira política, foi um dos principais líderes da Confederação Abolicionista, que popularizou o movimento abolicionista. Foi republicano, mas apoiou a monarquia, quando pressentiu a possibilidade de solução da questão servil através do governo, o que lhe causou sérios atritos com os republicanos. Após a proclamação da República entrou na fase de ostracismo até a sua morte em 1905.

In: MACHADO, Humberto Fernandes, op. cit., 1991, p. 39-78.

uma missão ao mesmo tempo política e pedagógica, não se assemelhando aos filósofos iluministas do século XVIII, pois mesmo que publicasse livros, sua maior produção consistia em impressos combativos, que apoiavam ou repudiavam pessoas ou ideias. Esses impressos propagavam novas ideias ao povo ou, quando necessário, os educava. A imprensa que circulava no Brasil desde o século XVIII não promovia o debate e a divergência política publicamente, dado o contexto do absolutismo português. Foi apenas com a “criação de um espaço público de crítica, quando as opiniões políticas publicizadas destacavam-se dos governos, que começa a instaurar-se a chamada *opinião pública*” (MOREL, 2003, p. 17).

Nesse sentido, o conceito de opinião pública remete à constituição dos espaços públicos e a uma nova legitimidade nas sociedades ocidentais a partir de meados do século XVIII. O nascimento da opinião pública é um processo de desenvolvimento da consciência política no âmbito da esfera pública com a intenção de intervir nessa esfera. “Diante do poder absolutista, havia um público letrado que, fazendo uso público da Razão, construía leis morais, abstratas e gerais, que se tornavam uma fonte de crítica ao poder e de consolidação de uma nova legitimidade política. Ou seja, a opinião com peso para influir nos negócios públicos ultrapassando os limites do julgamento privado” (MOREL, 2003, p. 22).

Sobretudo, “opinião pública” é uma opinião que vem a público, em especial por meio das várias atividades da imprensa brasileira. Essa experiência foi crucial para efetivar no Brasil a passagem de um espaço público marcado pelas formas de comunicação típicas dos antigos regimes (como gazetas, pregões, bandos, leituras coletivas e proclamações em voz alta) para um espaço público onde se consolidavam debates por meio da imprensa, nem sempre vinculada ao poder estatal. Entretanto, as formas antigas de comunicação continuaram presentes, caracterizando os espaços públicos por um hibridismo entre as formas arcaicas e modernas de práticas políticas. Nesse momento, também ganham importância as leituras privadas e individuais, que permitem a formação de uma opinião de caráter mais abstrato fundada no julgamento individual e representam um somatório de opiniões.

Discutir as decisões do Imperador publicamente, como fizeram muitos periódicos da época, não condizia com um modelo absolutista de governo. Esses eram, portanto, os primeiros passos de uma opinião que ganhava peso político e que se tornava cada vez mais visível, sobretudo pelo crescimento

da imprensa. E a imprensa indicava uma pressão em favor da maior publicização da coisa pública. Nesse entendimento, a opinião pública entra em cena como instrumento de debate, referência e fonte de legitimidade política, distinguindo-se de uma soberania indiscutível do poder monárquico.

Delinea-se uma concepção de opinião pública “vista como o reinado da sabedoria, da prudência e da razão. [...] A opinião como produto simbólico e abstrato, com força moral e jurídica. A opinião como soberana no reino da razão” (MOREL, 2003, p. 28). Quando esses homens relacionam educação e imprensa, fica claro que entendiam os jornais como dirigidos ao povo (por eles visto como carente de conhecimento ou entendimento), assim como se viam como educadores. Os construtores dessa opinião pública são os chamados membros da República das Letras; e a opinião era fruto da reflexão desses indivíduos ilustrados, tornando-se pública à medida que visava à propagação das Luzes do progresso e da civilização.

Com o passar do tempo a expressão opinião pública começa a adquirir um sentido de opinião da maioria e não mais a supremacia da razão. Abandona-se a abstração e busca-se com ela utilizar um instrumento para a intervenção direta na vida pública. Marco Morel conclui afirmando que “essa dualidade não exprime a riqueza e a diversidade do conceito de opinião pública, que tinha (e tem ainda) outros significados, nuances e mesmo contradições difíceis de sistematizar. Tais formulações mudavam conforme o local e a época em que eram pronunciadas, mesmo que o vocabulário usado fosse semelhante” (MOREL, 2003, p. 32).

Diante dessas duas versões recorrentes para o significado atribuído à opinião pública no século XIX, uma característica salta aos olhos; seja expressão da reflexão de sábios, seja a opinião da maioria, a ideia de opinião pública está relacionada a uma opinião que se forma fora da esfera governamental e, por isso, é capaz de intervir na sociedade. Fundamenta opiniões que nem sempre concordam com as decisões estatais e com isso movimentam as engrenagens do sistema político oitocentista.

Para além da opinião que se torna pública, o termo “opinião pública” também é analisado a partir da perspectiva de que essa expressão implica a existência de um público, que pode ser tanto receptor como criador dessa opinião. Ou seja, os redatores perceberiam seus leitores ou como pares (letrados) ou como uma miragem (um público que só existe nas

suas aspirações). A partir disso, os impressos podiam funcionar ou como elemento de coesão dos integrantes da República das Letras entre si e desses com setores do poder político e econômico ou almejavam atingir o público chamado de passivo (mas não inativo, posto que fazia os movimentos sociais). Esse último estava fora da República das Letras e dos grupos de poder, “era um público considerado rude, iletrado, pobre, sem instrução; enfim miserável” e justamente por isso é que deveria ser alvo dos esforços culturais daqueles que não pretendiam escrever só para os seus pares. Esses homens acreditavam realizar uma missão civilizadora, uma vez que acreditavam que seu trabalho contribuía para incorporar à sociedade essas camadas que, de classes perigosas ou ameaçadoras tornar-se-iam “elementos úteis e integrados, por meio da educação e da cultura, ao trabalho e a um determinado grau de cidadania. Pobreza e falta de instrução seriam, pois, as características marcantes do público que era visto como passivo, na medida em que cabia a ele receber as Luzes vindas dos letrados e esclarecidos” (MOREL, 2003, p. 40-41).

Esse mesmo sentido de missão esclarecedora fazia parte da prática jornalista dos abolicionistas, uma vez que os intelectuais que atuaram na imprensa, durante o Império, em especial na campanha abolicionista, acreditavam que estavam dando sua contribuição para mudar os destinos do país. Eles possuíam uma espécie de consciência (ou crença) de que as suas ações poderiam ajudar a alterar as relações sociais da sociedade brasileira, mesmo diante do universo pequeno de leitores (MACHADO, 2010a).

Andréa Pessanha (2006) afirma que era comum à época a ideia de que o jornalismo tinha uma missão: a de discutir o fim do escravismo, o progresso, o ensino, o federalismo e o Estado laico. Preocupavam-se em transferir as discussões políticas para a esfera coletiva, por meio da imprensa. E mesmo tendo usado outros mecanismos de divulgação dos ideais, o principal meio de ação e divulgação foi a imprensa, dotada de uma função especial: a de civilizar. Confiavam que, por meio da imprensa, um maior número de pessoas seria convencido das mudanças necessárias à nação para “chegar” ao progresso. Essa maneira de conduzir a propaganda abolicionista e republicana favoreceu o surgimento de uma nova cultura política na corte, pois foi levado para a esfera pública o que antes era restrito ao parlamento, estimulando um comportamento político coletivo por parte da população.

Nesse sentido, apesar de não termos um conceito preciso de opinião pública e, na verdade, estarmos cientes de que esse conceito variou de significado ao longo do século XIX, sabemos da importância que a sua (mutável) ideia teve para os redatores e proprietários de jornais políticos nesse século. Pois nos anos de grande instabilidade política, além do surgimento de muitos novos títulos de jornais, também emergiram novos espaços de discussão sobre a “coisa pública”. E nesses espaços, a noção que existe de opinião pública é a de um sujeito político. A própria imprensa é “um ator político responsável pela formação da opinião e se constitui abertamente como uma imprensa política” (SANTOS, 2011, p. 186). E, por isso, critica a outra imprensa, aquela que busca alcançar um grande público e que se estrutura a partir da referência à sua imparcialidade, ao seu caráter não partidário e não político.

Mesmo que o abolicionismo tenha crescido e alcançado muitos periódicos a partir da década de 1880, é preciso precaução para não superestimar seu poder de propaganda, pois a imprensa ainda atingia um público pequeno, uma vez que o índice de alfabetização era muito baixo no Brasil oitocentista. Como exemplo, podemos citar que em toda a cidade de Campos, no ano de 1890, apenas 20% dos homens e 13% das mulheres eram alfabetizados⁷. Contudo, é preciso também destacar que mesmo sendo a linguagem dos jornais voltada para o público alfabetizado, a opinião pública (opinião publicada) não ficava restrita a esse grupo, uma vez que os periódicos promoviam várias manifestações, e as próprias redações dos jornais tornavam-se locais de divulgação do abolicionismo (MACHADO, 1991). A opinião pública da cidade, por fim, apresentava um caráter heterogêneo e volátil e se envolveu de tal forma com a campanha abolicionista que ela “ganhou as ruas”, tendo para isso a contribuição das leituras em voz alta (MACHADO, 2010a).

É clara a importância do jornal abolicionista para o processo da abolição no Brasil, assim como a relevância do seu estudo para uma compreensão mais ampla desse momento histórico. Em conclusão, deve-se destacar que a pesquisa histórica baseada no uso das fontes periódicas, em especial

⁷ Todas as porcentagens expostas neste livro foram calculadas pela autora e estão apresentadas de forma arredondada, sem casas decimais, para melhor fluidez do texto. Com exceção das porcentagens abaixo de 10%, nas quais foi preservada uma casa decimal, também apresentada de maneira arredondada.

Dados retirados do: IBGE. **Recenseamento Geral do Brasil de 1872**: Província do Rio de Janeiro, Quadro Geral da População livre e escrava considerada em relação aos sexos, estados civis, raças, religião, nacionalidades e grau de instrução, com indicação dos números de casas e fôgos. Disponível em: <www.biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 mar. 2012.

para o século XIX, deve passar pela reflexão de Le Goff sobre o documento-monumento que iniciou essa reflexão, porque seus autores buscavam influir na sua sociedade contemporânea e também porque, constantemente, preocupavam-se com o legado histórico de seus jornais como relatos. Enquanto historiadores, o *Vinte e Cinco de Março* não é aqui analisado nem como relato fiel dos acontecimentos, nem como pura manipulação ideológica, mas sim como um agente social na sociedade brasileira oitocentista. Analisando-o dessa maneira, poderemos também perceber o contexto social em que estava inserido: o cotidiano do abolicionismo na cidade de Campos.

O *Vinte e Cinco de Março* foi fundado, como muitos outros jornais do período, para discutir ideias novas, para intervir na realidade social e política, para formar a opinião pública, percebendo a si mesmo com a missão de expressar os anseios nacionais. Diante disso, atentamos ao debate político feito no jornal e à sua relação íntima com os movimentos sociais da época, ou seja, com a condução do fim da escravidão em Campos e no Brasil.

E, cientes de que o movimento abolicionista cresceu a partir da década de 1870, em especial, nas áreas urbanas, voltamos nossa atenção também ao contexto econômico e social da cidade de Campos, atentos à especificidade de ele ser um jornal abolicionista em uma cidade localizada no interior da província do Rio de Janeiro que possuía um importante setor agrícola. É o que discutiremos nesta próxima seção.

1.2 Campos dos Goytacazes, muito mais do que a capital do açúcar

Elevada à categoria de cidade, Campos destacou-se no século XIX pela grande concentração de escravos, por sua tentativa em tornar-se capital da província e, principalmente, por ser uma grande produtora de açúcar e de cachaça. Essa era a atividade símbolo do município desde o século XVIII e aquela que tornou a cidade o principal centro econômico da região norte-fluminense. Localizada em uma área de intercâmbio comercial e de fluxo de escoamento de produtos advindos de Minas Gerais, do Espírito Santo e da corte, pouco a pouco Campos se transformou em um importante centro distribuidor de mercadorias e em uma praça mercantil de grande relevo na região norte da província do Rio de Janeiro, o que é observado pelo grande

número de casas de comércio. Por exemplo, somente na freguesia de São Salvador, no ano de 1885, existiam seis exportadores de gêneros, 127 casas de “secos e molhados”, além de quatro hotéis, uma agência de telégrafo, duas companhias de seguro, dois bancos e uma Caixa Econômica⁸.

Na época, o município de Campos era dividido em dez freguesias, entre as quais as principais eram Santo Antônio de Guarulhos, São Sebastião, São Gonçalo e São Salvador de Campos. Essa última era a sede (e centro urbano) do município e estava localizada na margem direita do rio Paraíba. As freguesias de São Sebastião e de São Gonçalo ficavam a sudeste da sede e a de Santo Antônio de Guarulhos, na outra margem do Rio, sendo essas três as mais próximas da sede do município. Todas as quatro formam, atualmente, a área urbana de Campos.

Das outras seis freguesias a de Santa Rita da Lagoa de Cima estava na região da Lagoa de Cima, relativamente próxima à freguesia de São Gonçalo, enquanto as outras cinco freguesias restantes estavam bem ao norte do rio Paraíba. São elas: Nossa Senhora da Penha do Morro do Coco, São Benedito, Nossa Senhora das Dores de Macabu, Nossa Senhora da Natividade de Carangola e Senhor Bom Jesus de Itabapoana, todas elas bastante afastadas da freguesia central (São Salvador). As três últimas, as mais afastadas, são atualmente cidades independentes de Campos.

Para entender melhor o universo social do município de Campos, onde Luiz Carlos de Lacerda fundou o *Vinte e Cinco de Março*, analisamos os dados dos recenseamentos nacionais de 1872 e de 1890. Esses dados foram então cruzados com as informações sobre a economia campista presentes

⁸ ALVARENGA, João. **Almanak Mercantil, Industrial, Administrativo e Agrícola da Cidade de Campos dos Goytacazes**, para 1885. Campos dos Goytacazes: Typographia do Monitor Campista, p. 2932. RODRIGUES, Hervé Salgado. **Na taba dos Goytacazes**. Niterói: Imprensa Oficial, 1988. CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus. Campos: a capital sonhada de uma província desejada (1835-1897). In: **História. Dossiê: Capitais Sonhadas, Capitais abandonadas**, Franca, v.30, n.1, jan./jun., 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742011000100004>>. Acesso em: 21 mar. 2012. WEHLING, Arno. O açúcar fluminense na recuperação agrícola do Brasil. In: **RIHGB**, n. 337, out./dez., 1982. PARANHOS, Paulo. O açúcar no Norte Fluminense. In: **Revista Histórica**, n. 8, mar. 2006. Disponível em: <www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/antiores/edicao08/materia02>. Acesso em: 19 mar. 2012. CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus. Uma Veneza no sertão Fluminense: os rios e os canais em Campos dos Goytacazes. In: **História Revista: Revista da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia**, v. 14, n.2, jul./dez., 2009. PLUHAR, Cristiano. As relações comerciais no século XVIII e XIX entre Campos dos Goytacazes e Rio de Janeiro. In: ENCONTRO DE GEOGRAFIA E VI SEMANA DE CIÊNCIAS HUMANAS DO INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE, 3., 2010, Campos dos Goytacazes. **Anais...** Campos dos Goytacazes: IFF, 2010. p. 111 – 117. ALMANAK Mercantil e Comercial Laemmert, ano 1885, p. 2932-2960. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/almanak/almanak_djvu.htm>. Acesso em: 02 maio 2012.

tanto em artigos historiográficos, como no Almanaque Laemmert de 1885. A partir daí é possível perceber a relação do desenvolvimento da cidade com o próprio movimento abolicionista, uma vez que é o centro urbano de Campos que abriga os líderes do abolicionismo campista. E também porque nesses espaços eles conviviam, de maneira turbulenta, com os poderosos fazendeiros escravistas da região.

Como mencionado anteriormente, Campos dividia-se em dez freguesias, entre as quais devemos destacar a freguesia de São Salvador, com a maior população (14.845 habitantes) do município e também a mais urbanizada. Já a freguesia de São Benedito tinha a menor população (4.042 habitantes) e também a menor concentração de escravos, apenas 16%, média relativamente baixa em comparação com outras freguesias do município, como a de Santo Antônio de Guarulhos, dotada da segunda maior população da cidade: 14.845 habitantes, com 56% de escravos, a maior concentração de escravos no município.

A população total de Campos era de 88.832 habitantes; desses, 32.620 eram escravos, ou seja, 37% da população de todo o município era escrava. Tomemos a freguesia de São Gonçalo como exemplo. Embora relativamente urbanizada e próxima à sede do município, 39% da sua população era de escravos. Isso se explica porque essa era uma região que possuía uma importante produção agrícola. Com isso fica clara a importância da produção agrícola para todo o município de Campos.

Como afirmamos, Campos destacava-se por sua importância comercial e por sua produção agrícola e, em consequência, recebia muitos incentivos governamentais desde meados do século XVIII, época em que a produção agrícola na região cresceu muito, suprindo o mercado interno nacional, em especial o da cidade do Rio de Janeiro (PLUHAR, 2010). Esses investimentos buscavam incentivar o estabelecimento e a modernização de engenhos de açúcar e o fortalecimento das atividades de comércio externo e interno. Essa entrada de capital também se explica pelo fato de que, por um longo período (1836-1889), os representantes de Campos foram majoritários na Assembleia Provincial. Desde a 1.^a legislatura, Campos e sua região de influência (São João da Barra e São Fidélis) conseguiram o privilégio de não repassar para os cofres provinciais a renda arrecadada por meio dos impostos sobre a exportação de açúcar. Esse fato assegurou, por quase todo o século XIX, a primeira posição em arrecadação de impostos na província do

Rio de Janeiro para Campos. Porém, ao longo do século XIX, a cidade perdeu seu poder e influência sobre outras regiões da província, principalmente devido à ascensão do Vale do Paraíba e sua grande produção de café (CHRYSOSTOMO, 2011).

A importante produção de açúcar voltada para o abastecimento regional levou à aprovação da construção do caríssimo Canal Campos-Macaé, que hoje ainda faz parte do cenário urbano de Campos, cortando o centro da cidade, numa avenida conhecida como Beira-valão. As obras desse grande empreendimento começaram em 1844, mas o canal só foi inaugurado em 1861 e somente passou a ser totalmente utilizado em 1872. Em 1880, Macaé construiu o Porto de Imbetiba, que auxiliou no escoamento da produção regional. Porém, isso se deu quase concomitantemente à chegada da ferrovia, que tornou o Canal logo obsoleto. Tal obra demandou um investimento muito alto do Estado (quase dois mil contos) e só se justificava pela riqueza agrícola de Campos e pela importância da integração comercial entre as várias localidades da província fluminense, de Minas Gerais e do Espírito Santo. A ocupação da região vinculou-se desde os tempos coloniais à utilização e criação de estradas e caminhos em direção a Campos, que tinham como objetivo escoar a produção de gado e depois de açúcar para o crescente mercado da cidade do Rio de Janeiro⁹.

Durante o século XIX a produção açucareira em Campos continuou a crescer, modernizou-se e adotou novos processos de beneficiamento, como a introdução do vapor a partir de 1815 e a criação de engenhos centrais. Esses novos equipamentos e conhecimentos adquiridos se completaram, em 1880, quando as usinas foram implantadas (CHRYSOSTOMO, 2009). As duas décadas anteriores à abolição experimentaram os maiores recordes na produção açucareira campista: 23 mil toneladas, em 1872; 21 mil toneladas, em 1881; número que se repete em 1883 e 1885 (PEREIRA, 2012).

Como exemplo dessa riqueza, temos que, entre 1780 e 1820, ocorreu um crescimento acelerado do processo agrícola no Brasil — passando de £3 milhões em 1780, para £4 milhões em 1820. Nesse momento, a produção de açúcar do norte fluminense teria se beneficiado do preço favorável (apesar

⁹ CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus. op. cit., 2009.

PLUHAR, Cristiano. op. cit., 2010.

SOFFIATI, Arthur. Os canais de navegação do século XIX no Norte Fluminense. In: **Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego**, Campos dos Goytacazes, v. 1, n. 2, p. 13- 23, jul./ dez. 2007.

de nem sempre uniforme) e do apoio governamental (também bastante irregular). E, embora tenha enfrentado dificuldades em termos de capital, matéria-prima e mão de obra, no período entre 1771 e 1778 foram instalados 158 novos engenhos só na capitania do Rio de Janeiro, que, somados aos 163 anteriores, dão um total de 321. Desses, 168 estavam localizados no distrito de Campos, 56 antigos e 112 novos. Isso representa um quociente de inovação de 66,7% para o município de Campos. É o maior da província – seguido pelo Recôncavo da Capital com 50%, por Maricá, com 44,4% e por Jacutinga com 12,5%. Campos, no entanto, tinha a maior concentração de pequenos engenhos, o que provavelmente se devia aos problemas de falta de capital que enfrentava (WEHLING, 1982).

O auge da produção de açúcar em Campos foi mesmo o século XIX, com a introdução de novas técnicas (engenhos e barcos movidos a vapor, tachos e moendas de ferro) e uma grande entrada de capital. Os primitivos engenhos tornaram-se engenhos centrais ou usinas, contribuindo para o surgimento dos “barões do açúcar”, que concentravam o domínio político, econômico e social. No período entre 1830 e 1880 ocorreu um crescimento de 134% nas exportações de açúcar da região. Na década de 1870 foram criados, na região, os engenhos centrais de Quissamã, Barcelos e Pureza, os quais agregavam capital público e privado, mas ao longo dos anos passaram a depender gradativamente mais do capital estrangeiro — inglês. Esses engenhos centrais além de dinamizar a produção de açúcar, destacaram-se pelas várias exigências oficiais preconizadas para a concessão de crédito, tais como associação de vários empresários e capitalistas em torno de uma mesma unidade central produtiva; dissociação em campos estanques das atividades agrícola e industrial, com aproveitamento obrigatório das canas-de-açúcar produzidas pelos proprietários rurais agregados como fornecedores à empresa; obrigatoriedade da amortização do capital subvencionado; direito de serem os estabelecimentos diretamente fiscalizados pelas autoridades governamentais. Mas aquela que mais se destaca era a proibição de se utilizar trabalho escravo nas atividades fabris, o que demonstra a intenção de dotar a nova estrutura agroindustrial de um aparelhamento funcional dissociado da força de trabalho escravo. O não uso de mão de obra escrava nas atividades fabris (não extensíveis ao plantio, corte e transporte da cana), de certa forma, incentivou o uso da mão de obra livre e até imigrante na região (PARANHOS, 2006).

Da mesma maneira que essas transformações econômicas foram importantes para criar um ambiente favorável ao crescimento do abolicionismo no Brasil, em especial nas áreas urbanas, as transformações políticas também o foram. Por isso, é importante destacar que a cidade de Campos teve, durante todo o Império, uma posição importante no cenário eleitoral da província do Rio de Janeiro, mantendo sempre a condição de “cabeça de distrito”.

Em 1866, por exemplo, Campos possuía o maior colégio eleitoral da Província do Rio de Janeiro, com 100 eleitores, seguida por Niterói, com 88. Enquanto em 1881, Niterói contava com 1.131 eleitores, Campos possuía 1.108 votantes, permanecendo como um dos principais colégios eleitorais provinciais. A paróquia de São Salvador, que concentrava 22% da população da cidade, possuía 22,3% dos eleitores. Enquanto a freguesia de São Gonçalo, que concentrava 12,4% da população, possuía 13,1% do eleitorado. Quanto mais rural uma localidade, maior era a representatividade dos mais pobres entre seus eleitores; nas áreas urbanas os artesãos, os empregados no comércio e serviços constituíam os profissionais com maior peso no total de votantes (52,3%). Os qualificados como os mais pobres da paróquia urbana eram principalmente trabalhadores do comércio e serviços. Já os profissionais liberais qualificados tinham a maior renda e também estavam concentrados na área urbana (NUNES, 2003).

Embora a taxa de inclusão eleitoral (votantes sobre população total) encontrada para a região — 23,0% se contados apenas os homens livres, 11,4% se calculado sobre toda população livre e 6,9% da população total — fosse compatível com as taxas encontradas no mundo ocidental do período¹⁰ (década de 1870), ela era menor que as estimativas da média brasileira do mesmo período¹¹. Diante dessa constatação, Neila Nunes (2003) levanta uma interessante hipótese: essa diferença na inclusão eleitoral devia-se, provavelmente, ao maior peso da população escrava na região. Essa hipótese ganha força quando sabemos que, enquanto a população escrava representava cerca de 15% da população brasileira, a média no município de Campos era de 37%, segundo o Censo de 1872.

Uma outra informação interessante é que a sede do município de Campos concentrava uma população rica, que não dependia dos senhores;

¹⁰ Na década de 1870, o percentual de votante era de 7% na Inglaterra, 2% na Itália, 2,5% na Holanda, 9% em Portugal e 13% para o Brasil.

¹¹ O valor estimado é de 10,8% de votantes da população total brasileira na década de 1870.

alguns deles até mais ricos que os senhores. Sabemos disso a partir da lista de qualificação de votantes da cidade de 1876, pela qual se vê que os 1.194 eleitores da Freguesia de São Salvador representavam 21,4%, da população total de homens livres daquela freguesia. Pelos critérios da lei eleitoral do Império, os votantes deveriam apresentar renda anual superior a 100\$000. Entre os eleitores daquela mesma freguesia, 761 eram também elegíveis; isso quer dizer que eles possuíam uma renda anual superior a 200\$000. Entre estes 137 homens (11,5% dos votantes) eram declarados como possuidores de “propriedades urbanas e capital dinheiro”, na qualidade de investidores rentistas, cuja renda média anual chegava a Rs. 1:800\$000, o que resultava em um montante de Rs. 246:600\$000 como renda global daquele grupo. Resumindo, esses homens apresentavam, como grupo, uma renda maior do que a daqueles que se definiam como fazendeiros. E, embora fossem poucos (17% dos votantes), 85% deles tinham renda anual superior a Rs 400\$000; assim como seus investimentos eram superiores àqueles feitos pelos produtores rurais (PEREIRA, 2012). Esse fato confirma a ideia de que a sede do município concentrava uma população rica, que não dependia dos senhores e, além disso, parte deles era relativamente mais rica que os fazendeiros.

Tudo isso pode ser relacionado com as mudanças que ocorriam no quadro urbano da província do Rio de Janeiro a partir da década de 1870. Nas cidades e vilas, as ideias abolicionistas e de construção de uma nova civilidade com um novo ideal político, social, econômico e cultural se fortaleceram. Há, por menor que seja, uma relativa mobilidade das camadas sociais em decorrência do crescimento das atividades citadinas (artesãos, comerciantes e serviços). Em Campos, esse novo cenário urbano foi impulsionado pelo crescimento da sua população e das suas atividades comerciais e de serviços, assim como pela diversificação dos grupos sociais, o que acabou por redefinir o perfil social e econômico e as redes de poder na cidade. Ainda mais importante nesse processo é que aumenta a dependência dos grandes proprietários das fazendas de açúcar em relação ao setor comercial. Conseqüentemente, esses grupos passam a ocupar novos espaços políticos e sociais, antes ocupados majoritariamente pelos grandes fazendeiros (CHRYSOSTOMO, 2011).

Uma das evidências dessas mudanças está no crescimento da área urbana de Campos, impulsionada, a partir de 1873, pela construção da ferrovia, o que facilitou a ocupação do território. A área urbana cresceu na

direção oeste, nas proximidades de onde foi instalada a estação ferroviária. Nessa região instalaram-se residências das classes sociais mais elevadas, como o grandioso casarão do Barão da Lagoa Dourada, atualmente Liceu de Humanidades de Campos (ALVES, 2005). As redes de comunicação e transporte, a concentração de serviços e de profissionais liberais demonstra o grau de urbanização da paróquia de São Salvador, que contava com três estradas de ferro; uma se comunicava com a corte e as outras duas ligavam-se às províncias de Minas Gerais e do Espírito Santo. A cidade possuía também uma ponte de ferro em frente à sede. Embora Campos dispusesse de apenas uma agência de telégrafo e outra de Correio, contava com 4 carteiros, 4 estafetas e 5 caixas urbanas, as quais eram coletadas três vezes por dia, além de malas diárias expedidas pelas estradas de ferro. Além dessa ligação férrea, as malas eram despachadas de barco duas vezes por semana.

O sistema educacional da cidade também era significativo, uma vez que só na paróquia central havia 35 escolas para meninos e 22 para meninas, além de sete professores públicos, dezessete professores particulares, um colégio particular e dois cursos noturnos. Se considerarmos as outras freguesias, há na região mais sete inspetores de educação e 17 professores, entre públicos e particulares, além de um internato localizado na freguesia de Natividade. As únicas freguesias que não eram servidas por nenhuma instituição de educação eram a de Bom Jesus do Itabapoana (a mais afastada da sede) e a de São Gonçalo — esta bem próxima à freguesia de São Salvador.

Podemos também destacar que a paróquia de São Salvador desfrutava ainda de nove professores de piano, canto e música, uma Sociedade Artística beneficente, seis sociedades carnavalescas, duas sociedades de dança, três sociedades dramáticas e quatro sociedades de música, um fotógrafo, cinco pintores, um retratista e dois teatros (onde comumente se reuniam os abolicionistas). Fora da região central de São Salvador essas instituições e esses profissionais eram bem raros, existindo apenas dois professores de música e um retratista.

Na freguesia de São Salvador as atividades comerciais eram significativas, o que se nota pela grande presença de estabelecimentos como bancos: um Banco da Caixa Econômica, o Banco de Campos (cujo capital é mencionado em 2,000:000\$000) e o Banco Comercial e Hipotecário. Contava também com dezoito guarda-livros¹²

¹² Atualmente conhecidos como contadores.

e duas companhias de seguro — São Salvador e Perseverança. Além disso, seis armarinhos, doze alfaiates, onze barbeiros, quatro bilhares/restaurantes, dois cabeleireiros, treze fábricas de calçados, três cocheiras de carros, quatro chapeleiros, dois cortumes, dois encadernadores, quatro armazéns de móveis e colchões, quatro hotéis, uma fábrica de gelo e de água gasosa, três lojas especializadas em iluminação elétrica, seis ourives, sete padarias, cinco confeitarias, cinco relojoeiros, 127 “secos e molhados”, 28 lojas de tecidos, um rink e um jockey compunham o corpo de estabelecimentos comerciais da cidade.

A freguesia gozava de quatro hospitais, dezoito médicos, duas parteiras, seis dentistas e dez farmácias. Outro setor que devemos destacar é o de profissionais liberais, pois, além dos médicos, são os profissionais urbanos mais envolvidos com a imprensa no século XIX. Nesse sentido, destacamos que havia na freguesia de São Salvador quinze advogados (entre os quais Cândido de Lacerda, irmão do Luiz Carlos de Lacerda), dez procuradores (entre os quais devemos destacar o próprio comendador Luiz Carlos de Lacerda). Havia ainda três lojas de Maçonaria (Firme União, Progresso — na qual era orador o Dr. Cândido de Lacerda — e Goytacaz) e seis tipografias: do Monitor Campista¹³ (pertencente a João Alvarenga, Átila Alvarenga, Roberto Alvarenga e D. Clotilde Alvarenga); de Santos, Lisbôa & C; do Sexto Distrito; de Silva, Carneiro & C; Antunes & Guimarães e, por último, a Gazeta do Distrito. Na freguesia de São Salvador, além da biblioteca municipal, a população podia usufruir das bibliotecas da Sociedade Brasileira de Beneficência (com 6.000 volumes) e da Sociedade Portuguesa (com cerca de 2.000 volumes).

Tudo isso ilustra bem o dinamismo da vida urbana de Campos, uma região que se tornava independente da vida agrícola, setor que ainda englobava grande parte da população. Esse perfil se torna mais evidente quando comparamos os estabelecimentos mais representativos na freguesia de São Salvador e aqueles presentes nas outras freguesias, majoritariamente rurais. Um bom exemplo foi a inauguração, em 12 de março de 1885, no bairro da Lapa — freguesia de São Salvador — da Companhia de Tecidos e Fiação

¹³ Fundado em 1834, foi o terceiro mais antigo jornal em circulação ininterrupta no país (até 2009, quando foi fechado sob a justificativa de problemas financeiros). Além da longevidade, que por si demonstra a importância do jornal para a região, é importante destacar que “desde o início de sua história, o Monitor faz parte do contexto de defesa do direito de expressão, embora, em alguns momentos, fosse claramente favorável às classes dominantes, principalmente nos embates da abolição da escravatura, quando se colocou ao lado dos escravocratas”.

In: SOARES, Orávio de Campos. A imprensa na Velha Província: 170 anos do Monitor Campista – O terceiro jornal mais antigo do país e a morte misteriosa do jornalista Francisco José Alypio. In: **Anuário Internacional de Comunicação Lusófona**, v. 2, n. 1, 2004.

Industrial Campista, uma fábrica de proporções médias e bem montada, que dispunha de nova tecnologia inglesa. Existia, contudo, na freguesia de São Salvador, um setor de comércio ligado ao setor agrícola, com seis exportadores de gêneros agrícolas e a Sociedade Campista d'Agricultura — presidida pelo Conselheiro Thomaz Coelho.

A cidade como um todo possuía dez usinas de açúcar: três na freguesia de São Salvador, cinco na freguesia de São Gonçalo e duas em outras freguesias. Além dessas, outros cinco fazendeiros eram proprietários de estabelecimentos de produção de açúcar equipados com aparelhos muito aperfeiçoados. Naturalmente, as freguesias rurais continham profissionais e estabelecimentos muito mais voltados para a área agrícola. Com raras exceções (como as três usinas anteriormente mencionadas), os estabelecimentos ligados diretamente à produção agrícola e pecuarista encontram-se nas freguesias rurais, como os engenhos de pilar café, as fazendas de café e as fazendas de cana-de-açúcar. E as principais atividades exercidas eram de lavrador, fazendeiro, rancheiro, negociante, carpinteiro, criador e proprietário.

Mesmo diante de uma iniciante polarização urbano-rural, em 1872, as duas freguesias com maior porcentagem de escravos eram a freguesia de S. Antônio de Guarulhos com 56% da população formada por escravos e, surpreendentemente, a freguesia mais urbanizada: São Salvador, com 41% de escravos. E isso, mesmo depois de uma diminuição marcante na concentração de escravos, pois a Freguesia de São Salvador teve a maior redução de população escrava entre 1850 e 1881 (33%), diferentemente das principais freguesias rurais, em que o percentual de escravos se manteve. Esse fato demonstra que o perfil de acumulação financeira local passava por transformações incontestes, pela diminuição dos investimentos em mão de obra escrava em favor de outros investimentos (PEREIRA, 2012). Contudo, a concentração de escravos ainda era muito grande para uma área que se urbanizava rapidamente.

Alguém pode afirmar que esses dados, na verdade, se relacionam simplesmente ao fato de que essas duas freguesias possuíam uma grande concentração populacional como um todo, já que 21% da população de Campos encontravam-se na freguesia de São Salvador e 17% na freguesia de São Gonçalo. Ainda mais sabendo que as freguesias com menor concentração de escravos eram as que possuíam também menos pessoas como um todo, quais sejam Santa Rita da Lagoa de Cima, com 23% de escravos e 6% da população

municipal e a freguesia de São Benedito, com 16% de escravos para menos de 5% da população total do município. Porém, se pensarmos que a média nacional era de 15% de escravos no período, apenas uma freguesia em Campos apresenta uma média de escravos próxima dessa média nacional, e, ainda assim, proporcionalmente maior.

Logo, fica claro que a área mais urbanizada de Campos ainda concentrava muitos escravos. Sabendo que, de maneira geral, nas áreas mais urbanizadas havia uma tendência à menor concentração escrava (COSTA, 2008), imaginamos que essa contradição (concentração de escravos numa área urbana tão desenvolvida, convivendo com uma área rural economicamente forte e com alta concentração de escravos) foi o que tornou o caso do abolicionismo em Campos tão violento. No período de maior crescimento do abolicionismo no Brasil, Campos ficou conhecida como “Quartel General da abolição”, e o abolicionismo na cidade, marcado pela exacerbada luta entre senhores de engenho e abolicionistas. Com uma das maiores populações escravas proporcionais no país na década de 1880, os confrontos, mesmo que violentos, foram menores do que a tensão lá existente, porque “a fisionomia socioeconômica de Campos era em tudo semelhante à do Sul dos Estados Unidos: toda a estrutura econômica local, lastreada na cana-de-açúcar e no Engenho, dependia 100 por cento do braço escravo, do trabalhador servil, como a do algodão nos Estados Confederados dos EUA” (RODRIGUES, 1988, p. 108). Logo, a abolição significava para os fazendeiros campistas a ruína econômica.

Partimos, portanto, da hipótese de que é provável que o crescimento urbano da freguesia de São Salvador tenha possibilitado que parte de seus habitantes tivessem determinada autonomia em relação aos grandes senhores de Campos. Mas, ao mesmo tempo, esses grandes fazendeiros não perderam sua influência econômica (dada a dependência que a economia de Campos ainda tinha da produção agrícola e do comércio interprovincial) ou política — tanto em termos eletivos, como em termos de poder social, especialmente sobre a polícia, como iremos ver no capítulo seguinte.

É importante destacar que, embora a maioria quase absoluta da população estivesse ligada às profissões agrícolas, encontramos significativos percentuais de pessoas exercendo profissões mais ligadas à área urbana. E, se compararmos as freguesias, perceberemos uma

concentração desses profissionais na freguesia de S. Salvador, como demonstra o quadro abaixo:

| Profissões | Total em Campos | Total em S. Salvador | % S. Salvador |
|------------------------------|-----------------|----------------------|---------------|
| Religiosos | 23 | 13 | 57% |
| Setor Judiciário | 53 | 33 | 62% |
| Médicos | 49 | 36 | 73% |
| Parteiras | 11 | 2 | 18% |
| Professores/Letrados | 77 | 48 | 62% |
| Empregados Públicos | 55 | 38 | 69% |
| Artistas | 350 | 260 | 74% |
| Militares | 49 | 49 | 100% |
| Marítimos | 58 | 0 | 0% |
| Pescadores | 203 | 0 | 0% |
| Capitalistas e Proprietários | 140 | 61 | 44% |
| Industriais | 297 | 180 | 61% |
| Comerciantes | 1419 | 880 | 62% |
| Costureiras | 5666 | 1081 | 19% |
| Operários | 2559 | 1315 | 51% |
| Lavradores | 31501 | 4253 | 14% |
| Criadores | 0 | 0 | 0% |
| Criados e Jomaleiros | 5268 | 667 | 13% |
| Serviços Domésticos | 12073 | 5662 | 47% |
| Sem Profissão | 29204 | 4944 | 17% |

Quadro 1 – *Relação entre profissões e freguesias*

Fonte: IBGE (1872-1912).

Essa tabela, produzida a partir de dados do Censo 1872-1912, apresenta claramente que a freguesia de S. Salvador agregava a maioria dos profissionais liberais, não apenas aqueles ligados ao setor judiciário: médicos, professores e letrados, empregados públicos, artistas (ou artesãos), militares, industriais, comerciantes, operários. Em contrapartida concentrava baixa porcentagem dos profissionais mais ligados ao setor agrícola — lavradores, com apenas 14%, e criados e jornaleiros, com apenas 13%.

Todos esses dados são importantes, pois eles corroboram as afirmativas de Emília Viotti da Costa (2008), Humberto Machado (1991) e Ricardo Salles (2001) de que além das transformações econômicas, demográficas e sociais, a concentração de profissionais liberais (relativamente independentes dos grandes escravocratas) nas áreas urbanas foi uma das principais razões para a intensificação da campanha abolicionista e, conseqüentemente, para a ressignificação da insurreição dos escravos. Esse movimento abolicionista de base social seria a explicação para a grande diferença entre o lento processo

de aprovação da lei emancipacionista de 1871, que poucas consequências teve para a desestruturação da escravidão, e a rápida discussão parlamentar e aprovação da lei de 1888, aprovada de acordo com o princípio abolicionista da não indenização.

Dentro da perspectiva desses autores, a crise do escravismo no Brasil deve ser entendida como um processo de longa duração, com mudanças estruturais, situações conjunturais e uma sucessão de episódios, que, por fim, culminam na abolição. As transformações estruturais devem ser entendidas como condições necessárias para que os sujeitos possam exercer sua liberdade e não como fatores que determinam o que efetivamente fazem. Por isso devemos entender que as rebeliões escravas, eventos fundamentais para a mudança de atitude dos fazendeiros, só foram possíveis devido às transformações estruturais de longa duração. Isso porque o protesto escravo não foi exclusividade do século XIX, o escravo sempre se opôs abertamente à escravidão. Mas o significado de seu ato de rebelião só mudou nesse momento, já que ele passou a ter um significado político compartilhado por boa parte da sociedade. É a partir dessa perspectiva, da importância das mudanças estruturais e conjunturais ocorridas no oitocentos brasileiro, que também posicionamos nossa pesquisa.

No contexto urbano, como o cenário campista aqui apresentado (na freguesia de São Salvador), o movimento abolicionista encontrou mais espaço para suas ideias, afinal foram dadas maiores oportunidades aos trabalhadores livres; além disso as populações urbanas eram menos dependentes do trabalho escravo. Foi nas cidades que as discussões sobre a Lei do Ventre-livre foram retratadas extensivamente pelos jornais, devido ao grande interesse da população que também frequentava as conferências organizadas pelos abolicionistas. Nesse espaço das cidades, o debate sobre a abolição saía dos ambientes fechados das associações abolicionistas para os locais públicos. Na década de 1880, o abolicionismo ganhou novo ímpeto com o apoio popular urbano, das classes populares e médias e até de alguns membros das elites. Culminou com o golpe final a rebelião em massa dos escravos (que veremos mais à frente), apoiados pelos abolicionistas e contando com a simpatia de boa parte da população (COSTA, 2008).

Assim como ilustramos em Campos, as transformações ocorridas na segunda metade do século XIX nas estruturas produtivas, nos meios de transporte, na pequena introdução do trabalho livre ocorreram por todo o

país e foram fundamentais para que a sociedade brasileira se transformasse nesse período. Porque durante três séculos (XVI-XVIII) somente os escravos questionavam a legitimidade da escravidão e porque as primeiras teorias que a criticavam (em nome da moral, da religião e da racionalidade econômica) só haviam surgido com o liberalismo do século XVIII, conviveu-se bem com o escravismo ainda por muitos anos (principalmente por causa do princípio do direito de propriedade). Foi durante a primeira metade do século XIX que os primeiros homens livres se pronunciaram criticamente. Eles eram, porém, pensadores atípicos da “intelectualidade” brasileira. A escravidão continuava a ser vista pela elite, de maneira geral, como um mal necessário (COSTA, 2008).

Antes dessas grandes transformações, a crítica à escravidão raramente encontrou eco entre a elite nacional. Exceto uma minoria ilustrada e europeizada, os principais críticos à escravidão entre os livres eram membros das camadas populares urbanas. Esses homens críticos à escravidão, ao tráfico de escravos, aos preconceitos raciais e ao latifúndio improdutivo tiveram como período áureo a Regência e, aparentemente, representavam os pequenos comerciantes e as camadas populares urbanas. Infelizmente, na primeira metade do século XIX, esse pensamento crítico não se transformou em um movimento organizado e, por isso, até então não podemos falar propriamente em um movimento abolicionista. Somente a partir dos anos 1860, o abolicionismo teria destaque nos principais centros urbanos do país, pois, além das transformações na estrutura produtiva (como as muitas e novas indústrias e ferrovias), a sociedade brasileira passou por uma série de transformações desde a abolição do tráfico, em 1850, como o rompimento da precária unanimidade política das elites. Junto a isso havia uma constante pressão internacional pela abolição e o surgimento de novas associações abolicionistas nas áreas urbanas. E, embora a Guerra do Paraguai tenha retardado a discussão sobre a abolição, com o seu fim, a discussão sobre os escravos/soldados fez o abolicionismo entrar na ordem do dia (COSTA, 2008).

Outros fatores contribuíram para aumentar as críticas ao cativeiro no quarto final do século XIX: as transformações derivadas da propagação das práticas capitalistas; a iniciante superação produtiva da cafeicultura do Vale do Paraíba pelo oeste paulista; a dificuldade de se obter mão de obra escrava, desde a lei de 1850, assim como a transição para o trabalho livre, que se desenvolvia mais rapidamente nas cidades e, nesse processo,

incorporava novas camadas sociais vinculadas às atividades manufatureiras e comerciais. A adesão desses grupos urbanos ao abolicionismo pode ser avaliada pela sua participação nas conferências e comícios abolicionistas. Por fim, na capital do Império, o movimento pela abolição tornou-se um “movimento popular”, com manifestações nas ruas, que contribuíram para abalar o cativeiro (MACHADO, 1991).

Os abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março* também sabiam da importância das classes médias para o crescimento do seu movimento. Por diversas vezes, destacaram a importância de autonomia como fator fundamental para sua capacidade de se colocar contra os senhores campistas. Ao discutirem, por exemplo, que a abolição viria com o tempo, que todas as causas sociais implementar-se-iam, afirmam:

[...] revoluções dependem de épocas determinadas, tudo nos demonstra que o triunfo das grandes causas sociais depende também da ação do tempo.

[...] O abolicionismo pertence, por enquanto, aos grandes corações que, indubitavelmente, palpitam no seio da classe média, por estar ela colocada no centro das duas classes que se repelem – a alta e a ínfima; a classe média é perante a melhor filosofia a justiça social, ela é a personificação do esforço intelectual e, por conseguinte, a alavanca do progresso moral; para poder pregar a sua doutrina e chegar ao seu sublime desiderato é-lhe preciso enfrentar a classe alta, o monopólio personificado em prejuízo de outras classes; esta é a primeira muralha, que principia a ser bombardeada pela classe média, para penetrando em seus redutos, resgatar o escravizado e levá-lo à comunhão social.

A segunda muralha é o preconceito, esse fruto ostensivo dos povos mesclados e ignorantes, cuja sociabilidade pessoal, o que será combatido pelos elementos reconstituintes, quando extinto o elemento servil, a ordem geral dos acontecimentos, reagir contra a escravidão política e religiosa. (VINTE E CINCO DE MARÇO, 18 dez. 1884, p. 3-4)

Nesse texto pode-se perceber que os abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março* concordavam com a ideia de que as classes médias tinham mais autonomia em relação às classes altas, devido à menor dependência em relação ao trabalho servil. Ao mesmo tempo em que também não deixavam

de se perceber como aqueles que dirigiriam a sociedade brasileira em direção ao progresso. Daí a importância de definir aquilo que eles creem ser a função das classes intermediárias: realizar a justiça social e o equilíbrio por meio do enfrentamento das classes altas, ao mesmo tempo enfrentar o preconceito e tentar alcançar um aumento da participação das classes mínimas.

Num contexto urbano de mudanças estruturais tecnológicas, que diminuía a dependência em relação ao trabalho escravo, e de atividades profissionais liberais, que tornavam mais fracas as relações de subordinação aos grandes senhores escravistas, a ideia de que o escravismo significava o atraso tornou-se mais atraente. Essa ideia foi favorecida pelo contexto internacional — guerra civil norte-americana e suas causas na defesa ou refutação da escravidão; manifestações de repúdio à escravidão nas Américas vindas de entidades estrangeiras; fim da guerra do Paraguai e questão dos cativos-soldados. Além disso, as discussões parlamentares sobre a abolição recrudesceram na década de 1880 e foram publicizadas nos impressos assim como as violências cometidas pelos senhores e os atos de resistência dos escravos passaram, neste contexto, a ter maior ressonância na sociedade. Foi o aumento da resistência dos escravos, nos momentos finais, o último golpe antes da abolição (MACHADO, 1991).

Um exemplo rico dessa maior publicização dos atos violentos dos senhores — usado também como meio de reforçar a condenação social da instituição devido a sua crueldade, pelo atraso e pela ilegalidade — pode ser visto no trecho abaixo retirado do *Vinte e Cinco de Março*. Neste artigo podemos ver um dos meios de ação dos abolicionistas, qual seja, a utilização de uma mesma lógica narrativa, em que é exposta a violência gratuita do senhor (e, conseqüentemente, do próprio sistema escravista), não se esquivando de expor o nome desse senhor. Depois, a ação conjunta dos abolicionistas com a população que demonstra sua indignação com a situação enquanto os abolicionistas acolhem e oferecem suporte ao escravizado. Por fim, a intervenção da polícia coibindo as arbitrariedades dos senhores e agindo corretamente na condução de possíveis investigações. Ou seja, a ação do Estado, para os abolicionistas, é necessária nessas situações; contrariamente ao que pensam os senhores, que se consideravam árbitros totalmente capazes de decidir sobre seus escravos, pois creem serem essas questões de caráter exclusivamente pessoal.

CÚMULO DO BARBARISMO

Anteontem estacionava na rua Direita, um homem de cor preta, maior de 70 anos, aleijado das pernas e que, com dificuldade, auxiliado por um pau, fazia os movimentos de locomoção.

Tratando incontinentemente de indagar quem era, soubemos, que é Antonio Congo, escravizado de Amelio Arêas, residentes no Travessão do Nogueira.

Recolhido ao nosso estabelecimento, descobrimos nas costas sinais de sevícias recentes, e que estava ele ardendo em febre.

Depois de medicado, comunicamos ao sr. delegado de polícia o ocorrido, pedindo-lhe providências para mais esse infeliz.

É o cúmulo do barbarismo, aliado a mais requintada perversidade, surrar-se um pobre velho maior de 70 anos e aleijado.

Tão monstruoso atentado foi presenciado por um sem número de pessoas, que indignadas protestaram contra tanta desumanidade.

Eis aí o que são os escravocratas.

A idade, o sexo, os inválidos, nada lhes merece o menor respeito, desde que pertença a essa maldita instituição, que estabelece bárbaras e cruéis distinções, quando Deus, em nome da humanidade, pregou a igualdade de todos os homens.

Surrar-se um aleijado, maior de 70 anos, é o cúmulo do barbarismo! (VINTE E CINCO DE MARÇO, 14 ago. 1884, p. 4)

Por meio de artigos inflamados e ousados como esse, Luiz Carlos de Lacerda buscava intervir na sociedade campista. E somente em uma cidade receptiva à ideia de abolição, artigos como esse poderiam ser publicados (quase) ininterruptamente por mais de quatro anos, apesar de terem sido constantemente intimidados pelos senhores (e pelas autoridades) locais¹⁴. Por isso, cremos que naquele momento o desenvolvimento urbano da cidade de Campos era parte muito importante para o surgimento de um jornal tão abertamente abolicionista e o consequente desenvolvimento de um movimento abolicionista nesse município.

1.2.1 Luiz Carlos de Lacerda

Luiz Carlos de Lacerda é, portanto, da área urbana de Campos. Filho de uma família de “letrados”, profissionais liberais, faz parte da classe média

¹⁴ A publicação do jornal foi interrompida somente quando a sua redação foi invadida e destruída pela Polícia, entre 23 de Outubro de 1887 e 8 de Janeiro de 1888. Com exceção desse período o jornal funcionou regularmente por quatro anos e dois meses.

em Campos, ligada às atividades urbanas. Ele é filho do médico João Baptista de Lacerda, e irmão de João Baptista de Lacerda Filho (médico, que se tornou diretor do Museu Nacional), do médico Álvaro de Lacerda (que também contribuiu como jornalista na corte), do advogado Cândido de Lacerda (um dos fundadores do Liceu de Humanidade de Campos) e do jornalista Antônio de Lacerda. Com exceção de João Baptista de Lacerda Filho, todos os outros irmãos de Luiz Carlos também se dedicaram à causa abolicionista¹⁵.

Ele nasceu em 1853, mesmo ano que José do Patrocínio, de quem era amigo desde a infância e, talvez por isso, mantivesse no *Vinte e Cinco de Março* um estilo parecido com o que o colega mantinha na *Gazeta da Tarde*, inclusive fazendo uso de artigos, notícias e telegramas dele. Também adotava uma atitude de ataque material à escravidão, ocultando escravos em quilombos, incitando revoltas, requerendo ações à polícia (como inquéritos, exames de corpo de delito), além de exibir instrumentos de tortura. Foi muito perseguido pela polícia, por políticos e escravagistas da região (MOURA, 2004).

Na juventude, Lacerda viveu no Rio, onde foi estudar, mas não terminou seu curso; abandonou-o para trabalhar na construção da estrada de ferro que saía de Niterói. Nesse trabalho, acabou contraindo malária e adoecendo de uma perna. Retornou então a Campos e se casou com Olympia Lacerda, com quem viveu até a morte, passando com ela por muitas e sérias dificuldades financeiras. Carlos de Lacerda é descrito como

[...] franzino, com bigodes em ponta, nervoso e ágil [...] fino estrategista, não é sectário, e todas as medidas, por menores que sejam, em favor da Abolição, recebem apoio de Lacerda. Barões são elogiados, militares recebem aplausos, fazendeiros se tornam aliados, desde que contribuam para a libertação dos escravos. [...] Flexível, Lacerda é até Comendador do Império e, certa feita, assume a chefia da Polícia. (SILVA, 1984, p. 70)

Segundo Hervé Rodrigues (1988), Lacerda não aderiu de imediato à causa abolicionista, uma vez que em junho de 1881, quando foi fundada em Campos a “Sociedade Campista Libertadora”, eleito orador, não aceitou o cargo. Doze dias depois, em uma coluna do *Monitor Campista*, ele explicou os motivos da recusa, afirmando que “tratar-se da extinção momentânea

¹⁵ LIMA, Lana Lage da Gama. **Rebeldia Negra e Abolicionismo**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.
RODRIGUES, Hervé Salgado, op. cit., 1988.

do elemento servil é amesquinhar-se a ideia e ridicularizar-se a liberdade a quem não sabe compreendê-la nem defini-la.”¹⁶ Em nossa opinião, no entanto, essa declaração não parece indicar que ele não apoiasse a causa abolicionista. Indica que ele não apoiava a abolição sem preparação para o liberto, o que, apesar de paternalista, não nos autoriza a afirmar que não apoiasse a causa da abolição.

Com a fundação da Sociedade Campista Libertadora em 1881, o abolicionismo em Campos entrou em uma segunda fase. Anteriormente as associações de libertação resumiam-se ao recolhimento de contribuições em prol de alforrias esporádicas. Contudo, nesse momento, passa-se a uma etapa em que todas as classes sociais estão incluídas, a sociedade abolicionista torna-se mais combativa, aberta e direta. E, segundo Osório Peixoto Silva (1984), Lacerda teria, sim, se juntado a outros campistas¹⁷ nessa associação.

Em uma das conferências promovidas por essa Sociedade, no próprio dia 25 de março de 1884, uma das práticas mais abertas e agressivas que caracterizariam o Órgão abolicionista Carlos de Lacerda já pode ser vislumbrada: a exposição da crueldade da escravidão. Contando com a participação de mais de mil pessoas, a Sociedade Campista Libertadora expôs o menino Teodoro, de 14 anos, que havia sido severamente seviciado, com o corpo coberto de feridas. O estado do menino, de propriedade da família Areas, causou revolta na população.

Mas é o lançamento do jornal *Vinte e Cinco de Março*, no dia 1.º de maio de 1884, uma das medidas mais importantes dos abolicionistas de Campos. Porque, a partir dele, os escravocratas passaram a ser denunciados constantemente, os barões e fazendeiros expostos ao julgamento dos leitores, a polícia denunciada e a própria corte imperial duramente criticada. Foi o único jornal, em Campos, que não se mostrou preso aos senhores de engenho e a outros escravistas¹⁸.

¹⁶ Monitor Campista, 29 de junho de 1881, apud RODRIGUES, Hervé Salgado, op. cit., p. 110. Infelizmente essa importante fala do abolicionista não pôde ser verificada, pois a página desse número do jornal Monitor Campista encontra-se parcialmente destruída.

¹⁷ José João Barreto, Amaro Bastos, João Guaranis, Francisco de Paula Guimarães, Casemiro Silva, José Armond, Antonio Moura (o moura da bodega), João Correia, Benedito Careca, Pascoal Mamgano, Maximiliano Cabeça Chata, João Barreto Machado, Adolpho Porto, Bento Alves, Adolpho Maganhães, Feliciano José da Silva, Julio Armond, Dr. Miguel Herédia de Sá, Bento Baptista, Fernandes Lima, Alvarenga Pinto, Francisco Maria Teixeira de Queiroz e Francisco Portela, todos aqui listados não constam no Almanak Laemmert sob nenhuma profissão.

¹⁸ FEYDIT, Julio. **Subsídios para a história de Campos dos Goytacazes**: desde os tempos coloniais até a Proclamação da República. São João da Barra: Gráfica Luartson, 2004.

RODRIGUES, Hervé Salgado, op. cit., 1988.

SILVA, Osório Peixoto. **Os momentos decisivos na história de Campos dos Goytacazes**. Rio de Janeiro: Serviço de Comunicação Social da PETROBRAS, 1984.

Embora a cidade de Campos tenha sido um dos primeiros municípios brasileiros a ter um jornal, o *Vinte e Cinco de Março* diferenciava-se dos demais pelo seu caráter abolicionista e independente. E também porque, apesar de o jornal ter sido um dos principais canais de comunicação social e política dentro da vila, inicialmente, a imprensa campista, nascida como tribuna dos intelectuais e do interesse econômico da aristocracia rural, não se preocupava com questões sociais, considerando mais importantes, até mesmo, as notícias estrangeiras e nacionais que as locais. Daí o caráter inovador do *Vinte e Cinco de Março*, se comparado a outros periódicos de Campos (SOARES, 2004).

Devido à especificidade do *Vinte e Cinco de Março*, que se colocava na oposição da lógica escravista e, até mesmo, como representante de uma opinião popular abolicionista, cremos ser importante pontuar a vida de seu redator e proprietário. Luiz Carlos de Lacerda percebia-se como um agente político naquela sociedade e fazia uso do periódico como um de seus instrumentos políticos. Lacerda, como outros intelectuais do Império, percebia-se capaz de influenciar a opinião de seus leitores e, conseqüentemente, de mudar o destino da nação. E, nesse sentido, ele pode ser entendido como um intelectual orgânico, na medida em que organiza, dá homogeneidade e representa o pensamento contra-hegemônico daquela sociedade, que ele mesmo diz ser o anseio da maior parte da população.

Precisamos neste momento abrir um parêntese para explicar melhor o significado do conceito de intelectual orgânico. Esse pensamento foi desenvolvido por Antonio Gramsci (1979) que afirma que o Estado comporta duas esferas principais: a sociedade política (o Estado-coerção) e a sociedade civil (conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias). Embora essas duas esferas difiram em relação à função, juntas elas formam o Estado (ditadura + hegemonia), ou seja, ambas servem para conservar ou promover determinada base econômica. Contudo os aparelhos que mantêm a hegemonia são aparelhos privados, logo eles têm uma relativa autonomia em relação ao Estado. Como consequência disso, abre-se a possibilidade de que a ideologia das classes subalternas obtenha a hegemonia em um dos vários aparelhos hegemônicos privados, mesmo que tais classes não detenham o poder de Estado, no sentido estrito. É o que sugerimos ter ocorrido com o movimento abolicionista na segunda metade da década de 1880. Essa é uma crise político-ideológica, uma crise

de hegemonia, ou seja, a classe dominante perde o consenso, deixa de ser dirigente, permanece apenas dominante, detentora da força coercitiva.

Esse tipo de crise leva a dois resultados. Ela pode resultar numa queda da classe dominante do poder, assim como pode fortalecer tal classe que, por meio de concessões e manobras reformistas, mantém-se no poder e ainda se fortalece. Logo, a desagregação do poder constituído depende diretamente da competência de a classe dominada fazer política, conquistar progressivamente a hegemonia e o poder. O partido político é aquele que possibilita à classe dominada tomar o poder; ele faz isso ao elaborar de modo homogêneo e sistemático uma vontade coletiva popular. Gramsci refuta a possibilidade de isso ocorrer por meio de uma luta espontânea apenas, pois ela é fruto de um processo político refletido e de uma linha política capaz de incidir efetivamente sobre a realidade. O que não quer dizer que o partido possa arbitrariamente elaborar uma “vontade coletiva” sem considerar os sentimentos populares. Nessa lógica, o intelectual exerce um papel destacado dentro do partido. Ele pode ser de dois tipos: o intelectual orgânico, que dá homogeneidade e consciência a essa classe e o intelectual tradicional, que no passado tendo sido intelectual orgânico de uma determinada classe, é agora relativamente autônomo e independente. Ambos dão forma homogênea à classe à qual estão organicamente ligados e, por isso, preparam a hegemonia dessa classe sobre o conjunto dos seus aliados (COUTINHO, 1992).

Fechando nossos parênteses, devemos concluir afirmando que é como um intelectual orgânico que Lacerda pode ser aqui entendido. Ele é representante de uma vontade coletiva, é ele quem a organiza e a representa junto às classes dominantes. Não é aquele que cria tal vontade, posto que ela é coletiva, mas é seu organizador e representante junto aos outros. E foi por meio do *Vinte e Cinco de Março* que Lacerda e seus companheiros empreenderam a luta pelos ideais abolicionistas. O jornal alcançou notoriedade na região, principalmente por ser o único que se dedicava exclusivamente à propaganda abolicionista e por combater tudo que se relacionasse ao escravismo. Além de ter-se mantido regularmente publicado durante os quatro anos e dois meses de sua existência, o que o torna diferente de uma grande quantidade de jornais que tiveram uma vida bem mais breve durante o século XIX.

Outra característica que chama a atenção é o fato de que o *Vinte e Cinco de Março* se assemelha aos jornais combativos das décadas de 1820 e 1830, que também se caracterizavam por serem mais doutrinários do

que informativos, serem redigidos por uma só pessoa e estarem vinculados a uma liderança ou facção política, com linguagem veemente e formato pequeno (MOREL, 2003). Nesse sentido o *Vinte e Cinco de Março* também se distancia do discurso informativo dos jornais da região, exatamente porque era desvinculado dos senhores de escravos.

Um indício da importância do combate ao escravismo feito pelos abolicionistas ligados ao *Vinte e Cinco de Março* é que, na mesma época da fundação do jornal, os senhores agricultores de Campos reuniram-se para tentar organizar uma associação “para tratar do desenvolvimento da lavoura, por meio da introdução de colonos, e também para pedir ao governo providências contra os abusos que neste município se têm dado com a libertação de escravos” (FEYDIT, 2004, p. 361), numa clara tentativa de interromper ou, pelo menos, conter o movimento abolicionista na cidade.

Outros sinais de que Lacerda, seus companheiros e o *Vinte e Cinco de Março* incomodavam os escravistas da região foram os vários atentados de que eles foram alvo. Atentados que analisaremos adiante. A simples leitura do jornal não era bem vista, suas ideias poderiam alterar comportamentos, em especial porque nem sempre ensinavam atitudes recomendáveis por aqueles que detinham o poder de as determinar. Sabendo que a perseguição a autores e livros reivindicativos é uma estratégia recorrente dos grupos dominantes que buscam manter o *status quo*, entendemos essa atitude de repressão ao jornal como uma clara tentativa de silenciar os seus discursos de transformação. Tanto o estímulo, como a censura à leitura devem ser sempre analisados na relação entre conteúdo escrito e as questões políticas, estéticas, morais ou religiosas do período. Pois “a leitura não é uma prática neutra. Ela é campo de disputa, é espaço de poder.” (ABREU, 1999, p.15).

Ao mesmo tempo em que o *Vinte e Cinco de Março* sofreu tantas perseguições, ele também contou com muitos contribuintes para a campanha abolicionista. Bandas de músicas, clubes carnavalescos, irmandades religiosas, poetas, músicos, artistas das companhias teatrais, poderosos barões do açúcar e principalmente médicos foram parte dos que se engajaram na campanha abolicionista. O jornal recebeu muito apoio popular, muitos donativos e até a defesa oferecida pela população nos momentos em que foi preciso, principalmente nos embates contra a polícia (SILVA, 1984).

Esse apoio recebido por Lacerda e seu jornal demonstra como as ideias abolicionistas ecoaram na cidade de Campos, um município historicamente

importante por sua produção agrícola e por sua centralidade no comércio inter e intraprovincial que, em resposta a essa importância, recebeu muitos investimentos do Governo, o qual implementou e incentivou a entrada de novidades tecnológicas na cidade, tais como os engenhos centrais, as usinas de processamento de cana-de-açúcar, as estradas de ferro, o canal Campos-Macaé, fruto também da relevância política da cidade no cenário provincial.

Na sede desse município encontrava-se uma freguesia bastante urbanizada que concentrava uma série de serviços: escolas e professores, médicos e hospitais, bancos, diversos tipos de comércios, lojas maçônicas, tipografias, bibliotecas e muitos profissionais urbanos. Mas, junto a isso, havia também a permanência da superioridade econômica e política dos senhores escravocratas, dos barões do açúcar. E foi nesse espaço urbano, propício à propagação das ideias abolicionistas, que Lacerda, filho das classes médias campistas, fundou o *Vinte e Cinco de Março* e foi bem-sucedido em sua manutenção. Porém, como o município não se restringia à área urbana, e sua economia e política ainda eram controladas por grandes fazendeiros, o uso de uma oratória ousada causou-lhe inúmeras perseguições, as quais eram abertamente relatadas, comumente, na primeira página do jornal, na sua seção mais relevante e autoral: a seção “25 de Março”. Por isso, iremos agora analisar a estrutura desse periódico, como forma de melhor entender a lógica da ação desses abolicionistas.

1.3 O Vinte e Cinco de Março em pauta

Na prática da pesquisa historiográfica com periódicos, vários aspectos devem ser observados: a aparência do periódico, posto que nada em um jornal é “natural”; as técnicas usadas para sua fabricação comparadas com as disponíveis na época; e, principalmente, a função social dos impressos, sua circulação, sua relação com o mercado, os objetivos propostos e seu público-alvo. É preciso estar atento ao fato de que as diferenças no suporte usado e na apresentação do conteúdo são escolhas dos editores e autores, que apontam para diferenças relacionadas aos sentidos assumidos pelos periódicos no momento de sua circulação. Isso porque o meio tem importância fundamental para a compreensão da mensagem, uma vez que na relação das pessoas com os meios de comunicação, além da transmissão de ideias, ocorre a tradução e a transformação da mensagem entre o que a conduz e o

que a recepciona. Dessa forma, os textos são apropriados de acordo com as expectativas e receios dos leitores, o que dá ao texto vários significados¹⁹.

Diante dessas questões, faz-se necessário, primeiramente, esclarecer por que foi escolhido o nome *Vinte e Cinco de Março* para o jornal. Esse nome é bastante significativo, pois está ligado à própria ideia do tipo de abolicionismo que o jornal defende: uma abolição imediata e sem violência. O nome do jornal deve-se à abolição promulgada antecipadamente e de forma independente do Estado, no dia 25 de março de 1884, em toda a província do Ceará.

Para entendermos o que foi essa abolição recorreremos à fala do historiador Robert Conrad (1978). Ele nos explica que, na década de 1880, os escravocratas do sul do Brasil começaram a ficar preocupados com a constante venda de escravos do norte para o sul do país e, temerosos que essa transferência de mão de obra tornasse o norte do país não só livre de escravos, como antiescravagista, buscaram medidas legais para impedir a compra de escravos vindos de outras províncias. Mas essa tentativa de impedir o antagonismo de interesses na nação não surtiu o efeito esperado. Contrariamente, as leis que proibiam a venda de escravos do norte para o sul acabaram fortalecendo o abolicionismo no norte, em especial no Ceará, posto que o valor dos escravos dependia quase exclusivamente da existência do mercado no sul.

Uma seca ocorrida entre 1877 e 1880 também colaborou para a emancipação da província, pois ela devastou as lavouras cearenses. Depois de tão longo período de privação econômica restou ao fazendeiro nordestino apenas vender seus escravos para subsistir. Foi nesse momento que as leis antitráfico interprovincial os atingiram mais duramente. Como consequência, abriu-se espaço para o crescimento do abolicionismo, que ainda não tinha encontrado destaque na província. Em 1879, após a seca, é fundada uma organização abolicionista e humanitária, chamada *Perseverança e Porvir*, que se dedicou à abolição. Ela também criou um jornal e recebeu, depois, o apoio do próprio Presidente da Província.

Até um dia após a assinatura da lei antitráfico interprovincial em São Paulo essa sociedade abolicionista funcionava similarmente às outras tantas espalhadas no país, com saraus, festas, arrecadação de dinheiro para alforrias e celebração dessas alforrias. Nesse dia, contudo, José do Amaral,

¹⁹ ALVES, Fábio Lopes; GUARNIERI, Ivanor Luiz, op. cit., 2007.

DE LUCA, Tania Regina, op. cit., 2010.

MOREIRA, Luciano da Silva. Imprensa e opinião pública no Brasil Império: Minas Gerais e São Paulo (1826-1842). 2011. Tese (Doutorado em História) – UFMG, Belo Horizonte, 2011.

presidente da organização, sob o argumento de que o valor dos escravos havia caído drasticamente com a lei paulista, tenta convencer um senhor de escravos a libertar escravos recém-adquiridos do interior. Como a tentativa foi malsucedida, José do Amaral concebeu a ideia de fechar o porto do Ceará ao tráfico de escravos, buscando diminuir o lucro dos negociantes. Daí em diante o movimento abolicionista que lutava pela proibição da exportação de escravos do Ceará ganhou apoio popular e, principalmente, de dois antigos escravos, líderes populares dos trabalhadores do porto, Francisco José do Nascimento e José Napoleão, os quais foram fundamentais, pois conseguiram convencer os jangadeiros a se recusarem a transportar escravos para os navios.

Após esses acontecimentos, o abolicionismo se tornou um movimento de massa no Ceará, o que ameaçou a escravidão em todo o país. E mesmo com medidas do governo federal para controlá-lo, o abolicionismo do Ceará cresceu e chegou ao interior. Além dos portos fechados para a entrada ou saída de escravos, processos sistemáticos de alforrias foram implementados (José do Patrocínio viajou para lá e participou de parte deles), libertando cidade por cidade. Tamanho foi o sucesso do movimento abolicionista, que foi marcada, para o dia 25 de março de 1884, a data da libertação total da Província do Ceará. E embora na prática não tenha ocorrido, pois no município de Milagres ainda havia 298 cativos, a abolição da Província foi muito festejada pela população cearense e por abolicionistas de todo o país. E, ainda mais importante, essa emancipação serviu “como um detonador para deflagrar uma série de explosões abolicionistas que começariam a destruir a escravatura desde o Amazonas até a fronteira uruguaia” (CONRAD, 1978, p. 230).

Esses fatos mostram como o movimento ocorrido no Ceará foi fundamental para motivar abolicionistas como Carlos de Lacerda a fundarem jornais e associações abolicionistas. Por isso mesmo não é uma coincidência que, no mesmo dia 25 de março de 1884, os abolicionistas em Campos tenham tomado sua primeira atitude mais drástica em prol da abolição: durante todo o ano de 1884, as libertações ocorridas no Ceará, depois no Amazonas e também no Rio Grande do Sul, foram muito comemoradas pelos redatores do *Vinte e Cinco de Março*. Uma representação disso está no próprio layout do jornal que, durante toda a duração do periódico (sempre publicado às quintas-feiras e aos domingos), pouco mudou, exceto nos dias comemorativos, como na emancipação da província do Amazonas, do Rio

Grande do Sul, de São Paulo, ou quando foi anunciada a assinatura da Lei Áurea, como exemplificam as imagens abaixo²⁰:



Ilustração 1 – Cabecalho cotidiano do Vinte e Cinco de Março

Fonte: Jornal *Vinte e Cinco de Março* (1884).

²⁰ Todas as fotos foram feitas pela própria autora na Fundação Casa de Rui Barbosa, onde se encontram arquivadas quase todas as edições do jornal *Vinte e Cinco de Março*, que fazem parte da coleção Plínio Doyle.

ANNO I
ASSIGNATURAS
SEM FORTÉ
Mensal... 12
Anno 100 réis

Campos—Domingo, 27 de Julho de 1884

NUM. 26
ASSIGNATURAS
SEM FORTÉ
Anno 14000
Avulso 100 réis

VINTE E CINCO DE MARÇO

REDACTOR E PROPRIETARIO LUIZ CARLOS DE LACERDA

AMAZONAS LIVRE

Serui nigri in Brasilia, et quoniam alit dominatombus tolerantar: sed quo jure ei titulo me preitais ignorare fateor

Escravos negros são tolerados no Brazil e outros domínios; mas por que direito e com que titulo confesso ignorar o completamente. MELLO FERRE (Século XVIII).

25 de Março

AMAZONAS LIVRE

Mais uma victoria do abolicionismo!
Mais um throno erguido á liberdade!

Já não se confunde mais o marulhar das aguas do gigante Amazonas, com os gemidos do escravizado.

No pedago do Brazil, onde tudo é magestoso, onde tudo attesta a immensidade de Deus, e a pequenez do homem, o rei da creação, trocaram-se as maldições da escravidão pelos hymnos da liberdade.

A provincia do Amazonas é tão livre como seus rios; o escravizado deu lugar ao cidadão; o homem substituiu a coisa; a civilização e barbarismo e a liberdade, igualdade e fraternidade, na que a communhão social plantaram o seu estandarte.

Hosannas ao Amazonas livre!
Hosannas a essa triundade, que constitue a felicidade dos povos!

Bravos entusiasticos aquelle povo livre, que uma por uma quebrou as pesadas cadeias, que prendiam um grande numero de infelizes a um maldito e vergonhoso passado.

Idéa santa, caminha e trazeli do Norte os teus canonicos para o Sul!

Ensinae-nos, na voz dos teus

ventos a emitir o vesso exemplo!

Mandai-nos os teus obreiros, trazendo os instrumentos com que derrocaram o castello da escravidão, que durante tres seculos zombou dos estragos do tempo, ajudar-nos á construir, em seu logar, o throno da liberdade.

Vinde em nosso auxilio, porque então diremos aos escravocratas do Sul:

Curvai-vos reverentes, malditos, porque os ventos do Norte nos trazem os ecos dos canticos, que alli se entoam; ajoelhae-vos contrictos, para deixar paesar os obreiros do progresso, que vêm destruir o barbarismo para edificarem a civilização.

E o Norte e o Sul em côro, deixarão ouvir este hymno unico capaz de comparar-se com a grandeza de nossos rios, belleza de nossas mattas, variedade de nossos passaros, fertilidade de nosso sólo e tudo quanto possuímos:

O BRAZIL É LIVRE.

—o—

As resistencias as causas santas, como esta, que actualmente agita todo o imperio brasileiro, só podem produzir grandes e gloriosas victorias.

Os loucos são os unicos capazes de tentar resistir ao grande penhasco que se desloca do cimo da montanha ingreme.

A abolição é o grande penhasco que se desloca do cimo de uma montanha ingreme, a quello que tentar amparar-o será esmagado pelo seu peso, obrigando-o á um salto, que mais apressará a velocidade de sua carreira.

A data para a abolição da

provincia do Amazonas estava decretada, para 5 de setembro, o acto do governo, demittindo o dr. Theodoro Souto, precipitou-a para 10 do Julho!

Essa resistencia, de muito pequena importancia para seu progresso, cujo termo estava decretado, obrigou-a a um salto, que crescendo sua velocidade deu-lhe um augmento de 56 dias de marcha.

—o—

Assim descreve o DIARIO GILLO PARA' esse acontecimento:

« A demissão do dr. Theodoro Souto de presidente da provincia, produziu a mais extranha impressão no Amazonas.»

A' 24 do passado, escrevia um amigo, á GAZETA DA TARDE:

« O Amazonas está revoltado por causa da demissão do dr. Theodoro. Todos protestam contra o governo, as camaras municipaes e os comicios populares, e nessas manifestações falla-se calorosamente em separação da provincia.

Hoje foi distribuido este avulso:

« Convida-se o povo inteiro de Menãos, nacionaes e estrangeiros, para o grande meeting na terça-feira, 24, ás 5 horas da tarde, na praça Pedro II, para testemunhar ao dr. Theodoro Souto a gratidão publica.

O nobre presidente esforça-se activamente para que as demonstrações não excedam o tom legal.

O governo não sabe o que fez. A arma com que pretendeu ferir ao dr. Souto foi a porta que levou este ao pantheon de Amazonas.»

Além deste convite da imprensa foi distribuido o seguinte boletim:

« AO POVO AMAZONENSE!
AO POVO LIBERTADOR
Cidadãos Amazonenses!
Povo residente nesta capital!
Brazileiros!
Estrangeiros!

Amanhã ás 5 horas da tarde devem todos estar reunidos na praça Pedro II, para o meeting popular.

Não falteis.

E' preciso que o povo, sem distincção de classe, de politica ou nacionalidade, diga em alto e bom som—que desapprova o acto do governo do imperador, pelo qual demittio ao sr. dr. Theodoro Souto de presidente da provincia; é preciso dizer ao mundo inteiro que o povo amazonense não apoia esse acto de extrabismo; que diga ao mundo que o governo do Brazil na governança liberal—demitte seus delegados porque sancionam e protegem o movimento abolicionista.

Cidadãos! Um protesto energetico e

Viva a Liberdade!
Abaixo o escravagismo!
Viva o Amazonas!»

E deste modo concluiu o nosso collega da GAZETA DA TARDE:

« O Amazonas está, pois, livre, por voto unanime da população.

Ainda que se quizesse pôr em duvida a espontaneidade,ahi está o facto de ter sido marcado o dia 5 de setembro para a libertação da provincia e, a impaciencia publica fez com que a data recuasse a 10 de julho.

Não ha negar que o coração popular pediu, activou e realizou a emancipação da provincia.

Ilustração 2 – Cabeçalho comemorativo após libertação da provincia do Amazonas

Fonte: Jornal *Vinte e Cinco de Março* (1884).

Esse cabeçalho mudou relativamente pouco ao longo dos anos, mantendo as características principais e modificando apenas os tipos de fonte. Nas duas fotos anteriores podemos observar como era o layout do jornal e como ele mudou (um pouco) para celebrar as libertações que vinham ocorrendo no país. Abaixo do cabeçalho sempre vinha o texto principal dividido verticalmente em quatro colunas finas, dadas as dimensões reduzidas do jornal: 215 mm de largura por 303 mm de altura. A partir de 1886, o jornal ganha novas e maiores proporções, mantendo o número de quatro páginas, o que denota a maior importância do jornal na região. Somente em dois dias o jornal muda a sua página um. Após a morte de Vitor Hugo e no dia em que foi anunciada a assinatura da Lei Áurea, como podemos observar na foto abaixo:



Ilustração 3 – Cabeçalho e capa comemorativa após a assinatura da Lei Áurea

Fonte: Jornal *Vinte e Cinco de Março* (1888).

Ainda no cabeçalho temos, além de algumas informações técnicas, o preço do jornal. E ao compararmos o seu preço com o do *Monitor Campista* (no período, o jornal mais antigo de Campos; com caráter conservador e informacional) pode parecer que o *Vinte e Cinco de Março* fosse mais barato. Porém, embora a assinatura deste jornal fosse mais barata, ele circulava apenas duas vezes por semana, enquanto o *Monitor Campista* circulava seis vezes por semana. Somente o preço do jornal vendido avulso se assemelha.

Essa constatação nos leva a supor que as dificuldades de manutenção de um jornal abolicionista impunham um preço mais alto, pois a maior parte de seus recursos devia vir diretamente de suas vendas. Além disso, seu valor mais elevado aponta o fato de que seus leitores diretos deveriam ser pessoas com certo padrão econômico, já que o *Vinte e Cinco de Março* nunca aceitou anúncios de escravos fugidos (assunto que será mais bem trabalhado logo em seguida), comuns mesmo entre os jornais que traziam um discurso pró-abolição (MACHADO, 2010a), o que restringia significativamente a renda aferida com os anúncios.

Logo na primeira coluna do jornal há uma citação em latim (seguida por sua tradução em português) do jurista português, do século XVIII, Mello de Freire, que diz “Escravos negros são tolerados no Brasil e outros domínios; mas por que direito e com que título confesso ignorá-lo completamente.” Essa citação permanece no mesmo local durante quase toda a extensão de vida do periódico. Ela só é retirada após a aprovação da Lei Áurea. Até mesmo o número 36, do ano V, distribuído no dia 13 de maio e, portanto, feito e impresso antes da aprovação da lei, traz a inscrição pela última vez. É importante destacar que essa citação expressa uma das características mais importantes do abolicionismo: seu caráter legislativo. Essa característica é marcante e presente em toda a argumentação do periódico.

A citação de um famoso jurista faz parte da lógica de combate desses abolicionistas. E o fato de a citação estar logo na abertura do jornal chama a atenção, pois além de ser uma forma de buscar apoio às ideias propostas pelo jornal, também deve ser entendida como um recurso para direcionar a leitura, fazendo o leitor identificar, logo no primeiro momento, que um grande pensador afirma o que o jornal está prestes a afirmar também. Como todos os textos podem ser (e são) interpretados por cada leitor de uma forma única, quem os escreve faz uso de diferentes estratégias para que o significado exato que ele quer dar ao texto seja passado. É isso o que observamos na frase que abre o *Vinte e Cinco de Março*.

O que buscamos dizer é que os sentidos de um texto não são inerentes a ele, uma vez que estão sujeitos a interpretações diferentes, considerando-se os momentos de transmissão e de apropriação. Tanto a redação, como a composição tipográfica e até a leitura de fato influenciam no sentido final de um texto. Por exemplo, a tipografia é capaz de produzir sentidos, como faziam constantemente os periódicos da 1.^a metade do século XIX, ao usar palavras invertidas e de ponta-cabeça para indicar ironia. Tais intervenções tipográficas buscam direcionar a forma de ler e compreender o texto; a intencionalidade de quem produz um texto está indicada até mesmo nos elementos não verbais. Mas o texto só se completa pelo itinerário da leitura, já que o objeto literário é constituído pela atividade de ler. Logo a obra é uma produção comum do autor e do leitor.²¹

No contexto desse livro, a discussão das formas de leitura serve apenas como contextualização e como meio de destacar que todo material escrito é produzido com estratégias para conduzir a uma leitura autorizada do texto, mas o sentido do texto só se conclui com a leitura feita de maneira independente pelo leitor. Embora as formas de leitura sejam uma questão bastante abordada na História Cultural, a intenção de nossa pesquisa não as abrange, pois nosso objetivo é analisar o jornal em seus aspectos socioeconômicos e políticos no contexto do abolicionismo em Campos. Dessa forma, é preciso estar atento a quem eram (potencialmente) os leitores do periódico analisado.

Portanto, analisaremos tanto o universo de alfabetizados como a tiragem do jornal, expressa em todas as edições. Começa com 1.000 exemplares, passa por um período em que é reduzida para 800, sobe para 900 e termina (em junho de 1888) com uma tiragem de 2.000 exemplares. Apesar do crescimento do número de jornais vendidos e do número de anunciantes, é preciso destacar que logo nos primeiros números do jornal há várias notas informando que o jornal pretendia tornar-se diário, fato que nunca ocorreu.

Como mencionado na seção anterior, na paróquia de São Salvador (área urbana de Campos), os profissionais liberais apresentavam maior concentração de renda. Nesse contexto, quanto mais pobre, maiores eram

²¹ CHARTIER, Roger. Texto, impressão, leituras. In: HUNT, Lynn et al. **A nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

MOREIRA, Luciano da Silva, op. cit., 2011.

RICOEUR, Paul, apud BARBOSA, Marialva Carlos. **Percursos do olhar**: comunicação, narrativa e memória. Niterói: EdUFF, 2007.

as chances de a pessoa ser analfabeta. Embora o universo de votantes englobasse diferentes profissionais, a elegibilidade (o direito de ser votado, de ser eleito) “estava restrita à elite local composta, primordialmente, por proprietários e profissionais liberais, seguidos por aqueles que se dedicavam ao comércio/serviços e pelos que trabalhavam no setor público.” (Nunes, 2003: 335-336). Logo, era na Paróquia de São Salvador e, especificamente, entre aqueles que compunham os grupos dos eleitores que estava a maior taxa de alfabetização da cidade.

Em 1872, em Campos, dos 28.467 homens livres, 7.434 eram alfabetizados (26%) e das 27.745 mulheres livres, 3.921 mulheres eram alfabetizadas (14%). No entanto, entre os escravizados havia apenas 18 homens alfabetizados e somente 4 mulheres alfabetizadas, em um universo de 17.689 escravos e 14.931 escravas em todo o município de Campos.

No ano de 1890, um novo censo foi aferido e, segundo ele, já sem a divisão entre livres e escravos, temos 7.835 homens alfabetizados entre 38.792 habitantes homens da cidade (ou seja, 20% deles são alfabetizados) e 5.058 mulheres alfabetizadas (13%) em um universo de 39.244 mulheres na cidade. Esse cálculo deixa claro que, sem a distinção entre livres e escravos, posto que são todos livres agora, ocorreu a incorporação dos libertos no cômputo geral, e conseqüentemente abaixou o percentual de letramento da população cidadina.

Embora o universo de possíveis leitores em 1872 pareça pequeno (20% de toda a população livre), é preciso compreender melhor as práticas de leitura do século XIX, em virtude do fato de que o jornal aqui estudado englobava uma associação abolicionista, que promovia inúmeros eventos sociais, onde se discutiam os assuntos tratados nos jornais. Logo, o número de pessoas realmente alcançado pelos jornais é impossível de ser calculado, mas, provavelmente, ultrapassava o seu número de assinantes.

Se considerarmos o caso mais extremo (mil assinantes e população total de 88.832 habitantes, segundo o Censo de 1872), os mil assinantes do *Vinte e Cinco de Março* representavam 1,7% da população livre e 1,1% da população total do município. Considerando um melhor cenário, no período final do periódico (já 2.000 assinantes e população de 78.036 habitantes, segundo o Censo de 1890), os dois mil assinantes representavam 2,6% da população de Campos. E se forcarmos ainda mais, desconsiderando os 29% dessa população que era menor de 10 anos, teremos uma população total, em

1890, de 55.753 pessoas acima dos 11 anos de idade. Logo os 2.000 assinantes do jornal representariam 3,6% da população de Campos.

Mesmo assim, a proporção é mais baixa que aquela encontrada na corte. Por exemplo, o jornal *O Paiz* possuía uma tiragem de 11 mil exemplares (PESSANHA, 2006), representativa de 4,9% da população livre e 4% da população total do Distrito Federal. O periódico *Gazeta da Tarde*, jornal abolicionista que também circulava na corte, tinha em 1881 (ano em que foi comprado por José do Patrocínio) uma tiragem de 5.000 exemplares (MACHADO, 1991). Esses leitores representavam 2,2% da população livre e 1,2% da população total do município do Rio de Janeiro. Mas, em 1884, esse jornal já possuía a tiragem de 12 mil exemplares, maior ainda que a do *O Paiz*.

Diante disso, vemos que o *Vinte e Cinco de Março* não tinha a mesma inserção na sociedade campista que possuíam os jornais abolicionistas na corte. Entretanto, a inserção e atuação de jornais abolicionistas, mesmo que pequenos (como talvez possa ser considerado o *Vinte e Cinco de Março*), é muito importante, pois reflete a falta de sustentação do escravismo na década de 1880.

É preciso também destacar que esses dados apenas apontam o universo dos possíveis leitores do periódico, e não o número final de pessoas atingidas por ele. Isso porque muitas das leituras do século XIX seguiam uma lógica diferente da atual, uma vez que a relação que temos hoje com o texto não é a mesma de outras épocas. O significado e a importância de um texto é sempre peculiar ao período e à maneira como ele foi produzido (DARTON, 1990). Daí a importância de se fazer a crítica interna (observar a coerência, o modo de abordagem, a duração da abordagem do tema, a presença ou ausência de mudança de postura, a forma de interrupção do tema etc.) e a crítica externa (contexto histórico, motivações dos produtores dos periódicos) dos documentos. É necessário observar o ambiente em que foram produzidos, a qual sociedade estavam vinculados, analisar os valores e as circunstâncias da época (ALVES, 2007). É nesse sentido que certamente podemos afirmar que o *Vinte e Cinco de Março* funcionava como um importante meio de divulgação das ideias abolicionistas.

Apesar do alto índice de analfabetismo no Brasil do século XIX, jornais abolicionistas foram capazes de impulsionar a população, pois a prática da leitura em voz alta e as conversas cotidianas realizadas em espaços públicos abarcavam as pessoas mais humildes, o que, entre outras medidas,

possibilitou o caráter popular do movimento abolicionista desde o final da década de 1870 (PÍCOLI, 2009). A campanha abolicionista foi difundida para vários segmentos da sociedade por meio dos jornais. O abolicionismo ganhou as ruas, estimulado pelas elites intelectuais que atuavam na imprensa (MACHADO, 2006). Apesar das dificuldades da campanha abolicionista, esses jornais disseminaram as ideias antiescravistas entre os diversos segmentos da população, por meio dos seus leitores, ou por meio das manifestações públicas, que atraíam pessoas que não tinham acesso às suas matérias, incluindo-se, nesse caso, os analfabetos (MACHADO, 1991).

As tipografias e as primeiras livrarias também foram fundamentais nesse processo de divulgação das ideias contidas nos impressos, pois, frequentadas por redatores e leitores, eram locais ideais para conversas, contatos e estabelecimento de laços de solidariedade política. Enquanto pontos de venda dos impressos, ocorriam aí leituras coletivas, espalhavam-se cartazes, e papéis circulavam de maneira intensa pelas ruas. As pessoas tinham contato com as notícias dos periódicos também pela maneira de vender os jornais, pois os vendedores anunciavam publicamente as notícias neles contidas, possibilitando que todos ao redor ouvissem parte do que estava contido no jornal. Os próprios jornais eram expostos em locais frequentados por diversas camadas da população, assim como há registros de leituras em grupo, características de um tipo de sociabilidade literária que se tornaria corrente em fins do século XIX.²² Por isso, apesar das limitações impostas pela escassa alfabetização, o rótulo de elitista, às vezes empregado para caracterizar a imprensa do século XIX, deve ser usado com muita cautela, uma vez que “havia cruzamentos e interseções entre as expressões orais e escritas, entre as culturas letradas e iletradas.” (MOREL, 2003, p. 45). A circulação do debate político ultrapassava o público exclusivamente leitor.

Essa interação entre os redatores dos jornais e leitores é facilmente detectada na leitura do *Vinte e Cinco de Março*, pois em inúmeros momentos o jornal relata as muitas visitas da população cidadina e dos escravos à redação. Eles lá iam para denunciar alguma violência ou para alertá-los sobre possíveis ataques da polícia, assim como algumas vezes lá ocorriam reuniões abertas dos abolicionistas, o que demonstra que a tipografia funcionava como

²² MACHADO, Humberto Fernandes, op. cit., 1991.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de, op. cit., 2003.

PINA, Patrícia Kátia da Costa. O jornal, o leitor e a leitura no oitocentos brasileiro. **Labirintos**: revista eletrônica do núcleo de estudos portugueses, n. 8, 2. sem., 2010.

um local de encontro, debates e ação política dos abolicionistas em Campos, como veremos em detalhes no capítulo seguinte.

Um último ponto a se destacar quanto ao alcance desses periódicos são as restrições econômicas. Apesar do preço dos livros não ser tão alto se comparado com o salário médio dos eleitores da época, os proprietários de livros deviam ter salário que lhes possibilitasse serem eleitores. Fica clara, portanto, a relação direta entre elites culturais e elites políticas. Aqueles que compravam livros eram, potencialmente, os formadores de opinião, fosse pelo voto, fosse por sua capacidade de ler (e de se informar mais rapidamente), além, é claro, do seu poder aquisitivo e social (MOREL, 2003).

Os jornais, no entanto, custavam muito menos que os livros, eram muito mais acessíveis. Além disso, era muito comum, à época, os jornais transcreverem trechos de livros, disseminando assim a literatura. Logo, mesmo quem não tinha poder aquisitivo para comprar livros, poderia ter acesso a eles, ainda que controlados pelos redatores dos jornais. Nesse sentido, assim como a escrita e a oralidade conviviam e se intercruzavam na sociedade oitocentista, os grupos das elites e das classes populares (inclusive os escravos) também o faziam. É por isso mesmo que Marco Morel (2003) questiona o estereótipo do escravo *ignorante*, aquele que não tem nenhum acesso à imprensa ou cultura letrada. Ele sugere que os escravos, ainda que não tivessem voz ativa nas páginas impressas, podiam, ocasionalmente, ser leitores, indiretos ou mesmo diretos (mesmo que bem raros), fazendo releituras próprias desses jornais. O autor está consciente de que, obviamente, o controle do espaço impresso não era dos escravos. Mas ele ressalta a necessidade de se pensar num caminho de mão dupla, em que os cativos não eram apenas objetos, ou tinham suas vidas influenciadas pelos impressos. Eles também deixaram suas marcas na imprensa, de diferentes maneiras, como mercadoria ou como agentes históricos. O que também pode ser exemplificado pelo *Vinte e Cinco de Março*, uma vez que em muitos momentos há notícias sobre a fuga de escravos para o escritório do jornal, assim como sobre outros escravos que para lá se dirigem na esperança de conseguirem defesa jurídica em processos contra seus senhores.

Nesse sentido, destaca-se que, apesar de o estabelecimento da imprensa no Brasil estar ligado à vida urbana, o uso dos impressos não se mostrou restrito, pois o acesso à cultura letrada não se restringiu aos círculos alfabetizados. Além da leitura em voz alta ser uma prática muito

comum no Brasil oitocentista, o uso de imagens permitiu que a leitura e consequentemente a alfabetização ficassem em segundo plano (SODRÉ, 1999) na disseminação das ideias abolicionistas. Contudo, o *Vinte e Cinco de Março* faz um uso muito pequeno dos recursos visuais não verbais. Quase não há ilustrações e não há nenhuma caricatura em todo o jornal. As duas únicas exceções são, primeiro, as poucas ilustrações presentes em alguns anúncios; mas como elas são de responsabilidade do anunciante e não do jornal, em particular, elas não nos interessam. A segunda exceção é uma ilustração feita pelo próprio jornal e localizada entre a frase em latim e sua tradução (a citação do jurista português), presente logo na primeira página, da primeira coluna de todos os jornais.



Ilustração 4 – Única ilustração produzida pelo jornal

Fonte: Jornal *Vinte e Cinco de Março* (1885-1886).

Embora essa ilustração tenha sido utilizada por apenas setes meses (entre os dias 29 de agosto de 1885 e 1.º de abril de 1886) e, mesmo nesse período, em alguns números ela não tenha aparecido (aparentemente devido à falta de espaço), essa ilustração é muito significativa. Como podemos observar, ela representa um homem negro vestindo uma peça de roupa branca, que lhe cobre apenas as partes íntimas, como muitas das roupas de algodão rústico que os escravos eram obrigados a usar. O escravo se encontra numa paisagem aparentemente rural — ao lado de uma pequena árvore e de um arbusto. Suas mãos se abrem por cima de sua cabeça e, por meio desse ato, ele se liberta das algemas que o prendiam, enquanto seus pés já têm as correntes quebradas. Tudo nessa imagem evoca a abolição, a posição do escravo no campo, a frase que faz as vezes de margem da figura (“Escravos negros são tolerados no Brasil e outros domínios; mas por que direito e com que título confesso ignorá-lo completamente.”) e, em especial, o fato de que o negro está sozinho, libertando-se sem o auxílio de ninguém, numa atitude completamente independente.

1.3.1 *Entre anúncios, notícias e folhetins*

Existem diferenças entre se escrever um texto e tê-lo impresso, pois o suporte do texto influencia em sua leitura; na verdade, até mesmo quando o suporte e o texto são os mesmos, as leituras serão diferentes. Da mesma maneira, no processo de produção dos textos, o autor também faz uso de códigos de leitura (explícitos ou implícitos) que impõem ao leitor um protocolo de leitura que se relaciona com o suporte material da escrita: a disposição e a divisão dos textos, por exemplo. Esses protocolos trazem implícito o tipo de leitor ao qual o impresso se dirige.²³ Por isso é relevante que nós analisemos as diferentes seções do *Vinte e Cinco de Março*, para entender os caminhos da leitura que o redator tentava impor e também os diferentes setores em que era dividido o periódico, para, talvez assim, abranger um maior público leitor.

O jornal *Vinte e Cinco de Março* subdivide-se internamente em poucas seções. Manteve sempre quatro páginas e a primeira seção ocupou, quase sempre, toda a primeira página, estendendo-se para a

²³ CHARTIER, Roger. op. cit., 1995.

Idem. Do livro à leitura. In: CHARTIER, Roger (Org.). **Práticas de leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

segunda ocasionalmente e, em raros casos, até a terceira. Essa primeira seção, intitulada “25 de Março”, funcionava como um editorial, pois nela eram debatidas as ideias principais do periódico. Era a seção mais argumentativa e não apresentava nenhuma notícia cotidiana. Nessa seção discutia-se o tipo de abolição que o jornal defendia, o porquê dessa opção e os meios que buscavam para implementá-la. Aí também era exposta a relação do *Vinte e Cinco de Março* com outros jornalistas, com os políticos e com os senhores.

Assim como todas as sessões produzidas pelo jornal, essa raramente é assinada e, por isso, não podemos saber com certeza se é fruto de um trabalho coletivo ou individual. O jornal, porém, dá indicações de que pelo menos essa primeira seção seja de autoria de Luiz Carlos de Lacerda, pois além do dizer logo abaixo do cabeçalho do jornal “Proprietário e Redator Luiz Carlos de Lacerda”, em alguns raros artigos da seção “25 de Março”, podemos ler pronomes relativos à primeira pessoa como “eu”, “meu”, “minha”. Além disso, todas as vezes que Carlos de Lacerda se ausentava da cidade, o jornal exibia uma nota ou na seção “Noticiário” ou na seção “Expediente” informando sobre a viagem do redator, seu tempo de duração e quem seria o responsável pela redação do jornal durante aquele período. Como na edição do dia 22 de maio de 1884, por exemplo, na seção “Expediente” há uma nota informando: “Durante a nossa ausência, que será por poucos dias fica-nos substituindo o Sr. Germano Rodrigues Peixoto.”, cremos que a redação do jornal, senão completamente, pelo menos a parte mais argumentativa, era redigida por Carlos de Lacerda. Em sua ausência outros colaboradores do jornal assumiam essa responsabilidade, como também exemplifica o trecho abaixo:

“Seguindo para a côrte no vapor de amanhã, durante a nossa ausência fica à frente desta redação o nosso companheiro e amigo, Pedro Albertino Dias de Araujo, com quem poderão se entender as pessoas que tiverem alguma dependência do «Vinte e Cinco de Março». Campos, 25 de fevereiro de 1885. CARLOS DE LACERDA.” (VINTE E CINCO DE MARÇO, 5 mar. 1885, p. 1)

Além de Pedro Albertino e Germano Rodrigues Peixoto, também é citado Adolfo Pereira Porto em outras oportunidades. Em contrapartida, as matérias assinadas eram, em sua maioria, transcrições de outros jornais ou contribuições de importantes abolicionistas.

Após essa longa seção inicial, há pequenas matérias, nem sempre acompanhadas de títulos, mas ainda dentro da seção “25 de Março”. Essas matérias, também argumentativas, não se confundem com a sessão denominada “Noticiário”, onde estão, por exemplo, os relatos de casos de violência contra escravos, as notícias sobre as alforrias (concedidas tanto por associações, como por indivíduos particulares) e as convocações para os *meetings*.

Outra seção, existente desde o primeiro número do jornal, é a de anúncios, em que constam bens à venda, mão de obra oferecida e requisitada, propagandas de lojas, de indústrias, de hotéis, de restaurantes, e até mesmo anúncios de peças teatrais. Ao longo dos anos, surgem outros anúncios, convites para festas populares, para celebrações religiosas coletivas e outras de celebrações particulares (missas encomendadas em homenagem a entes mortos). Há ainda anúncios de profissionais liberais, médicos e, principalmente, advogados. Ao longo dos anos, os anúncios das lojas e de hotéis tornam-se cada vez maiores, ocupando quase um quarto de página. Mas os anunciantes mais frequentes eram os estabelecimentos comerciais, lojas de secos e molhados, lojas de tecido, bazares, padarias e oficinas; o que demonstra uma carta de anunciantes bastante ligada ao setor urbano.

Os anunciantes do *Vinte e Cinco de Março* eram, em linhas gerais, do mesmo tipo de estabelecimentos que aqueles que anunciavam no *Monitor Campista* — lojas, profissionais liberais, hotéis, teatros — mas não eram dos mesmos estabelecimentos. No *Monitor Campista*²⁴ destacavam-se os anúncios de festas religiosas, obituários, anúncios dos clubes de carnaval e anúncios de venda e aluguel de casas e chácaras. Havia ainda anúncios de peças teatrais (também no Teatro Emyreio, local quase oficial dos encontros abolicionistas), de circos, além de produtos de todos os tipos (açúcar, bacalhau,

²⁴ O *Monitor Campista*, fundado em 1834, foi o terceiro mais antigo jornal em circulação ininterrupta no país (até 2009, quando foi fechado sob a justificativa de problemas financeiros). Além da longevidade, que por si demonstra a importância do jornal para a região, é importante destacar que “desde o início de sua história, o Monitor faz parte do contexto de defesa do direito de expressão, embora, em alguns momentos, fosse claramente favorável às classes dominantes, principalmente nos embates da abolição da escravidão, quando se colocou ao lado dos escravocratas”. Por ser um estabelecido jornal na região, de postura conservadora e de grande importância para a imprensa local, escolhemos o *Monitor Campista*, como contraponto ao *Vinte e Cinco de Março*.

In: SOARES, Orávio de Campos, op. cit., 2004.

fubá, vinhos). Alguns anúncios, porém, não se assemelhavam aos do *Vinte e Cinco de Março*, ocorrendo apenas no *Monitor Campista*, como os dos vários xaropes, vermífugos e óleos milagrosos; além dos Clubes de Carnaval, anúncios de banco (comumente da Caixa Econômica) e principalmente o enorme anúncio de $\frac{1}{4}$ de página, da “Companhia de colonização Agrícola”, que dizia trabalhar pela vinda de imigrantes europeus. Além desse, um tipo de anúncio bastante comum no *Monitor Campista*, mas que nunca apareceu no *Vinte e Cinco de Março*, foram as notas de gratificação pela apreensão de escravos fugidos, assim como as notas de descrição da aparência desses escravos que, mesmo sem afirmar abertamente a recompensa, deixa nítido o interesse do anunciante em tê-lo novamente. Assim como há anúncios do tipo “precisa-se”, em que o anunciante expressava a sua necessidade de um alugado, de uma negrinha etc. Tais notas ficam lado a lado com notas de ações de liberdade, hábito duramente criticado no *Vinte e Cinco de Março*.

Embora, em sua maioria, o tamanho físico dessas notas seja correlato entre os dois jornais, mais frequentemente os maiores anúncios estavam no *Vinte e Cinco de Março*, em especial a partir do crescimento desse setor, em fins de 1886. Esse fato é significativo, pois se o preço do anúncio é proporcional ao número de linhas, quanto maiores os anúncios mais caros são eles. E a presença frequente de grandes anúncios no *Vinte e Cinco de Março* indica, portanto, que provavelmente o preço dos anúncios nesse jornal deveria ser mais barato que no *Monitor Campista*. Uma comparação exata é difícil de ser realizada, pois somente o *Monitor Campista* anuncia o preço da propaganda, sem, no entanto, publicar sua tiragem, impossibilitando sabermos a eficácia pretendida com o anúncio. Também se destaca que o maior anúncio do *Monitor Campista* tenha sido exatamente o anúncio de $\frac{1}{4}$ de página da “Companhia de colonização Agrícola”, deixando claro o interesse do jornal e do anunciante em divulgar a opção pelo trabalho imigrante.

Entre os anunciantes, um grupo que se destaca, não pelo tamanho dos anúncios, nem pela frequência, mas pela importância para a nossa pesquisa, é o de profissionais liberais. E é interessante perguntarmos por que os profissionais liberais que mais anunciam no *Vinte e Cinco de Março* são os advogados. Talvez por terem se tornado abolicionistas ou porque defendiam causas desse gênero, em nome do Clube Abolicionista Carlos de Lacerda. Ou pelo fato de que, como defendiam causas abolicionistas, precisavam de mais publicidade, já que provavelmente não eram muito bem

vistos pelos senhores de escravos da região. Mais uma vez, comparando-se com o maior jornal conservador de Campos — *Monitor Campista* — entre todos os farmacêuticos, médicos, dentistas e advogados que anunciaram nos dois jornais, apenas um desses profissionais anunciou nos dois jornais simultaneamente: o advogado Ferreira Landim. Exceto ele, nenhum dos profissionais liberais dessas áreas fez uso dos dois jornais, o que demonstra que o público-alvo desses dois jornais era extremamente diferente.

A seção, que iniciara ocupando um espaço que variava de meia coluna até uma coluna e meia, ganha cada vez mais espaço no jornal. Após dois anos de publicação, aproximadamente em maio de 1886, depois de certa irregularidade em seu tamanho, a seção de anúncios cresce a tal ponto que chega a ocupar toda a última página do jornal; em alguns números, até mesmo parte da página anterior (a página três). Esse é o mesmo espaço ocupado pelo setor de anúncios do *Monitor Campista* que, desde 1884, ocupava mais de uma página. Esse crescimento do setor de anúncios do *Vinte e Cinco de Março*, com negociantes e profissionais liberais procurando o jornal para nele fazerem propagandas, trouxe uma maior cartela de anunciantes, sinal de que o jornal possuía maior aceitação pela população, e levou ao aumento de cem por cento na tiragem ao longo de quatro anos (de 1.000 para 2.000 exemplares). Mas também é importante considerar que o grande número de anúncios talvez indique uma forte dependência da imprensa abolicionista desse meio como forma de obter recursos.

Outras seções, como “A pedido” e “Secção Livre”, preenchem o *Vinte e Cinco de Março* apenas ocasionalmente. Uma seção também pouco presente é “Expediente”, só aparece quando o jornal precisa fazer qualquer anúncio sobre seu próprio funcionamento: são formas de pagamento, quem é seu cobrador, pedidos de desculpas por atrasos ou falta de jornais, entre outros pequenos comunicados. Em raras e especiais ocasiões o jornal traz suplementos, uma folha completamente isolada do restante do jornal, sem qualquer tipo de numeração de página, que tem inscrito no topo o nome: “Suplemento do Vinte e Cinco de Março” ou “Boletim do Vinte e Cinco de Março”. Trazem textos que se relacionam com crimes cometidos contra abolicionistas, trazendo a versão (detalhada) dos jornalistas sobre tais eventos.

Os artigos assinados por pessoas não membros do *Vinte e Cinco de Março* são transcritos comumente logo após a primeira seção ou mesmo dentro dela. Possuem um título próprio, dado pelo autor, e têm em comum o fato de virem sempre assinados e, às vezes, precedidos por uma explicação do jornal dizendo de onde foram extraídos e quando foram escritos. Se não

fossem extraídos de outro jornal, mas também não tivessem sido escritos pelo *Vinte e Cinco de Março*, eles não vinham precedidos pela explicação, mas vinham sempre assinados pelo seu autor. Ou seja, todas as notícias que não tivessem sido produzidas pelo *Vinte e Cinco de Março* traziam, sempre explícito, o nome do seu autor.

Por fim, cientes de que o folhetim — espaço destinado a piadas, charadas, receitas, novidades, historietas, cartas e extratos de romances — era uma das seções que mais contribuía para a fidelização dos leitores no século XIX, não é estranho que já no jornal de número 2 essa seção faça parte do *Vinte e Cinco de Março*. Principalmente porque além de terem se tornado um dos principais atrativos dos jornais, os folhetins ressoavam significativamente no interior das províncias, onde, certamente, eram lidos em voz alta. Esse tipo de seção normalmente ocupava o espaço dos rodapés e, ao longo do século XIX, sofreu várias mudanças. Trazia, frequentemente, trechos de livros, escritos para serem publicados em pedaços, progressivamente. Dessa maneira buscava-se instigar a curiosidade do leitor e levá-lo a comprar o número seguinte. No Brasil do século XIX, havia uma relação estreita entre o livro e o periódico, ambos vendidos em livrarias. Mas como os jornais eram significativamente mais baratos e muitas vezes traziam longas partes transcritas de livros, eles eram mais populares e também tornavam os livros (ou parte deles) mais conhecidos.²⁵

No *Vinte e Cinco de Março* a seção “Folhetim” existirá durante quase toda a extensão do jornal, mesmo que sem o nome. Ela se caracterizava exatamente por trazer trechos de um único texto literário, transcrito em pequenos pedaços ao longo dos meses. Localizava-se, comumente, na metade horizontal inferior da segunda página, embora tal posição variasse (essas variações parecem ter sido causadas unicamente por questões de espaço). Os folhetins transcritos são também bastante significativos, sendo o primeiro deles “O abolicionismo” de Joaquim Nabuco. A partir do dia 1.º de janeiro de 1886, passa-se a transcrever o livro *A cabana do Pai Thomas*, sob o título “Folhetim”. A partir de 21 de agosto de 1887, o jornal traz trechos do romance “O escravo Antonio” de Joaquim Rodrigues Pinto Junior. E no dia 8 de janeiro de 1888 o jornal muda o nome da seção de “Folhetim” para “Livro

²⁵ MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de, op. cit., 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luíza e DE LUCA, Tânia Regina. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

do Povo” e passa a trazer as transcrições do livro “Manual Republicano”, até o término do jornal. Todos esses livros são muito importantes para a divulgação de ideias abolicionistas e, por fim, do ideal republicano, assunto que também será mais bem explorado no capítulo três.

Neste primeiro capítulo destacamos a relevância do trabalho historiográfico baseado em fontes periódicas analisadas como agente social, percebendo o contexto social em que estavam inseridas, no nosso caso: o cotidiano do abolicionismo na cidade de Campos. Tendo em vista o crescimento que o movimento abolicionista teve a partir da década de 1870 nas áreas urbanas, analisamos também o contexto econômico e social de Campos. E percebemos que o seu cenário urbano era propício para que as ideias abolicionistas fossem aí bem recebidas, pois, apesar da importância agrícola e política dos barões do açúcar no cenário provincial, a freguesia de São Salvador diferenciava-se das demais por concentrar inúmeros serviços e profissionais urbanos.

Foi nesse ambiente, misto de crescimento urbano e poderio senhorial, que Luiz Carlos de Lacerda, membro da classe média, fundou o *Vinte e Cinco de Março*, cuja estrutura analisamos nesse último item, ressaltando a importância de cada uma de suas seções para a compreensão da lógica de argumentação desses abolicionistas. A escolha do nome do jornal, a citação que inicia sua leitura, os anúncios, os romances e as notícias transcritos, tudo contribuía para o desmonte da escravidão, endossando os argumentos que esses homens tinham para essa causa. O *Vinte e Cinco de Março* buscou desde o início discutir a ideia da abolição, formando (o que entendiam por) a opinião pública e, assim, intervindo na realidade nacional. Convidamos agora o leitor a nos acompanhar na análise do debate político feito no jornal e na sua relação com o movimento abolicionista; assunto que tratamos no segundo capítulo.

Referências

ABREU, Márcia (Org.). **Leitura, história e história da leitura.**

Campos: Mercado de Letras, 1999.

AGUIAR, Maria do Carmo Pinto Arana de. Imprensa: fonte de estudo para a construção e reconstrução da história. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA – ANPUHS, 10., 2010, Santa Maria. **Anais eletrônicos...**

Santa Maria: UFSM, 2010. Disponível em: <<http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/site/anaiscomplementares#M>>. Acesso em: 11 dez. 2011.

ALMANAK Administrativo, Mercantil e Industrial, ano 1885, p. 2932-2960. Disponível em <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/almanak/almanak_djvu.htm>. Acesso em: 2 maio 2012.

ALVARENGA, João. **Almanak Mercantil, Industrial, Administrativo e Agrícola da Cidade de Campos dos Goytacazes, para 1885**. Campos dos Goytacazes: Typographia do Monitor Campista, 1885.

ALVES, Fábio Lopes; GUARNIERI, Ivanor Luiz. Imagens do cotidiano e temporalidades: historiografia e imprensa. **Revista Labirinto**, ano 7, n. 10, 2007. Disponível em: <<http://www.cei.unir.br/artigo104.html>>. Acesso em: 10 dez. 2011.

ALVES, Maria da Glória; Costa, Aline Nogueira. Monitoramento da expansão urbana no Município de Campos dos Goytacazes – RJ, utilizando Geoprocessamento. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 12., 2005, Goiânia. **Anais...** Goiânia: [S.n.], 2005. p. 3731-3738.

BAKOS, Margareth Marchiori. **RS: Escravidão e abolição**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

BARBOSA, Marialva Carlos. **Percursos do olhar: comunicação, narrativa e memória**. Niterói: EdUFF, 2007.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia Coelho. **O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

CHARTIER, Roger. Texto, impressão, leituras. In: HUNT, Lynn et al. **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1995

_____. Do livro à leitura. Em: CHARTIER, Roger (Org.). **Práticas de leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus. Campos: a capital sonhada de uma província desejada (1835-1897). **História. Dossiê: Capitais Sonhadas, Capitais abandonadas**, Franca, v. 30, n.1, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742011000100004>>. Acesso em: 3 maio 2012.

_____. Uma Veneza no sertão Fluminense: os rios e os canais em Campos dos Goytacazes. **História Revista: Revista da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História**. Goiânia, v. 14, n.2, jul./dez. 2009.

CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850 – 1888**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COSTA, Emília Viotti da. **A abolição**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; BACELLAR, Carlos et al. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2010.

EWALD, Ariane et al. Crônicas folhetinescas: subjetividade, modernidade e circulação da notícia. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (Orgs.). **História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. Livros, bibliotecas e censores: os impedimentos para os leitores no Brasil do século XIX. In: **O arquivo nacional e a História Luso-Brasileira: Bibliotecas, Imprensa e Censura**. [Rio de Janeiro: Arquivo Nacional], 2005. Acessado em <<http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=456&si d=62&tpl=printerview>>. Acesso em: 10 dez. 2011.

FERREIRA, Tânia Maria Bessone da C.; MOREL, Marco; NEVES, Lúcia Maria Bastos P. Prefácio. In: FERREIRA, Tânia Maria Bessone da C.; MOREL, Marco; NEVES, Lúcia Maria Bastos P (Orgs.). **História e Imprensa**: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

FEYDIT, Julio. **Subsídios para a história de Campos dos Goytacazes**: desde os tempos coloniais até a Proclamação da República. São João da Barra: Gráfica Luartson, 2004.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

IBGE. Recenseamento Geral do Brazil. Rio de Janeiro: IBGE, 1872. Disponível em: <www.biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 mar. 2012.

_____. _____. Rio de Janeiro: IBGE, 1890. Disponível em: <www.biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 mar. 2012.

KIELING, Camila Garcia. Imprensa na história e História na Imprensa: jornalismo e opinião no Brasil Regência. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 33., 2010, Caxias do Sul. **Anais Eletrônicos...** Caxias do Sul: [S.n.], 2010. Disponível em: <www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-1529-1.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2012.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

LIMA, Lana Lage da Gama. **Rebeldia Negra e Abolicionismo**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

MACHADO, Humberto Fernandes. A atuação da imprensa do Rio de Janeiro no Império do Brasil. **R. IHGB**, Rio de Janeiro, ano 171, n. 448, p. 31-62, jul./set. 2010a.

_____. Imprensa e identidade do ex-escravo no contexto do pós-abolição.

In: NEVES, Lúcia Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria Bessone da C. (Orgs). **História e Imprensa**: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

_____. **Palavras e brados**, a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro, 1880-1888. 1991. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 1991.

MOREIRA, Luciano da Silva. **Imprensa e opinião pública no Brasil Império**: Minas Gerais e São Paulo (1826-1842). 2011. Tese (Doutorado em História) – UFMG, Belo Horizonte, 2011.

MOREL, Marcos. **A imprensa periódica no século XIX**. Disponível em: <bdigital.bn.br/redememoria/periodiccoxix.html>. Acesso em: 20 mar. 2012.

_____. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luíza; DE LUCA, Tânia Regina. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. **Palavra, imagem e poder**: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MOURA, Clóvis. **Dicionário da Escravidão Negra no Brasil**. Brasília: EDUSP, 2004.

NUNES, Neila Ferraz Moreira. A Experiência Eleitoral em Campos dos Goytacazes (1870-1889): Frequência Eleitoral e Perfil da População Votante. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, p. 311-343, 2003.

PARANHOS, Paulo. O açúcar no Norte Fluminense. **Revista Histórica**, n. 8, mar. 2006. Disponível em: www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao08/materia02. Acesso em: 19 mar. 2012.

PEREIRA, Walter Luiz Carneiro de Mattos. Francisco Ferreira Saturnino Braga: negócios e fortuna em Campos dos Goytacazes. **História** (São

Paulo), v.31, n.2, p. 212-246, jul/dez 2012.

PESSANHA, Andrea Santos da Silva. **O Paiz e a Gazeta Nacional: imprensa republicana e abolição**, Rio de Janeiro, 1884-1888. 2006. Tese (Doutorado) – UFF, Niterói, 2006.

PÍCOLI, Mariana de Almeida. **Ideias de liberdade na cena política capixaba: o movimento abolicionista em Vitória (1869-1888)**. Dissertação (Mestrado) – UFES, Vitória, 2009.

PINA, Patrícia Kátia da Costa. O jornal o leitor e a leitura no oitocentos brasileiro. **Labirintos: revista eletrônica do núcleo de estudos portugueses**, n. 8, 2. sem., 2010.

PIRES, Myriam Paula Barbosa. Tipografia na cidade imperial (1821-1831) – o difícil começo: driblando dificuldade, reinventando soluções. In: SIMPÓSIO DE POLÍTICA E CULTURA DA UNIVERSIDADE SEVERINO SOMBRA, 2006, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: [S.n.], 2006. Disponível em: <<http://www.uss.br/page/publicacoes.asp>>. Acesso em: 22 dez. 2011.

PLUHAR, Cristiano. As relações comerciais no século XVIII e XIX entre Campos dos Goytacazes e Rio de Janeiro. In: ENCONTRO DE GEOGRAFIA E VI SEMANA DE CIÊNCIAS HUMANAS DO INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE, 3., 2010, Campos dos Goytacazes. **Anais...** Campos dos Goytacazes: IFF, 2010. p. 111 – 117.

RODRIGUES, Hervé Salgado. **Na taba dos Goytacazes**. Niterói: Imprensa Oficial, 1988.

SALLES, Ricardo. **Joaquim Nabuco: um pensador do Império**. 2001. Tese (Doutorado em História) – UFF, Niterói, 2001.

SANTOS, Cláudia. Imprensa. In: MOTTA, Márcia; GUIMARÃES, Elione (Orgs.). **Propriedades e Disputas: Fontes para a História do Oitocentos**. Niterói; EDUFF, 2011.

SILVA, Osório Peixoto. **Os momentos decisivos na história de Campos dos Goytacazes**. Rio de Janeiro: Serviço de Comunicação Social da PETROBRAS, 1984.

SOARES, Orávio de Campos. A imprensa na Velha Província: 170 anos do Monitor Campista – O terceiro jornal mais antigo do país e a morte misteriosa do jornalista Francisco José Alypio. In: **Anuário Internacional de Comunicação Lusófona**, v. 2, n. 1, 2004.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOFFIATI, Arthur. Os canais de navegação do século XIX no Norte Fluminense. **Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego**, v. 1, n. 2, p. 13- 23, jul./ dez. 2007.

SOUZA, Eliezer Felix. A imprensa como fonte para pesquisa em história e educação. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS, 8., 2009, Campinas, SP. **Anais eletrônicos...** Campinas, SP: UNICAMP, 2009. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/trabalhos.html>. Acesso em: 30 nov. 2011.

VAINFAS, Ronaldo. História das mentalidades e História cultural. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História: ensaios da teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

WEHLING, Arno. O açúcar fluminense na recuperação agrícola do Brasil. **RIHGB**, n. 337, out./dez., 1982.

Capítulo 2

***O Vinte e Cinco de Março* como discurso: argumentações, estratégias e idealizações**

2.1 Por que abolir a escravidão?

O Brasil precisa também de eliminar o seu elemento constitutivo - o escravo. Ele quer ser uma grande nação, e não como o querem, uma grande senzala.

Enquanto uma nação só progride pelo trabalho forçado de uma casta posta fora da lei, ela é apenas um ensaio de Estado independente e autônomo. Enquanto uma raça só pode desenvolver-se em qualquer latitude, fazendo outra trabalhar para sustentá-la, a experiência da aclimação mesmo dessa raça está ainda por fazer. Aos olhos dos brasileiros, tradicionais, o Brasil sem escravos sucumbiria logo; pois bem, esta experiência mesmo tem mais valor do que a vida que só se consegue manter pelo enfraquecimento do caráter nacional e pela humilhação geral do país. Se a abolição for o suicídio, ainda assim um povo incapaz de subsistir por si mesmo faria um serviço à humanidade, tendo a coragem de abandonar a outros, mais fortes, mais robustos, e mais válidos, a incomparável herança de terra que ele não soubesse cultivar e onde não pudesse manter-se. (VINTE E CINCO DE MARÇO, 23 out. 1884, p. 2-3)

Esse trecho, publicado ainda em 1884, expressa muitos dos argumentos defendidos pelos abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março*. É esse discurso que analisaremos a seguir. Nessa fala do jornal já vemos um dos primeiros argumentos: a certeza de que, para ser uma grande nação, para se gerar o progresso, era preciso primeiro lutar pelo fim imediato da escravidão. O progresso era entendido como uma consequência do trabalho livre. Ou seja, o progresso não dependia apenas dos valores econômicos, mas também vinha dele e, por isso, defendiam que o trabalho livre era também mais produtivo que o trabalho escravo. Mesmo não

tendo sido o argumento mais frequente, o jornal encontrou diferentes meios de expô-lo, demonstrando o aumento da produção agrícola nas províncias que já se haviam tornado livres e o crescimento agrícola do sul dos Estados Unidos, após a abolição ser efetivada naquele país. Além disso, relacionavam a modernidade da abolição com as classes urbanas, destacando as alforrias feitas pelos profissionais liberais e artesãos, afirmando que eles as concediam, pois sabiam que “sem liberdades elas [as artes] não podem progredir, por isso hoje, os artistas, colocam-se ao lado dos obreiros do progresso. Bravo! Muito bem!”²⁶ Por fim, falavam da reprovação internacional ao fato de o Brasil ainda ser escravista, criticando, em especial, D. Pedro II, por apresentar-se como esclarecido, ao mesmo tempo em que mantinha a infame e antiga instituição.

O argumento de que a abolição traria progresso contradizia frontalmente o discurso dos senhores de escravos, os quais igualavam o fim do cativo à ruína nacional. Para os abolicionistas, muito ao contrário, o fim da escravidão e o uso exclusivo do trabalho livre era o maior símbolo do patriotismo, pois só faria bem à nação (como símbolo de modernidade) e à lavoura (porque era economicamente mais eficiente). Para os abolicionistas, muitos senhores estavam apenas habituados à escravidão, dado que ela era uma tradição fundada com o próprio país. Mas afirmavam existirem aqueles que a defendiam ideologicamente; visando unicamente seus interesses pessoais, eles eram maus conselheiros, interessados em tirar vantagens dos senhores e não em vê-los prosperar. É o que exemplifica o trecho abaixo:

Há trezentos anos que se celebrou o primeiro contrato para a introdução de africanos no Brasil e há trezentos anos que estamos existindo em virtude desse contrato. Lançada a escravidão nas bases da nossa nacionalidade como sua pedra fundamental, ainda hoje muitos acreditam que, destruindo este alicerce, o edifício se abateria logo sobre todos. A superstição bárbara e grosseira do trabalho escravo tornou-se, por tal forma, o credo dos que o exploram, que não se pode ser aos olhos deles ao mesmo tempo Brasileiro e Abolicionista. (VINTE E CINCO DE MARÇO, 19 out. 1884, p. 2-3)

²⁶ VINTE E CINCO DE MARÇO, Campos dos Goytacazes, 29 jan. 1885. Seção “Noticiário”, p. 3.

Podemos ver nesse trecho uma crítica que foi constante no jornal, era uma crítica à lógica escravista de que a nação dependia do braço cativo. Buscava-se reforçar o argumento de que os senhores escravistas eram mal aconselhados, apresentando, assim, o abolicionismo como a melhor solução para a lavoura nacional. O intuito claro dos abolicionistas era fazer com que os senhores refletissem, pois à medida que desconfiassem da sua dependência em relação à mão de obra escrava, eles dariam mais atenção aos argumentos abolicionistas. Ao atacar os “maus conselheiros”, não se atacava diretamente os senhores, logo os erros eram cometidos por esses homens conselheiros mal-intencionados. O próprio uso de uma expressão vaga como “maus conselheiros” (quem forma este grupo, afinal?) deixa em aberto a interpretação de quem eles seriam. Dessa forma, os abolicionistas não se comprometem, pois não acusam ninguém diretamente, ao mesmo tempo em que acusam, enfim, todos aqueles que defendem a escravidão.

Do mesmo modo, os editores do *Vinte e Cinco de Março* afirmam que a abolição era um anseio nacional, mas não especificam quem são os grupos sociais que estão contidos na ideia de anseio nacional. A generalização que o uso do termo impõe, contudo, leva o leitor a perceber a abolição como um desejo da maioria da população. Além disso, os abolicionistas se apresentam como representantes desse anseio, afirmando que a maioria da população apoiava e desejava a libertação dos escravos. Logo, ela deveria ser feita. Para provar o ambiente favorável à abolição, eram citadas libertações de províncias inteiras, assim como de iniciativas particulares; todas muito celebradas no jornal. Afirmava-se ainda que esse anseio nacional era antigo, como provava a transcrição de um artigo do jornal *Recapitulador Campista* de 1836. Por fim, afirmam que mesmo que a polícia os perseguisse, que deputados os ridicularizassem e que os senhores encomendassem suas mortes, estariam prontos para o sacrifício, pois sabiam que “atualmente não faz[iam] falta: a sua causa é a da honesta maioria do povo brasileiro, a sua opinião é hoje uma aspiração nacional”²⁷. Isto é, mesmo que eliminassem os abolicionistas, o abolicionismo não acabaria.

Outro argumento usado era o de que a abolição significaria o fiel cumprimento dos princípios cristãos. Pouco explorada, essa ideia tinha um apelo sentimental. Para defendê-la, destacava-se a fala de Cristo sobre a

²⁷ VINTE E CINCO DE MARÇO, Campos dos Goytacazes, 5 jun. 1884. Seção “Noticiário”, p. 3.

igualdade dos homens: “todos filhos do mesmo pai celeste”²⁸ e “todos humanos diante de Deus”,²⁹ “aquele que instituiu a liberdade como um dom primitivo, essencial ao pleno cumprimento dos elevados destinos da personalidade humana”. Diante desses princípios, os abolicionistas demandavam atitudes e um posicionamento aberto do clero contra a escravidão. Como contraponto, criticavam os escravistas que justificavam a propriedade escrava com trechos da Bíblia, contra o que uma série de artigos foi escrita analisando o Velho Testamento à luz do Novo, afirmando que a escravidão nunca fora instituída por Deus, apenas tolerada por Moisés e numa forma mais leve (e ainda assim injusta). Em um desses artigos foi destacado que, na criação do mundo, Deus falou a Adão e Eva que eles comeriam o pão do suor do rosto DELES, grifo que não deixa dúvidas da intenção de reforçar o orgulho que os homens deveriam sentir em viver de seu próprio trabalho e não do trabalho alheio.

Partindo dessa perspectiva, argumentavam que o negro não era ocioso, diferentemente daqueles que viviam da exploração do seu trabalho. Reforçavam a ideia de que o trabalho livre traria o progresso; ao mesmo tempo, contradiziam a antiga máxima escravista de que a manutenção da escravidão era necessária, pois só forçados os negros trabalhavam. Pelo contrário, afirmavam que, como provavam os dados da produção agrícola norte-americana do pós-abolição, o negro era bastante produtivo.

Argumentos como esses, diretamente contraditórios à fala senhorial não eram raros, pois mesmo buscando a conversão dos senhores ao abolicionismo, o jornal não se escondia atrás de um discurso condescendente; expunha suas ideias abertamente e entre críticas e argumentos tentava convencer os escravistas de que as caducas justificativas da escravidão não seriam sequer consideradas para problematização. Na verdade, a base da argumentação abolicionista do *Vinte e Cinco de Março* era a contradição da fala senhorial, buscavam desconstruí-la mostrando como era infundada.

Nesse sentido, esses abolicionistas ousavam quando afirmavam que os escravos eram membros da nação e questionavam o Parlamento como representante dela, já que somente uma pequena parte da população votava. Mantendo esse raciocínio, a representatividade de D. Pedro II era criticada, pois afirmavam que ele governava sem o povo, já que não atendia seu mais importante pedido: a abolição. Alguns questionamentos

²⁸ VINTE E CINCO DE MARÇO, Campos dos Goytacazes, 6 maio 1886. Seção “Vinte e Cinco de Março”, p. 1-3.

²⁹ VINTE E CINCO DE MARÇO, Campos dos Goytacazes, 8 fev. 1885. Seção “Noticiário”, p. 1-3.

reforçavam o argumento dos abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março* de que a escravidão ainda existia no Brasil unicamente devido ao poder político dos senhores, que compravam cadeiras legislativas, impunham sua influência sobre autoridades policiais e judiciais e divulgavam suas ideias reacionárias através da imprensa balcão (assim era chamada a imprensa que, para os abolicionistas, não defendia ideias, preocupava-se só com os lucros). Contrariamente os abolicionistas alçavam os jangadeiros do Ceará, a abolição no Amazonas, as leis libertadoras no Rio Grande do Sul e até mesmo o espírito revolucionário do Haiti de Toussaint-L'Ouverture às grandes glórias dos que lutam por ideais maiores, lutam pelo seu povo.

Por conseguinte, a abolição é entendida pelo *Vinte e Cinco de Março* não só como o progresso e o cumprimento de um desejo nacional, mas também com a finalização da libertação de 1822, tendo em vista que nessa data só se promovera a independência dos brancos. Portanto, a abolição seria a independência de toda a nação, o fim da exploração dos escravos e a integração de negros e índios à nação brasileira na condição de homens livres. As críticas àqueles que consideram os escravos cidadãos na guerra, para efeito de contingente, mas em tempos de paz os viam como escravizados ilustram claramente esse argumento, assim como a história do homem que aos 12 anos, ainda escravo, é vendido da Bahia para São Paulo e, após anos de cativo, consegue comprar sua liberdade, a de sua esposa, sogra e cunhado, mudando-se, então, para a corte, a fim de encontrar e libertar sua mãe, mas, descobrindo que ela falecera, parte para a Bahia em busca de sua irmã.

A biografia singela do ilustre brasileiro dispensa comentários. Dispendeu quatro contos e novecentos mil réis para comprar cidadãos e famílias para a pátria. Seu nome não chegará talvez até o alto trono, para que seja condecorado tão grande serviço, mas com certeza servirá de exemplo a essa raça infeliz, que formou com o seu suor e seu sangue uma pátria, de que vive expatriada, sujeita aos sarcasmos e ao latego não só dos seus compatriotas, como dos próprios estrangeiros. (VINTE E CINCO DE MARÇO, 3 set. 1885, p. 4)

Na emblemática frase “Dispendeu quatro contos e novecentos mil réis para comprar cidadãos e famílias para a pátria” fica claro que os abolicionistas

entendiam que os escravizados eram cidadãos. Membros de uma nação que lhes negava tudo, ao mesmo tempo em que protegia a classe que os explorava. O texto acima também procura desmentir a velha crítica escravista de que os escravos eram desregrados, amorais, isolados dos valores da sociedade brasileira, pois o negro é aqui retratado como um membro atencioso com a família, lutando pela sua união. O relato é afetuoso e emocionante, mostra o ex-escravo, acima de tudo, como um homem amoroso, mas despedaçado, assim como sua família.

Esse argumento usado pelos abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março* vai ao encontro da fala de Joaquim Nabuco³⁰ de que o crescimento do movimento abolicionista trazia à tona a questão da formação do povo brasileiro. Na obra “O Abolicionismo”, Nabuco se preocupou, sobretudo, com a relação entre a escravidão e a construção da nação, afirmando a necessidade de uma reforma estrutural: a abolição, imediata, é fruto da vontade nacional. Nabuco também “considerava a questão da incorporação dos antigos escravos e libertos à cidadania como parte indissociável da reforma abolicionista”.³¹ Essa era a questão central para a construção da nacionalidade. Além da destruição do regime social baseado no sistema de trabalho escravo, o abolicionismo questionava o modelo que guiaria a construção da nova sociedade, lutando pela incorporação dos escravos e dos setores excluídos da população, pela constituição de uma cidadania democrática. Também objetivava realizar uma reforma redentora da nacionalidade, superando a escravidão e incorporando o conjunto da população (mestiça) à cidadania.

Embora a vida de Joaquim Nabuco pareça distante da resistência abolicionista em Campos dos Goytacazes, é preciso entender que o movimento abolicionista como um todo (e também no caso aqui analisado) valia-se de uma rede de relacionamentos com outros locais e pessoas para intercambiar ideias e somar forças políticas. Assim, Nabuco era um importante interlocutor do *Vinte e Cinco de Março*, como se pode observar pelas transcrições de vários dos seus artigos, além da publicação da sua obra “O Abolicionismo” na íntegra no jornal. As falas dos líderes abolicionistas, em especial da Confederação Abolicionista,³² circulavam e serviam como

³⁰ Ricarlo Salles analisou a obra do autor. Para saber mais: SALLES, Ricardo. **Joaquim Nabuco: um pensador do Império**. 2001. Tese (Doutorado em História) – UFF, Niterói, 2001.

³¹ SALLES, Ricardo. op. cit., 2001, p. 106-107.

³² Fundada em 1883, com sede no jornal *Gazeta da Tarde*, no Rio de Janeiro, a Confederação Abolicionista era uma organização política cujo programa defendia, simplesmente, o fim do trabalho escravo. Teve seu Manifesto redigido no dia 11 de Agosto de 1883, por José do Patrocínio e André Rebouças. Para saber mais: SILVA, Eduardo. As camélias da liberdade. **Revista Nossa História**, Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, n. 7, maio 2004.

argumentos para o movimento em todo país.

Entendemos, portanto, o movimento abolicionista como um movimento nacional. Pois, além de expressar um desejo nacional pela abolição, esses abolicionistas mantinham contato constante entre si e com os escravos por meio da Confederação Abolicionista. É importante saber que o principal argumento do *Vinte e Cinco de Março* para a abolição foi herdado da Confederação Abolicionista: a escravidão é ilegal, logo, seu fim depende do simples cumprimento correto da lei.³³ De fato, para reforçar essa ideia, chamavam os escravos de escravizados, pois eles haviam sido ilegalmente reduzidos a tal condição. O desenvolvimento desse argumento era constante e detalhado, citavam-se leis nacionais, leis portuguesas, acordos e leis internacionais que estabeleciam o status jurídico da escravidão no Brasil. O intuito era demonstrar que a escravidão nunca fora legalmente instituída e que, embora muitas leis ordinárias falassem a seu respeito, a Constituição de 1824 (a mesma que estava em vigor à época) não a havia estabelecido. Consequentemente, a abolição era uma obrigação legal dos escravistas e não um ato de bondade.

Fundamo-nos na lei de 1755, que aboliu a escravidão dos índios, e na lei de 1831, que aboliu o tráfico de africanos, desde 1817 equiparado à pirataria, negamos a legalidade da propriedade escrava e reclamamos a abolição dela, não como um ato humanitário, mas simplesmente como um dever de respeito à legislação nacional. (VINTE E CINCO DE MARÇO, 25 maio 1884, p. 2)

Os argumentos quanto à ilegalidade da escravidão podiam ser bastante repetitivos, mas por vezes eram usados pressupostos legais para a abolição ainda não explorados. Como exemplo, no dia 28 de abril de 1887, o jornal afirma que a Constituição Nacional “anulou a escravidão desde o dia em que foi promulgada, sendo muito significativos e honrosos os corolários que dela se podem tirar”. Desde o seu primeiro artigo afirma-se que “o Brasil constitui «uma nação independente e LIVRE»”. Ressalta-se também o artigo 6.º, §1, que afirma serem cidadãos brasileiros todos os que no Brasil tivessem nascido. Logo, sendo a lei igual para todos, e não existindo artigos

³³ TOPLIN, Robert. *The abolition of slavery in Brazil*. New York: Atheneum, 1975.

GRAHAM, Richard. *Escravidão, Reforma e Imperialismo*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

referentes à escravidão, é evidente que essa instituição é “extralegal, abusiva e criminosa”. Consequentemente, os escravizados são parte da nação brasileira, tão cidadãos como os nascidos livres, pois a igualdade estava garantida na Constituição Nacional.

Eduardo Silva (2003) afirma que o argumento da ilegalidade da escravidão ganhou força com a argumentação de Rui Barbosa que, há anos, afirmava ser a escravidão ilegítima e quase toda ilegal, dada a lei de 1831 (que proibira o tráfico internacional de escravos³⁴). Logo, se a ordem escravista aceitava a fraude do tráfico ilegal, todo o sistema estava fora da lei. Foi essa ideia que permitiu, na década de 1880, o surgimento do abolicionismo radical, cujo melhor exemplo foi a própria Confederação Abolicionista, que tinha como slogan a frase de José do Patrocínio: “a escravidão é um roubo”. A partir do momento em que a escravidão foi percebida como fora da lei, tornou-se possível um combate contínuo ao sistema, com ações diretas. Como entendiam que a própria lei estava corrompida, sua aplicação podia ser reinterpretada. Logo a ação direta dos abolicionistas, atos considerados criminosos pelos escravistas, era, pelo contrário, entendida pelos abolicionistas como atos meritórios, uma vez que reestabeleciam a lei. O que era crime para os escravistas, era uma virtude para esses abolicionistas.

Ao destacarmos que os abolicionistas se baseavam em argumentos legais não pretendemos consolidar, de maneira nenhuma, a ideia de que eles fossem conservadores. Como veremos a seguir, a base legal que fundamentava boa parte da discussão expressa no *Vinte e Cinco de Março* e a prática abolicionista de seus membros não determinaram um viés conservador ou acanhado. Pelo contrário, a interpretação fiel da lei e a exigência de seu cumprimento se firmavam na total repulsa à prática dos senhores de se sobrepor à lei. Como afirma Robert Toplin (1975), essas críticas, na verdade, baseavam-se na revolucionária defesa da ideia de igualdade entre os homens. Nesse sentido, concordamos com o historiador Ricardo Salles, quando afirma:

³⁴ Ao assinar um tratado com a Inglaterra, em 1826, o governo brasileiro se comprometeu a interromper definitivamente o tráfico internacional de escravos. Em 7 de Novembro de 1831, foi assinada a primeira lei nacional que previa severas penas aos traficantes de escravos, além de declarar livres todos os cativos que entrassem no país a partir de então. Porém, os dispositivos da lei não foram praticamente aplicados, tornando-se esta apenas uma lei de aparências, até meados da década de 1850.
In: FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2009.

O legalismo das posições de Nabuco e da maioria da liderança abolicionista tem sido ressaltado como evidência do caráter moderado e conservador do movimento. De acordo com esta visão, esta posição legalista buscava mesmo refrear o impulso que estaria vindo de uma ala mais radical do abolicionismo, cujo método de ação era a promoção de fugas individuais e coletivas de escravos, ou mesmo das próprias senzalas, em estado de efervescência revolucionária. Nada autoriza uma leitura do abolicionismo como um movimento conservador, que estivesse buscando se antecipar à possível e temida revolução popular. (SALLES, 2001, p. 108-109)

Os próprios abolicionistas de Campos constantemente relembavam o caminho nacional das leis em direção à abolição, descrevendo todas as leis emancipatórias, desde o decreto pombalino de 1755 que proibia a escravização dos índios e a lei antitráfico internacional de 1831. Afirmavam que, no norte, um “legislador sincero” já deveria ter decretado a abolição pela observação óbvia da origem indígena da maioria dos escravos de lá. Assim como, pela análise dos dados da importação de escravos (que provavam a entrada bastante desproporcional de mais escravos africanos homens que mulheres), ficava claro que os filhos das índias com escravos africanos seriam livres, da mesma maneira que eram suas mães. E se, somente depois da lei antitráfico internacional de 1831, confirmada em 1850 e 1854, procurou-se importar mais escravas, com o intuito de aumentar a escravaria crioula, tal crescimento deve-se às mães africanas, pirateadas para o Brasil. Por conseguinte, se a maior parte da escravaria jovem era filha de escravas pirateadas, ela era livre, assim como essas mulheres. Indo ainda mais longe, afirmavam que, desde 1823, já se estabelecia o direito à liberdade, posto que o compromisso com a emancipação era um dos requisitos da Inglaterra para reconhecer a nossa independência.

Acima de todas essas discussões, a lei antitráfico de 1831 foi a mais utilizada nas argumentações dos abolicionistas campistas.³⁵ Embora alguns políticos tenham tentado revogá-la na época de sua aprovação, eles jamais poderiam ter imaginado o enorme poder que ela teria para a argumentação

³⁵ As duas leis mais citadas nas argumentações eram a Lei Antitráfico de 1831 e a Lei do Ventre Livre de 1871. A primeira foi citada em 58 notícias, (20 delas somente em 1887) enquanto a segunda foi mencionada em 47 notícias, sendo que em 1885 e 1886 ela foi citada 12 vezes em cada.

e prática abolicionista da década de 1880. No período final da escravidão, muitos abolicionistas lutaram pela libertação de muitos escravos (e seus filhos) baseados no fato de que eles tinham sido introduzidos no país entre 1831 e o fim definitivo do tráfico internacional de escravos (algum tempo após a Lei Eusébio de Queiroz, 1850). Baseados na lei de 1831, defendiam que, na década de 1880, a escravidão não podia ser nada além de ilegal, fruto da pirataria. Tal aspecto confirma a assertiva acima de que os argumentos baseados na lei não eram tacanhos, pelo contrário, condenavam toda a classe senhorial ao crime de pirataria e de redução de pessoa livre à escravidão.

O princípio de que a escravidão era ilegal fundamentava a defesa da abolição imediata. *O Vinte e Cinco de Março* rechaçava qualquer solução emancipacionista e ridicularizava as propostas de medidas paliativas, em especial, o argumento de que as leis emancipacionistas anteriores bastariam para pôr fim à escravidão. Consideravam um sofisma a ideia de que o país estaria livre da escravidão em 16 anos, em 1900 (argumento comum entre os escravistas, que se baseavam na Lei do Ventre Livre), sem que outras medidas fossem tomadas. Davam maior peso a essas ideias por meio de cálculos provando que a escravidão seguiria pelo século XX. Diziam ainda ser inaceitável e ridículo o prazo de 16 anos, pois nem alforrias condicionadas tinham prazos tão extensos. O artigo abaixo, apesar de longo, demonstra claramente o modo de pensar desses abolicionistas quanto às diferenças entre a abolição imediata e gradual:

Os partidos sociais

Não confundamos abolição com emancipação; há uma grande diferença entre ambas.

O abolicionismo é o ataque direto à escravidão; não admite a lei que converte o homem em propriedade do homem, porque julga todos iguais perante o direito natural; quer a liberdade completa dos escravos sem indenização e, portanto, a reivindicação de prerrogativas que a ninguém é dado contestar.

A emancipação fere indiretamente a instituição escrava; não obstante, tolera-a, porque deseja harmonizar os interesses vitais da lavoura com as aspirações do país; opõe-se à derrogação instantânea das leis escravagistas, porque representa o papel de reformadora moderada e quer, sem choques violentos, extirpar os vícios da organização social.

O abolicionismo não justifica sob pretexto nenhum, a ambição dos negreiros que atentaram contra a liberdade do homem e o

reduziram a uma posição, que Cristo condenou, não justifica, perante a moral e a filosofia, o ser transformado em bruto, nem consente a superioridade de direitos de uma raça sobre outra raça.

A emancipação desculpa tudo isso por atender às circunstâncias do momento e para não prejudicar os interesses da fortuna pública, contribuindo para o decrescimento das suas rendas.

O abolicionismo é a ideia da liberdade em toda plenitude; a emancipação coloca-se entre a ideia e a conveniência.

Esta caracteriza o escravagismo quando procura engrandecer-se em detrimento da civilização dos tempos e dos sentimentos humanitários do povo.

O abolicionismo combate; a emancipação contemporiza.

Aquele apresenta-se como inimigo franco e resoluto, oferecendo o peito descoberto ao ataque e erguendo a frente altiva ao perigo; esta trabalha como reconciliadora, procurando resolver, sem abalos, a solução do grave problema.

[...] O abolicionismo é a lei de 1831; a emancipação é a lei de 28 de Setembro. [Lei do Ventre-Livre]

[...] Da resistência que os espíritos timoratos e desconfiados opuseram à libertação dos escravos nasceu o abolicionismo, e é ele que agora, a despeito da emancipação, resiste por seu turno contra os que pretendem manter o descendente do africano como propriedade garantida e inatacável.

Oxalá, entretanto, que tudo se resolva satisfatoriamente, porque a conflagração seria uma luta fratricida, que o país não deve ver nem desejar. (VINTE E CINCO DE MARÇO, 30 jul. 1885, p. 2)

De acordo com Francisco Teixeira Silva (1989), a luta entre escravistas e abolicionistas, que se tornou acirradíssima entre 1884 e 1888, devia-se principalmente à crença dos latifundiários de que uma catástrofe econômica e social viria com a abolição. O autor considera que a postura política dos senhores era condicionada ao seu grau de dependência da mão de obra escrava, logo, se a maior parte da fortuna dos fazendeiros estivesse investida em escravos, sua posição política quanto à abolição seria obviamente escravista. Citando como exemplo o caso das fugas de escravos em Campos, afirma que esse fenômeno colocou em risco o desempenho econômico da produção açucareira. O *Vinte e Cinco de Março* percebe esse sentimento na classe senhorial de Campos e, por isso, insiste que a justificativa de que a lavoura não estava pronta para o fim do cativo era falsa.

Para o *Vinte e Cinco de Março* o crescimento do movimento abolicionista

em Campos fez com que os senhores não pudessem mais se omitir e passassem a se proclamar emancipacionistas, mas exigiam indenizações como compensação pela perda da propriedade escrava. O jornal ridiculariza esse emancipacionismo dos senhores, considerado nada patriótico. Oferece como exemplo a guerra do Paraguai, quando muitos senhores enviaram seus escravos, a quem sempre exploraram. Nesse sentido, concordamos com Robert Conrad (1978) quando afirma que foi a pressão abolicionista, mais a ação escrava, que, juntas, levaram muitos fazendeiros a tornarem-se emancipacionistas. O *Vinte e Cinco de Março* critica a inércia dos senhores e do governo com relação à abolição, afirmando ironicamente que, quando as leis emancipacionistas eram discutidas, eles eram contra sua aprovação, porém quando os abolicionistas passaram a lutar por novas leis, que acelerassem a abolição ou que ampliassem as leis emancipatórias já existentes, as antigas leis passaram a ser consideradas a solução final da questão escrava para esses homens. O jornal acusava as leis graduais de serem simples atos políticos, sem qualquer intenção de conduzir à mudança real do sistema de trabalho, além de serem um perigo, como demonstravam as consequências trágicas nos países que fizeram a abolição gradual — cujo maior exemplo foi a guerra civil norte-americana. Outra reserva que tinham com o emancipacionismo explicava-se pela crueldade com os escravizados, constantemente vendidos para áreas de concentração escravista, enquanto outras áreas tornavam-nos livres; o que diziam ser também problemático para os senhores, que poderiam perder trabalhadores para essas regiões.

Além de a desejarem imediata, defendiam que a abolição, obviamente, não deveria levar a processos de indenização por ser ilegal. Se os senhores não haviam conseguido obter lucro com a escravidão desde 1871 até agora, era por incompetência e desperdício do trabalho explorado de homens iguais a eles. Para os redatores do *Vinte e Cinco de Março* esses pedidos de reembolso também provavam a mesquinhez dos senhores, que sequer o aplicariam na promoção do bem público. A defesa da não indenização era compartilhada com a Confederação Abolicionista, pois, como afirmava Ruy Barbosa, concordar com esse pagamento seria compactuar com a pirataria. Os abolicionistas de Campos também afirmavam que as justificativas para a indenização senhorial eram vagas, imprecisas e irreais. Em uma de suas passagens, o jornal chega a afirmar que uma escrava, ilegalmente mantida em cativeiro (uma mulher que, mesmo liberta pelo fundo de emancipação

em 1876, foi mantida em cativeiro até 1885), é que merecia ser indenizada pelos serviços prestados. A origem social da escravidão é reforçada com o intuito de provar que eram os escravizados que mereciam ser indenizados pela injustiça sofrida. Provavam essa origem social da escravidão afirmando que, assim como os negros eram escravizados no Brasil nesse infeliz momento histórico, ao longo dos tempos, muitos outros povos haviam sido escravizados, até mesmo os honrados britânicos um dia haviam sido escravos de Roma. E mesmo o Clube Abolicionista Carlos de Lacerda havia cancelado as libertações indenizadas que fazia, desde 1885, pois elas teriam se tornado um mercado. Dessa forma demonstravam que se opunham à indenização não apenas no plano governamental.

O argumento da ilegalidade da escravidão era reforçado pela lei de 1871, conhecida como Lei do Ventre Livre.³⁶ Essa lei servia aos argumentos abolicionistas na medida em que eles combatiam a exploração dos ingênuos e lutavam por sua educação. Também obrigava a matrícula dos escravos, na qual deveria ser indicada a sua filiação. Porém, muitos senhores, estrategicamente, declaravam filiação desconhecida quando da matrícula dos africanos introduzidos ilegalmente no país. Sabendo desse estratagema, os abolicionistas demandavam a libertação de todos os escravos cujas matrículas informassem filiação desconhecida, uma vez que, diante da incerteza da legalidade da condição escrava, a lei obrigava o reconhecimento da liberdade. Logo, a matrícula geral de escravos tornou possível a libertação de muitos cativos, o que causava horror aos escravistas, pois até 1850³⁷ milhares de africanos tinham sido trazidos para o Brasil na condição ilegal de escravos.

A luta judicial, baseada na condição de filiação desconhecida, tornou-se uma das principais bandeiras do abolicionismo em Campos. Uma das formas de intimidar os escravistas e os juízes da cidade era a publicação de artigos felicitando decisões judiciais, em todo o país, as quais reconheciam a ilegalidade da escravização de indivíduos com matrícula cuja filiação era dada como desconhecida. Reafirmava-se, dessa forma, a ilegalidade

³⁶ Essa lei declarava livres os filhos de escravas nascidos a partir da sua promulgação. Tais crianças, conhecidas como ingênuas, ficavam em posse do senhor de suas mães até a idade de oito anos, quando os senhores podiam optar por entregá-las ao Estado, recebendo por elas uma indenização, ou utilizar seus serviços até que completassem 21 anos, quando seriam libertadas incondicionalmente. Os senhores repudiavam tal lei, pois ela tirava deles o poder de decidir quem e quando alforriar (FAUSTO, 2009).

³⁷ No dia 4 de setembro de 1850 foi aprovada a lei (conhecida como Lei Eusébio de Queiroz) que passou a tratar o tráfico internacional de escravos como pirataria e que visava a reforçar a lei de 1831, tomando medidas mais eficazes no combate à entrada de escravos no país, o que de fato conseguiu. Mas, até a sua promulgação, muitos africanos haviam sido introduzidos ilegalmente no país (FAUSTO, 2009).

da escravidão como um todo no país, uma vez que a escravidão se dava unicamente pelo nascimento. Sendo a mãe escrava, muito provavelmente fruto de um roubo impune e/ou de pirataria tolerada, sua prole e ela mesma eram livres reduzidas à escravidão. Esse argumento baseava-se no princípio da lei brasileira que determinava o fim da escravidão pelo ventre, cabendo ao senhor provar a posse legal da mãe escrava. Em casos de filiação incógnita, um decreto de 1775 já declarava livre a criança. Os abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março* foram insistentes em seu discurso, afirmando ser a escravidão contrária à lei natural e nunca presumível.

Nesse sentido, atacava-se o próprio direito à propriedade escrava, principal argumento legal apresentado pelos escravistas. Como os abolicionistas eram tão veementes quanto ao cumprimento da lei, o argumento senhorial de que a abolição rompia um direito garantido em lei (ou seja, o direito de propriedade) precisava, necessariamente, ser discutido e rebatido. O que não foi difícil, pois baseados na lei de 1831, comprovada pela matrícula de 1872, os abolicionistas deixavam claro que a escravidão, naquele momento, já se havia tornado totalmente ilegal e um total desrespeito às leis firmadas.

Mesmo assim, o artigo que garantia “o direito de propriedade em toda a sua plenitude” também foi analisado no *Vinte e Cinco de Março*. E como essa lei não especificava o que seria apropriável, foi examinado aquilo que poderia ser considerado propriedade segundo o direito romano (base da lei brasileira), que definia propriedade como “aquilo que se pode usar e abusar”. Logo um ser humano não poderia ser considerado propriedade, porque não era permitido ao senhor usar e abusar de seus escravos, posto que ele não podia, por exemplo, tirar-lhes a vida ou a honra (desfloramento). Seguindo esse raciocínio, o direito de propriedade não se fundamentava em relação ao escravo, pois ele não poderia ser considerado uma propriedade. Precavidos, os abolicionistas garantiam saber da existência de várias leis ordinárias que legislavam sobre a escravidão. Argumentaram, porém, que nenhuma delas descendia da constituição, o que é extralegal, pois nenhuma lei pode derrogar³⁸ da Constituição.

O próprio Ruy Barbosa também afirmava que o pagamento de indenização era uma forma de compactuar com a pirataria, o que além de ideologicamente questionável era inadequado legalmente, pois não se podia

³⁸ Substituir preceitos legais; revogar parcialmente uma lei; conter disposições contrárias a alguma lei ou a seu uso.

sequer falar em proprietários. Para o jurista, como a escravidão não respeitava as leis do país, o apoio às fugas e aos quilombos não poderia ser considerado crime; era na verdade o restabelecimento pleno da lei e da justiça. Até mesmo o ato de fugir não era visto como contravenção ou crime, mas apenas como uma defesa natural. Logo, a resistência do escravo, questionando a propriedade do senhor, constituía-se em direito. Os abolicionistas ligados à Confederação Abolicionista defendiam tão fortemente essas ideias que eles se mantiveram unidos mesmo depois da abolição em 1888 e estiveram presentes na cerimônia de queima dos registros de escravos, ordenada por Ruy Barbosa, para acabar com qualquer evidência de posse de escravos que pudesse ser usada para pedir indenizações (SILVA, 2003).

Exatamente nesse sentido, um dos argumentos mais fortes discutidos pelos abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março* foi o princípio liberal de que a liberdade é um direito natural. Embora não tenham escrito artigos com discussões filosóficas aprofundadas sobre o assunto ou dando sustentação ao argumento, ele aparece frequentemente inserido em artigos maiores do jornal, nos quais se afirma o ousado argumento de que o escravo não comete crime algum ao lutar pela sua liberdade, pois todos os homens nascem iguais e têm como direito natural a liberdade, logo, a fuga não era crime; na verdade, era a manifestação de um direito natural, dado pelo instinto de conservação. Argumenta-se, portanto, que se o escravo fosse propriedade, como diziam os escravistas, não poderia ser considerado criminoso, posto que é coisa; mas, se deixa de ser propriedade para ser criminoso, ele deixa de ser posse do senhor para ser posse dos tribunais constituídos.

Acrescentam à argumentação o fato de que a fuga não era crime previsto pelo Código Criminal, logo, nem a Polícia tinha competência alguma para agir em busca de foragidos, assim como para garantir sua propriedade, os senhores deveriam estar munidos de um mandato de busca e apreensão executado por um oficial de justiça e não por um agente da força policial. Esses fatos eram completamente ignorados pelas autoridades policiais e pelos senhores em Campos, segundo afirmavam os abolicionistas, com denúncias constantes. Nesses artigos dois pontos são destacados quase diariamente. Primeiro, critica-se muito a polícia por ir à busca de escravizados foragidos, pois ela estaria, assim, cumprindo a mais desprezível das funções escravistas, a de capitão do mato. Em especial, porque, ao fazer isso, ela estaria não apenas agindo arbitrariamente (pois não havia

lei instituindo o crime de fuga, e muito menos a Polícia possuía mandados de busca desses escravizados), como estaria agindo em defesa dos direitos privados dos senhores, em vez de agir como autoridade representante do Estado, em defesa do bem público. Em segundo lugar, o direito do homem à liberdade é, inegavelmente, um direito natural. Ele vem desde o princípio dos tempos, em oposição à escravidão, que se baseia no uso da força e é contrária à legalidade. É o que pode ser analisado no trecho abaixo:

A escravidão de um povo é a sua morte, a liberdade a sua vida, por essa razão triunfando aquela deixará de existir esse povo, que sem esta desaparecerá, legando como vestígios de sua passagem, crimes que, não encontrando a sua origem nas leis da natureza, tem a sua criação no próprio homem.

Deste modo a propriedade do homem sobre o homem é um crime, que tem a sua origem no direito da força. A abolição da escravidão é um dever sagrado, que tem a sua origem nas leis da natureza.

E o direito da força, constituiu algum dia legalidade?

Princípios contrários à natureza, alguma vez estabeleceram legitimidade?

Como apelar para uma propriedade legítima, se ela é contrária à natureza humana e legal, se é fruto de um crime? (VINTE E CINCO DE MARÇO, 1 jan. 1885, p. 2)

Pode-se ver que, para os abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março*, o princípio liberal, que diz ser a liberdade um direito universal, estava acima do princípio liberal de direito à propriedade. Na verdade, eles negavam e questionavam a validade desse direito quando se referiam à propriedade do homem sobre o homem.³⁹ Essa modificação na forma de abordar os princípios liberais não foi uma exclusividade do movimento abolicionista em Campos. Como nos informa Emilia Viotti da Costa (2008), até o século XVIII, somente os escravos haviam se colocado contrários à escravidão. Porém, com as ideias liberais, outros grupos passaram a questioná-la, por razões morais, religiosas ou econômicas. Mesmo assim, o liberalismo conviveu bem com a

³⁹ Se considerarmos apenas as notícias que tratem especificamente da inexistência do direito à propriedade e do direito à liberdade como um direito natural, a primeira supera o número de notícias da segunda, cada uma com 22 e 17 notícias, respectivamente, em toda a extensão do jornal. Porém é preciso destacar que o direito à liberdade é mencionado em muitas notícias, em especial naquelas que tratam da ilegalidade da escravidão.

escravidão, da mesma maneira que o cristianismo: baseando-se no direito à propriedade. O liberalismo foi adaptado à experiência nacional para manter sua estrutura tradicional. Nesse sentido, apenas os aspectos que atendiam aos anseios dos grupos dominantes foram incorporados, em especial, o direito à propriedade. Até a primeira metade do século XIX, poucos intelectuais questionavam a escravidão, e os que o fizeram defendiam a abolição gradual, porque o trabalho escravo era visto como uma necessidade. Foi entre as camadas populares urbanas, durante a Regência, que a escravidão passou a ser mais criticada, contudo nenhuma dessas críticas chegou a fundar um movimento. Somente na década de 1860 é que as mudanças estruturais e políticas permitiram a formação de um movimento pró-abolição, que resgatava a liberdade como um princípio, um direito universal, combatendo a ideia da necessidade da escravidão devido à dependência econômica.

O pensamento liberal, que presumia a liberdade como direito universal, trouxe a discussão da abolição à tona no século XIX. Mas o dilema entre o direito à liberdade e a escravidão fora resolvido, em termos formais, no Brasil, pelo reconhecimento do direito à propriedade, em um artigo da Constituição de 1824, o qual legitimava a continuidade da escravidão no país pela valorização do direito à propriedade. Essa mesma Constituição reconhecia de forma explícita os direitos civis de todos os cidadãos brasileiros, dos quais estavam excetuados os escravos, enquanto permanecessem na condição cativa. Embora, durante a Regência, interpretações liberais da Constituição tenham questionado a solução encontrada por D. Pedro I, em 1824, uma interpretação não liberal da Constituição predominou, baseada no direito à propriedade (MATTOS, 2005).

Foram, portanto, os abolicionistas que trouxeram novamente os princípios liberais à tona. E além do direito à liberdade e à vida, eles também deixaram claro seu direito de se manifestar e de lutar por suas ideias, em oposição às constantes críticas que recebiam dos escravistas, que os acusavam de anarquistas e desordeiros. Como principal defesa, diziam que a luta abolicionista era completamente legal, pois como “filha legítima da lei, a propaganda abolicionista tem o direito de transpor todos os umbrais e pedir a extinção da escravidão em curtíssimo prazo”.⁴⁰ Argumentavam que embora a escravidão se tivesse tornado universalmente tolerada, isso não a legitimava, como provavam as leis nacionais. Afirmavam ainda que

⁴⁰ VINTE E CINCO DE MARÇO, Campos dos Goytacazes, 6 jun. 1886. Seção “Vinte e Cinco de Março”, p. 1.

a liberdade era um direito natural imprescritível do homem. Nesse sentido, sustentavam que desordeiros eram os senhores, que tentavam de muitas formas provocar os abolicionistas.

Os militantes do *Vinte e Cinco de Março* reconheciam que suas exigências pareciam ultrajantes diante dos costumes perpetuados pelo autoritarismo senhorial, mas também sabiam que elas não eram ilegais. Como tinham consciência de que combatiam práticas senhoriais há muito enraizadas, mesmo que suas demandas fossem legais, tinham consciência de que eram audaciosas aos olhos dos proprietários de escravos. Por exemplo, quando declaravam que cabia aos senhores resolver a transição para o trabalho livre, dadas as leis emancipacionistas, deixavam claro que sabiam que tais leis não eram cumpridas porque a classe senhorial estava colocada acima da lei naquela sociedade. Afirmavam que como os senhores tinham sido criados numa cultura de mando e com o governo organizado para defender seus interesses particulares, os interesses coletivos não podiam vencer os costumes senhoriais que perpetuavam a escravidão. Contudo, se fosse o contrário (ou seja, se os senhores cumprissem a lei), os abolicionistas não teriam razão de existir, porque o direito à liberdade já teria sido garantido.

Esse argumento de desrespeito à lei pelos senhores no que competia ao fim da escravidão era reforçado por exemplos publicados no *Vinte e Cinco de Março*. O intuito era demonstrar repetidamente o desrespeito às leis, a diferença na aplicação da lei segundo quem devia ser punido. O jornal, por exemplo, não desperdiçou a oportunidade de criticar a parcialidade na fiscalização dos estabelecimentos que podiam ou não abrir aos domingos, afirmando que “a lei deve[ria] ser executada com igualdade para todos, sem distinção, nem privilégios”⁴¹.

Nesse sentido, os abolicionistas consideravam muito importante ressaltar que a escravidão era mantida, no Brasil, pela força da ilegalidade, violência e poder de poucos. Dessa maneira, fortaleciam sua tese de que a abolição estava feita na lei, ao contrário da escravidão, que se mantinha pela arbitrariedade. Usavam, contudo, um tom de ameaça ao afirmar que o governo não teria força suficiente para manter a escravidão, caso os escravos se levantassem contra tais ilegalidades. Sob tais ameaças perpassava a argumentação abolicionista que constantemente mencionava a real

⁴¹ VINTE E CINCO DE MARÇO, Campos dos Goytacazes, 4 abr. 1886. Seção “Noticiário”, p. 3.

possibilidade de violência escrava. O que servia para intimidar os senhores, na medida em que a relação entre abolicionistas e escravizados era real e eficaz na cidade de Campos.

Por vezes a ameaça de violência escrava é explícita. Por exemplo, quando o jornal cita a ousada fala de Luiz Gama: “Perante o direito é justificável o crime de homicídio perpetrado pelo escravo, na pessoa do senhor”. Diante da criminalidade da escravidão, “quando o escravo assassina o senhor, a lei o condena e a natureza o absolve. A natureza é o direito. Quem mente é a lei.” Assim, afirmava-se que a brutalidade da escravidão não anulava nem a humanidade do escravo, nem a sua capacidade de reagir, ao contrário do que muitos escravistas defendiam.⁴²

Por esse raciocínio, fica clara a justificativa da violência escrava, tanto pela lei nacional, que dizia não mais existir escravidão, como pela lei da natureza, que autorizava o assassinato do senhor. Como afirmavam, qualquer ser humano obrigado a viver como um escravo é compelido a odiar seu algoz, e todos os outros, enquanto humanos, compreendem-no nessa violência. Mas em contrapartida à ameaça de violência escrava, os abolicionistas afirmavam que seu movimento promovia a paz entre os cativos, pois davam-lhes a esperança de se tornarem livres sem terem que apelar para a violência. Asseguravam essa lógica por meio de relatos de violência escrava em outras localidades, onde não havia abolicionistas, afirmando que isso ocorria, pois, sem outra fonte de esperança, os escravizados, em desespero, só tinham a força. Dessa forma, os abolicionistas provavam sua importância e ao mesmo tempo reforçavam a ideia de que era perigoso adiar a abolição.

Potencializavam essa discussão ao mencionar casos de violências arbitrárias de senhores contra escravizados. Se os senhores não respeitavam as leis quando mantinham pessoas ilegalmente escravizadas, questionavam por que os cativos deveriam respeitá-las. Na versão construída pelos abolicionistas, a violência escrava era apenas um reflexo da violência senhorial. O argumento invertia a lógica senhorial na qual o escravo ocioso e os abolicionistas anarquistas seriam os culpados pela desordem e pela violência no mundo do trabalho e no campo. Ao contrário, no discurso produzido pelo jornal, o desrespeito era dos senhores e das autoridades constituídas

⁴² Esse argumento senhorial foi inclusive incorporado pelo debate historiográfico-sociológico do século XX a partir da teoria do escravo-coisa, sendo o escravo visto como vítima do cativo, que teria lhe roubado toda capacidade de ação e pensamento autônomo, como em Fernando Henrique Cardoso (1977) e Caio Prado Junior (2008).

(oficiais da polícia, magistrados, delegados, etc.), pois descumpriam a lei estabelecida e geravam um clima de ilegalidade, que abria espaço para a violência escrava, a qual, apesar de ilegal, tornava-se legítima.

Por tudo isso, os abolicionistas afirmavam confiantes que a abolição era certa, nem que ela tivesse que ser feita à força, pois tinham o apoio da população. Além disso, outras províncias já vinham se libertando; logo, as que resistissem seriam as mais prejudicadas. Os escravistas, apesar de terem dinheiro (acumulado com o suor do escravizado), não tinham o apoio da maioria e sequer podiam contar com o Exército e a Marinha que, além de terem muitos membros negros e mulatos, criticavam o governo pela manutenção forçada da instituição da escravidão. Confiavam também na formação de um parlamento abolicionista, mesmo que não acontecesse, já que a libertação do Ceará provava que a representação política não era condição indispensável para a abolição. A confiança na concretização da abolição baseava-se na certeza de que ela viria ou pelo governo e senhores, ou pelos escravos, abolicionistas e povo, e, nesse último caso, com violência. Cientes de que a autonomia escrava era o maior temor dos escravistas, a ameaça de ação dos cativos era uma das mais fortes armas dos abolicionistas. Contudo, eles se precaviam afirmando que não defendiam a violência escrava, mas que não podiam (e sequer queriam) contê-la para sempre. Asseveravam que os escravos haviam diminuído sua violência dada à esperança da abolição pregada pelos abolicionistas, mas como essa esperança se via constantemente frustrada, em breve ocorreriam rebeliões. Os abolicionistas não mais as reprimiriam, pelo contrário, as incentivariam, caso achassem necessário.

2.2 Desconstruindo o discurso senhorial

Os abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março* entendiam que a escravidão, além de ser mantida pela pura violência e ilegalidade senhorial, contava com o apoio da boa sociedade e da estrutura do estado imperial. Vários fatores contribuíam para a manutenção da escravidão: as leis que beneficiavam os escravocratas, os juízes que ignoravam o descumprimento de outras leis, os serviços da Polícia, a conivência da população diante da brutalidade da escravidão, sua incapacidade de indignar-se com tudo isso...

Todos esses fatores, mais que a pura violência senhorial, favoreciam a manutenção da escravidão.

Confirma essa observação o fato de que, até a década de 1880, os escravistas conseguiram manter, com sucesso, aliança com diversas classes livres e, apesar das dificuldades econômicas e da insatisfação da população servil, eles acreditavam que poderiam manter o sistema ainda por muito tempo. Mas, debaixo da superfície cordial, havia a fúria dos escravos, a desilusão de alguns escravistas com o sistema e a divergência de interesses entre os agricultores. Foi necessário apenas o surgimento de um movimento abolicionista organizado para que essas condições viessem à tona (TOPLIN, 1975). Foi a esperança de mudar a percepção da população sobre a escravidão que levou à fundação do *Vinte e Cinco de Março*. Os abolicionistas desse jornal agiam em prol da abolição também pela desconstrução do discurso senhorial, criticando-o em seus pontos fundamentais.

Entre aqueles que contribuía para a manutenção da escravidão, a Polícia foi o principal alvo dos abolicionistas. Foram contabilizadas 117 notícias em que o *Vinte e Cinco de Março* manifestou diretamente sua discordância da conduta da Polícia, mas deve-se considerar que esse número seria ainda maior se fossem consideradas todas as notícias em que o jornal expressa sua insatisfação com as concessões das autoridades e as arbitrariedades quanto à escravidão de maneira geral. O desrespeito às leis estabelecidas e as práticas arbitrárias dessa instituição eram o alvo das críticas. Denunciavam, principalmente, a prática bastante comum de apreensão de escravizados por suspeita de fuga. Como decorrência, argumentava-se longamente para provar que pelas leis brasileiras não havia crime de fuga, e, portanto, não era legal a perseguição a fugidos pela polícia. Entre os casos denunciados está uma crítica ao carcereiro que ocupou boa parte do jornal no ano de 1886. Esse homem recolhia escravos fugidos e reduzia pessoas livres à escravidão, contudo uma vez provada a condição de liberdade do preso, a polícia cobrava uma multa para custear o período de prisão do capturado.

Outro tipo de denúncia, não tão corriqueira, mas bastante explorada na fala abolicionista, eram os casos dos senhores que tentavam esconder a *causa mortis* do escravo (geralmente decorrente das torturas) por meio de falsos atestados médicos, com a intenção de fugir das responsabilidades legais. Com essas denúncias os abolicionistas buscavam provocar a

indignação do povo contra as violências senhoriais e, em especial, contra a corrupção institucionalizada que a manutenção da escravidão demandava, pois, além da crueldade, era necessária a falsificação de documentos médicos e a complacência das autoridades policiais para que tais eventos se produzissem. Buscava-se mostrar como vários setores da sociedade tinham de contribuir para que a escravidão se perpetuasse. Buscava-se mostrar também que boa parte da população contribuía simplesmente por ser conivente com essas arbitrariedades.

Mas certamente os senhores eram aqueles mais representados no jornal. Havia um padrão de notícias para denunciá-los, para mostrá-los como desordeiros. Primeiro, relatavam-se seus diferentes atos de violência (agressões, assaltos, invasões de propriedades, assassinatos) e, depois, os leitores eram questionados sobre quem provocava a desordem pública: abolicionistas ou escravagistas? Nem mesmo poderosos representantes políticos ficavam isentos dessas críticas, como o conselheiro Thomaz Coelho,⁴³ que teve um caso de açoitamento denunciado pelo jornal, além de ter seus cativos fotografados para que a prova do crime fosse exposta na sede do jornal. Mesmo não tendo o fotógrafo entregado as fotos, os abolicionistas usaram o evento para mostrar a capilaridade da influência dos senhores na sociedade escravista, pois o fotógrafo justificou-se ao jornal dizendo que “dev[ia] finezas e muita consideração ao Sr. Dr. Lourenço Maria de Almeida Baptista, cunhado do Sr. conselheiro Thomaz Coelho”.⁴⁴ Todo esse relato reforça o argumento de que a escravidão era mantida (também)

⁴³ Nascido em 1837, em Campos, Thomaz Coelho lá iniciou sua educação, mas seguiu para o Colégio Calógeras, em Petrópolis, de lá foi para São Paulo, estudar na Faculdade de Direito. Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais, retornou para Campos, após algum tempo de militância advocatícia e exerceu o magistério e também os cargos de Delegado de Polícia, Promotor Público e Juiz Municipal. Inscreveu-se no partido conservador e elegeu-se, facilmente, vereador da Câmara Municipal de Campos; reeleito diversas vezes, chegou à Presidência daquela Casa Legislativa. Em 1868, foi eleito para a Assembleia Legislativa da Província do Rio de Janeiro; e em 1872, ascendeu à condição de deputado na Câmara dos Deputados do Império. Reelegeu-se para mais duas legislaturas (19.^a e 20.^a), sendo esta última para o período de 1886 a 1889 (legislatura não cumprida pelo Deputado). Durante o 26.º Gabinete Ministerial do Segundo Reinado foi convidado para presidir a pasta da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, função em que permaneceu por dois anos e meio. Em decorrência da vaga aberta com o falecimento do Senador Conde de Baependi, em 1887, Thomaz Coelho foi escolhido pela Princesa Isabel, numa lista tríplice, para tomar assento na Câmara Alta, a dois de maio de 1888. Por fim, assumiu a Pasta da Guerra do penúltimo Gabinete do Império (10 de março de 1888 a 07 de junho de 1889), período em que também respondeu interinamente, acumulando com a Pasta da Guerra, pelos assuntos da Pasta da Marinha, entre 4 de janeiro a 8 de fevereiro de 1889. Foi eleito, em 1890, Diretor do Banco do Brasil, cargo no qual permaneceu até a sua morte, no dia 20 de setembro de 1895. In: THOMAZ José Coelho de Almeida: O fundador. Disponível em: <http://www.cmrj.ensino.eb.br/textohist_thomaz.htm>. Acesso em: 7 dez. 2012.

⁴⁴ VINTE E CINCO DE MARÇO, Campos dos Goytacazes, 19 maio 1887. Seção “Vinte e Cinco de Março”, p. 1-2.

pela contribuição da convivência da sociedade. Outro ponto importante é que tais denúncias demonstravam que a desordem do trabalho — tantas vezes evocada pelos escravagistas como a razão principal para o emancipacionismo, para a transição lenta e gradual da abolição — era, na verdade, inerente ao próprio sistema desigual da escravidão. Os senhores reclamavam da violência escrava, mas eles mesmos agiam com violência para manter a escravidão, pois dela tiravam seus proventos.

O discurso construído aponta a todo o momento que a corrupção era inerente à escravidão. Servem como outro exemplo os esquemas montados para lucrar com escravos foragidos: o Sr. José de Araújo Campos seduzia escravos com a promessa de liberdade ou transferência para províncias livres. Depois contactava os donos dizendo que seus escravos estavam em posse dos abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março* e que seriam alforriados. Para tê-los de volta, esses senhores deveriam pagar uma quantia ao Sr. José de Araújo, que recebia as informações do nome dos escravizados de Lino, entregador do jornal que lhe servia de informante. A fraude foi descoberta e exposta pelo *Vinte e Cinco de Março*. Embora esse tenha sido um esquema montado para lucrar com a ganância dos senhores, ele prova que tanto senhores como escravos de Campos sabiam que a sede do jornal era procurada por escravizados.

Muitas dessas notícias usavam exacerbado sentimentalismo, pois, por meio de linguagem dramática, buscava-se sensibilizar o leitor, expô-lo à cruel realidade da escravidão. Uma das notícias aborda o caso do homem que, após ter sido preso injustamente por suspeita de fuga, atirou-se ao rio para a morte. Essas denúncias fragilizavam o discurso escravista ao expor a crueldade da instituição. Também mostravam como a escravidão era mantida pela corrupção de autoridades comprometidas não com o país, mas com interesses da classe escravista. Com isso, buscava-se convencer a opinião pública dos benefícios e da justiça da abolição e almejava-se levar a população a agir contra a escravidão. Para tanto, vários relatos de ação e protesto popular, elogiando o poder do povo eram também publicadas. Até mesmo notícias de outras localidades mereciam destaque. Como exemplo, temos a notícia de um quadro ofertado em homenagem à libertação de três escravos em Maceió. A pintura enaltecia a contribuição dos artesãos (o ferreiro que quebrou as correntes) e do povo (que acompanhou os escravos), destacando a condução dos abolicionistas.

Outro meio de desestruturar o discurso senhorial era mencionar que

alguns senhores já haviam aderido à causa abolicionista. Até inimigos declarados do jornal, quando concediam a abolição a algum de seus escravos, recebiam reconhecimento, com a justificativa de que a conversão dos inimigos era a maior prova da vitória do movimento. Ao mesmo tempo em que era preciso deslegitimar o discurso e a prática senhorial para convencer os senhores e a população em geral a aderir ao abolicionismo, era também necessário demonstrar que outros escravistas já haviam aderido à abolição, prova da vitória certa do movimento. Essas notícias reforçavam o argumento de que mesmo após as alforrias não se havia instaurado a desordem. Provava-se, assim, que os libertos não se entregariam à ociosidade, embriaguez ou crime, pois mais da metade da escravaria, em Campos, já tinha sido abolida desde a matrícula de 1872 e não se via tal cenário.

Mesmo que as notícias das alforrias concedidas destacassem a mentalidade progressista e a generosidade dos envolvidos, os abolicionistas não se esquivavam de criticar senhores que alforriavam escravos já idosos ou doentes, demonstrando que não estavam dispostos a elogiar qualquer tipo de alforria. Também devemos considerar a possibilidade de que a divulgação elogiosa do nome desses alforriadores funcionava como uma espécie de coluna social na medida em que tornava notório o nome dos envolvidos e sua dedicação à causa. Esse aspecto autorizaria a afirmativa do próprio *Vinte e Cinco de Março* de que seu periódico tinha ampla penetração na sociedade campista, uma vez que até escravistas gostavam de ter seus nomes mencionados no impresso.

O alcance do jornal não se restringia aos seus leitores, incluía também relações e interações com os senhores, população e escravos. E mesmo que o foco da nossa pesquisa tenha sido a análise do discurso dos abolicionistas através do *Vinte e Cinco de Março* (e não a análise direta da relação entre abolicionistas e o movimento escravo⁴⁵), as relações estabelecidas por esses abolicionistas são perceptíveis na leitura do jornal. Porém, como a interação direta com escravos foi pouco exposta nos artigos, analisamos as ações e decisões abertamente feitas e relatadas no jornal, assim como buscamos ver nas entrelinhas outras práticas de interação desses agentes históricos.

Em alguns momentos, o jornal expõe claramente a contribuição dos municípios para a prática abolicionista. Cita, por exemplo, o episódio de

⁴⁵ Diferentemente, Lana Lage Lima (1981), que analisou essencialmente a relação entre os abolicionistas de Campos e o movimento escravo utilizando fontes como relatórios de chefes de província, relatórios e ações policiais e judiciais.

violência contra uma escrava de 15 anos, em que os presentes agiram e a libertaram. Esse relato é finalizado com a seguinte afirmativa: “felizmente a população aqui da cidade já vai compreendendo que o reinado dos capitães do mato desapareceu para dar lugar aos sentimentos de humanidade”.⁴⁶ Esse tipo de notícia, além de servir como elogio à ação da população, servia como prova de que a abolição era um desejo de todos. Outra forma de fortalecer a ideia de que a abolição era um anseio de toda a população eram os relatos de pedidos feitos por leitores de outros municípios de que dessem publicidade às arbitrariedades ocorridas em suas localidades. O que também reafirmava a importância adquirida pelo jornal mesmo fora de Campos.

Além da leitura do impresso, talvez a forma de interação com a população mais recorrente tenha sido os *meetings* (reuniões políticas em prol do abolicionismo). O jornal sempre divulgava com antecedência o local e a hora dos encontros, via de regra no Teatro Empyreo, à noite. Após o seu acontecimento, o jornal trazia uma breve descrição da reunião, enfatizando o grande número de presentes, sempre atentos e interessados. Também mencionava o nome dos palestrantes e o principal assunto discutido. Raramente detalhava os discursos, provavelmente porque grande parte dos leitores ou estava na reunião, ou já estava familiarizada com os argumentos apresentados; ou ainda porque o maior objetivo dos encontros era promover as ideias abolicionistas àqueles que não liam o jornal. Ao contrário, as (tentativas de) intervenções promovidas pelos escravistas, por meio de capangas ou mesmo da polícia, sempre recebiam muita atenção, com intuito de provar a arbitrariedade dos escravistas, em oposição à luta racional, pacífica, legítima e legal do abolicionismo. Além disso, esses atentados demonstravam que as conferências abolicionistas incomodavam os escravistas da região.

Diferentemente dos *meetings*, as festas promovidas para angariar fundos e distribuir cartas de alforria nunca foram alvejadas pelos escravistas. O relato delas sempre destacava a presença de membros de todas as classes sociais e as ações promovidas pela liberdade, opondo-se à frugalidade das festas promovidas pelos escravistas. Também era comum nesses relatos a recomendação de que os libertos deveriam manter seus trabalhos após a emancipação; com isto, os abolicionistas buscavam fortalecer seu argumento de que a abolição não abalaria a produção agrícola nacional, acalmando a

⁴⁶ VINTE E CINCO DE MARÇO, Campos dos Goytacazes, 23 out. 1884. Seção “Vinte e Cinco de Março”, p. 1-2.

inquietação dos escravistas quanto a isso. Esse tipo de festa só ocorreu (e mesmo assim raramente) até 1884.

O fato de que os senhores não intervinham nas festas promovidas para a distribuição de cartas de alforria é significativo. Pois, de maneira oposta, a sua intervenção nos *meetings* sempre foi violenta. A alforria isolada de alguns escravos mudava radicalmente a vida desses indivíduos, mas não desestruturava o sistema de trabalho como um todo. Em oposição, as reuniões promovidas por abolicionistas para, junto aos cidadãos e aos escravos, discutir, pensar e lutar por um país livre eram extremamente perigosas. Elas almejavam o fim do sistema e não a sua amenização.

Outra importante forma de interação com a população eram as discussões sobre as eleições. Falava-se do poder eletivo e da importância de votarem juntos para conseguirem efetivar a abolição. Os artesãos foram alvo de algumas matérias, nas quais se falou da importância de lutarem por melhorias para sua classe, evitando favorecer a classe senhorial. Atitudes como essa poderiam ser interpretadas como prova de que esses abolicionistas, na verdade, apenas representavam uma classe média urbana, insatisfeita com as regalias que o Estado oferecia aos senhores. Essa, porém, não é nossa percepção, pois além de rara, essa argumentação almejava colaborar com a abolição. É claro que percebemos a insatisfação desses abolicionistas com o domínio político dos escravistas e a consequente restrição que os profissionais liberais sofriam. Mas entendemos que isso não era o motivo fundamental da sua luta, pois somente em raros momentos questionaram as exceções econômicas com que se beneficiava a “casta agrícola” no Brasil, a exemplo da isenção de impostos sobre a terra, o não pagamento de salários e os empréstimos bancários especiais. Argumentavam que o governo deveria abraçar a abolição, pois essa mudança submeteria a oligarquia agrícola à lei, o que, embora deixe evidente o interesse em acabar com o domínio político dos escravistas, ainda se justifica na necessidade de haver igualdade de todos na lei, inclusive (e, talvez, principalmente) os senhores.

Como mencionamos anteriormente, estamos cientes de que, por serem membros de uma classe intermediária, esses abolicionistas possuíam certa independência em relação à classe senhorial e, por isso, podiam se posicionar, abertamente, contra a escravidão. Buscamos, contudo, destacar que a principal causa defendida no *Vinte e Cinco de Março* não era a de lutar por melhorias e leis que favorecessem as classes intermediárias. Sua

batalha era pela abolição, um anseio nacional que ia além do princípio da igualdade de todos perante a lei, pois incluía a luta pela inserção social e econômica do liberto na sociedade brasileira.

Consequentemente, discordamos das interpretações historiográficas que afirmam terem sido os abolicionistas autores de um projeto reformista que buscava apenas possibilitar o progresso pela inserção massiva de imigrantes no país e pela coação do liberto por meio de leis antivadiagem. Também não concordamos com a visão de que os abolicionistas buscavam principalmente denunciar os fazendeiros como os grandes beneficiários dos favores do Estado e que, portanto, combatiam a escravidão porque ela era sustentáculo econômico injusto de uma classe que desvalorizava o trabalhador livre nacional.⁴⁷ Entretanto, não pretendemos afirmar um puro altruísmo dos abolicionistas ou a apatia dos escravos no processo, pois estamos seguros de que ao longo do texto os interesses dos abolicionistas e a participação ativa e ousada dos escravos ficam expostos. Por isso reafirmamos que entendemos que os abolicionistas, aqui estudados, tinham como interesse principal o cumprimento fiel do direito de igualdade de todos os homens perante a lei e a inserção do liberto no mercado de trabalho, e não melhorias para os seus pares, membros de camadas intermediárias.

É o que observamos no fato de que esses abolicionistas não só tentavam influenciar o voto dos seus leitores, como se reuniam para discutir seus votos, decidindo conjunta e abertamente em quem todos iriam votar, demonstrando uma prática de união e liderança do clube para a tomada de decisões políticas. A relevância das eleições fica clara em vários artigos que ressaltam a importância da Câmara para o comércio, as artes, para a cidade e, em especial, para a condução da abolição. Segundo afirmam, se os vereadores não faziam uma boa legislatura, a culpa era dos seus eleitores. Responsabilizavam, portanto, aqueles que não votavam guiados pelo interesse comum.

A prática do voto orientado era tão importante que, em 1886, nas eleições para a Câmara Nacional, o *Vinte e Cinco de Março* denunciou que um folheto teria circulado na cidade com uma indicação falsa de voto, já que afirmava que os abolicionistas apoiavam a candidatura de Thomaz Coelho.

⁴⁷ Para saber mais, consultar:

AZEVEDO, Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco**: O negro no imaginário das elites – Século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **O plano e o pânico**: Os movimentos sociais na década da abolição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010b.

O jornal se pronunciou com indignação e negou a indicação. Embora não possamos afixar se tal folheto existiu ou se foi forjado, importa-nos o fato de que a indicação de um candidato pelos abolicionistas era tão importante que se acreditava na possibilidade de sua indicação ter sido inventada. Ou seja, naquele momento, na sociedade campista, o posicionamento político do *Vinte e Cinco de Março* poderia não decidir uma eleição, mas era significativo o suficiente para alterar os rumos dos escrutínios eleitorais e importava o bastante para que outros formassem a sua opinião. Se esse folheto existiu, certamente não foi confeccionado pelos abolicionistas, uma vez que sempre indicaram candidatos comprometidos com a abolição, o que não era o caso do conselheiro Thomaz Coelho. Acima de tudo, o *Vinte e Cinco de Março* apoiava candidatos que defendiam a abolição imediata e sem indenização, ou seja, apoiava candidatos do partido abolicionista.

Entendemos esse pedido de voto como mais uma prova da ligação dos abolicionistas de Campos com o projeto de abolição nacional, do partido abolicionista, exposto por Joaquim Nabuco. O deputado entendia esse partido como meio de divulgar as ideias abolicionistas e de organizar o movimento em escala nacional, era o programa de um

[...] movimento bastante invertebrado, amplo, com diferentes correntes de opinião e formas de ver a luta. Mas, ainda assim, um movimento que conferiu um sentido disruptivo às lutas que os escravos travavam, que aglutinou diferentes setores sociais, correntes políticas e de opinião. (SALLES, 2011a, p. 252)

A questão decisiva que tornou possível essa nova percepção das lutas e resistências escravas foi a emergência de intelectuais ligados às camadas e movimentos populares, os quais eram próximos da experiência da vida do cativo (SALLES, 2011b). Como é o caso do *Vinte e Cinco de Março* tão ligado aos artesãos, leitores e abolicionistas, que lhes dizia em quem votar, assim como eram próximos dos escravizados, a quem motivavam a continuar a resistir, dando-lhes o suporte e apoio necessário.

Além disso, é clara a relação de intercâmbio entre os abolicionistas de Campos e os da corte. Os embates com a polícia e com importantes senhores da região sempre ganhavam grande repercussão na corte, pois todas as vezes que algum ato violento era intentado contra o *Vinte e Cinco de Março*, esses

aboliconistas não perdiam a oportunidade de comunicá-lo à corte, enviando telegramas detalhados sobre o ocorrido. Uma vez publicadas nos mais importantes jornais aboliconistas da capital do Império, tais notícias eram, então, transcritas no periódico campista como prova da sua relevância no movimento aboliconista nacional. A importância do *Vinte e Cinco de Março* também podia ser medida pelos seus contatos com políticos, jornalistas e personalidades. Através desse intercâmbio, os aboliconistas se abasteciam de novas formas de observar e criticar a escravidão, ao mesmo tempo em que consolidavam a abolição como um projeto nacional.

Devido a esse intercâmbio, Lacerda e seus companheiros contavam com apoio de influentes aboliconistas, que lhes ofereciam proteção contra violências senhoriais. Os aboliconistas campistas supunham que estando os senhores cientes de que eles contavam com influentes amigos na corte, era menos provável que esses mesmos senhores atentassem ostensivamente contra suas vidas. Pelo menos não depois de terem seus nomes expostos no jornal. Ademais, os aboliconistas de Campos tinham maior acesso a autoridades judiciais fora da área de influência desses escravistas.

Entre os aboliconistas com quem se correspondiam, sem dúvida o mais citado era José do Patrocínio (ao menos 48 notícias são transcritas do jornal de José do Patrocínio ou falam de sua interação direta com os aboliconistas de Campos). Já no segundo número do jornal há uma pequena nota em que se pede autorização para transcrever notícias do *Gazeta da Tarde*, jornal de Patrocínio publicado na corte. Portanto, fica claro que os redatores do periódico carioca tinham acesso ao periódico campista e que, por meio de sua leitura, poderiam (ou não) autorizar a reprodução de suas notícias e consequentemente de suas ideias em Campos. As visitas de Patrocínio a Campos eram sempre comemoradas pelos aboliconistas e comentadas por todos os jornais da cidade, sendo ele muito homenageado.

Entre as associações, a Confederação Aboliconista era a maior interlocutora, mencionada diretamente em pelo menos 21 notícias, sem contar aquelas em que qualquer de seus membros é mencionado ou com apenas uma de suas falas transcrita. Ao relatar abolições conseguidas pela Confederação, todo o processo era descrito em detalhes, diferentemente das outras libertações anunciadas no jornal. Por exemplo, foi noticiado que em uma viagem de barca Rio-Niterói, João Clapp percebeu a relutância de uma moça cabocla em embarcar com o seu dono. Investigando a situação, descobriu

ser ela mestiça de índio e proveniente do Ceará. Houve, então, discussão na barca e, no desembarque, a moça foi levada à sede da Confederação que lhe restituiu a liberdade. Essa notícia, acima de tudo, impressiona por demonstrar a oposição entre a fragilidade da instituição escrava e a força da resistência de escravos e abolicionistas no período. O que foi explicitado pelo fato de que a posse de uma escrava podia ser questionada, simplesmente, por que ela resistiu em acompanhar o “seu” senhor.

Outras notícias comuns eram as notas sobre as viagens de Carlos de Lacerda à corte, sempre expondo o motivo por que viajava e aqueles com quem ele se encontraria. Destaca-se a viagem em que Lacerda foi lutar, junto à Confederação Abolicionista, pelo seu *Habeas Corpus*, que foi obtido. A abundância de notícias sobre o assunto e a repercussão que ele gerou deixam clara sua comprometida relação com a Confederação. Desde o anúncio da prisão de Lacerda até a absolvição dos outros três abolicionistas (todos envolvidos na invasão de uma fazenda e na retirada de escravizados torturados de lá) há uma intensa troca de notícias entre Campos e o Rio de Janeiro. Esse emaranhado de citações, relatos e transcrições de notícias prova a importância dessas relações para uma prática abolicionista tão ousada. Tais relações e amizades serviam como proteção, pois quando um cometesse uma atitude mais arrojada, como a acima citada, do Clube Carlos de Lacerda, podia contar com a luta de muitos outros abolicionistas pela defesa de sua integridade física e moral, assim como pela seriedade jurídica do julgamento.

É por isso que um dos meios encontrados pelos abolicionistas de Campos para conseguir a abolição envolvia a exposição, no *Vinte e Cinco de Março*, da interação direta que mantinham com os escravos, cuja intensidade focamos a partir somente do que foi explicitado no periódico. Muito embora consigamos saber que essa interação com os escravizados foi uma relação real, contínua e eficaz, pela incitação à violência e às fugas e a outras atitudes mais ousadas dos escravos, as mensagens no *Vinte e Cinco de Março* eram pouco claras.

Em sua pesquisa sobre o movimento negro em Campos, Lana Lage (1981) deu destaque à interação entre escravos e abolicionistas baseada nos relatórios policiais. A autora concluiu resolutamente pela relação entre a violência escrava e a ação dos abolicionistas. E afirma que Lacerda atuava diretamente junto aos escravos, como fizeram Antonio Bento em São Paulo e o Clube do Cupim em Pernambuco, incitando-os à violência, à fuga e à

organização de quilombos. Ela também descreve vários exemplos de ação do movimento escravo em Campos, como o quilombo formado nas matas da Freguesia de Conceição do Travessão, a sublevação de 50 escravos na Fazenda Boa Vista (na afastada Freguesia de Natividade de Carangola) e ainda a revolta de 70 escravos contra o feitor, na fazenda dos herdeiros do Barão de São Fidélis (na freguesia de São Sebastião), além de outros atos revoltosos cometidos por escravos individualmente, entre os quais destaca a invasão da fazenda de Orbílio da Costa Barros, que levou à prisão de Lacerda e dos três abolicionistas que acabamos de mencionar.

Ainda segundo a autora, a partir de 1887 (supomos que após os eventos ocorridos em São Paulo), os casos de violência se intensificam. Ocorrem mais revoltas, em especial os recorrentes incêndios nos canaviais, que aterrorizavam os senhores. Nesse período, os relatórios policiais transcreviam testemunhos de escravos presos, que indicavam terem sido orientados por Lacerda. Esses relatórios também responsabilizavam os abolicionistas por muitas outras manifestações em 1887, inclusive incêndios. Após expor vários casos de violência provocados por escravos, por abolicionistas, ou por ambos, a autora afirma que o movimento negro em Campos, embora não fosse novo, recebeu incrementos, na década de 1880, que o fizeram ganhar um novo significado dado pelo movimento abolicionista, o qual também não era novo na cidade, mas se tornou mais assertivo e direto com a criação do *Vinte e Cinco de Março* e do Clube Abolicionista Carlos de Lacerda.

Em Campos, os abolicionistas vão se aliar ao negro na luta contra a escravidão. E, se a aliança com a violência negra torna o abolicionismo mais incisivo, a rebeldia do escravo também se torna, a partir daí, mais ameaçadora, porque mais consequente. Assim, ao fazer do negro um aliado, apadrinhando suas explosões de revolta, o abolicionismo confere, imediatamente, a essa rebeldia uma conotação política anteriormente negada pelo sistema. (LIMA, 1981, p. 139)

Como afirmamos, o jornal apelava recorrentemente para possíveis casos de violência escrava, usando um tom de ameaça, mas não reconhecia que eles mesmos incentivavam tais atos. Os abolicionistas afirmavam em seu discurso que defendiam a abolição pela “ideia que ela suscitava”, e não pelo medo. Mas reconhecendo a escravidão como um roubo, eles motivavam

abertamente os escravos a resistirem pela greve. Essa ambiguidade na apresentação da ação violenta dos escravos era constante. Por exemplo, ao discutirem o desfecho trágico do quilombo de Travessão não apresentam qualquer sinal de condenação à atuação dos escravos que lutavam por sua própria liberdade. Porém, dias depois, em uma notícia sobre um assassinato cometido por escravos em Resende, repudiam a alegação de que os escravos agiam motivados por abolicionistas (mas, mesmo assim, não reprovam a ação dos escravos). Logo, pode-se concluir que, embora não condenassem a ação violenta dos escravos, não queriam estar associados a ela. Afirmam reiteradamente que não incitavam a violência, porque isso não colaborava para a empatia com o movimento, mas afirmam que os cativos agiam por desespero, pois dependiam da boa vontade dos senhores ou do fundo de emancipação. Ou seja, não reprovavam os escravos, mas também não assumiam que os incitavam. Logo, afirmam que quem os condenava ao uso da violência como único recurso era a própria escravidão e não os abolicionistas.

Se, por um lado, a violência escrava não era explicitamente apoiada, o recolhimento de escravos fugidos das fazendas onde eram torturados era, por outro lado, amplamente assumido pelo jornal, que os acolhia em sua sede, local claramente descrito como refúgio para os cativos que fugiam de seus senhores, como deixa clara esta notícia:

Apareceu ontem em nosso escritório, todo amedrontado, o liberto Roque que, invocando a nossa proteção, visto como desde 4 de junho de 1881, estando de posse de seu título de liberdade, até hoje, na mesma condição de escravizado, apesar de livre pelo fundo de emancipação, se acha no poder de sua ex-senhora. (VINTE E CINCO DE MARÇO, 23 out. 1884, p. 4)

Outras notícias não são tão claras, mas percebe-se a ação voluntária do escravizado em ir ao jornal e a ajuda oferecida pelos abolicionistas. Em muitas notícias, destaca-se que houve a tentativa de negociar com os senhores primeiro, só depois então se apelava para as autoridades, o que deveria servir como estratégia para parecerem menos afoitos aos senhores, como no caso a seguir:

Há um mês mais ou menos apareceu João, escravizado da exma. Sra. d. Clara Pacova, pedindo que nos interessasse pela sua liberdade. Como é nosso costume, primeiramente procuramos resolver a questão amigavelmente; mas não tendo sido possível chegarmos a um acordo, (...) aconselhamos-lhe que tentasse ação judicial. (VINTE E CINCO DE MARÇO, 26 out. 1884, p. 4)

Esse tipo de relato, em que os abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março* falam em negociar com os senhores, está presente no jornal no ano de 1884 e em parte de 1885. Eles desaparecem, não coincidentemente, quando fica claro que o Projeto Dantas não será implementado em sua totalidade. Esse projeto de lei (que será melhor analisado mais à frente) havia sido abraçado pelos abolicionistas como símbolo de sua luta, posto que propunha reformas sociais mais profundas no âmbito das leis abolicionistas. Com os primeiros sinais de derrota do projeto, as negociações com os senhores somem por completo do jornal, que chega a afirmar que naquele momento não cabiam mais alforrias por indenização ou negociações, “nem mais um vintém para indenização de liberdades, quer em virtude da tabela, quer por acordo amigável”.⁴⁸

A derrota do Projeto Dantas marca um ponto de virada no abolicionismo nacional, as atitudes conciliatórias tornam-se incabíveis, enquanto as ações mais diretas e ousadas tornam-se o padrão do movimento abolicionista. É durante o debate dessa lei que as posições dos senhores quanto à abolição definiram-se: os cafeicultores paulistas começaram a ponderar a abolição e os fluminenses continuam a defendê-la incondicionalmente. Além da posição desses escravistas ter se intensificado, a posição dos abolicionistas também mudou, pois passaram a não aceitar menos que a abolição incondicional e imediata. Perceberam também que lucravam mais financiando a propaganda abolicionista do que libertando escravos isoladamente, até porque não achavam justas as indenizações; buscaram, portanto, uma nova abordagem para a abolição. Com a derrota do projeto no qual haviam depositado tantas esperanças, tornaram-se mais explícitos: diminuíram os apelos à benevolência dos senhores e requereram medidas mais imediatas. Ao perceberem que a libertação completa só podia ser alcançada com atividades extralegais, passaram a incentivá-las buscando,

⁴⁸ VINTE E CINCO DE MARÇO, Campos dos Goytacazes, 17 abr. 1887. Seção “Vinte e Cinco de Março”, p. 1.

para isso, fundamentação até nos princípios cristãos.⁴⁹

Como prova dessa mudança, ainda em julho de 1885, ao tomar conhecimento da fuga de um escravo pelos anúncios do seu senhor que ofertava prêmios a quem o resgatasse, os abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março* pediram que quem soubesse o destino do escravo foragido os avisasse, pois tinham planos para ele. Esse relato não deixa dúvidas de que lhe ofereceriam abrigo e de que, agora, ofereceriam proteção a todos os foragidos. Outro ponto interessante na continuação da notícia é a afirmação de que os escravistas levaram o escravizado para Cantagalo, porque em Campos a perseguição abolicionista tornava mais difícil e perigosa a “caça” aos escravos, explicitando uma vitória do controle abolicionista sobre as arbitrariedades dos senhores.

Até mesmo os senhores, cientes do acolhimento dado pelos abolicionistas na sede do jornal, enviavam para lá seus escravizados já sem uso, a exemplo de uma cativa louca, que foi deixada na porta do jornal. Os abolicionistas, contudo, protestam dizendo que, depois de explorar seus escravizados, os senhores os enviam a eles, como se mantivessem um asilo, hospital ou até um hospício para alienados e pedem providências ao delegado de polícia. Contudo, não se negam a auxiliar esses escravizados, como prova o fato de que voltam a falar dessa escrava que, após ter melhorado, fugiu do hospital e acabou presa. Por fim, ironizam dizendo que logo a escrava seria recolhida por alguém que se diria seu dono e que, após explorá-la, por ela voltar ao estado de louca, seria castigada e morta, tendo como *causa mortis* alguma lesão cardíaca, do fígado ou congestão pulmonar. Em um pequeno parágrafo apenas, esses abolicionistas conseguem fazer críticas aos senhores, à polícia e aos médicos legistas, todos os que agiam ilegalmente pela manutenção da escravidão.

Além de recolherem o escravo, os abolicionistas também buscavam defender sua liberdade em ações judiciais; chegando mesmo a anunciar no jornal que os escravizados os procurassem, com intuito de dar abertura a tais processos. Por exemplo, após a Lei Saraiva-Cotegipe (conhecida como lei dos sexagenários) chamam escravos sexagenários ainda mantidos cativos para irem à sede do jornal ter sua situação resolvida.⁵⁰ Tal atitude sugere

⁴⁹ Para saber mais, consultar:

CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850 – 1888**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

TOPLIN, Robert. op. cit., 1975.

⁵⁰ Esse tipo de anúncio é publicado tanto em 1886, como por todo o mês de maio de 1887, quando os abolicionistas de Campos lutavam pela libertação de mais 13 mil escravos que haviam sido matriculados de maneira errônea em Campos (assunto que será trabalhado no capítulo seguinte).

alguns objetivos. Primeiro, obviamente, atingir os escravizados que teriam acesso a essa informação pela leitura (feita por eles ou por terceiros). E, segundo, ameaçar os senhores ex-proprietários de escravos sexagenários que insistissem em burlar as leis abolicionistas. Se é difícil imaginar que um escravizado pudesse tomar conhecimento desse tipo de notícia diretamente pela leitura do jornal, devemos destacar que a própria resistência dos senhores à ideia abolicionista dava-lhe ainda mais propaganda. O *Vinte e Cinco de Março* expôs essa possibilidade ao descrever que, em um evento ocorrido na cidade vizinha de Macaé, ao tentar reprimir um *meeting*, os senhores acabaram divulgando o modo de ação dos abolicionistas, fazendo mais propaganda do que eles jamais poderiam fazer, pois

Os escravizados não ouviram a palavra, viram os preparativos de seus senhores, administradores, feitores para a recepção dos abolicionistas naquele dia e a intenção que os animava se lá fossem. Voltando a casa, analisariam, comentariam com certeza o que se tinha passado, e nestas condições os escravizados, que não tinham ouvido a propaganda dos lábios dos abolicionistas, viram o *meeting* nos preparativos e ouviram a linguagem da abolição dos lábios dos seus senhores, administradores, feitores na análise e comentários da resistência, que pretendiam empregar. Por este modo, a propaganda foi levada a paragens, onde talvez da tribuna nunca lá pudesse chegar, pela possibilidade dos escravizados não saberem ler, nem poder ver os festejos abolicionistas que presenciariam diante dos preparativos e ouvir dos lábios dos propagandistas o que ouviram dos de seus senhores, administradores e feitores, que por tal meio julgaram sufocar o que eles mesmos estavam propagando. (VINTE E CINCO DE MARÇO, 1 set. 1887, p. 1-2)

Esse relato explicita como a interação entre abolicionistas e escravos foi fundamental para a concretização da abolição. Como afirma Hebe Mattos (1998), os escravos conscientes de que enquanto propriedade não tinham direito a ter direitos, reivindicavam-nos exatamente porque isso os afastava da condição de cativo. O crime dos escravos, embora incomum, era uma manifestação que impedia que temor e privilégios se estabelecessem só a partir do senhor. Pouco a pouco, com a legalização de muitas reivindicações dos cativos, o pilar da dominação senhorial foi duramente atingido, pois era o fim da negociação senhor-escravo baseada só na benevolência senhorial.

Um contexto de queda da legitimidade da instituição da escravidão se percebe ao longo da análise do *Vinte e Cinco de Março*, na medida em que as reivindicações dos abolicionistas não se submetem a uma lógica de bondade dos senhores e sim à exigência do cumprimento da lei e à afirmativa corrente de que se as leis tivessem sido cumpridas já não existiria escravidão. Por isso concordamos com a afirmação da autora de que no final do século XIX, advogados e escravos se aproximaram para legalizar alforrias, tendo os abolicionistas como intermediários nessa relação. Isso ocorreu devido à consciência antiescravagista dos advogados e à ação estratégica dos escravos compondo novas alianças.

É importante também destacar que a ação dos escravos tornou-se mais coletiva com o trabalho dos abolicionistas, que buscavam persuadi-los a abandonarem juntos as fazendas, garantindo ajuda e proteção, assim como lhes ofereciam suporte nos tribunais, nos casos de escravização de pessoa livre, baseados na lei antitráfico de 1831. Sem a campanha abolicionista, a resistência escrava permaneceria, mas não receberia amplo apoio da população, em especial a urbana (GRAHAM, 1979). Entendemos que a ação dos abolicionistas, ao desestruturar o discurso senhorial, deu à ação dos escravos, que sempre lutaram contra a escravidão, um novo significado, pois ofereceu uma nova recepção a essas ideias. A fala abolicionista fortalecia a ação dos escravos; ao mesmo tempo, o volume da ação dos cativos confirmava a sua fala.

Nesse ponto concordamos com a análise da crise do escravismo no Brasil como um processo de longa duração, com mudanças estruturais, situações conjunturais e uma sucessão de episódios que culminaram na Lei Áurea. As transformações estruturais de longa duração foram condições necessárias para que os sujeitos pudessem exercer sua liberdade e não fatores que determinaram a ação deles. Elas trouxeram às rebeliões escravas maiores consequências sociais, tendo em vista que o protesto escravo, que não foi exclusividade do século XIX, mudou seu significado nesse momento, adquirindo um cunho político.⁵¹

Nesse sentido, as estratégias adotadas pelos redatores do *Vinte e Cinco de Março* não se restringiram à argumentação. No novo contexto

⁵¹ Para saber mais, consultar:

COSTA, Emília Viotti da. **A abolição**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

MARQUESE, Rafael de Bivar. "Estrutura e agência na historiografia da escravidão: a obra de Emília Viotti da Costa". In: FERREIRA, Antônio Celso; BEZERRA, Holien Gonçalves; DE LUCA, Tania Regina. **Os historiadores e seu tempo**. São Paulo: UNESP, 2008.

nacional, os abolicionistas também tomavam atitudes audazes de ataque à propriedade senhorial, como a já mencionada ação de recolhimento de escravos e ingênuos, que, expostos pessoalmente na sede do jornal, ou por meio de fotos, tiveram retratado seu debilitado estado físico. Além disso, expunham, com frequência, o nome de poderosos senhores da região, relacionando-os aos crimes que haviam cometido. Realizavam investigações paralelas àquelas feitas pela polícia, afirmando serem necessárias exatamente porque não confiavam na integridade e na competência dos policiais. Também demandavam das autoridades instituídas atitudes quanto aos crimes denunciados. Por fim, acompanhavam incansavelmente tudo que se relacionasse aos escravos recebidos ou aos crimes denunciados.

A prática de recolher indivíduos maltratados era corriqueira e provavelmente eficaz, dada a sua repetição. A exposição deles servia claramente à causa abolicionista, pois aberta à população e acompanhada por descrições no periódico, expunha-se aos leitores a brutalidade e a mentalidade escravista. Os retratos à mostra na sede do jornal serviam para guardar essa primeira imagem na memória após a recuperação física e a libertação dos escravizados; mas também, enviados aos abolicionistas da corte, eram usados como prova para denunciar a situação em que se encontrava a cidade e para pedir providência a outras autoridades, inclusive ao senador Dantas. Falava-se também em um Museu Ceroplástico do Clube, que expunha fotos e instrumentos de tortura recolhidos das fazendas da região. Mas a forma de funcionamento desse museu nunca foi relatada em detalhes, dizia-se somente que na sede do jornal era possível ver os artefatos e as fotos. O *Vinte e Cinco de Março* objetivava com essas medidas expor à população tudo o que ficava escondido nas fazendas, almejando mostrar que aquilo que uma vez tinha sido considerado como natural tornara-se inaceitável e que até as leis nacionais comprovavam isto.

Ao reportar esses casos de violência contra os escravos, o *Vinte e Cinco de Março* também expunha os senhores e suas práticas extralegais, interferindo diretamente na ordem senhorial, pois mesmo que eles tivessem os poderes constituídos ao seu lado, agora tinham que conviver com a vigilância dos abolicionistas e com as exigências que faziam às autoridades. E, se não sofriam punições pela Justiça, eram expostos ao julgamento da população, como no caso a seguir:

Portador de duas cartas, uma escrita por nós e outra por aquela respeitável senhora, foi Luiz para a fazenda de S. João. [...] Depois de alguns dias, com toda a segurança soubemos, que o menor Luiz tinha sido barbaramente supliciado e que em vez de ser recolhido ao hospital, para tratar-se dos ferimentos que recebera como consequência do castigo, foi preso a um tronco de campanha donde não seria solto enquanto não estivesse completamente curado, a fim de evitar uma nova fuga e por este modo ser apreciado o estado a que o bacalhau o reduzira.

[...] Os bárbaros, aqueles que procedem como o sr. tenente-coronel Francisco Antonio Pereira de Lima, hoje impossibilitados de exercerem em suas fazendas os barbarismos de outros tempos, pela fiscalização dos abolicionistas nesses antros, onde até bem pouco tempo não entrava a lei, nem a justiça pública, são os que vão pedir providências.

Não são elas para garantir a ordem e a tranquilidade pública, mas para a impunidade de crimes, praticados a título de moralidade e disciplina das fazendas e segurança da lavoura.

(VINTE E CINCO DE MARÇO, 9 abr. 1885, p. 2-3)

Por meio de relatos como esse, pode-se ver que o que ocorria nas fazendas não era desconhecido dos abolicionistas, já que mantinham a prática de visitar fazendas. Essa conduta não é abertamente exposta no jornal, mas muitas notícias deixam entrever que tais visitas realmente ocorriam. Numa nota sobre a Usina do comendador Antonio Manoel da Costa afirmam terem feito mau juízo dele, pois “o escravo é sempre escravo; e a escravidão, escravidão.”⁵², embora o sistema de trabalho em sua fazenda fosse muito organizado, não havendo marcas de violência, pelo que o parabenizavam. Diante de notícias como essa e também diante de trechos como “anteontem de passagem pelo Becco, visitamos esta Usine”, “diante do que vimos”, “saímos e do lado de fora”, fica evidente que os abolicionistas costumavam visitar as fazendas da região. Outro fato que indica a constância dessas visitas eram os escravos que, sofrendo violações de seus direitos, dirigiam-se diretamente ao jornal, indicando uma interação prévia entre os abolicionistas e eles. Cremos que nessas visitas, autorizadas ou não, os abolicionistas pretendiam não apenas inspecionar a organização do trabalho nas fazendas, mas também denunciar maus-tratos (como muitas vezes fizeram) e incentivar os escravos a buscar ajuda, como se pode ver nos relatos.

⁵² VINTE E CINCO DE MARÇO, Campos dos Goytacazes, 21 set. 1884. Seção “Noticiário”, p. 3-4.

Outra prática bastante regular dos abolicionistas era o acompanhamento dos casos de escravizados, a quem defendiam. Primeiro, relatavam o contato inicial, descreviam o estado de saúde e o porquê da intervenção abolicionista e depois expunham todas as medidas tomadas e as exigências das autoridades competentes em cada caso (delegados, carcereiros, juízes de paz ou os próprios senhores). Essa última atitude era bastante intimidatória, pois expunha quem eram os responsáveis pelos procedimentos legais de combate aos crimes denunciados. Ao fim, sempre mencionavam e agradeciam nominalmente a todos os que tomassem qualquer atitude em prol da abolição, hábito que provavelmente ajudava a ganhar confiança entre as autoridades, e ao mesmo tempo mantinha a intimidação, pois ficava claro que algumas autoridades já se decidiam pela emancipação. Outra consequência importante era que as autoridades expostas também ficavam sujeitas ao julgamento público, pois como afirmavam os abolicionistas, ao escolher uma função pública, seus atos profissionais necessariamente deveriam ser públicos.

Em uma dessas notas sobre o envolvimento do jornal na defesa de escravizados, o *Vinte e Cinco de Março* evidencia uma mudança no modo de ação. Segundo se afirma, não costumavam mais levar escravizados à Polícia, pois isso só dava lucros aos capitães do mato e nenhuma garantia aos escravizados. Nessa afirmativa o uso da palavra “mais” deixa óbvio que, anteriormente, costumavam levá-los à Polícia, mas agora não mais. O que evidencia a quebra dessa etapa da negociação com os senhores. Diante disso, também devemos pensar: E quando não conseguiam juntar provas legais que garantissem a liberdade dos escravizados que os procuravam, se não os conduziam à Polícia, nem pagavam mais as indenizações, como procediam com esses escravizados? Recolhiam-nos secretamente? Conduziam-nos a quilombos? Tentavam negociar com seus donos?

Uma outra notícia nos ajuda a responder a tais questões. Noticiando o fato de que um senhor enviou à sede do jornal um escravo à procura de outro, admite-se que ele não estava mais lá. Porém, o artigo sugere que os abolicionistas facilitaram o desaparecimento desse escravo. Atitude bastante diferente dos hábitos do jornal, ou pelo menos do que era admitido, principalmente pelo uso do itálico no verbo “sumiu-se”, uma vez que o itálico no jornal estava sempre ligado a uma fala irônica. Mas como esse é o único artigo que deixa implícita a ideia de que os abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março* também facilitavam a vida dos foragidos, não podemos tomar como

uma prática comum. Certamente não era uma prática aberta.

Tais ataques diretos à escravidão não demoraram a cobrar o seu preço, como provam os muitos atentados sofridos por Lacerda e seus companheiros abolicionistas. Como resposta à criação do jornal e do Clube Abolicionista, os fazendeiros escravistas fundaram a Sociedade Emancipadora de Colonização Nacional, que objetiva parar o movimento abolicionista em Campos (FEYDIT, 2004). Em oposição às propostas dessa instituição, os abolicionistas afirmaram que a emancipação gradual era ineficiente, como provava a existência de leis graduais desde 1831, e desnecessária, pois o mal estava na escravidão, nunca no escravo.

Embora contrária aos abolicionistas, a criação dessa sociedade foi a menor das resistências encontradas por eles. Os abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março* enfrentaram ações violentas dos escravistas contra suas vidas e também contra o funcionamento do Clube Abolicionista e do jornal. Os escravistas da região tentavam interromper as reuniões e os *meetings* dos abolicionistas e para isso demandavam reforço da mesma Polícia que agia com negligência diante das queixas feitas pelos abolicionistas contra as arbitrariedades desses senhores. Em contrapartida, os abolicionistas usavam de ameaça, afirmando que nenhum reforço policial poderia controlá-los dada a impossibilidade de se controlar uma possível ação violenta dos escravos e da população que apoiava a causa abolicionista.

Esses pedidos que os fazendeiros faziam de reforço à Polícia e ao Exército provam a “veemência a que se elevou a luta pela Abolição em Campos” (MORAES, 1924, p. 248). Os abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março* de fato sofreram muitos atentados (a serem tratados detalhadamente no próximo capítulo), entre eles, a mencionada prisão de Lacerda e de outros três abolicionistas; a tentativa de assassinato do seu amigo, braço-direito, Adolfo Pereira Porto e a invasão à casa de Lacerda; assim como as inúmeras invasões aos *meetings* abolicionistas, algumas delas marcadas por tiroteios, como na cerimônia em homenagem a José Bonifácio e, talvez a mais grave, ocorrida no Teatro Empyreo, que terminou com muitos feridos e com a morte de Luiz Fernandes. Como consequência desse atentado ocorreu ainda o assassinato de Eurico Cassalho, que não era abolicionista, mas se recusara a participar da investida escravista anterior. E mesmo em um evento em outra cidade (Macaé), os abolicionistas de Campos foram alvos de agressão. Também tiveram a redação do jornal arrombada e, após sérias acusações

contra o delegado de polícia, com denúncias de propinas pagas pelo Clube da Lavoura, a tipografia destruída. A última ofensa violenta reportada no jornal ocorreu em 20 de novembro de 1887, numa conferência que, proibida de ocorrer no teatro, continuou na rua, sendo interrompida por tiros da polícia, que resultaram na morte de uma senhora.

Em todos esses atentados o *Vinte e Cinco de Março* seguia a mesma forma de agir, muito similar àquela usada nas denúncias de ilegalidades e arbitrariedades contra escravos, que acolhiam e defendiam. Primeiro expunham a sua versão sobre o ocorrido, já apresentando demandas às autoridades para que investigassem e punissem os responsáveis, tornando públicos seus nomes pelos procedimentos legais e procedimentos a serem executados. Mesmo assim, acompanhavam o desenrolar dos casos, realizavam investigações paralelas, cujo resultado apresentavam no jornal sempre. Quando os resultados das suas investigações eram diferentes daqueles obtidos pelas investigações oficiais, desqualificavam moralmente as autoridades e o seu trabalho, em especial se os abolicionistas fossem condenados. Contrariamente, sempre parabenizavam quem decidisse a favor da causa da abolição. Com base nessas observações pode-se ver que a relação entre abolicionistas e escravistas, em Campos, formou um ciclo vicioso. Como as ações abolicionistas partiam da desqualificação do discurso senhorial e do empoderamento dos escravizados, em resposta, os senhores atentavam contra a vida dos escravizados e abolicionistas, contra a organização do movimento e sua relação com os cativos. Diante dessas ofensivas, os abolicionistas reforçavam seu discurso de desqualificação da prática e lógica senhorial e ao mesmo tempo valorizavam a sua própria luta, gerando a ira dos escravistas, que intentavam novos ataques.

O fenômeno das fugas de escravos em massa em São Paulo, porém, marca uma mudança tanto na argumentação do *Vinte e Cinco de Março*, como na resposta dos senhores. Ao perceber a ineficácia do discurso da legalidade da abolição em oposição ao sucesso da ação ousada dos abolicionistas e escravos em São Paulo, os abolicionistas de Campos passam a reforçar o argumento (voltado para os senhores) de que a abolição era benéfica pela gratidão que gerava no escravizado; ao mesmo tempo, passam a ter como modelo a ação dos abolicionistas paulistas, que incentivam cada vez mais abertamente a ação coletiva dos escravos. Diante da realidade da abolição, aos senhores restou a negociação por alforrias voluntárias.

O jornal destacou que os fazendeiros paulistas só mudaram de postura em relação à escravidão quando perceberam que não seria mais possível postergar a abolição sem que ocorresse a desorganização do trabalho ou até mesmo uma guerra civil. Contudo tal percepção foi impulsionada pelas fugas dos escravos e por sua participação na desestruturação do sistema escravista. Muitas críticas recaíam sobre os políticos fluminenses que, segundo o jornal, estavam preocupados em agradar aos escravistas. Afirmavam que o apego ao escravismo seria prejudicial aos políticos do Rio de Janeiro, enquanto a atitude de liderança dos paulistas lhes traria benefícios. Afirmavam também que o Rio de Janeiro caminhava para o isolamento na defesa da escravidão, pois até senadores conservadores haviam mudado de postura, a exemplo do pernambucano João Alfredo e do paulista Antonio Prado, o qual destacava que o governo não poderia garantir a propriedade escrava se as fugas em massa se alastrassem em São Paulo, como já vinha ocorrendo. Antonio Prado propunha a todos os fazendeiros seguir o modelo paulista e fazer a abolição antes do governo. O mesmo discurso era adotado pelos abolicionistas em Campos, acrescentando que a ação privada que encaminhava a abolição em São Paulo servia de modelo para Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Minas Gerais; contudo Campos continuava a resistir.

Os abolicionistas insistiam em garantir que a alforria diminuía as chances de os escravizados se tornarem inimigos dos senhores, já que, ligado ao senhor e à terra, o liberto tornava-se o melhor colono. Ao contrário, caso os escravistas não contribuíssem com a abolição, teriam o empenho dos abolicionistas para que suas propriedades não recebessem braços livres. Reforçavam ainda a ideia de que se a abolição fosse feita pelo governo quem mais perderia seriam os senhores teimosos, uma vez que eles seriam abandonados pelos libertos.

Para defender as alforrias, os abolicionistas também desmentiam o argumento senhorial de que as alforrias particulares comprometiam o pagamento das hipotecas. O *Vinte e Cinco de Março* afirmava que as fazendas não se depreciavam com a libertação, pelo contrário, os proprietários passavam a contar “com melhores condições da exploração da fazenda”⁵³ e ela própria se valorizaria com a resolução da questão da mão de obra. Por fim, eles demandaram das autoridades bancárias a confirmação pública dessas informações para que as alforrias fossem agilizadas. Tudo isso era afirmado sem deixar de ressaltar que o direito à liberdade permanecia

fundamental, ou seja, o liberto continuava a ter o direito de ir para onde quisesse, posto que era livre.

Além de direcionar sua fala aos senhores, os abolicionistas deixam clara uma urgência na ação dos próprios escravos: esperando que fosse gerada, como consequência, a libertação voluntária, como ocorria em São Paulo, passam a ver maiores postergações como covardia e afirmam não se importar com quem faria a abolição, pois o mérito de um movimento abolicionista tão progressista, como o de Campos, era óbvio. Por isso, em vez das anteriores justificações para a ação violenta dos escravos, passam a demandar uma ação direta deles. E, ao buscar as razões de não ter ocorrido em Campos o que ocorrera em São Paulo, não atribuem nenhuma culpa ao próprio movimento, pelo contrário, ressaltam seu pioneirismo e persistência, apontando outros culpados. Além da já tradicional teimosia escravista dos senhores e da inércia dos políticos, passam a culpar os próprios escravizados, pela falta de atitude e pelo não abandono das fazendas. Afirmam enfaticamente que naquele momento cabia-lhes a responsabilidade de acabar com a escravidão, exercendo o direito natural à fuga (deixam claro que isso só era possível porque os abolicionistas haviam preparado o caminho). As discussões sobre a legalidade da fuga ganham espaço no jornal, defendendo-se o direito do exercício da liberdade para todos. Logo, sem minimizar sua importância, os abolicionistas passam a defender e exigir abertamente uma ação direta dos escravos, não individual ou violenta, mas coletiva e pacífica.

É importante destacar que quando São Paulo finalmente se tornou livre da escravidão em 25 de Fevereiro de 1888, a primeira página do *Vinte e Cinco de Março* exibiu uma grande manchete acompanhada por notas comemorativas do fato. Contudo, estranhamente, não se deu nenhum destaque à coragem da fuga em massa dos escravos, somente foram parabenizados os atos políticos do senador Prado e a forte liderança de Antonio Bento. Mas quando se falou de Campos, a ação escrava foi bastante noticiada desde a greve na Fazenda do “Engenho Novo”, em dezembro de 1887. Tomou conta do noticiário em março de 1888, quando ocorreu um movimento em massa em muitas fazendas concomitantemente, demandando dos fazendeiros uma ação conjunta para efetivarem a abolição na cidade de Campos. Por isso pensamos que a ação dos escravos foi abertamente descrita no jornal porque os abolicionistas esperavam tornar óbvio para os seus leitores que essa ação

⁵³ VINTE E CINCO DE MARÇO, Campos dos Goytacazes, 19 jan. 1888. Seção “Vinte e Cinco de Março”, p. 1.

só ocorria em virtude da preparação que eles mesmos haviam feito, ou ainda mais, que a ação dos escravos se dava sob a tutela dos abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março*.

Talvez por isso as chamadas para a ação dos escravos, feitas no jornal, pareciam direcionar-se aos abolicionistas, pois recomendavam não mais promover fugas individuais (exceto de escravos surrados que pedissem proteção), reafirmava-se a legalidade dessas fugas, ressaltando a sua eficácia somente quando coletiva. A importância da ação de grandes homens, como José Bonifácio e Antonio Bento, para que ocorresse a virada progressista em São Paulo, era destacada e comparada com a situação do Rio de Janeiro, onde os políticos eram criticados por não seguirem a nova postura de políticos paulistas, como Antonio Prado, que conduziam à libertação total. Fica claro, portanto, na leitura do jornal que, embora reconhecessem que a ação escrava fosse central na desestruturação da atividade agrícola e na consequente abolição, o *Vinte e Cinco de Março* não abria mão de enaltecer o papel dos abolicionistas nesse processo.

Nesse contexto muitas notícias afirmavam que aquele era o momento de o escravo fazer algo por si, pois até então nada tinha feito; tendo até atrapalhado. Essa fala, embora estranha (haja vista a intensa ação conjunta de escravos, população e abolicionistas já exposta), inserida na argumentação conjunta do jornal faz sentido. Dentro da argumentação do jornal, até os eventos ocorridos em São Paulo, os abolicionistas e escravos mantinham uma ação pacífica pela liberdade. Portanto, falar que o escravo nada tinha feito vinha ao encontro do discurso de que eles não eram violentos, apesar da escravização ilegal. Claramente não faziam isso apenas pela defesa dos escravos, mas também porque queriam mostrar-se inocentes de todas as acusações de crimes que enfrentavam. E não haviam sido poucas. Os abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março* foram acusados de serem incendiários, de terem formado quilombos e até de terem atacado fazendas. Os incêndios constituíram o caso mais notório, em especial em 1887 quando foram mais frequentes. Os senhores acusavam escravos e abolicionistas, que sempre negaram qualquer participação direta, que, pelo contrário, responsabilizavam os próprios senhores por promover tais incêndios com o intuito de justificar, assim, o uso da violência contra os escravos, desmerecer suas reivindicações e ao mesmo tempo conseguir maiores empréstimos nos bancos.

É interessante notar que os abolicionistas nunca falavam da (i)

legalidade dos incêndios, mas sempre desmentiam veementemente qualquer acusação de ligação com eles. E como eles nunca hesitaram em defender a liberdade dos cativos baseados em interpretações inovadoras da lei, provavelmente não teriam problemas com interpretações flexíveis da lei quanto aos incêndios, o que não foi o caso. A única justificativa provável era a falta de interesse do movimento no ato. Pensamos que essa argumentação funcionava como uma estratégia para esconder a real participação dos escravos e dos abolicionistas nos incêndios, posto que eles não dispunham de qualquer argumento legal em relação à sua participação. Nesse sentido, não surpreende que tenham dito que os escravos não tinham contribuído para a abolição até então, buscavam certamente mostrar-se isentos desses crimes.

A fala do autor campista Julio Feydit (2004) confirma que os incêndios nos canaviais de Campos ocorreram desde 1884 até a abolição, tendo-se intensificado em 1887. E embora não houvesse grandes riscos de incriminação (em virtude de sua engenhosidade), a causa de tais incêndios sempre foi atribuída aos abolicionistas. Essa responsabilidade foi, posteriormente, comprovada. O autor acrescenta que dada a devastação provocada nas fazendas, os fazendeiros as enchiam de capangas. E, buscando erradicar o mal definitivamente, diziam ser necessário comprar Lacerda ou suprimi-lo. Sete dias depois de uma reunião dos fazendeiros de Campos (que discutiam como combater o abolicionismo) ocorreu um atentado, durante o qual ficaram feridos gravemente o negro Antonio Germano, os abolicionistas Feliciano Silva e Manoel Moço, e foi assassinado Luiz Fernandes da Silva, muito parecido fisicamente com Lacerda.

Levando em consideração que só em 1888 o envolvimento dos abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março* com a ação escrava foi exposto abertamente no jornal, em virtude dos constantes pedidos de colaboração para as fugas que ocorriam na cidade, cremos que a fala dos abolicionistas sobre a inércia dos escravos era uma forma de esconder as suas ações e as dos escravos. O ano de 1888 foi, contudo, um divisor de águas. A abolição transforma-se em aspiração nacional e o direito à fuga é visto como garantido pelo direito à liberdade. Se antes os cativos precisavam fugir sorrateiramente, agora deviam sair “com toda a publicidade”.⁵⁴ Embora não fossem novidade, as fugas de 1887 e 1888 diferenciavam-se, pois não eram mais atos individuais, assim como a possibilidade de o escravo ser

⁵⁴ VINTE E CINCO DE MARÇO, Campos dos Goytacazes, 26 fev. 1888. Seção “Vinte e Cinco de Março”, p. 1.

recapturado tornava-se cada vez menor. As fugas em massa e o acolhimento que os escravos recebiam nas cidades impediam qualquer ação eficaz do governo. Os senhores haviam perdido o controle da situação e os escravos, cientes dessas limitações, deixavam de lado o medo das punições e fugiam aos milhares (TOPLIN, 1975). Ironicamente, como muitos escravos fugidos, iam trabalhar em outras fazendas que sofriam sem mão de obra; os próprios senhores acabavam cometendo o crime de acoitar escravos. Crime a que tanto recorreram para acusar os abolicionistas.

Pode-se ver que, após a ação conjunta de escravos e abolicionistas em São Paulo, a luta abolicionista mudou também em Campos. A fala do *Vinte e Cinco de Março* tornou-se mais aberta com os senhores, exigindo a alforria de seus cativos, mesmo que o argumento usado tenha sido o da gratidão dos cativos. Como essa fala vinha acompanhada de ações mais veementes de escravos e abolicionistas, a resposta dos senhores também mudou, pois, se antes eles atentavam contra a vida dos escravizados e dos abolicionistas, em 1888 suas táticas seguiram as recomendações do jornal: após reuniões de fazendeiros, decidiam pelas alforrias em massa.

As fugas coletivas começaram crescendo, primeiro nas cidades próximas a Campos, a partir de janeiro de 1888, quando o jornal passou a publicar a coluna especial “Movimento Abolicionista” para falar das reuniões de lavradores. Os articulistas parabenizavam os escravos em fuga, atitude que consideravam um solene protesto contra a escravidão. Também elogiavam aqueles que davam abrigo aos retirantes (como passam a ser chamados os escravizados em fuga, posto que se retiravam das fazendas e não fugiam). Continuavam a demandar que os escravos fugissem, tranquilamente, sem cometer crimes, com toda publicidade do ato resoluto e refletido. Após a fuga, recomendavam que os libertos se empenhassem no trabalho, para serem úteis a si e à sociedade.

Apesar de já ocorrerem fugas em massa em Campos, as fugas nas cidades vizinhas inquietavam os membros do *Vinte e Cinco de Março*. Eles questionavam a demora da lavoura campista, advertindo que fatalmente o município se tornaria livre, já que não era inteligente a resistência à abolição voluntária. Afirmavam ainda ser essencial que a abolição fosse incondicional, pois o liberto tinha o direito de sair da fazenda onde fora escravizado e ir para onde quisesse. Criticavam imprensa e políticos locais, insistentes escravistas que em nada contribuíram para a libertação da cidade,

mas que no futuro, quando a abolição estivesse feita, seriam elogiados na imprensa balcão como beneméritos da causa. Para convencer esses senhores a prosseguirem com as alforrias, afirmavam que se a fizessem primeiro, receberiam retirantes das cidades vizinhas, aumentando sua produção. Caso contrário, seria a ruína de Campos. Nos meses finais da escravidão, entre março e abril de 1888, escreveu-se uma coluna em que foram expostos os nomes dos homens da classe rural que alforriavam incondicionalmente seus escravos, parabenizando-os e felicitando-os pelo passo dado em direção à abolição imediata. Essa coluna era bastante importante, pois até o *Monitor Campista* (jornal conservador da cidade) relatou, durante todo o mês de março, os nomes dos libertos na cidade e os de seus ex-senhores.

O *Vinte e Cinco de Março* trazia constantes pedidos aos escravizados para que fugissem e apresentava os procedimentos adequados para tal: não provocar alterações, não embriagar-se e sempre procurar novas colocações. Alertava os escravos, pois sabia que qualquer erro que cometessem seria usado contra ele. Ao mesmo tempo afirmava que nenhum cativo devia gratidão ao seu senhor, pelo menos não enquanto fosse por ele escravizado. O jornal destacava que as fugas não haviam provocado problemas, falava inclusive do apoio dado pela população que oferecia alimentos, roupas e até guarida para os que ainda não haviam se recolocado a trabalhar. Mas, se os retirantes fugiam sem provocar desordens, os senhores, ao contrário, promoviam conflitos, violências e crimes na cidade. Tudo isso sem sofrer qualquer represália da polícia, já que contavam com a conivência de políticos. Dessa forma, o jornal deixava explícito que a abolição não era um processo pacífico, embora libertos e abolicionistas o fossem.

A abolição brasileira efetivamente não foi um processo pacífico. Pelo contrário, como afirma Robert Toplin (1978), ela baseou-se na ousada ideia de igualdade entre os homens. E embora seu resultado não tenha priorizado a igualdade, pois a aprovação da abolição se deveu a uma necessidade urgente de aplacar o medo de uma revolução popular, isso não desmerece a ideia que motivou os abolicionistas, a população e evidentemente os escravos. O autor afirma que a (ameaça da) violência escrava e a força do movimento abolicionista foram fundamentais para acabar com a escravidão tão rapidamente, pois até o início da década de 1880 não se podia prever que o regime escravista cairia tão cedo. Foi o estado de turbulência, que suprimia a lei e ameaçava a ordem social, que forçou os defensores do escravismo

a repensar a sua posição e “estes líderes políticos preferiram a abolição à revolução social”.⁵⁵ Nesse momento a escravidão não estava morrendo, logo não há motivos para crer que os escravistas libertariam seus escravos não fosse a imensa pressão feita pela campanha abolicionista e a ação definitiva dos escravos. Essa afirmativa vem reforçada pelo fato de que antes de o movimento abolicionista tornar-se realmente grande, as leis de proteção ao escravo eram praticamente letra morta e o senhor permanecia como árbitro.

As fugas foram, portanto, a causa imediata mais importante da abolição. Elas tornaram-se tão acintosamente públicas que os senhores nada podiam fazer contra elas. Esse movimento colocou a dicotomia cidade-campo evidente pela primeira vez, pois as cidades desempenharam um papel essencial nas fugas; elas foram agentes das forças de mudança. Entre as cidades tornadas livres, Campos se destacou, pois seus moradores empreenderam ações legais para provar a ilegalidade das ameaças sofridas pelos escravos ou lhes deram asilo permanente. A ação aí foi direta e aberta, pois Lacerda incitava os escravos à revolta.⁵⁶

Na cidade de Campos, a luta incansável dos abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março*, somada às ações diretas dos escravos que tornaram progressivamente o trabalho escravista menos confiável e produtivo, não deixou aos senhores outra opção além da concessão de alforrias (mesmo que alguns tenham resistido até a Lei Áurea). A ação direta dos escravos alarmou os senhores, que sempre requeriam medidas do governo e só diante das fugas aceitaram as alforrias condicionais. “Os fazendeiros não tinham sossego: sentiam que seu domínio começava a sofrer diminuição; havia alguém que espiava na sombra; seus gestos já eram fiscalizados; a cegueira das autoridades era suprida pela vigilância dos abolicionistas” (MORAES, 1924, p. 239).

Para os abolicionistas, a necessidade que os fazendeiros de Campos tiveram de resolver a questão da abolição antecipadamente foi a maior prova de que eles haviam vencido. O jornal até mesmo ironizou quando o *Monitor Campista* começou a falar em abolição, dizendo que ele só se pronunciou quando todos (imprensa, exército, armada, clero, lavoura e escravo) já haviam decidido pela abolição. Quando a urgência de se fazer a abolição tornou-se óbvia, o *Vinte e Cinco de Março* relembrou suas tentativas anteriores de

⁵⁵ TOPLIN, Robert Brent, op. cit., 1975, p. xi. (Tradução livre)

⁵⁶ Para saber mais, consultar:

GRAHAM, Richard, op. cit., 1979.

MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do Silêncio**: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil Século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

conduzir a abolição e a resistência oferecida pelos senhores, lembrando que, agora, não era tempo de lamentar, os senhores já haviam percebido que a realidade à sua volta mudara, que o fim da era senhorial chegara. Entendiam que as fugas em massa, corolário da luta abolicionista, desestruturavam a produção agrícola de Campos. Diante dessa situação restou aos senhores anunciar no próprio *Vinte e Cinco de Março* a realização de uma reunião dos fazendeiros para fazer a “emancipação definitiva do município e a organização do trabalho livre”.⁵⁷ Mas os abolicionistas não confiavam completamente nessa resolução e mantendo o tom de ameaça afirmaram que se a abolição não fosse feita imediatamente, a produção agrícola correria muitos riscos, pois as cidades vizinhas já conduziam seus processos de libertação. E se alguma dessas abolições fosse bem-sucedida, eles não teriam outra opção a não ser encaminhar os retirantes para tal cidade.

Embora preocupados com a possibilidade de não serem a primeira cidade da região a se tornar livre, os abolicionistas não abandonavam seus ideais de liberdade, nem suas estratégias de ameaças. Ao mesmo tempo, não deixavam de usar a antiga arma de elogiar os senhores, afirmando que pelos últimos atos (as alforrias) percebia-se que eles haviam resistido à abolição não por convicções particulares, mas pelo conselho de advogados mal-intencionados. Bajulação que valeu a pena, pois, na reunião dos fazendeiros de Campos, foi proposta e aprovada unanimemente a abolição total da escravidão no município. Para garantir que essa libertação ocorresse até o dia vinte e cinco de março foram criadas comissões e decidiu-se que a cidade enviaria um pedido ao governo imperial pela libertação total do país. A notícia foi dada com muito entusiasmo e confiança, a liberdade da cidade estava marcada para o dia 25 de março:

É por isso que hoje convocamos a todos os nacionais e estrangeiros, amantes deste pedaço de terra fluminense, para assim saudarmos a alvorada do dia Vinte e Cinco de Março:
Viva a redenção do escravo!
Viva a libertação do município de Campos!
Viva o ministério 10 de Março!
Viva o dia Vinte e Cinco de Março de 1888! (VINTE E CINCO DE MARÇO, 22 mar. 1888, p. 3)

⁵⁷ VINTE E CINCO DE MARÇO, Campos dos Goytacazes, 11 mar. 1888. Seção “Vinte e Cinco de Março”, p. 1.

A data escolhida era a maior prova da virada dos abolicionistas. De perseguidos passaram a conselheiros dos fazendeiros e instituíram a data nome de seu jornal (símbolo do movimento abolicionista nacional que homenageava a abolição no Ceará) como data da abolição total na cidade de Campos. Essa medida foi seguida por São João da Barra, São Fidélis e Macaé, tendo ocorrido em Campos primeiramente a libertação das ruas do centro e depois nas freguesias rurais. Entre 11 de março de 1888 e 5 de abril, ocorreram 8.727 libertações em Campos; mesmo assim muitos senhores que permaneceram seguros de que o governo interviria em seu favor, indenizando-os ou obrigando os escravos a retornarem para as fazendas, ameaçavam que se assim não ocorresse tornar-se-iam republicanos (FEYDIT, 2004).

Devido às muitas fugas e alforrias condicionais ocorridas em Campos, a Lei Áurea não alforriou metade dos escravos que existiam na cidade em fins de 1887 (MORAES, 1924). Mesmo assim, Toplin (1975) destaca que as fugas ocorridas em Campos foram uma feliz exceção no cenário provincial, pois até a última fase da campanha antiescravista fazendeiros de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo permaneceram opositores a qualquer avanço na direção da abolição. A ousada ação abolicionista abalou a estabilidade da instituição escrava em Campos. Pois mesmo sendo bastante diferente de São Paulo, província marcada pelo crescimento urbano e econômico, os abolicionistas em Campos conseguiram levar os mais resistentes escravistas a promover, autonomamente, alforrias. Em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, porém, o número das fugas em massa não se deu na mesma proporção. Para o autor, a causa seria o fato de que essas economias não ofereciam muitas oportunidades de emprego aos escravos fugidos, assim como os centros urbanos não ofereciam a modernização antiescravista que havia em São Paulo. Por isso Campos foi uma rara exceção; incentivados por Lacerda — “o mais corajoso abolicionista do Rio de Janeiro” — os escravos rebelaram-se entre fins de 1887 e abril de 1888, quando o controle dos senhores foi quebrado e milhares de escravos abandonaram as fazendas.⁵⁸

O próprio *Vinte e Cinco de Março* destacou a importância do movimento nacional para a sua luta contra a escravidão, agradecendo os exemplos do Ceará e de São Paulo para esse movimento e afirmando que os verdadeiros abolicionistas venceram a resistência escravista, sem apelar para a violência. Acima de tudo, afirmou que a abolição era fruto de uma

⁵⁸ TOPLIN, Robert Brent, op. cit., 1975, p. 221. (tradução livre)

luta popular e que atendia a um anseio nacional, fala que consideramos importante e significativa, pois a partir do momento em que os senhores aderiram ao abolicionismo, libertando voluntariamente seus escravos, tornou-se cada vez mais importante para o *Vinte e Cinco de Março* destacar que quem fizera a abolição foram os abolicionistas, os escravos e o povo. Afirmou que o fim legal e pacífico da abolição não refletia a luta da opinião pública nacional contra as autoridades. A Lei Áurea saiu entre flores, festas e aplausos, após os últimos resistentes terem aceitado o abolicionismo, impelidos que foram pela agitação feita por abolicionistas, juristas e associações que promoveram junto ao povo *meetings* e quermesses e, por fim, terem descoberto a “verdadeira solução: a reforma partia de baixo — o escravo libertava-se por si. (...) A vitória do abolicionismo exprimia, pois, a vontade nacional. O general que dirigiu a batalha e conseguiu a vitória foi esse grande anônimo que se chama — povo.”⁵⁹

2.3 Os projetos de liberdade e a abolição que não foi

Orgulhosos de sua vitória, os abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março* celebravam o fato de que o discurso, que pregavam há mais de quatro anos, havia finalmente vencido a fala senhorial de dependência da escravidão. Por isso, faziam questão de opinar também sobre o pós-abolição, sobre como deveria ser feita a transição do trabalho escravo para o livre. Nesse sentido, era fundamental fazer os senhores entenderem que o liberto era o melhor colono. A primeira recomendação do periódico era para que os senhores aproveitassem os escravos no trabalho no campo, pois eles eram os mais preparados para a produção açucareira.

Instruíam também os fazendeiros a ensinar o escravo a trabalhar livremente, o que, apesar de presumir uma incapacidade do escravo para o trabalho livre, não pode ser visto como uma percepção racista dos abolicionistas. Afirmamos isso, pois os abolicionistas entendiam que os negros precisavam aprender a não mais serem escravizados, logo condenavam a corruptora instituição da escravidão e não os escravos. Contudo, é verdade que a questão da raça foi pouco tratada no *Vinte e Cinco de Março*. Falaram, por exemplo, da contradição do fato de que alguns

⁵⁹ VINTE E CINCO DE MARÇO, Campos dos Goytacazes, 27 maio 1888. Seção “Vinte e Cinco de Março”, p. 2.

escravistas tinham uma complexão física nitidamente de origem africana. O que talvez reforce a ideia de que esses redatores queriam mostrar a origem social da escravidão, posto que até negros e mulatos compactuavam com a instituição, quando podiam ingressar na classe senhorial.

Maria, que foi por nós enviada à policia, apresenta nas costas, pernas e diversas partes do corpo largas equimoses roxas e sinais de bárbaras sevícias, aplicadas por quem, pela própria cor, devia antes defendê-la do que maltratá-la pelo modo porque o fez. (VINTE E CINCO DE MARÇO, 16 out. 1884, p.3)

Os redatores do *Vinte e Cinco de Março* externavam sua indignação com a falta de apoio à causa abolicionista de alguns negros e mulatos. Essa crítica servia também como estratégia argumentativa contra as autoridades “de cor”. Apelando ao sentimentalismo dos leitores, afirmavam que eles “renegam as suas próprias mães”⁶⁰, para tanto destacavam as características fenotípicas de homens como o ministro Cotegipe e o juiz de direito que julgava abolicionistas em Campos. Ao mesmo tempo, extensas notícias sobre o desenvolvimento dos negros libertos nos Estados Unidos que eram publicadas reafirmavam sua capacidade de progredir mediante educação e acesso à terra. O jornal também fazia duras críticas às justificativas racistas para a escravidão. Por essas razões reafirmamos que esses abolicionistas posicionavam-se contra o racismo, entendendo a origem social da instituição escravista no Brasil. Nesse sentido entendiam o liberto como o melhor colono, mas não deixavam de destacar a necessidade de ele ser familiarizado com o trabalho livre, não porque fosse biologicamente incapaz, mas porque a vida em cativeiro não o havia preparado para o trabalho livre. Esse argumento não surgiu com a realidade da libertação da cidade de Campos, pois desde 1884 escrevia-se sobre a educação do liberto e ingênuos (somente em 1884 foram escritas 13 notícias sobre o assunto), englobando nessas notícias⁶¹ tanto a educação formal em escolas, como constantes pedidos aos senhores que tivessem paciência no período de adaptação dos libertos para o trabalho livre.

Por outro lado, as constantes críticas do *Vinte e Cinco de Março* demonstram que entendiam que eles, os senhores, também precisavam

⁶⁰ VINTE E CINCO DE MARÇO, Campos dos Goytacazes, 16 jan. 1887. “Vinte e Cinco de Março”, p. 1-2.

⁶¹ Foram escritas 37 notícias diretas sobre os benefícios e a necessidade de promover a educação.

aprender a viver sem as regalias de senhores de escravos, pois a escravidão terminara. Assim, nossos redatores denunciavam as muitas artimanhas que usavam para tentar manter a exploração do trabalho alheio, fosse através da exploração de libertos condicionais e de ingênuos no pós-abolição, fosse seduzindo trabalhadores de fazendas vizinhas. Atribuem, por fim, aos senhores, e não à falta de educação dos escravizados para serem colonos, a responsabilidade pelos resultados insatisfatórios do trabalho livre. Eram os senhores que precisavam aprender a lidar com a nova situação. Nesse sentido, concordamos com Ricardo Salles (2001) e vemos que a principal preocupação dos abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março* era com a colonização nacional e a manutenção da produção agrícola, baseada no acesso à terra e numa produção diversificada, que atendesse às necessidades internas e não apenas ao mercado exportador.

Isso não quer dizer que os abolicionistas menosprezassem a imigração como um meio de incentivar a implementação da nova realidade agrícola. Eles não descartavam as vantagens de mais lavradores, principalmente daqueles que valorizassem o trabalho no campo e vivessem do próprio trabalho. Também enalteciam a diversificação de produtos agrícolas produzidos pelos imigrantes, contudo ressaltavam que isso ocorria devido às pequenas propriedades rurais e ao trabalho livre, não sendo, portanto, consequência de uma índole diferente do imigrante. Mesmo que ressaltassem que com a abolição haveria um incentivo à imigração espontânea, em nenhum momento a consideraram superior; acima de tudo, rechaçavam a ideia de subsidiá-la. Em última instância, não queriam que o imigrante substituísse o trabalho do nacional e, a todo o momento, reafirmavam a certeza de que o trabalho livre traria progresso, sem que para isso fosse necessária imigração, diferentemente do que diziam os senhores de Campos.

Muitos escravistas, baseados no medo que tinham de depender do trabalho do negro depois de liberto somado ao preconceito que possuíam contra o trabalho do nacional livre, falavam de uma demanda urgente para promover a imigração.⁶² O *Vinte e Cinco de Março* demonstrou saber que

⁶² Para saber mais, consultar:

CARDOSO, Fernando Henrique. **Escravidão e Capitalismo no Brasil meridional**: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CARVALHO, José Murilo de. A política da Abolição: o rei contra os barões. In: **A construção da ordem**: teatro das sombras. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e Vadiagem**: a origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. **Da escravidão ao trabalho livre**: a lei de locação de serviços de 1879. Campinas, São Paulo: Papirus, 1988.

os escravistas de Campos compartilhavam desse temor e, por isso, reforçou insistentemente no seu discurso a fala de que o escravo era o melhor colono; desconstruindo mais uma parte do discurso senhorial.

Embora seja verdade que foi a crise de mão de obra que levou os senhores a apoiarem o imigrantismo e as leis antivadiagem na crescente e nova zona agrícola do oeste de São Paulo⁶³, no caso de Campos, aqui analisado, onde a produção açucareira já havia atingido o auge nas duas décadas finais da escravidão e a concentração de população escrava, liberta e livre pobre era grande (logo não sofria com falta de mão de obra), cremos que foi o modo de vida camponês, relativamente independente dos grandes fazendeiros, que levou esses homens a apoiarem as leis antivadiagem e a imigração.⁶⁴ Tais senhores não admitiam que liberdade para o camponês livre fosse não se submeter ao horário imposto por outros, viam em tal atitude apenas ociosidade. Diante do grande número de notícias no *Vinte e Cinco de Março* argumentando que o negro libertado e o livre pobre não eram ociosos, entendemos que, provavelmente, foi o temor de que os libertos se tornassem independentes economicamente ou, pelo menos, de que trabalhassem em outras fazendas que motivou os fazendeiros de Campos a apoiarem a criação dessas leis coercitivas e o imigrantismo. Esse fato é muito facilmente percebido na leitura do *Monitor Campista*, em especial durante os anos de 1887 e 1888, pois somente nesses dois anos há 73 notícias sobre a imigração no jornal, entre pequenas notas sobre a chegada de embarcações ao país e outras matérias discutindo a eficiência do trabalho dos imigrantes.

Por isso, os abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março* também combatiam a fala daqueles senhores que, mesmo não pregando a imigração, falavam em obrigar o liberto ao trabalho por meio de leis. Os abolicionistas defenderam ao longo de todos os anos que o fim da condição de escravo pressupunha a liberdade

⁶³ Para saber mais, consultar:

CARVALHO, José Murilo, op. cit., 2010.

CONRAD, Robert, op. cit., 1978.

COSTA, Emília Viotti. Da escravidão ao trabalho livre. In: **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

KOWARICK, Lúcio, op. cit., 1994.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

⁶⁴ Para saber mais, consultar:

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo, op. cit., 2010b.

SANTOS, Cláudia Regina dos. Abolicionismo e visões de liberdade. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, ano 168, n. 437, p. 319-334, out./dez. 2007.

MATTOS, Hebe. Prefácio. In: COOPER, Frederick; HOLT, Thomas; SCOTT, Rebecca (Orgs.). **Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

de trabalhar para quem quisesse, no lugar que desejasse e da maneira que conviesse ao indivíduo, sem nunca deixar de afirmar que instruíam os libertos a dedicarem-se ao trabalho.

Nesse sentido discordamos completamente da percepção de que os abolicionistas queriam a abolição somente porque viam a escravidão como um obstáculo ao progresso e à imigração. Discordamos ainda das interpretações que temporizam, ao responsabilizarem os políticos pelo medo do trabalho do negro liberto (o que seria a origem das leis coercitivas, as quais, somadas ao discurso racista do século XIX, levaram ao imigrantismo), pois afirmam que os abolicionistas também compartilhavam dessa visão pessimista sobre os escravos; logo, mesmo que tenham defendido o nacional livre, a crença no progresso pós-abolição os teria guiado, confiantes na abolição para um maior incentivo à vinda de imigrantes.⁶⁵ Percebemos que o discurso e a prática dos abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março* são muito diferentes desses acima descritos, uma vez que, embora também vissem a escravidão como um obstáculo ao progresso e até à imigração, entendiam que isso se devia à instituição da escravidão e sua herança social. Os artigos que elogiavam os imigrantes o faziam, como já mencionado, porque eles se estabeleciam em pequenas propriedades, onde implementavam uma agricultura diversificada. Os abolicionistas deixavam claro que o problema estava no latifúndio e na monocultura, os quais só se sustentavam com a exploração do trabalho escravo, vítimas desse modelo de produção agrícola.

Além disso, os abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março* preocupavam-se com a inserção justa do liberto no mercado de trabalho livre e sua integração social, econômica e política. Por isso, entendemos ser muito importante destacar os projetos para o pós-abolição desses indivíduos. Entendemos que eles queriam mais do que somente o fim do trabalho cativo e a implementação do mercado livre. Quando defendiam o nacional livre, a despeito do imigrante, os abolicionistas não serviam aos interesses senhoriais, eles estavam, pelo contrário, defendendo o uso do trabalho do liberto no mercado de trabalho livre. Como dito anteriormente, esses abolicionistas entendiam a inserção do liberto como essencial para a construção da nação.

Nesse sentido, incluímos os abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março*

⁶⁵ Para saber mais:

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de, op. cit., 1987.

HASELBALG, Carlos Alfredo. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

entre aqueles descritos por Robert Conrad (1971), para quem houve uma distinção clara entre o abolicionismo de uma maioria, preocupada somente com a mudança do tipo de mão de obra e, por isso, satisfeita com as mudanças legais ocorridas na década de 1880 e o de outros poucos (nos quais incluímos os campistas), preocupados com o pós-abolição, os quais tinham metas maiores do que as leis que vinham sendo implementadas e que queriam transformar libertos em cidadãos.

Esses abolicionistas não ignoravam a possibilidade de o liberto ser abandonado à própria sorte e, por isso, corroboravam com a fala da Confederação Abolicionista de que os materiais para o alicerce do trabalho livre já existiam: divisão das terras à margem das estradas de ferro e dos rios navegáveis, grande naturalização, conversão do papel-moeda; reforma do corpo de representação brasileiro no exterior e colonização nacional. Esse seria o enorme trabalho a que se propunham todos os abolicionistas da Confederação e estavam confiantes na sua realização. Afirmavam que assim como tinham sido ridicularizados ao iniciar a luta por uma abolição imediata e como agora se orgulhavam da libertadora vitória no Ceará, também comemorariam as vitórias pós-abolição.

Após a colonização nacional, certamente a educação dos libertos era a proposta mais recorrente do *Vinte e Cinco de Março*. Usavam dados dos Estados Unidos pós-abolição para provar como melhorara a vida dos escravos. Após uma dessas matérias, falaram da inauguração de uma escola em Campos, reforçando que ela também se voltava para a educação de ingênuos, operários e desfavorecidos. A ordem dessas notícias certamente buscava reforçar nos leitores a certeza de que as mudanças que ocorriam nos Estados Unidos ocorreriam no Brasil, se aqui também fossem oferecidas as mesmas oportunidades de educação aos libertos. Afirmavam, ainda, que a educação era importante porque atendia a um interesse geral: melhorar o futuro da nação. Além disso, a educação completava a abolição, reparava o mal por ela criado e preparava os libertos. Porém, pessimistas com a possibilidade de uma educação formal, afirmavam que continuariam responsáveis pela instrução do liberto no amor ao trabalho, da mesma forma que antes, por conferências e *meetings*.

Quando a abolição foi-se tornando mais real, as discussões sobre o mercado de trabalho livre aumentaram. Nelas explicitava-se que o momento demandava calma e paciência, pois, se a abolição, que dependia somente

da ação do escravo e do senhor, levava anos para se concretizar, não seria a transição para o trabalho livre, que dependia de tantos outros fatores, que se resolveria em poucos dias. Reafirmavam que, assim como os libertos precisavam ser educados para a nova situação, os senhores também tinham de aprender a lidar com ela, entendendo que a condição de livre exigia mudanças gerais na forma de tratamento social, não só o pagamento do trabalho. Os ex-senhores precisavam se adaptar aos novos tempos, pois assim como o escravo aprendera a ser escravo, o senhor também aprenderia a ser senhor, mas, enquanto esses últimos tornaram-se completamente dependentes dos cativos e agora não sabiam como agir, os escravos sabiam bem viver sem o senhor. Essa fala é bastante interessante, pois contradiz o discurso senhorial de que o escravo não sabia ser livre e precisava ser tutelado, pois amava, dependia e sentia-se em dívida com o senhor; assim como o senhor, devido a sua bondade, não desejava que os libertos saíssem das fazendas. Lilia Schwarcz (1987) afirma que esse tipo de fala senhorial era muito exposta nos jornais quando os senhores faziam alforrias. Mas, inversamente, na argumentação abolicionista do *Vinte e Cinco de Março*, o senhor é quem depende do escravo, incapaz de lidar com o trabalho livre e, por isso, precisa aprender e adaptar-se.

O *Vinte e Cinco de Março* não poupou os senhores das responsabilidades. Falava da confiança que os senhores precisavam depositar nos libertos, não impondo cláusulas ou liberdades condicionais, pois não lidavam mais com escravos. Advertia que, sem essa confiança, as derrotas que certamente viriam seriam de responsabilidade somente deles. O jornal buscava acalmar os senhores, convencendo-os de que o medo da ociosidade e da criminalidade dos libertos era infundado, como provavam os exemplos de outras províncias e cidades libertas. Mesmo em Campos a criminalidade não aumentara, nem a lavoura parara de produzir após as libertações. Havia um caráter instrutivo nesses artigos. Ressaltando que aquele não era momento de arbitrariedades, buscavam convencer os proprietários de terras de que os pequenos abalos à lavoura seriam momentâneos, pois após um curto período de tempo os salários tenderiam a buscar o nível natural, enquanto o trabalho no campo continuaria, acrescido das vantagens do trabalho livre. Além dessas instruções traziam outras sobre os melhores meios de assalariar (empregadas, salários). Entendiam que deveria ser levada em conta a produtividade do solo, a cultura e as formas de exploração mais científicas da terra.

Afirmavam que leis coercitivas não combinavam com trabalho, por isso não deveriam existir e, se criadas, seriam inúteis, pois não há lei que obrigue alguém ao trabalho, pelo menos não eficazmente. O lema dos abolicionistas era que não se podia trocar o trabalho escravo pelo trabalho coagido, porque além de ser uma hipocrisia, o trabalho continuaria improdutivo, dado que a natureza humana é regida pela liberdade. Criticavam os senhores que, para organizar o trabalho em suas propriedades, seduziam trabalhadores de outras fazendas, desorganizando o trabalho livre. Afirmavam que eles não poderiam culpar os abolicionistas, que tanto lutavam para educar escravizados e libertos no amor ao trabalho, nem os libertos, que apenas buscavam melhores oportunidades de salário. Os senhores seriam os únicos culpados. Além de denunciar que alguns deles, já nas primeiras semanas, lidando com o trabalho livre tinham feito esquemas para não pagar aos libertos. Enquanto outros buscavam desmoralizar o abolicionismo espalhando o boato de que os abolicionistas cobravam dois mil réis para realocar um liberto. É interessante perceber que, mais uma vez, o jornal invertia o discurso dos senhores, que sempre reclamavam da vagabundagem dos libertos, mas se mostravam incapazes de lidar com o trabalho livre, segundo os abolicionistas.

O artigo de 15 de abril de 1888 chamou a atenção, pois pela primeira vez um artigo se dirigia integralmente à defesa dos negros, na medida em que tentava demonstrar, com exemplos, que os argumentos que serviam para condená-los, serviam também para parabenizar outros indivíduos e que, enquanto qualquer indivíduo que negociava melhores salários estava apenas sendo racional, o negro era visto como um vagabundo que não queria trabalhar. Mostrou também que qualquer falha de um único liberto era usada como prova de que nenhum negro merecia a liberdade, de que os negros eram uma raça perdida e condenada. Mostrou indignação, pois após o 13 de Maio não estava terminada a perseguição aos negros, enquanto sicários,⁶⁶ capitães do mato, capangas e feitores recebiam proteção da classe agrícola. Questionou a razão de leis coercitivas que forçavam o trabalho, em vez de aguardar, com a devida paciência, o período de adaptação dos libertos, já que, durante a escravidão, indivíduos, como os capitães do mato, haviam vivido de serviços de violência, sem que nenhuma lei que os obrigasse ao

⁶⁶ Historicamente sicário significa aquele que é membro de um partido de terroristas que lançaram mão de assassinios para expulsar os romanos da Palestina (a.C. 52-60). Seu significado seria, portanto, de assassino assalariado; facínora, faquista, cruel, sanguissedento.

trabalho tivesse sido cogitada. Fica claro, portanto, que esses abolicionistas recusavam como verdadeiras as justificativas que os ex-senhores usavam para manter a escravidão (ou pelo menos para mostrar sua insatisfação com o trabalhado livre). Buscavam demonstrar que as razões para os possíveis insucessos na lavoura, agora, seriam fruto da incapacidade com que esses grandes proprietários lidavam com a nova situação, já que continuavam a recorrer às velhas e preconceituosas justificativas.

Mesmo após a Lei Áurea os abolicionistas afirmavam que sua missão não estava concluída, pois “agora trata-se de seu corolário, operação esta mais difícil do que a primeira, porque na formação do seu produto geral entra um maior número de fatores, representados pelos libertos, abolicionistas, grande, pequena lavoura e particulares”.⁶⁷ Agora lhes cabia proteger os libertos e ingênuos. Afirmavam saber que a luta seria longa, com as mesmas perseguições, mas necessária, pois os laços familiares dos libertos ainda precisavam ser restaurados, destacando-se o fato de que alguns senhores negavam-se a devolver os ingênuos aos pais. Do mesmo modo, outros fazendeiros pagavam salários mesquinhos e outros apossavam-se dos depósitos na Caixa Econômica feitos por seus ex-escravos. Havia também os que ainda seviajavam libertos e outros que ainda os mantinham escravizados. Além dessas denúncias, o *Vinte e Cinco de Março* acusava os senhores de tutorias ilegais de ingênuos e da manutenção na escravidão dos alforriados condicionalmente, certamente o assunto mais presente no jornal após a assinatura da Lei Áurea. Diante dessas incriminações, o jornal mantém a sua tática argumentativa, apresentando as leis que configuravam tais atitudes como crimes, denunciando nominalmente os envolvidos e demandando atitudes das autoridades responsáveis (tesoureiro da Caixa e, em especial, os juízes de órfãos e do governo), tudo isso até o último número do jornal.

Tânia Bessone e Lucia Guimarães (1989) afirmam que esse tipo de estratégia foi comum entre a elite brasileira que tentou reter a mão de obra sob seu controle, por meio da “tutoria de ingênuos” ou de mecanismos de controle social, como cadernetas de trabalho, aperfeiçoamento do aparato policial e até ação salvacionista da Igreja para conter “ovelhas desgarradas”. A fala do jornal, portanto, demonstrava claramente a intenção de garantir a aplicação total da Lei Áurea, assim como demonstra a certeza de que só ela não garantiria a liberdade, seria preciso a vigilância abolicionista para evitar explorações.

⁶⁷ VINTE E CINCO DE MARÇO, Campos dos Goytacazes, 5 abr. 1888. Seção “Vinte e Cinco de Março”, p. 1.

Entre essas explorações ridicularizaram a proposta de lei de indenização aos ex-senhores a partir da tabela que taxava o preço do escravo no mercado da senzala, deixando em vigor as liberdades condicionais, proposta do Sr. Coelho Rodrigues, chamado no jornal de “genuíno representante da junta do couce”. O projeto é descrito como um disparate, que provavelmente buscava agradar aos eleitores do proponente. Por isso, parabenizavam o parlamento que, representante de um país livre, sequer “julgou o projeto digno de discussão, e assim deixou-o morrer ao nascer”.⁶⁸

Por fim, os abolicionistas exigiram que as autoridades tornassem a Lei Áurea conhecida, explicitando também o fim das relações senhor-escravo, pois “reina profundo silêncio em torno das violências e dos caprichos dos antigos ex-senhores de escravos”. Destacavam que o perigo de a lei não ser cumprida aumentava nas áreas afastadas, onde ainda era comum o uso do tronco. Por isso, exigiam que as autoridades ouvissem as vítimas e punissem os agressores, ou seja, cumprissem a lei, pois sob o pretexto de defender a lavoura não se podia cometer ou permitir que se cometessem crimes. Sem perder o hábito, ameaçavam as autoridades que não cumprissem a lei, “o povo tem todo o direito de exigir o cumprimento da lei, e em último caso de fazer justiça por suas mãos”.⁶⁹

Expomos toda a luta e os projetos dos abolicionistas porque entendemos que destacá-los não é assumir que eles foram os únicos responsáveis pela realização da abolição. Diferentemente, entendemos que ela só foi possível devido às transformações estruturais que, ao gerar a concentração populacional em centros urbanos, permitiu o surgimento de um movimento social inovador como o abolicionismo, que fez a população de modo geral entender e apoiar o fim da escravidão, o que por fim tornou a revolta escrava não só aceita como incentivada. Pois assim como a revolta escrava não foi novidade nesse momento histórico, as ideias abolicionistas também não eram. Foi então a ação conjunta delas que tornou a escravidão inaceitável para grande parte da sociedade brasileira do fim do século XIX.

Nesse sentido, fica claro que discordamos da afirmativa de que foi a radicalização das ações escravas que demandaram mudanças nas ações e projetos abolicionistas⁷⁰, pois entendemos que foi exatamente a ação conjunta de abolicionistas e escravos que levou ao desmantelamento

⁶⁸ VINTE E CINCO DE MARÇO, Campos dos Goytacazes, 31 maio 1888. Sem Seção, p. 3.

⁶⁹ VINTE E CINCO DE MARÇO, Campos dos Goytacazes, 27 maio 1888. Seção “Vinte e Cinco de Março”, p. 1.

⁷⁰ AZEVEDO, Maria Marinho de, op. cit., 1987.

das ações emancipacionistas. O espaço aberto pelo abolicionismo trouxe maior participação popular e tornou as estratégias graduais inaceitáveis (MACHADO, 2010b). Da mesma maneira, endossamos a fala de Cláudia Santos (2000) que afirma não ser preciso apagar a ação dos abolicionistas para enaltecer a resistência escrava, ambas trabalharam para a concretização da liberdade.

Nesse sentido, o fato de a abolição não ter significado uma mudança massiva na condição do negro (fosse ele um ingênuo, liberto ou livre pobre) no Brasil, não significa que os abolicionistas se desmobilizaram no pós-abolição. Muito menos que eles não tenham almejado uma revolução social junto à lei da abolição da escravatura.⁷¹ A não realização desses projetos não prova o desinteresse dos abolicionistas pelo destino do ex-escravo, nem a incapacidade do liberto para o trabalho livre, devido a um suposto apego à ociosidade. Contrariamente, revela o poder dos grandes latifundiários na manutenção do *status quo*, independente do modelo trabalhista. Incapazes de lidar com a liberdade dos seus trabalhadores e irredutíveis na concessão de direitos aos libertos, acreditamos que os senhores lutaram para que as mudanças sociais terminassem com a Lei Áurea. Como afirmam Robert Conrad (1978) e Richard Graham (1979), acreditamos que foram exatamente as revolucionárias propostas dos abolicionistas que motivaram o fim do Império monárquico e o estabelecimento de uma república conservadora, que atendeu aos interesses dos senhores latifundiários, no caso de São Paulo, incentivando a imigração e, no restante do país, estabelecendo leis antivadiagem.

Afiançamos essa postura porque os abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março* mantiveram o jornal funcionando e lutando por seus projetos ainda por dois meses após a abolição. Mesmo com o fim do jornal, fundaram outro periódico no qual Lacerda permaneceu batalhando pela proteção aos libertos, pela responsabilização dos fazendeiros e por melhorias nas condições de inserção do liberto na sociedade e na economia (LIMA, 1981). O fato de não terem alcançado a realização desses outros projetos não significa que não tenham lutado por eles, mas que foram vencidos nessa importante etapa da abolição.

Por fim devemos destacar que esses abolicionistas tinham a percepção de que estavam escrevendo a história e afirmavam (corretamente) que seriam lembrados pelos historiadores no futuro. Nesse sentido, o *Vinte e Cinco de Março* se comportava como outros jornais oitocentistas, os quais além de expressarem opiniões tentando moldar a percepção de seus leitores,

também buscavam moldar a memória nacional sobre os eventos descritos (PESSANHA, 2011). Margareth Bakos (1982) nos oferece um bom exemplo, ao afirmar que, enquanto a Lei Áurea foi vista pelo jornal *A Reforma* como uma vitória do povo brasileiro, o jornal *O Conservador* atribuiu toda a glória ao Imperador e à família real. Dessa maneira é possível identificar nos discursos dos impressos um desejo de moldar a visão dos leitores sobre a política nacional, construindo, por fim, a própria memória histórica.

Joaquim Nabuco foi incisivo sobre a importância da imprensa para os historiadores futuros, pois afirmava que ela deixava vasto material para o estudo da escravidão. Para ele, além de um meio de divulgação de ideias, a imprensa era um lugar privilegiado na construção da memória (MACHADO, 2006). Essa percepção é claramente compartilhada pelos redatores do *Vinte e Cinco de Março*, pois em vários momentos é possível perceber o anseio para que suas ações e seu jornal servissem à escrita da história da abolição, uma vez que se percebiam como agentes históricos atuantes nessa batalha.

Contente deve estar Carlos de Lacerda, porque o seu nome já não é do presente, faz parte do futuro, porque pertence à historia. (VINTE E CINCO DE MARÇO, 21 jun. 1885, p. 3)

Ao rebater um artigo do jornal campista *Evolução*, que alegava serem abolicionistas por interesse financeiro e glória pessoal, o *Vinte e Cinco de Março* afirmou que, em relação ao interesse financeiro, não responderiam a calúnias, mas quanto à glória pessoal, não negavam o interesse, acrescentando que tirar-lhes a possibilidade da glória seria como tirar qualquer ambição humana. E deixaram claro que, embora a imprensa fosse fundamental para o conhecimento da história de um povo, o mesmo não poderia ser dito sobre a imprensa “independente” de Campos, que se

⁷¹ Para saber mais, consultar:

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de, op. cit., 1987.

BASILE, Marcello Otávio N. de C. O império brasileiro: panorama político. In: LINHARES, Maria Yedda. História Geral do Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

EISENBERG, Peter. Prefácio. In: AZEVEDO, Maria Marinho de. Onda negra, medo branco: O negro no imaginário das elites – Século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

SCHWARCZ, Lilia Moritz, op. cit., 1987. BASILE, Marcello Otávio N. de C. O império brasileiro: panorama político. In: LINHARES, Maria Yedda. História Geral do Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

EISENBERG, Peter. Prefácio. In: AZEVEDO, Maria Marinho de. Onda negra, medo branco: O negro no imaginário das elites – Século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

SCHWARCZ, Lilia Moritz, op. cit., 1987.

omitia diante de fatos tão relevantes. No impresso advertiam seus leitores e reafirmavam que foram os abolicionistas que tinham estado no comando da libertação. Por fim, concluíram confiantes que a população sabia que, sem a coordenação dos abolicionistas, a abolição não teria sido alcançada e ainda estariam vivenciando o fim gradual e catastrófico da instituição escravista.

Gostaríamos de concluir destacando que neste capítulo analisamos o discurso abolicionista expresso no *Vinte e Cinco de Março*, o qual se destacou pela constante desconstrução dos argumentos da fala senhorial. Demonstramos que, através de sua argumentação, o jornal desmentia a ideia de que a escravidão era necessária para a lavoura ao afirmar que os senhores eram mal aconselhados, pois a abolição não levaria à catástrofe econômica, pelo contrário ela significaria o progresso do trabalho livre, além de ser a expressão de um desejo nacional e um ato cristão-humanitário. Os abolicionistas também negavam o argumento de que a escravidão era legal, dado o direito de propriedade, pois baseados na lei de 1831 e no princípio da liberdade afirmavam que os negros eram parte da nação brasileira, roubados em seus direitos. Logo, o direito desses cativos à fuga se confirmava. Essa proposição mostrava-se bastante reforçada no jornal, pois invertia a lógica escravista do direito à propriedade escrava e ao mesmo tempo sustentava seu argumento mais ousado: a abolição era o fiel cumprimento das leis nacionais e da lei natural que garante a todos, igualmente, o direito à liberdade e, nesse sentido, ela deveria ser feita imediatamente e sem indenizações.

Na lógica construída pelos abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março*, se a abolição era a lei, a escravidão era mantida, unicamente, pela força política dos senhores. Denunciavam, dessa forma, o fato de a classe senhorial estar colocada acima das leis na sociedade oitocentista brasileira. Esse discurso enfraquecia o emancipacionismo, denunciava os senhores como piratas e mostrava sua face arbitrária e violenta. Em contrapartida, mostrava os escravos pacíficos na esperança plantada pela fala racional dos abolicionistas de que a abolição logo se cumpriria. Criticava também a convivência da “boa sociedade” com a escravidão, censurando atos corruptos da polícia, senhores, políticos e até de médicos, os quais perpetuavam o trabalho escravo. Os argumentos abolicionistas eram, portanto, racionais (a abolição era benéfica), sentimentais (compaixão pelo fim da crueldade) ou buscavam mover seus leitores pelo medo (a abolição viria ou pela lei ou pela força).

Um ponto essencial da fala do *Vinte e Cinco de Março* foi a sua interação

com a população, com importantes abolicionistas e principalmente com os escravos, pois mostrou o apoio recebido, o poder de influência do jornal, sua rede de proteção e sua capacidade de agir concretamente na destruição da escravidão. Mesmo sofrendo represálias violentas por essas atitudes, os abolicionistas não se intimidaram e as usaram como mais um argumento contra a escravidão e contra a prática e lógica senhorial. Foi exatamente essa ação conjunta com a população e com os escravos, somada aos exemplos argumentativos dos membros da Confederação Abolicionista e aos exemplos práticos de São Paulo, que conduziu à laboriosa vitória abolicionista na cidade de Campos.

Contudo, mesmo diante da libertação da cidade, os abolicionistas não sentiram que seu trabalho estava concluído. Por isso, reafirmaram o argumento de que o liberto era o melhor colono, negando a necessidade de incentivos à imigração, mas ressaltando a necessidade de educar os ex-cativos e, em especial, os senhores para a nova realidade. Nesse sentido, reafirmavam sua fala de que a origem da escravidão era de ordem social, portanto o liberto não precisava de leis coercitivas (criticadas por restringir o direito à liberdade), mesmo que afirmassem que ele precisava ser familiarizado com as novas condições de trabalho. Nesse processo argumentativo destacavam a necessidade maior de os ex-senhores se adaptarem à nova condição e realidade, sem escravidão e sem o poder senhorial. O *Vinte e Cinco de Março* deixou claro no seu discurso a sua preocupação com a inserção justa dos libertos no mercado de trabalho livre e na sociedade brasileira. Reafirmou a necessidade de mais educação, falou em maior acesso à terra e muito criticou os esquemas armados para prejudicar os libertos. O jornal concluiu reafirmando a necessidade de manter a luta abolicionista, que naquele momento significava batalhar pelo cumprimento da lei Áurea e por seus projetos para o pós-abolição.

Referências

AZEVEDO, Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco**: O negro no imaginário das elites – Século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BASILE, Marcello Otávio N. de C. O império brasileiro: panorama político.

In: LINHARES, Maria Yedda. **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Escravidão e Capitalismo no Brasil meridional**: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CARVALHO, José Murilo de. A política da Abolição: o rei contra os barões. In: **A construção da ordem**: teatro das sombras. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COSTA, Emília Viotti da. **A abolição**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

_____. Da escravidão ao trabalho livre. In: **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

EISENBERG, Peter. Prefácio. In: AZEVEDO, Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco**: O negro no imaginário das elites – Século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2009.

FEYDIT, Julio. **Subsídios para a história de Campos dos Goytacazes**: desde os tempos coloniais até a Proclamação da República. São João da Barra: Gráfica Luartson, 2004.

GRAHAM, Richard. **Escravidão, Reforma e Imperialismo**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. “Os deserdados da abolição”. In: SILVA, Jaime; BIRMAN, Patrícia; WANDERLEY, Regina (Orgs.). **Cativeiro e liberdade**. Rio de Janeiro: UERJ, 1989.

HASELBALG, Carlos Alfredo. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e Vadiagem**: a origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. **Da escravidão ao trabalho livre**: a lei de locação de serviços de 1879. Campinas, SP: Papirus, 1988.

LIMA, Lana Lage da Gama. **Rebeldia Negra e Abolicionismo**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

MACHADO, Humberto Fernandes. Imprensa e identidade do ex-escravo no contexto do pós-abolição. In: NEVES, Lúcia Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria Bessone da C. (Orgs). **História e Imprensa**: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

_____. A atuação da imprensa do Rio de Janeiro no Império do Brasil. **R. IHGB**, Rio de Janeiro, ano 171, n. 448, p. 31-62, jul./set. 2010a.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **O plano e o pânico**: Os movimentos sociais na década da abolição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010b.

MARQUESE, Rafael de Bivar. “Estrutura e agência na historiografia da escravidão: a obra de Emília Viotti da Costa. In: FERREIRA, Antônio Celso; BEZERRA, Holien Gonçalves; DE LUCA, Tania Regina. **Os historiadores e seu tempo**. São Paulo: UNESP, 2008.

MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do Silêncio**: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil Século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. Prefácio. In: COOPER, Frederick; HOLT, Thomas; SCOTT, Rebecca (orgs.). **Além da escravidão**: investigações sobre raça, trabalho

e cidadania em sociedades pós-emancipação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MORAES, Evaristo. **A Campanha Abolicionista**. Livraria Editora Leite Ribeiro, 1924.

PESSANHA, Andrea Santos da Silva. O paiz e a Gazeta Nacional: imprensa, memória e abolição no Rio de Janeiro. In: SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DO MARANHÃO OITOCENTISTA, 2., 2011, São Luís, MA. **Anais...** São Luís, MA: [S.n.], 2011.

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

SALLES, Ricardo. **Joaquim Nabuco: um pensador do Império**. 2001. Tese (Doutorado em História) – UFF, Niterói, 2001.

_____. Nabuco, os Ingleses e a Abolição. In: **Afro-Ásia**, UFBA, v. 42, p. 241-252, 2011a. Disponível em: <<http://www.afroasia.ufba.br/>>. Acesso em: 04 fev. 2013.

_____. Abolição no Brasil: resistência escrava, intelectuais e política (1870-1888). In: **Revista de Índias**, v. 71, n. 251, p. 259-284, 2011b. Disponível em: <<http://revistadeindias.revistas.csic.es/index.php/revistadeindias/article/download/860/932>>. Acesso em: 04 de fevereiro 2013

SANTOS, Cláudia. Abolicionismo e visões de liberdade. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, ano 168, n. 437, p. 319-334, out./dez. 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SILVA, Eduardo. **As camélias do Leblon e a abolição da escravatura: uma investigação de história cultural**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. As camélias da liberdade. **Revista Nossa História**, Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, n. 7, maio 2004.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Terra e Política no Rio de Janeiro na época da abolição. In: SILVA, Jaime; BIRMAN, Patrícia; WANDERLEY, Regina (Orgs.). **Cativeiro e liberdade**. Rio de Janeiro: UERJ, 1989.

THOMAZ José Coelho de Almeida: O fundador. Disponível em: <http://www.cmrj.ensino.eb.br/textohist_thomaz.htm>. Acesso em: 7 dez. 2012.

TOPLIN, Robert. **The abolition of slavery in Brazil**. New York: Atheneum, 1975.

Capítulo 3

Da utopia à luta: a ação abolicionista em Campos

3.1 1884: a abolição como anseio nacional

A postos, abolicionistas campistas, porque a nossa causa, que é a de Deus, triunfa por toda parte. [...] A escravidão está julgada e condenada.

Ontem, ela podia apelar do juízo do Ceará, porque este glorioso desgraçado aprendeu na pobreza a amar a igualdade; fez da comunhão das dores a iniciação do direito.

As sentenças do pobre não pesam nos tribunais do interesse.

Hoje, porém, duas províncias poderosas, duas províncias que pelas suas posições geográficas, pelas suas riquezas naturais, hão de fatalmente influir grandemente no futuro do país, e já influem extraordinariamente na sua atualidade, falam por sua vez e confirmam a sentença do Ceará.

O Amazonas expeliu de si a parte do corpo estranho, que nos ameaçou de infecção purulenta todo o organismo.

O Rio-Grande do Sul procede hoje a mesma operação.

Em breve a podridão do passado não será lembrada senão pelo viço e florescências da árvore da liberdade, a que ela neste momento estruma.

Podemos encarar serenamente o futuro.

[...] A posteridade há de saber honrar a memória dos lutadores Rio-Grandenses, que acabam de demonstrar que têm as consciências tão afiadas para o bem, quanto as espadas para a luta.

[...] O espetáculo que nos dá o Rio-Grande do Sul é mais um conselho da consciência nacional aos emperrados defensores da instituição negra.

Esse delírio sagrado do bem não pode ser o resultado de impressões passageiras, mas o efeito de uma profunda revolução moral, operada no espírito do povo brasileiro.

[...] A alma nacional está em ebulição, em temperatura que funde grilhões.

É uma loucura do escravagismo querer atirar dentro dela os corpos dos seus defensores.

[...] Para os nossos inimigos é chegada o tempo de abandonar o campo.

Não se vence o invencível.

[...] A escravidão só tem passado; o futuro é para a liberdade.

(VINTE E CINCO DE MARÇO, 14 set. 1884, p. 1).

Como bem ilustra o texto acima transcrito, as abolições provinciais eram muito importantes para motivar o movimento abolicionista em todo o país, incluindo o que ocorria em Campos dos Goytacazes. A abolição efetivada na província do Ceará não motivara apenas o nome do periódico; esse primeiro exemplo vitorioso do abolicionismo motivara o modo de ação dos membros do Clube Abolicionista Carlos de Lacerda. O *Vinte e Cinco de Março* trazia constantes menções ao fato, com transcrições de notícias de outros jornais sobre o evento, sempre elogiando a opção de abolição imediata e sem indenizações. O jornal também transcreve a correspondência trocada entre o poeta francês Victor Hugo e o abolicionista José do Patrocínio sobre a primeira libertação no Brasil, assim como o pronunciamento do ministro da agricultura parabenizando o pioneirismo cearense. A partir da abolição ocorrida no Ceará, o movimento abolicionista tomou grandes proporções, servindo de exemplo para outras libertações provinciais e locais, até a libertação total em 1888 (CONRAD, 1978). A influência dessas alforrias coletivas pode ser claramente percebida na leitura do jornal: cada uma delas foi muito comemorada; além disso, suas estratégias provocaram mudanças naquelas usadas pelos abolicionistas em Campos.

Nesse sentido, afirmamos que a partir das libertações provinciais, iniciadas no Ceará, o abolicionismo ganhou uma nova face em Campos. A própria história do movimento libertador na cidade comprova. Começou em 1855 através da organização da Sociedade Campista Promotora do Trabalho Livre, que não tinha adesão popular, era apenas uma agremiação que reunia a contribuição de seus sócios para alforriar escravos e discutir as vantagens do trabalho livre sobre o escravizado. Em 1870, o Dr. Miguel Heredia criou uma segunda sociedade (a primeira que havia criado, a Ypiranga libertara apenas uma criança): a Emancipadora Campista, que também possuía um jornal, a *Gazeta de Campos*. Contudo essa sociedade nunca lutou abertamente pela abolição. Todas elas buscaram apenas angariar fundos para efetuar alforrias. Somente em 1881, com a fundação da Sociedade

Campista Libertadora, ocorreu a inclusão de elementos de todas as classes sociais, entre os quais estavam os abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março* Carlos de Lacerda e Adolfo Pereira Porto.⁷²

Podemos ver, portanto, que algumas ideias e ações pela libertação dos escravos já existiam há algumas décadas em Campos; assim como a luta dos escravos por meio das fugas e da formação de quilombos foi perene na cidade. Foram, porém, os eventos ocorridos no Ceará que motivaram a fundação do mais aberto meio de comunicação dos abolicionistas do município: o *Vinte e Cinco de Março*, vinculado ao Clube Abolicionista Carlos de Lacerda. Esse periódico foi o único da cidade dedicado exclusivamente à propaganda da abolição; por meio dele o significado da ação escrava foi intensificado e tornou-se incontrolável pelos escravistas, fato que conduziu à libertação do município.

A abolição no Ceará foi reforçada por outras libertações que ocorriam em outras partes do Brasil. A felicidade expressa no pronunciamento dessas libertações denota como elas reforçavam o sentimento abolicionista para os campistas, o sentimento de que o abolicionismo era um movimento nacional. Os abolicionistas de Campos estavam ligados aos outros pela amizade pessoal de Carlos de Lacerda com José do Patrocínio e pela ligação com a Confederação Abolicionista, que muito auxiliou os abolicionistas de Campos em todos os processos policiais e jurídicos que enfrentaram. Um exemplo dessa importância ocorreu no dia 27 de julho de 1884, quando, pela primeira vez, o jornal trouxe seu layout alterado. Entre o cabeçalho e as colunas de texto havia um título em caixa alta, com o mesmo tamanho da fonte utilizada para escrever o nome do jornal, que dizia: “AMAZONAS LIVRE”, seguido por uma grande reportagem descrevendo a vitória abolicionista no Amazonas, que, para esses homens, significava a certeza da futura e breve abolição total no país. Além disso, há transcrições de outros jornais destacando a tentativa do governo amazonense de impedir a abolição da província e a pronta reação dos abolicionistas, o que reafirmava a impossibilidade de se resistir ao movimento abolicionista, agora nacional.

Na seção de noticiário, o jornal traz uma nota falando sobre a comemoração espontânea que tomou conta dos abolicionistas de Campos, ao saber da notícia da libertação no Amazonas, assim como há um convite oficial do Clube Abolicionista Carlos de Lacerda para uma grande

⁷² FEYDIT, Julio, op. cit., 2004.

SILVA, Osório Peixoto, op. cit., 1984.

RODRIGUES, Hervé Salgado, op. cit., 1988.

matinée em homenagem a essa abolição, evento descrito no número seguinte, celebrando novamente o ocorrido. Ao analisar essas práticas dos abolicionistas em Campos, defendemos que o abolicionismo se tornou um movimento interligado em todo o país. Como expõe Eduardo Silva (2003), a Confederação Abolicionista funcionou como um centro motivador e sustentador dos movimentos, cujas consequências mais notórias foram a defesa do direito de resistência do escravo e da ideia de não indenização, ideias que os uniram mesmo depois de 1888, quando insistiram na luta pela não indenização e por reformas sociais mais amplas.

Esse movimento nacional não ficou estacionado no exemplo do Ceará, na medida em que todas as libertações independentes em bairros, cidades ou províncias inteiras eram anunciadas e comemoradas como vitórias do movimento abolicionista nacional pelo *Vinte e Cinco de Março*, como a celebrada libertação do Rio Grande do Sul que, segundo o jornal, provava que a emancipação gradual não produzia efeitos positivos na crise do trabalho. Como prática retórica, todos os movimentos em direção à abolição que vinham ocorrendo no país eram mencionados no jornal, embora nem sempre com o mesmo destaque. As libertações iniciadas em Santa Catarina, Paraná, Bahia, Mato Grosso, Goiás foram noticiadas, destacando-se as vantagens das libertações pioneiras, para as quais não houve necessidade de imigração, pois era abundante a mão de obra escrava tornada livre. Na mesma direção, argumentava-se que a observação das nações vizinhas livres na América do Sul impulsionava novas libertações. Muitas das notícias de novas libertações vinham acompanhadas do pesar de que tais ações não tivessem ainda tomado espaço em Campos, posto que a repressão dos escravistas as constrangia, pois “os negreiros, em Campos, querem assassinar os abolicionistas, julgando assim parar o movimento, que se opera em toda parte”.⁷³

Essas libertações acabaram por moldar o discurso do *Vinte e Cinco de Março*, reforçando seus argumentos sobre as vantagens do trabalho livre e a abolição como um anseio nacional. Nesse novo momento, afirmam constantemente que os escravizados, naquela ocasião, já possuíam um norte por onde se guiar, províncias para onde emigrar, em busca da liberdade. Reforçando o argumento de que o serviço agrícola das províncias livres prosperava, enquanto o das províncias escravistas ficava desfalcado, afirmaram:

⁷³ VINTE E CINCO DE MARÇO, Campos dos Goytacazes, 28 ago. 1884. Seção “Noticiário”, p. 4.

as províncias que mais depressa fizerem a abolição serão aquelas que menos sofrerão com a transformação do trabalho, porque haverá nelas substituição e aumento de braços e nunca grandes desfalques pela emigração de escravizados para outras, em demanda da liberdade. (VINTE E CINCO DE MARÇO, 11 nov. 1886, p. 1-2.)

Os eventos ocorridos em todo o Brasil moldavam as práticas abolicionistas em Campos, na medida em que notícias com sutis ameaças como as acima mencionadas (de que o cativo podia, agora, fugir e libertar-se) serviam como uma estratégia para convencer os senhores em prol da abolição e como real ameaça. Os senhores mesmos denunciavam com frequência os abolicionistas de recolherem escravizados no porão do jornal, para os auxiliarem em suas fugas para o Ceará e São Paulo. Embora essa prática nunca tenha sido admitida pelos abolicionistas, ela foi confirmada por dois autores campistas: Osório Peixoto Silva (1984) e Hervé Rodrigues (1988). E levando em consideração a fala de Robert Toplin (1975) de que Campos havia se tornado uma cidade asilo para escravos foragidos no processo de fugas em massa em fins de 1887 e início de 1888, a fala do jornal *Vinte e Cinco de Março* sobre a possibilidade de que os cativos fugissem para províncias livres realmente servia como uma sutil lembrança aos senhores daquilo que esses abolicionistas eram capazes de fazer, e faziam.

Evaristo de Moraes (1924) afirma que a luta entre abolicionistas e escravistas em Campos foi a “mais renhida” do país, fruto da grande concentração de escravos (35 mil) e da ação enérgica do seu movimento abolicionista. E, embora somente em fins de 1887 a fala do jornal tenha se tornado mais aberta quanto ao incitamento à violência e à fuga escrava, desde 1884 o movimento abolicionista em Campos se tornara mais direto em sua ação contra o escravismo, seguindo o exemplo das libertações que vinham ocorrendo em todo país. A possibilidade de auxiliar a fuga de cativos para as províncias livres já existia na fala do jornal desde então; e muito provavelmente também a sua prática.

O idealismo abolicionista e seu tom revolucionário, baseados em princípios filosóficos de liberdade e igualdade, aterrorizavam os escravistas que temiam que o modelo de abolição adotado no Ceará (sem indenizações e fora do controle senhorial) fosse seguido em todo país. E, como outras províncias começavam a seguir os mesmos passos, esse temor aumentava

a cada dia. Conseqüentemente o apoio dos abolicionistas ao projeto Dantas fez com que muitos escravistas lutassem abertamente contra ele, buscando resolver a questão do elemento servil sem a intervenção dos abolicionistas e antes que a ação escrava se tornasse uma grande força. Eles queriam conduzir a emancipação através do governo com os gabinetes Saraiva e Cotegipe (SABA, 2008).

O gabinete Dantas foi muito importante para os abolicionistas, porque propôs um projeto de abolição que, embora gradual, promovia mudanças profundas. A ascensão do conselheiro Dantas, em 6 de junho de 1884, motivou os abolicionistas e reacendeu, nos debates parlamentares, a questão da emancipação dos escravos. As declarações do gabinete Dantas logo receberam o apoio do movimento abolicionista, pois buscava libertar, sem qualquer indenização, os escravos sexagenários. O que se opunha aos que defendiam os escravistas: a legitimidade da propriedade escrava e conseqüentemente a necessidade de indenização ao proprietário pela libertação de qualquer escravo. A propaganda abolicionista e o Projeto Dantas se identificavam. Tal fato causava um forte incômodo nos escravistas, porque percebiam que a esperança depositada pelos abolicionistas no Projeto Dantas se devia à previsão de libertar, sem indenização, todos os cativos com 60 anos ou mais; além de ser a primeira vez que um projeto de lei propunha a distribuição de terras, inclusive privadas, para trabalhadores.⁷⁴ Vejamos o texto das Disposições Gerais do projeto, que afirma:

3 – O governo iniciará, com urgência, estabelecer colônias agrícolas para os libertos que não se puderem empregar nos estabelecimentos e casas particulares.

Para este fim poderá utilizar-se das existentes, melhorando-as, e acomodando-as às necessidades deste regime de transição.

Com este intuito é autorizado, outrossim, a aproveitar, dentre as propriedades agrícolas pertencentes às ordens religiosas, que se desamortizariam, as mais convenientes à fundação desses centros de lavoura.

⁷⁴ SABA, Roberto. A Lei dos Sexagenários no Debate Parlamentar (1884-1885). In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: Poder, Violência e Exclusão, 19., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPUH/SP, 2008.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Terra e Política no Rio de Janeiro na época da abolição. In: SILVA, Jaime; BIRMAN, Patrícia; WANDERLEY, Regina (Orgs.). **Cativeiro e liberdade**. Rio de Janeiro: UERJ, 1989.

TOPLIN, Robert, op. cit., 1975.

No regime que se instituir para as colônias de libertos os regulamentos estabelecerão regras para a conversão gradual do foreiro ou rendeiro do Estado em proprietário das sortes de terra que agricultural. (SABA, 2008, p. 65)

Logo, o medo do projeto Dantas estendia-se ao medo de perda do monopólio da terra, o que fez o projeto merecer o epíteto de “comunista”. O projeto de lei colocava em risco tanto a ordem escravista, quanto a latifundiária. E, mais ainda, “estabelecia-se a possibilidade real e tangível, do ex-escravo emancipar-se, e não só jurídica, mas também, economicamente através de meios próprios de prover sua subsistência, fora do alcance dos seus ex-senhores” (SABA, 2008, p. 66). Assim como essas ideias assustavam os grandes latifundiários, o fato de o projeto prever a distribuição de terras para trabalhadores, a abolição imediata e sem indenizações e a reorganização do acesso à terra levou à aglomeração de parte significativa e atuante do movimento abolicionista, o qual, inclusive, uniu-se à Sociedade Central de Imigração, que também requeria medidas para facilitar o acesso à terra (SANTOS, 2007). Diante do que foi dito, é possível, portanto, entender a resistência escravista ao governo Dantas, em especial, pelo grande apoio que ele recebia do movimento abolicionista nacional. Movidos pelo medo dos eventos que se avolumavam, ainda em 1884, os senhores não ficaram acuados e reagiram abertamente, em todo o país, através da feitura de leis conservadoras e retrógradas, enquanto, em Campos, a reação foi de um ataque direto e violento aos abolicionistas e escravos.

3.2 A resposta senhorial em 1885 e 1886

3.2.1 Lei Saraiva-Cotegipe e o Regulamento Negro

Como primeira atitude de resistência contra o projeto 15 de julho — o Projeto Dantas — os parlamentares escravistas votaram moções pela sua não discussão na Câmara, reação que os abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março* entenderam como conservadora, fruto do incômodo que o projeto gerava entre os fazendeiros. Na ocasião, voltaram a afirmar que tais atitudes não seriam capazes de conter o abolicionismo, reafirmando que a lei de 28 de setembro de

1871 era insuficiente para resolver a questão da escravidão, como desejavam os escravistas e que, sem outras leis abolicionistas, só restaria aos escravos a revolução. Roberto Saba (2008) afirma que os parlamentares escravistas lutaram contra o Projeto Dantas não só porque discordavam das ideias ousadas que apresentava, mas também porque se sentiam pressionados pelo apoio que ele recebia dos deputados abolicionistas e da população em geral. Então, antes que as manifestações populares fossem usadas para influenciar a decisão na Câmara, os escravistas fizeram uso de muitas moções para tirar o projeto do debate político.

Desde as primeiras reações conservadoras ao projeto, o *Vinte e Cinco de Março* demonstrou perceber que, embora incômodas, essas ações teriam efeito reverso ao esperado pelos escravistas, posto que o apoio popular ao abolicionismo crescia a partir das discussões em torno desse projeto de lei. Porém, mesmo confiante nos resultados vindouros, o jornal passou a questionar a legitimidade da Câmara como representante nacional, buscando demonstrar matematicamente que ela não podia representar o povo brasileiro, pois a maioria da Câmara não representava a totalidade da população brasileira; logo, ela não podia ser entendida como representante da vontade nacional. Essa discussão confirma o argumento de que a noção sobre quem formava a nação brasileira, para os abolicionistas de Campos, era muito mais ampla do que o grupo seletivo de eleitores e eleitos.

Após as derrotas aparentes das grandes causas vêm logo gloriosas vitórias, provar que, aquelas são – momentâneas e estas – duradouras.

O abolicionismo atacado por todos os lados, não escolhendo os seus adversários armas para combatê-lo, nunca se mostrou mais forte, mais acentuado, no Brasil, senão depois, que uma falsa maioria do parlamento julgava matá-lo, pronunciando-se contra a discussão do projeto Dantas.

A sua derrota momentânea, no parlamento, deu-lhe logo mais vida na imprensa, na opinião pública e fortaleza para desassombrado caminhar entre as multidões, anunciando as suas novas conquistas.

[...] Mas, que maioria foi essa, que votou contra a discussão do projeto Dantas?

Por um cálculo, que temos em mão, a atual câmara foi apenas eleita por 142,953 eleitores, desses pelos menos a terça parte votou nos candidatos derrotados, restando por conseguinte para elegê-la 95,302. Estes 95,302 eleitores, divididos por

122 representantes da câmara, dão a média de 781 eleitores para cada deputado: logo os 59 no máximo são procuradores de 46,079 escravagistas, o que não é absolutamente verdade, posto que muitos dos que votaram o não farão hoje por conhecê-los a fundo. E demais, quem foi que deu a procuração bastante a esses 46,079 eleitores, para que os seus delegados ousem dizer que representam a maioria da nação, a vontade nacional? Isso é uma imoralidade, que não resiste ao menor argumento, desde que se compare a população nacional do Império com o número de eleitores, que no máximo representam os 59 deputados escravagistas. Depois deste confronto, se não quiserem fugir ao resultado desse simples cálculo, irão se convencer os adversários, que esses 59 deputados não representam a maioria da nação, a vontade nacional. (VINTE E CINCO DE MARÇO, 3 ago. 1884, p. 1-2)

A descrença na representatividade da Câmara se fortalece quando Dantas faz uma requisição ao Imperador propondo sua dissolução em 30 de julho de 1884. Os abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março*, mesmo condenando a demora do governo e apoiando a abolição imediata, entenderam o caminho encontrado pelo ministério Dantas como uma simplificação necessária para o momento. Segundo o jornal, diante do crescimento do movimento abolicionista e do anseio nacional pela abolição total, a moção retrógrada dos escravagistas acabou por impor aos eleitores uma divisão entre políticos escravistas e abolicionistas. Por isso confiavam nessas eleições para a vitória do “projeto de 15 de julho”, pois o “país manifesta-se absolutamente contra a escravidão”.⁷⁵ Prova dessa confiança foi a exposição de uma lista dos deputados eleitos, divididos de acordo com seu apoio ou rejeição ao Projeto Dantas, seguida pela lista dos indecisos com o partido de filiação. Nos primeiros meses de 1885, os abolicionistas ainda procuravam apoio ao projeto, até mesmo entre os escravistas, defendendo que ele não abalaria a propriedade escrava, pois só 10% dela seria liberta com a lei. Com o mesmo intuito, também não mencionaram o problema das matrículas falseadas.⁷⁶

⁷⁵ VINTE E CINCO DE MARÇO, Campos dos Goytacazes, 11 dez. 1884. Seção “25 de Março”, p. 2.

⁷⁶ Dado o fato de que a lei de proibição do tráfico de 1831 não fora de fato efetivada até início da década de 1850, muitos escravos foram ilegalmente introduzidos no país neste período. Para esconder este fato, nas matrículas obrigatórias de escravos de 1871, muitos senhores mentiram sobre a data de nascimento ou de importação de seus escravos, para parecer que tinham sido introduzidos antes de 1831. Com isso o projeto Dantas de alforriar, sem indenizações, todos os escravizados acima de 60 anos de idade causava horror a muitos senhores cujos escravos tinham matrícula falseada. Ou seja, muitos cativos teriam, segundo suas matrículas, mais de 60 anos, quando, na verdade, eram bem mais jovens.

A postura do jornal acima descrita sofreu mudanças significativas quando se percebeu que a Câmara eleita, em fins de 1884, ameaçava o projeto e o governo Dantas. Desde então, reforçou-se o argumento de que era inútil lutar contra o abolicionismo, enfatizou-se o apelo pela aprovação do projeto (segundo eles, último ato de confiança na honra do Imperador e dos representantes na Câmara) e aumentou-se a demanda por leis abolicionistas mais abrangentes, usando novamente a ameaça de que a postura conservadora acabaria por levar à revolução nacional. O jornal criticou, ainda, a postura dos que se opunham ao Projeto Dantas apresentando dados pra provar que o número de escravizados nessa faixa etária era pequeno e que, pelo menos dois terços, ainda teriam condições de se sustentar ou não seriam abandonados por seus ex-donos. E mesmo a parte que fosse abandonada por seus ex-senhores não causaria grandes gastos ao setor público, pois não passaria de 30 pessoas por paróquia, mesmo nas áreas com maior concentração de escravos. Com esses argumentos procuravam rebater o discurso de certos escravagistas para quem o não apoio à lei se justificava por razões filantrópicas de proteção aos escravos idosos contra o abandono.

Os escravistas, temerosos com as exigências posteriores dos abolicionistas, lutaram contra o Projeto Dantas e também por sua saída do poder. Previam que se o debate se estabelecesse, fortalecido pelos argumentos de homens ilustres como Dantas e Nabuco, cresceria o apoio popular e, conseqüentemente, os deputados indecisos poderiam optar pela reforma conduzida pelos abolicionistas. Para o bem da ordem escravocrata, a discussão não pôde ter início e os apelos abolicionistas foram todos em vão. A Câmara deixou de lado o maior movimento popular organizado de seu tempo e adotou uma nova estratégia para resolver a grave questão que não dava trégua aos parlamentares (SABA, 2008).

A queda de Dantas obviamente foi vista pelo *Vinte e Cinco de Março* como uma estratégia escravista contra o abolicionismo. A partir desse momento a decepção dos abolicionistas era nítida nas falas do jornal. Criticava-se muito a dispensa da matrícula, a indenização proposta⁷⁷ e o fato de que toda a população pagaria por essas indenizações. Segundo alardeavam, a aprovação da indenização reviveria o comércio de escravos,

⁷⁷ No ato da matrícula o senhor deveria informar o valor do seu escravo, para o qual a lei dos sexagenários havia imposto um limite por idade e sexo. E no art. 3.º da mesma lei afirmava-se: "Os escravos inscritos na matrícula serão libertados mediante indenização de seu valor pelo fundo de emancipação ou por qualquer outra forma legal." Essas indenizações depreciavam-se com o passar dos anos.

ilegal desde a lei internacional de fim do tráfico de 1826, pois muitos teriam a ganância de receber mais indenizações governamentais. Com essa derrota, houve uma enorme mudança no discurso abolicionista. O que se colocava não era mais a abolição como aquela idealizada pelo senador Dantas, passa-se a destacar a filiação nas matrículas, tanto para saber a data de entrada do escravo no país e a sua filiação, como para impedir a indenização de criminosos piratas. Assim, esses abolicionistas percebiam um novo e ainda mais abrangente meio de efetuar a libertação nacional. É o que vemos no artigo abaixo:

Ou o sr. Saraiva está convencido de que a fonte da escravidão é legal e portanto não devia privar a estatística do seu primeiro elemento de certeza; ou está convencido do contrário, e dispensando na matrícula a naturalidade e a filiação se declara cúmplice dos réus, que, desde maio de 1831, o ministro Sousa França mandou castigar como incursos do art. 197 do código, redução de pessoa livre à escravidão.

Damos de barato todo o projeto de s. ex.; não fazemos questão da indenização dos escravizados de 60 anos, dessa compra do direito de morrer, até hoje gratuita. Não nos demoramos em calcular o erro financeiro que manda que num país de “déficit” permanente se desviem recursos do Estado para beneficiar uma classe, cúmplice do crime de violação das leis e dos tratados desse mesmo Estado. Limitamo-nos à questão de honra, queremos apenas liquidar com o sr. Saraiva os fundamentos de sua reputação. [...] Um legislador honrado não pode deixar de exigir, que as matrículas registrem a naturalidade e a filiação dos escravos.

O sr. Saraiva não pode fugir daqui: ou é um homem de honra, e como o sr. Dantas, exige na nova matrícula a naturalidade e a filiação dos escravos, sob pena de libertação; ou não exige e há de consentir que a imparcialidade da história o coloque ao lado desses legisladores antigos, que justificavam pelas violências do Cruzeiro Inglês, a continuação do comércio de homens livres. (VINTE E CINCO DE MARÇO, 24 maio 1885, p. 1-2)

Ainda que vissem nas matrículas uma nova possibilidade de luta, os abolicionistas não deixaram de perceber que a reação conservadora dos escravistas fora eficaz, pois o governo Dantas foi derrubado e seu projeto reformulado com indenizações e sem qualquer menção à terra (Silva, 1989). Por essa derrota, o *Vinte e Cinco de Março* criticava o Sr. Saraiva (político que assume as primeiras mudanças no antigo projeto Dantas),

como nunca foi “liberal em sua vida” (sem isentar o partido liberal de sua (ir)responsabilidade no poder), não conseguiu servir à pátria, nem à liberdade. Em artigo transcrito no jornal, Joaquim Nabuco afirmou que a troca de ministros provava a ajuda do Imperador à decadente escravidão e também funcionava como uma punição ao partido liberal por ter membros abolicionistas que impediam que se corrompesse por completo. O periódico também culpava o Imperador pelo “projeto monstro” que nascia com o novo gabinete, afirmando que a imagem do rei ficava comprometida com a nova lei, pois em vez de o libertador das crianças, pelo que foi cumprimentado pelo “maior homem deste século”, tornava-se agora algoz dos sexagenários. Falas que constituem uma série de críticas à família imperial, aos altos gastos com a sua manutenção (o que ia contra os princípios de igualdade que pregavam), à demora do Imperador na realização da abolição e à sua relação amistosa com os conservadores:

Nós estávamos pensando que tínhamos o rei na barriga. Pois enganamo-nos redondamente, todo o país é que está na barriga do rei, que os digere e só deixa sair em porções apropriadas, e em ocasiões oportunas, sob forma de partidos constitucionais.

Quando o imperador visita a Europa. Quando janta com Victor Hugo, temos partido liberal certo; quando visita as províncias e hospeda-se em casa de fazendeiros, está a bica o partido conservador.

O ano passado o imperador quis ver se digeriria também abolicionistas; teve uma perturbação perigosa de digestão; vomitou um decreto de dissolução e teve de recorrer às pressas à velha macela constitucional da escravidão. (VINTE E CINCO DE MARÇO, 10; 13 set. 1885, p. 2-3)

Apesar de o Projeto Dantas não ter sido muito ousado, ele tinha sido apoderado pelos abolicionistas como símbolo momentâneo de suas aspirações. Logo a sua queda com o prevalecimento do princípio da indenização foi uma derrota significativa para a causa; em especial porque os escravagistas viam na Lei Saraiva-Cotegipe (lei que substituiu o projeto Dantas) um meio de tentar deter a marcha subversiva da abolição ao ceder um pouco. É importante também destacar que foi durante o processo de discussão do projeto que as diferenças entre os próprios escravistas na defesa da escravidão se agudizaram e se tornaram mais nítidas. Ao mesmo tempo, o abolicionismo conquistou cada vez mais o apoio popular (COSTA, 1998).

O projeto de lei defendido por Dantas era um entre muitos detalhes na disputa de poder pela condução da questão servil e, em 1885, dada a pressão popular, a reforma torna-se inadiável. Mais do que a forma que a abolição tomaria, importava, acima de tudo, o grupo que iria executá-la. Os deputados abolicionistas posicionavam-se ao lado do entusiasmo do movimento popular e os escravistas viam essa atitude como um perigo para a ordem nacional (SABA, 2008). Ao dominar o cenário político, era quase certo para os parlamentares escravistas que eles garantiriam uma abolição lenta e gradual, percepção compartilhada pelo *Vinte e Cinco de Março*. Os diferentes artigos publicados na imprensa campista demonstram que esses abolicionistas sabiam claramente o momento de instabilidade da monarquia e do pensamento senhorial, já que usavam frequentemente um tom bastante ousado e pouco respeitoso com a monarquia.⁷⁸

Os abolicionistas chamaram de retrógrada a Lei Saraiva-Cotegipe, principalmente em relação às leis anteriores, quando finalmente ela foi decretada. Afirmaram que Saraiva seria sempre lembrado com vergonha pela História, um passo para trás que geraria ações ainda mais enérgicas de luta. Artigo transcrito de Proudhomme⁷⁹ afirma que, naquela ocasião, restava aos abolicionistas a perseverança e a certeza da perseguição política, pois “está finalmente decretada a nova divisa do império — escravidão ou morte”, destacando que a perseguição aos abolicionistas seria mais intensa.⁸⁰ Para os abolicionistas, além de uma revolução popular, agora a concretização de um projeto de lei, como o do senador Dantas, sequer os satisfaria:

Queremos tudo ou nada. [...] O último projeto do sr. conselheiro Dantas já não nos serve.
[...] Queremos mais, muito mais. [...] Guerra de extermínio ao abolicionismo, para que ele possa triunfar. Neguem-lhe tudo, não lhe façam a menor concessão, para que, desassombrado, possa caminhar, com a velocidade com que tem feito a sua jornada depois da ascensão do partido conservador ao poder.
(VINTE E CINCO DE MARÇO, 29 jul. 1886, p. 1-2)

⁷⁸ Como exemplo, em um destes artigos exige-se a execução da lei de 28 de setembro de 1885, pois que este seria “o único divertimento de um velho: chicotear escravos e prender abolicionistas.” In: VINTE E CINCO DE MARÇO, Campos dos Goytacazes, 15 out. [1886], p. 2-3.

⁷⁹ Proudhomme era o nome que José do Patrocínio usava em muitos de seus artigos abolicionistas.

⁸⁰ VINTE E CINCO DE MARÇO, Campos dos Goytacazes, 4 out. [1886], p. 4.

A disputa entre abolicionistas e escravagistas aumentou com a aprovação da Lei Saraiva-Cotegipe. Os abolicionistas passaram a não aceitar menos que a abolição incondicional e imediata. Eles perceberam ser mais eficiente a propaganda abolicionista do que algumas poucas libertações, inclusive porque elas se faziam mediante indenizações, o que não achavam justo. A partir de então, buscaram uma nova abordagem para a abolição. Com a derrota do Projeto Dantas, as exigências abolicionistas tornaram-se mais explícitas, e como representantes de um anseio nacional exigiram a abolição imediata, assim como diminuíram os apelos à benevolência dos senhores. Muitos abolicionistas também perceberam que os objetivos de libertação completa só seriam alcançados com atividades extralegais, as quais foram incentivadas. A leitura do *Vinte e Cinco de Março* nos permitiu perceber um maior uso de violência, pelos senhores, nos seus atos de resistência ao abolicionismo após a aprovação dessa lei, assim como uma prática abolicionista mais aberta e ousada.

Enquanto para os escravistas a questão servil se resolvia com a Lei dos Sexagenários (como ficou conhecida a lei Saraiva-Cotegipe), para os abolicionistas, esse foi o momento de progredir rapidamente nas áreas de grande concentração de escravos, como São Paulo e Campos, por meio de uma agitação cada vez mais intensa, de fugas em massa, com o objetivo de desorganizar o trabalho e ameaçar a vida e a propriedade dos senhores. O produto final do governo Saraiva e Cotegipe foi descrito, portanto, por Emilia Viotti como

[...] uma tentativa desesperada daqueles que se apegavam à escravidão para deter a marcha do progresso. Mas era tarde demais. O povo arrebatara das mãos da elite a direção do movimento. A abolição tornara-se uma causa popular e contava com o apoio não só de amplos setores das camadas populares, como também de importantes setores das classes médias e, até mesmo, de alguns representantes das elites. Tinha também o apoio da princesa e do imperador. (COSTA, 2008, p.90-91).⁸¹

Robert Conrad (1978) também afirma que o debate sobre a Lei dos Sexagenários definiu, irrevogavelmente, as posições tanto de escravistas como de abolicionistas e, conseqüentemente, levou às fugas em massa em São Paulo. A percepção desses autores se legitima quando a comparamos

⁸¹ É importante destacar que, diferentemente da autora, os abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março* não viam nas atitudes da Coroa uma contribuição para o movimento abolicionista.

com os artigos publicados pelos abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março*, que declaravam que a bandeira da abolição não perderia espaço com a queda de Dantas, pois tinha ao seu lado a opinião pública e, se os políticos não estavam dispostos a encaminhar a questão servil, ela seria encaminhada pelo povo que, mesmo sem qualquer esperança de liberdade, iria à luta.

Houve uma mudança significativa no discurso dos abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março* a partir dessa lei, da qual tanto discordavam, já que a argumentação da falta de representatividade do Congresso, que começara tímida, tornou-se mais frequente. Passou-se a questionar a validade do Congresso porque produzia leis como a Lei dos Sexagenários. Se antes eram os senhores que se sobrepunham às leis abolicionistas (de 1831 e 1871), com a condescendência das autoridades, agora os escravistas impunham a sua vontade na própria confecção da lei. É nesse sentido que entendemos os constantes questionamentos do jornal sobre a representatividade da Câmara que aprovava a moção contra o Projeto Dantas e da que aprovava a Lei Saraiva-Cotegipe, assim como o posterior questionamento quanto à validade dos votos que aprovaram o Código Negro (que veremos logo em seguida). A seguinte afirmação: “a monarquia constitucional é um governo de 64.444 pessoas contra a individualidade coletiva de 12 milhões de brasileiros. As leis que vão ser decretadas pelo Império não podem ser respeitadas pelo povo, porque não saem da maioria da nação”⁸² deixa claro que, se antes os abolicionistas queriam o cumprimento preciso da lei porque a manutenção da escravidão baseava-se no desrespeito a ela, agora eles viam a lei como falseada, pois desrespeitava as leis emancipacionistas anteriores, exatamente as leis de 1831 e 1871. Logo, ela poderia e deveria ser desrespeitada. Não estamos afirmando que o princípio da legalidade, tão caro aos abolicionistas, estivesse sendo abandonado. Na verdade, passa-se a insistir na correta feitura da lei e não apenas em sua aplicação. A Câmara não representava a nação também porque a lei de 1885 desrespeitava as leis anteriores, tornando-se, assim, tão incorreta quanto as arbitrariedades dos senhores que ignoravam essas mesmas leis.

E, mesmo considerando a lei antiquada, o *Vinte e Cinco de Março* criticou a demora na sua aplicação. Além disso, demandou das autoridades que os senhores apresentassem seus ex-escravizados em audiência, para que fossem informados de seu estado de libertos, assim como lembrassem aos

⁸² VINTE E CINCO DE MARÇO, Campos dos Goytacazes, 24 jan. 1886. Seção “25 de Março”, p. 1-2.

senhores que a lei lhes impunha alimentar, vestir e tratar das enfermidades dos libertos. Em 1887, os abolicionistas mostravam-se esgotados de reclamar pela implementação de uma lei ultrapassada e revoltavam-se com a concessão de mais um mês para a matrícula de escravos. Segundo eles, os senhores estavam descansados em sua pirataria desde o estabelecimento no poder dos defensores da escravidão, em 20 de agosto de 1885, data em que assumiu o ministro Cotegipe.

O Regulamento Negro, aprovado em 12 de junho de 1886 pelo ministro da agricultura Antonio Prado, aumentou a pressão escravista, pois condenava pelo crime de furto quem acolhesse um escravo fugido. Essa lei também aumentava o preço da indenização pela libertação de um escravo, uma vez que seu valor passava a contar a partir da sua matrícula e não a partir da aprovação da Lei Saraiva-Cotegipe, além de ter tornado possível o comércio de escravos entre o município neutro (a corte) e a província do Rio de Janeiro. Embora essa lei tenha dificultado a ação de todos os abolicionistas, no *Vinte e Cinco de Março* ela só foi mencionada um mês depois da sua aprovação, quando foi publicada uma série de artigos, incluindo transcrições de vários jornais (*A Verdade*, *Gazeta de Notícias*, *A Patria* e *The Rio News*) afirmando ser essa mais uma tentativa de atrasar a resolução da questão servil e, mais uma vez, responsabilizando a postura inerte do Imperador. Nessas críticas, o que era visto como mais prejudicial era a junção do município neutro (“baluarte do abolicionismo”) com a província do Rio de Janeiro (“berço dos mais renhidos escravocratas”), pois dessa forma mais de 30 mil escravizados da corte poderiam ser comercializados para os fazendeiros do interior, o que os distanciaria ainda mais da possibilidade de libertação.⁸³

O fato de os redatores do *Vinte e Cinco de Março* pouco mencionarem esse regulamento parece ter sido uma estratégia para não se mostrarem ainda mais vulneráveis, uma vez que o constante acolhimento de escravos na sede do jornal poderia, a partir dessa lei, ser interpretado como um crime. O aumento dos ataques aos abolicionistas após a aprovação dessa lei reforça o nosso argumento, pois demonstra que os senhores tinham no regulamento uma importante arma na repressão ao movimento abolicionista. Como exemplo, dos nove ataques escravistas mais noticiados, três ocorreram nos 26 meses de funcionamento do jornal antes da aprovação do Regulamento Negro, enquanto outros seis ataques ocorreram nos 24 meses posteriores,

⁸³ VINTE E CINCO DE MARÇO, Campos dos Goytacazes, 4 jul. 1886. Seção Especial “A Política”, p. 2.

entre julho de 1886 e junho de 1888 (quando o jornal deixou de ser publicado). Mesmo que os escravistas tenham sido ajudados pelos efeitos de uma lei tão conservadora, os abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março* usaram as constantes ameaças e ataques como meios de ação, oferecendo detalhados relatos sobre cada um deles e expondo seus opositores, como poderemos analisar no item a seguir.

3.2.2 *Os primeiros atentados em Campos*

Como discutimos anteriormente, a mudança no movimento abolicionista após a libertação do Ceará levava os escravistas a reagir mediante intervenções no ministério Dantas, o que resultou na confecção da conservadora Lei Saraiva-Cotegipe. Em Campos, certamente a forma mais comum de resistência dos escravistas foi a ação direta e violenta contra os abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março*. A primeira atitude nesse sentido ocorreu já no dia 20 de maio de 1884, quando o escritório de Lacerda foi invadido por capangas dos escravistas que tentaram matá-lo, ato que foi ironizado pelo jornal no dia seguinte. Nesse mesmo dia, Lacerda e Leopoldo Figueira foram expulsos de Campos, acusados de agitarem a população contra os senhores de escravos. Eles se refugiaram no Rio, onde foram bem recepcionados por Patrocínio e receberam toda ajuda dos libertários da corte (SILVA, 1984). Essa primeira truculência dos senhores, contudo, foi pouco exposta no jornal. Foi a continuidade da ação desses abolicionistas que fez com que a reação dos escravistas se tornasse progressivamente mais violenta e, conseqüentemente, a repercussão desses atos no jornal também se tornasse progressivamente mais comum e detalhada.

Como exemplo podemos citar a mencionada prisão de Lacerda e de outros três abolicionistas ligados a ele: Adolfo Pereira Porto, Adolfo de Magalhães e Feliciano José da Silva. Na ocasião, todos foram indiciados pelo crime de roubo, após retirarem ingênuos e escravos torturados das fazendas do tenente Orbilio da Costa Bastos, na freguesia de São Gonçalo, e do coronel Antônio Pereira Lima, e os açoitarem provavelmente no porão da sede do jornal (RODRIGUES, 1988). Embora pouco tenha falado da ousada ação (o que nos faz pensar que as atitudes mais diretas de ataque à escravidão foram mais comuns do que aquilo que podemos entrever na

leitura do jornal), o *Vinte e Cinco de Março* ocupou-se bastante com as prisões dos abolicionistas. Foram publicadas cartas de Lacerda e de importantes abolicionistas abominando as ações da polícia de Campos, assim como notícias sobre a repercussão da prisão nos jornais da corte e na Assembleia Geral. Na linguagem utilizada no jornal, a prisão dos abolicionistas (que demonstrava a vitória dos escravistas, interrompendo e humilhando o movimento abolicionista de Campos) foi revertida em glória, pois reafirmou-se o apoio popular à abolição, além do apoio de muitas ilustres personalidades ao movimento liderado por Lacerda. Por fim, fortaleceu-se a imagem de Lacerda como destemido abolicionista. Se inicialmente a discussão da prisão começou comparando o título de comendador de Lacerda e a ausência de qualquer honraria para o juiz municipal,⁸⁴ mandatário das prisões, a discussão foi concluída afirmando que Lacerda entrava para a memória histórica, ressaltando suas importantes relações sociais e a vergonha da omissão desses fatos pela imprensa balcão. Havia, portanto, a percepção de que o abolicionismo caminhava muito bem em Campos, pois mesmo após a ousadia de invadir uma propriedade e de lá retirar três escravos do tronco (levando também o tronco para a sede do jornal), os abolicionistas foram presos, levados a julgamento e, por fim, absolvidos por 11 votos de um júri formado por 12 homens.

Lana Lage Lima (1981), no entanto, destaca que a absolvição deles não foi tão tranquila como o jornal fez parecer. No dia do julgamento teria corrido pela cidade o boato (aumentado pelo próprio Lacerda) de que se os abolicionistas fossem condenados, os jurados seriam atacados. Além disso, a autora afirma que durante os três meses em que ficaram presos, o delegado enviou cartas ao chefe da polícia afirmando que se achavam homiziados diversos escravos na tipografia do *Vinte e Cinco de Março* e que Lacerda recusava-se a entregá-los. Contudo, o delegado nunca pediu (ou conseguiu) um mandado de busca e apreensão. Além do delegado, outros opositores dos abolicionistas divulgaram a invasão das fazendas na corte. O feito foi publicado no *Jornal do Comercio* e repercutiu no Congresso, onde escravocratas classificaram os atos abolicionistas de sedição e insurreição, dado o atentado direto à propriedade. Mas como indica Hervé Rodrigues (1988), concomitantemente ocorreram vários

⁸⁴ É interessante notar que apesar de abolicionistas e ditos liberais, os jornalistas ressaltavam títulos de honraria e relações com pessoas ilustres; argumentos comuns de uma lógica hierárquica bem própria do Império e da classe senhorial a quem criticavam.

incêndios nos canaviais de Campos, o que mostra que os abolicionistas não se intimidavam com as repressões escravistas.

É importante destacar que os abolicionistas de Campos também acionavam todos os seus contatos na corte e sempre ressaltavam o apoio recebido. Destacaram a defesa oferecida a Lacerda, gratuitamente, pelo advogado Dr. Sizenando Nabuco, que foi a Campos tratar do seu processo e, no Tribunal de Relação, leu as cartas com ameaças de morte feitas a seu cliente e também citou “propostas de dinheiro dirigidas por importantes negociantes de café desta praça ao Sr. comendador Lacerda para desistir de seu intento de abolicionista”.⁸⁵ Todo o processo de luta e concessão do *Habeas Corpus* foi exposto no jornal, valorizando a conduta conjunta de abolicionistas de todo o país, transcrevendo tudo o que se publicava sobre os eventos de Campos, como prova do apoio que ele recebia e do alcance da luta. Um exemplo é o artigo do jornal *Gazeta da Tarde* em que a ação dos abolicionistas de Campos é vista como justificável na medida em que as autoridades eram negligentes na sua ação de vigilância. Podemos ver quão importantes eram essas relações dos abolicionistas pelo fato de que no mesmo dia em que se relatou a prisão de Lacerda, o *Vinte e Cinco de Março* confirmou a concessão do seu *Habeas Corpus*, assinado por

Patrocínio, Gomes dos Santos, Sezinando Nabuco, Agostinho Reys, Clapp, Julio Lemos, Joaquim Nabuco, José Mariano, Antonio Pinto, João Villanova. [...] Este procedimento da confederação abolicionista é a prova de que ela considera, como membros de uma família, os seus associados e não como sócios de uma sociedade. (VINTE E CINCO DE MARÇO, 4 jun. 1885, p. 4)

Interessante notar que o *Monitor Campista* também menciona a repercussão dessas prisões na corte. Primeiramente, o jornal transcreveu um telegrama de seu correspondente na corte informando o repúdio do ministro da justiça aos atos anarquistas dos abolicionistas de Campos e a defesa das autoridades que os prenderam, destacando por fim a satisfação da Câmara com essas palavras. Essas notícias foram seguidas por outras que descrevem as circunstâncias da prisão de Lacerda, de maneira bastante formal, buscando-se colocar de forma imparcial o evento. Mas o *Monitor Campista*

⁸⁵ VINTE E CINCO DE MARÇO, Campos dos Goytacazes, 28 jun. 1885. Seção “25 de Março”, p. 1-3.

também expôs a ineficaz fala do deputado conselheiro Thomaz Coelho na Câmara dos deputados, afirmando, irônica e raivosamente, que, depois de tempos sem se pronunciar e *apenas*⁸⁶ quatro dias depois da intervenção dos deputados em nome dos abolicionistas de Campos, o representante da lavoura campista falou. — “Novidade! Novidade / S. Exa. pediu a palavra na Câmara dos deputados, levantou-se e... falou!” — Para o *Monitor Campista*, sua intervenção foi confusa porque elogiava os fazendeiros, ao mesmo tempo em que condenava as autoridades campistas pela prisão de Lacerda.⁸⁷

O *Monitor Campista*, portanto, atribuía as vitórias abolicionistas à incapacidade dos representantes escravistas na Câmara, em oposição à pronta e imediata ação dos representantes da causa abolicionista e não à postura mais correta desses últimos. Em contraposição, a narrativa apresentada pelo *Vinte e Cinco de Março* não tinha nada de imparcial, já que fazia uso de opiniões bastante abertas e contrárias ao promotor público, ao juiz do processo, aos jornais de Campos e aos fazendeiros, a quem ameaçava com uma revolução ainda maior que a abolição, com a reforma no acesso à terra, como se pode ver abaixo, na transcrição de um artigo do jornal *Gazeta da Tarde*:

Tranquilizemos a lavoura chamando-a ao cumprimento na lei; demonstrando-lhe que há muita luz no século XIX para esclarecer os povos, convencê-los de que aristocracia-territorial-escravocrata é uma instituição mais bárbara e mais absurda do que o feudalismo destruído pela revolução de 1789. Tranquilizemos a lavoura... Sim... Pela Abolição, pela Imigração, ou, em uma só palavra pela DEMOCRACIA RURAL. (VINTE E CINCO DE MARÇO, 21 jun. 1885, p. 1)

As consequências desse posicionamento aberto se fizeram sentir no dia 17 de julho de 1885, quando uma violência mais grave foi feita contra os abolicionistas. Adolfo Pereira Porto, um dos acusados do roubo de ingênuos e escravos das fazendas de Orbilio da Costa Bastos e Antônio Pereira Lima, sofreu uma tentativa de assassinato em via pública. O *Vinte e Cinco de Março* passou a investigar, por conta própria, o que teria ocorrido, incriminando o Sr. Raimundo Moreira como mandatário do crime praticado por sicários. Além de destacar a negligência da polícia na investigação,

⁸⁶ Grifos do original, o que sugere ironia no uso da palavra apenas, posto que os deputados abolicionistas pronunciaram-se prontamente, enquanto Thomaz Coelho levou quatro dias para falar.

⁸⁷ MONITOR CAMPISTA, Campos dos Goytacazes, 6-7 jun. 1885.

o jornal fez denúncias da sua interferência em favor do acusado e em detrimento dos abolicionistas que, então, comunicaram o resultado de suas próprias investigações ao deputado geral Dr. Bezerra de Menezes, o qual interpelou o governo sobre o assunto. Em decorrência desse pedido, o chefe de polícia demandou ao subdelegado de Campos (Sr. Couto Reis) detalhes da investigação e os abolicionistas passaram a forçá-lo a proceder dentro da lei, senão eles ficariam sabendo e noticiariam no jornal. Além de envolver o deputado, esse atentado também repercutiu em jornais da corte e de Campos, como provam os artigos do *Monitor Campista* e do *A Evolução*, embora este último tenha reportado uma versão diferente, afirmando ter havido pronta prestação de socorro às vítimas.

Uma das práticas mais utilizadas pelo *Vinte e Cinco de Março* era relacionar alguma autoridade com a morosidade das investigações e/ou com práticas arbitrárias com o intuito de forçá-la a dar-lhes uma resposta pública, de forma que passam a cobrar do delegado de polícia atitudes quanto a muitos outros casos que vinham ocorrendo na cidade, afirmando que as violências escravistas demandavam atitudes mais assertivas das autoridades. Ao mesmo tempo, continuavam a acompanhar a investigação e o julgamento, reafirmando sua versão dos fatos em oposição à apresentada pela polícia. Também pressionavam as autoridades fazendo investigações privadas de crimes que sequer se relacionavam com os abolicionistas. Com isso, queriam se mostrar imparciais, pois faziam crer que investigavam somente pelo amor à verdade dos fatos. Ao mesmo tempo, por meio dessa prática, argumentavam que crimes cuja responsabilidade não pudesse ser imputada a escravos ou a abolicionistas não interessavam à polícia.

Por tudo o que é falado no jornal, pode-se dizer que imperava em Campos um clima de insegurança, com novas ameaças aos abolicionistas, como a colocação de um posto da guarda em frente à sede do periódico, cerceando a ação de seus representantes, em especial o recebimento de escravizados em busca de auxílio. Outros eventos que explicitam a constante perseguição aos abolicionistas e o clima tenso na cidade são a ida do Sr. alferes Liberato Ribeiro à Câmara Municipal para pedir certidão do jornal, com intenção de fiscalizar seu conteúdo e redatores, e a colocação de postos policiais nas áreas extremas do município, impedindo os escravizados surrados de irem à cidade; o que era intensificado pela distribuição de patrulhas pela cidade nos dias santos e domingos, dias

em que os escravos tinham mais liberdade para circular e talvez procurar ajuda dos abolicionistas. Outra técnica dos escravistas era espalhar boatos de “correrias” quando eram marcadas conferências abolicionistas. Mesmo assim, mesmo com policiais de prontidão na entrada do teatro, sempre havia a presença maciça da população nessas reuniões. Em novembro de 1886, ocorreu o primeiro atentado durante uma conferência abolicionista, um tiro foi detonado na porta da tipografia.

Mesmo diante de tantas ameaças e ataques diretos, os abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março* não se calaram; ao contrário, exigiram mais das autoridades e da imprensa, a quem demandavam uma atitude de combate aberto à escravidão. A resistência desses abolicionistas também se mostrou pela insistência em acompanhar o caso de Adolfo Pereira Porto, afirmando que outros atentados vinham ocorrendo com a mesma ostentação, dada à impunidade do primeiro crime. Afirmavam que isso provava que toda a população de Campos estava desprotegida e sujeita a sofrer iguais atentados, reforçando o argumento de que a lei não era igual para todos.

O jornal prosseguiu abertamente cumprindo o papel da polícia, investigando, colhendo depoimentos e pareceres de autoridades legais, até que no dia 7 de maio a casa de Carlos de Lacerda foi invadida pelo alferes Costa Real, pelo sicário Antônio Eurico Cassalho e por Manuel Arêas. Todos os invasores estavam armados e diziam que lá estavam para recolher escravos acoutados pelo comendador. Ao verem que não havia ali escravos, o alferes afirmou que buscava vingar-se por ter sido insultado por dois abolicionistas. Lacerda recolheu-se ao quarto, depois dirigiu-se à rua (com a ajuda de um praça) e fugiu para a casa do tenente-coronel Costa que, além de o acolher até o amanhecer, afirmou já estar preso o alferes. Lacerda publicou um Boletim especial, por meio do qual informou que a polícia estava envolvida no evento, dadas as mudanças na sua chefia. Para proteger-se, deixou clara sua relação com outros abolicionistas e buscou seus contatos afirmando que contra ele “alguma coisa se tramava; por isso, a José do Patrocínio, Quintino Bocaiuva e a 4 lhes escrevi, em carta particular, pedindo-lhes, que, pela GAZETA DA TARDE e O PAIZ, solicitassem garantias para a minha vida ameaçada”.⁸⁸

Mais uma vez, o ciclo se repetiu. Os abolicionistas sofreram um atentado, expuseram aqueles que pensavam ser os responsáveis e apelaram para que abolicionistas da corte repercutissem os eventos de Campos. Dada essa

⁸⁸ VINTE E CINCO DE MARÇO, Campos dos Goytacazes, 7 maio 1886. Boletim.

ousadia, os abolicionistas sofreram novo ataque. Também nesse caso, o *Vinte e Cinco de Março* seguiu seu modo de ação, sem se intimidar. Lacerda ameaçou publicamente a vida de duas importantes autoridades da cidade e afirmou que pedira que o delegado de polícia Antônio Cruz ouvisse o depoimento de algumas testemunhas por ele indicadas, o que lhe foi negado. Então, fez um requerimento ao juiz municipal, mas, devido à corrupção da polícia, nada foi adiante. Nem essas ameaças de Lacerda surtiram efeito, pois embora as autoridades não pudessem negar-lhe uma investigação, podiam fazê-la no ritmo que desejassem. Pelo menos é assim exposto no jornal o inquérito final, chamado de farsa, pois a invasão à casa de Lacerda foi considerada como uma simples visita, normal, exceto pela hora. Portanto, Lacerda não constava do inquérito, nem como vítima, nem como acusado, não podendo, assim, requerer a inclusão de testemunhas.

Com o caso encerrado, Lacerda comparou o tratamento dado ao episódio com o que a polícia dera ao assassinato de um fazendeiro, que há 13 meses ainda tinha seu inquérito aberto, enquanto em seis dias fora concluído o da invasão à sua casa. Mesmo assim, o *Vinte e Cinco de Março* manteve seu modo de ação e reproduziu a repercussão desse atentado pelos jornais de Campos e da corte. Para reforçar seu argumento de que as autoridades em Campos consideravam-se acima da lei, transcreveu notícias da *Gazeta da Tarde*, que discutia a insegurança e a suspensão dos direitos a que o governo imperial submetia os abolicionistas de Campos. Também transcreveu a afirmativa de que a invasão à casa de Lacerda havia sido uma tentativa de intimidá-lo, pois ele buscava provar a negligência da polícia em casos sem o envolvimento de abolicionistas, fato que provocou a fala do Sr. Dantas e do Sr. Silveira da Mota no senado pedindo providências ao Sr. ministro da justiça para o caso. Por fim, o jornal voltou às velhas ameaças de possíveis consequências violentas, seja pelos atos dos abolicionistas, seja pelos atos dos escravos.

3.3 O violento embate entre abolicionistas e escravistas em 1887

3.3.1 Lei de Açóites e o exemplo de São Paulo

O embate entre abolicionistas e escravistas se intensifica em 1887. Esse ano foi marcado pela maior violência senhorial, pela resposta inovadora dos

abolicionistas de Campos e pela desestruturação definitiva da instituição escrava. A Lei de Açoites ilustra bem esse novo cenário do abolicionismo. Dois escravos, após terem cumprido a pena de 300 açoites, foram obrigados a caminhar de volta à fazenda de seu senhor. Nesse percurso esses dois escravos morreram. A intensa crueldade do fato trouxe à tona uma densa discussão parlamentar sobre a legalidade e, sobretudo, a legitimidade das punições físicas. Embora tal prática não fosse rara no Brasil escravista, a propaganda abolicionista, nesse momento, tornara a prática do açoite condenável a tal ponto que não apenas os seus jornais falaram sobre o assunto, como a própria casa legislativa nacional requereu ao ministro da justiça informações precisas sobre as mortes ocorridas em Paraíba do Sul, região do Vale do Paraíba Fluminense. Os abolicionistas não descansaram, demandaram diligências para investigar o caso e criticaram a demora da resposta governamental, demonstrando que foi preciso bastante insistência dos parlamentares e da imprensa abolicionista para que o governo endereçasse o problema.

Diferentemente do Regulamento Negro, esse assunto foi bastante explorado no *Vinte e Cinco de Março*. Até a aprovação da Lei de Açoites, o jornal diariamente expunha notícias sobre a crueldade da prática do açoite, tecendo argumentos contra ela e transcrevendo artigos de outros jornais e de parlamentares, como o senador Dantas, que afirmavam ter-se tornado inadmissível a prática dessa pena após as leis de 1885 e do Regulamento Negro, diante do que fica claro que o jornal campista dava maior relevância à lei que coibia os açoitamentos do que a uma lei que intimidava a sua ação abolicionista.

O *Vinte e Cinco de Março* endossou o argumento apresentado pelo senador Dantas, baseado nas leis nacionais, e afirmou que a pena de açoites tinha sido abolida com a Lei dos Sexagenários. Como justificativa apresentou o texto da lei que afirmava que estavam “libertos os escravos de 60 anos de idade, completos antes e depois da data em que entrar em execução esta lei”. Logo, não havia mais escravos no país, estavam todos libertos, em hipótese. Segundo essa lógica, se não havia mais escravos, não se poderia punir libertos com a pena de açoites, conseqüentemente, essa pena estava abolida. Com base nessa tese, foram bastante incisivos, transcreveram artigos do jornal *Gazeta da Tarde* confirmando essa interpretação da lei a partir do posicionamento do jurista Sr. conselheiro Thomas Alves Júnior, o qual dizia que a pena de açoite já nascera iníqua, pois além de cruel, dava abertura para sentenças

bárbaras e, agora, com as leis de 1871 e 1885, o próprio status jurídico do escravo mudara, passara a ser *status liber*. Nesse sentido, os abolicionistas tentaram demonstrar que não se tratava de uma questão de opinião, mas na verdade de uma mudança na condição legal do escravizado.

Essas discussões entre abolicionistas, parlamentares e escravistas resultaram na lei, que ficou conhecida como Lei de Açoites, que banuiu da legislação criminal a pena de açoites. Tal feito foi muito celebrado pelos abolicionistas como uma vitória do próprio movimento, em especial, porque fora feita no governo de Cotegipe, “melhor representante das províncias mais escravistas”.⁸⁹ Agora, afirmavam os abolicionistas, cabia-lhes fiscalizar rigorosamente o cumprimento dessa lei, inclusive dentro das fazendas.

A Lei de Açoites demonstrou claramente uma queda do poder senhorial, pois além de não mais poderem punir seus escravos como quisessem, os senhores que o fizessem infringiam a lei e eram vigiados pelos abolicionistas. Para Robert Toplin (1975) essa lei talvez tivesse sido a mais importante do período, pois atingiu diretamente a autoridade senhorial e contribuiu para uma pressão da opinião pública em favor da mudança de comportamento na qual o senhor não mais era juiz sobre outros homens. Os abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março* foram mais longe afirmando que o fim das penas de açoite e de banimento perpétuo (que contradiziam a Constituição, não podiam mais ser aplicadas, pois a Assembleia Geral Ordinária não podia legislar em dissonância com a lei fundamental) deixava clara “a inconsistência legal da escravidão”.⁹⁰ Para eles, a inconstitucionalidade da pena de açoites provava a inconstitucionalidade da própria escravidão. Insistiam no assunto porque queriam levar a lei ao extremo, ao total reconhecimento do escravo como cidadão, logo, não mais escravo. Com isso, pode-se ver que os abolicionistas encontraram meios de interpretar a Lei Saraiva-Cotegipe e a Lei de Açoites em prol de seus interesses, ao afirmar que elas redefiniam a posição legal dos escravos, em especial a primeira, pela qual o escravo estava submetido ao código civil em muitas cláusulas, o que lhe dava um status de quase-civil. Para eles, os escravos viviam, na verdade, em um estado transitório em que o governo se comprometia a proteger os seus direitos no curto prazo e, no longo prazo, a emancipá-los. Dessa forma, os abolicionistas transformaram uma lei que repudiavam em uma contribuição para sua luta:

⁸⁹ VINTE E CINCO DE MARÇO, Campos dos Goytacazes, 12 dez. 1886. Seção “Vinte e Cinco de Março”, p. 1.

⁹⁰ VINTE E CINCO DE MARÇO, Campos dos Goytacazes, 21 out. 1886. Seção “Vinte e Cinco de Março”, p. 3.

Mas, onde atualmente pairam os troféus, que alcançaram nessas pelejas? / Na lei de 15 de Outubro de 1886. / Mas, o que é a lei de 15 de Outubro de 1886? / É o decreto da abolição imediata do Brasil. É a substituição do antigo escravizado pelo novo cidadão. [...] Foi querendo escravizar o exército, para poderem continuar a sustentar a escravidão, que promoveram a questão militar, cujas consequências a ninguém é dado calcular. (VINTE E CINCO DE MARÇO, 31 out. 1886, p. 1)

A partir das discussões em torno da Lei de Açoites foi possível perceber uma mudança sutil na argumentação do *Vinte e Cinco de Março*, que passou a defender a prática da violência escrava em resposta à violência senhorial, de modo a inserir o escravo na responsabilidade sobre a violência. Entre a publicação do caso de Paraíba do Sul, ocorrida em 5 de agosto de 1886, e o último número de 1887 (23 de outubro), o periódico escreveu nove notícias incentivando diretamente a violência escrava. Na última delas, já havia menção às libertações em São Paulo e os abolicionistas parabenizam abertamente o escravo pelo uso da violência. Embora pareça pouco, em comparação com o período anterior (ano de 1885 e 1886, até 1.º de agosto), pode-se ver a diferença, pois no mesmo intervalo de tempo de um ano e meio (só que antes dos eventos de Paraíba do Sul) não há nenhuma notícia em que se incentivasse a violência escrava. No trecho abaixo a possibilidade da violência escrava é exposta:

Quando não há lei, nem direito, nem justiça, unicamente para o crime se pode apelar.
No dia em que o desespero nos levar a aconselhar ao escravo, que surre, mate também aos senhores, porque a lei para eles é uma mentira, não se queixem, nem sobre nós atirem a responsabilidade das surras e assassinatos de senhores, administradores e feitores. (VINTE E CINCO DE MARÇO, 12 dez. 1886, p. 3)

A partir dos eventos ocorridos em São Paulo, esse incentivo mascarado de violência torna-se evidente e aberto. Por exemplo, após transcreverem uma notícia do *Redempção* que felicitava a ação de vinte escravizados que, cansados de apanhar, prenderam o capataz e lhe infligiram torturas, o *Vinte e Cinco de Março* escreve uma nota incentivando todos os escravos a fazerem o mesmo:

Se aqui os <<caifazes>> lembrassem de fazer o mesmo a estes capitães do mato que sem vergonha exercem esse torpe ofício nesta capital, por Deus que morreríamos de contente.
[...] Bacalhau neles filhos da pátria, que o dia de glória chegou!!!
(VINTE E CINCO DE MARÇO, 31 jul. 1887, p. 3)

Na comparação acima realizada, não incluímos o ano de 1888, porque os eventos ocorridos em São Paulo mudaram radicalmente a posição do jornal quanto à ação escrava, como vimos no capítulo anterior. O ano de 1884 também não foi incluído, totalizando cerca de um ano e meio antes e depois da primeira notícia sobre o caso de Paraíba do Sul. Nesse sentido, é seguro afirmar que a morte desses dois escravos modificou a forma de os abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março* se posicionarem frente à resposta violenta do escravo, o que foi intensamente potencializado pelas fugas dos escravos em São Paulo e suas consequências para o movimento abolicionista.

A radicalização do movimento abolicionista e escravo em São Paulo no ano de 1887 dá ao discurso do *Vinte e Cinco de Março* um caráter ainda mais aberto em relação ao incentivo à ação escrava, tendo se tornado recorrente, em especial no ano de 1888.⁹¹ Além da fala, a prática desses abolicionistas muda a partir de 1887, já que a sede do jornal se torna asilo para escravos foragidos, como afirmou Robert Toplin (1975). Apesar de ainda em 1886 uma série de notícias já celebrarem a evolução da libertação da cidade de Santos, destacando o apoio oferecido pelos advogados da cidade que haviam decidido não mais defender causas contrárias à liberdade, foi a partir do retorno do jornal em 1888 que se observa uma maior influência do modelo adotado pelos abolicionistas de São Paulo, sempre citados como exemplos.

Direcionando sua fala aos fazendeiros de Campos, os artigos elogiam a ação privada que encaminhou a abolição em São Paulo e serviu de modelo para Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Minas Gerais. Além disso, lembram a ação direta dos escravos, pois nesse momento os abolicionistas de Campos sentiam-se mais confiantes para expressar um discurso aberto de incentivo à ação escrava, sempre destacando que essa ação deveria dar-se por meio das fugas em massa e sob a condução

⁹¹ Devido ao ataque à tipografia do *Vinte e Cinco de Março* em outubro de 1887, esta permaneceu inoperante nos meses de novembro e dezembro de 1887. E, por isso, só em janeiro noticiou os casos de fuga, afirmando que vinham ocorrendo desde dezembro. Sendo a primeira notícia sobre a ação escrava do dia 12 de Janeiro de 1888.

abolicionista. No ano de 1888 o jornal publica pelo menos vinte e cinco notícias de incentivo à fuga de escravos, número que expressa claramente esse novo posicionamento, como se lê abaixo:

Os abolicionistas, quaisquer que sejam as consequências que daí advenham, não podem tolerar que a polícia continue a pegar pretos fugidos, fazendo da cadeia depósito de GADO destinado ao matadouro das fazendas.
Cumpra agir e operar resolutamente.
Unamo-nos e, se por bem não conseguirmos tomar as prezas das garras dos abutres, arranquemos à força.
É assim que devemos fazer; hoje não há mais escravos, portanto à imitação dos de S. Paulo fujam todos em massa, que isso não é crime. (VINTE E CINCO DE MARÇO, 1 mar. 1888, p. 3)

Segundo Feydit (2004), concomitante com o início das fugas em massa, no ano de 1887, os incêndios nos canaviais campistas, provocados pelos abolicionistas, intensificaram-se. No próprio *Vinte e Cinco de Março* a autoria desses incêndios nunca foi reconhecida e, sempre que mencionados, sua responsabilidade era atribuída aos senhores. Contudo, os relatórios policiais da época acusavam frequentemente os abolicionistas de provocar tais incêndios, ou de motivar os escravos para tal (LIMA, 1981). O que nos interessa nesse ponto é que, embora tenham trazido excelentes resultados, tanto as fugas como os incêndios não costumavam ser noticiados no *Vinte e Cinco de Março* por transcrição de notícias de outros jornais, como comumente faziam em relação aos atentados que sofriam. Se esses atos receberam grande atenção dos jornais da corte, essa repercussão não foi retransmitida no jornal de Campos. Como pesquisamos apenas no *Vinte e Cinco de Março* e em alguns jornais de Campos não podemos afirmar se os jornais da corte publicizaram tais eventos.

No *Vinte e Cinco de Março* são raras as transcrições ou menções a outros jornais que celebrassem as vitórias abolicionistas, como foram os casos excepcionais do *Liberal Mineiro* e da *Gazeta de Resende* saudando a luta abolicionista e, em especial, a incansável luta de Carlos de Lacerda. Essa ausência, provavelmente, foi uma escolha de Lacerda, dado à comum prática de engrandecer o movimento campista por meio dessas transcrições; por isso, supomos que tal ausência deve-se a dois fatos. Primeiro, esses abolicionistas

estavam certos de que a vitória do movimento campista estava próxima. Por isso, interessava mais convencer os resistentes senhores da cidade, mostrando que estavam isolados, do que reforçar a ideia das fugas em massa por notas de felicitação ou de argumentação dos abolicionistas da corte. Era mais vantajoso ressaltar a realidade das fugas dos escravos que ocorriam naquele momento, pois elas eram a argumentação viva de tudo que o jornal afirmava há anos. Segundo, as violentas ações dos escravistas demandavam desses abolicionistas que se concentrassem em propagar o ocorrido na corte para intimidá-los e, assim, conter a fúria com que eram atacados, em vez de ainda tentar convencê-los a aderir ao abolicionismo. Baseamos essa nossa hipótese na constância e na intensidade com que os atentados sofridos pelos abolicionistas em 1887 são relatados. É o que veremos no item a seguir.

3.3.2 *Os atentados se intensificam*

O embate entre abolicionistas e escravistas tornara-se muito intenso no ano de 1887, fosse com a vitória abolicionista da Lei de Açoites, fosse com a movimentação escravista em São Paulo ou com a batalha pela concretização da libertação dos 13 mil não matriculados em Campos. Esse ano começara com um ataque dos escravistas a um dos pilares do movimento abolicionista em Campos: as conferências abolicionistas. Diferentemente da indiferença dos abolicionistas diante da invasão de um *meeting* em novembro de 1886, os eventos ocorridos na conferência de 30 de janeiro de 1887 foram bem mais traumáticos, mudando o modo de ação do *Vinte e Cinco de Março*.

O jornal afirma que, nesse *meeting*, após uma desordem esquematizada entre Raimundo Alves e o pedreiro Paulino, os dois foram expulsos do teatro. E tendo a ordem sido restabelecida no encontro, “o Sr. Luiz Antonio Fernandes, tomando ao colo um filhinho de seis anos de idade, seguiu em direção à porta da saída do teatro”⁹². Lá do outro lado da rua, Raimundo e outras sete pessoas atiraram em Luiz Antonio, que veio a morrer no dia seguinte; em Feliciano José da Silva e em Antônio Germano, que ficou cego de um olho. Após os disparos, a luz da entrada do teatro foi cortada e os agressores continuaram atirando a esmo dentro do recinto. Os ouvintes passaram a atirar garrafas do bar nos sicários, que saíram do teatro quando sua munição acabou. Fora do

⁹² VINTE E CINCO DE MARÇO, Campos dos Goytacazes, 31 jan. 1887. Boletim.

teatro, a luta continuou, agora com espadas e a ajuda dos praças à paisana, terminando o atentado com a fuga dos agressores para o quartel ou para fazendas. Após descrever o ocorrido, mais uma vez o jornal faz o papel da polícia, apresenta os culpados e as possíveis testemunhas, já demandando atitudes do juiz de direito, uma vez que afirma não se poder contar com a imparcialidade do suplente de delegado, nem com o comandante do destacamento. Por fim, Lacerda aponta a causa do assassinato, dizendo que, com a pouca iluminação, tinham tomado “a desventurada vítima por mim”, pois “o assassinado Luiz Fernandes tinha muitos traços fisionômicos iguais aos meus, usava a barba do mesmo modo, mesmo corpo, ocorrendo ainda que ao colo trazia [seu] filhinho mais velho, cuja idade é a mesma [da] do [filho do] assassinado.”⁹³

O atentado foi muito exposto em jornais da cidade. A *Gazeta do Povo* afirma que, além de não oferecer suporte, a polícia estava envolvida no atentado. O *Monitor Campista* informa que todas as (muitas) versões existentes negavam o envolvimento da polícia, embora reconhecessem a necessidade de nomear um delegado remunerado, acima dos indicados políticos. Afirma ainda não crer que o atentado objetivasse interromper o abolicionismo. A violência ocorrida também foi bastante exposta na corte, posto que não se podia esconder o fato, uma vez que até o chefe de polícia foi enviado a Campos. Enquanto um jornal conservador da corte afirmasse que isso se devia aos últimos incêndios, o *Gazeta da Tarde* acusava ser essa uma manobra para encobrir o atentado, pois Cotegipe, atendendo a pedido de Thomaz Coelho, propunha a delação de escravizados, prometendo alforriar quem contribuísse com a resolução do crime, o que feria o Código de Processo, pois a testemunha não pode depor movida por interesses. Outro artigo da *Gazeta da Tarde* revela o que tinha gerado o atentado através de uma carta de Lacerda:

Os abolicionistas receberam o escravizado Fernando e conduziram-se profissionalmente pela rua, até que pudessem tirar-lhes os ferros.

A população indigna-se; os negreiros exasperam-se, dirigem-se à polícia, pedem-lhe que mande dissolver a reunião popular. (VINTE E CINCO DE MARÇO, 6 fev. 1887, p. 2-3)

⁹³ VINTE E CINCO DE MARÇO, Campos dos Goytacazes, 3 fev. 1887. Seção “Vinte e Cinco de Março”, p. 1-2.

Diante da afirmação, os escravistas armados decidem interromper os abolicionistas, mas, impossibilitados de uma ação enérgica durante o “desfile” do escravizado, dado o cortejo popular que o acompanhava e o apoiava, agiram assertivamente durante o *meeting*, camuflando a ação como um mal-entendido. Após essa notícia, o jornal publica uma nota sobre três incêndios que, segundo testemunhas, haviam sido encomendados pelos próprios fazendeiros e pela polícia. Logo em seguida, há um aviso de que já haviam notificado a imprensa da corte sobre todo o ocorrido. Além disso, lê-se um outro aviso de uma reunião da Confederação Abolicionista, a ser realizada na corte, em protesto às falsas investigações dos incêndios em Campos. Os abolicionistas de Campos, dessa forma, deixam claro que não aceitariam as respostas dadas pelo governo o que é reforçado pelas denúncias críticas de que o juiz de direito de Campos havia sido parcial na investigação do atentado ao *meeting* abolicionista, porque devia favores a quem lhe indicara ao cargo. O juiz, Sr. Dr. Carlos Bastos, era irmão do Barão de Itaóca e genro do comendador José Cardoso Moreira, ambos amigos do conselheiro Thomaz Coelho. Em seguida, o *Vinte e Cinco de Março* traz análises detalhadas desmentindo as versões oficiais do atentado e afirma o envolvimento de Thomaz Coelho, do delegado e do juiz de direito no caso. Por fim, conclui que o intuito do atentado era a morte de Lacerda, pela qual seria responsabilizado Raimundo Moreira, a quem os escravistas esperavam que os abolicionistas atacassem, sendo por isso presos. Os abolicionistas, contudo, afirmam ser a liberdade deles mais importante que a morte de um sicário transformado em mártir. Era, portanto, fundamental continuar a luta e, por isso, convocam uma reunião abolicionista. Não adiantavam subterfúgios, a ideia da abolição seguiria a despeito das arbitrariedades dos senhores locais.

Para os abolicionistas, a impunidade deixava os escravistas ainda mais audaciosos, razão do assassinato de Antônio Eurico Cassalho, antigo homem dos escravistas que se negara a participar do atentado à Conferência Abolicionista ocorrida no teatro Empyreo. Mais uma vez agindo com investigações próprias, os abolicionistas afirmam que o desinteresse da polícia em investigar esse caso devia-se ao fato de ele envolver vários crimes escravistas. Buscavam com essas investigações particulares provar como os erros nos inquéritos policiais e as trocas de delegado em Campos deviam-se aos interesses da classe senhorial (capitaneada pelo conselheiro Thomaz Coelho) em esconder os seus crimes e também provar os laços pessoais dos

escravistas com os policiais. O *Vinte e Cinco de Março* afirma que, caso esses esquemas entre escravistas e a polícia não fossem bem-sucedidos, “a verdade ia aparecer e dos criminosos ia ter conhecimento a justiça pública”.⁹⁴

Os abolicionistas também denunciam o fato de os cargos policiais servirem aos interesses políticos do conselheiro que, quanto mais perseguia os abolicionistas, mais apoio recebia dos escravistas. Argumentavam, diante disto, que os senhores estavam sendo manipulados pelos políticos que não buscavam o interesse da lavoura, mas seus interesses pessoais, como provava a manutenção do delegado Abreu Lima, designado ao cargo por motivações políticas, mesmo tendo realizado prisões indevidas, cometido arbitrariedades, tendo até mesmo sua destituição do cargo sido motivada pelos interesses políticos do conselheiro Thomaz Coelho.

Por fim, o *Vinte e Cinco de Março* afirma que o assassinato de Eurico Cassalho objetivava culpabilizá-los, pois ocorrera dois dias depois de eles anunciarem que não mais recuariam, que não respeitariam as famílias e que até mesmo avisariam isso aos escravizados. Logo, ou eles realmente fizeram uso aberto da violência (o que não parece ser o caso, pois tinham uma carta comprovando um breve apoio de Cassalho à causa abolicionista), ou os escravistas responderam às ameaças dos abolicionistas com o assassinato, provando que não se intimidavam com elas, pois assassinavam até os seus, caso demonstrassem apoio à ideia da abolição.

A perseguição aos abolicionistas de Campos ocorria também em cidades vizinhas. Em viagem do Clube Indiano Goytacaz, no dia 31 de Julho de 1887, para Macaé, foram cercados por pessoas na chegada à cidade, mas conseguiram fugir seguindo no trem e refugiando-se na estação Imbetiba. Contudo, os sicários atacaram a população macaense. Embora afirmassem não haver relação entre o Clube Abolicionista Carlos de Lacerda e o Clube Indiano Goytacaz, este último sempre anunciara no jornal e muitos de seus membros eram conhecidos abolicionistas de Campos, como indica o atentado. Para o *Vinte e Cinco de Março*, o atentado foi uma represália à exposição de Felipa, a escravidada surrada, cujo caso de violência recebeu destaque na imprensa local e na corte (por meio de transcrições do *Vinte e Cinco de Março*). A escrava foi declarada como posse do Visconde de Araruama, que negou o fato e, posteriormente, reclamada pelo Barão de Quissamã, ambos importantes fazendeiros de Macaé. A insatisfação desses senhores levou-

⁹⁴ VINTE E CINCO DE MARÇO, Campos dos Goytacazes, 6 mar. 1887. Seção “Vinte e Cinco de Março”, p. 1-2.

os a usar seu poder pessoal para intimidar os abolicionistas de Macaé e Campos. Sendo Macaé “uma fazenda da família Quissamã (...) como é que um acontecimento daquela ordem ali se poderia dar, sem conhecimento dos que atualmente dirigem a política e os destinos daquele povo?”.⁹⁵ O poder local era tão explícito que em um artigo do jornal macaense *Constitucional*, órgão do partido do Visconde de Araruama, publicou-se explicitamente que os fazendeiros de Macaé e Quissamã se reuniram e decidiram impedir, por todos os meios, atos abolicionistas (capitaneados por Lacerda) em sua cidade.

Contudo, o mais importante atentado sofrido pelos abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março* ainda estava por ocorrer. Trata-se da invasão e destruição da tipografia do jornal em outubro de 1887. Ainda em agosto desse ano, sabendo do boato de que a sua redação seria arrombada por capangas e sicários, os abolicionistas afirmaram, ironicamente, que tinham decidido abrir as portas e assim deixar por toda a noite para que as arbitrariedades que vinham sendo feitas se operassem com menor dificuldade. Procurados pelo delegado para zelar por sua segurança, mantiveram, ainda assim, a tipografia aberta durante toda a madrugada, não tendo nada acontecido. No dia seguinte, no entanto, garantem ter ouvido no bonde que, de fato, havia um plano de invasão à tipografia. Mesmo diante desse fato e das muitas intimidações que sofriam, o jornal permaneceu fazendo suas denúncias, sendo a mais grave a que afirmava que o delegado Abreu Lima, além de impedir a realização das conferências abolicionistas, recebia dinheiro diretamente do Clube da Lavoura para defender os interesses particulares daqueles que lhe pagavam. Abreu Lima foi à imprensa desmentir, mas o *Vinte e Cinco de Março* publicou uma prova do recebimento de dinheiro pago pelo chefe do Clube da Lavoura e uma declaração de gastos. Essa grave denúncia é também relatada por Robert Toplin (1975), para quem os escravocratas de Campos, através do Clube da Lavoura, subsidiavam destacamentos da polícia, com o intuito aberto de intimidar violentamente os abolicionistas da cidade.

Em ato contínuo, o jornal traz como capa a tréplica do *Vinte e Cinco de Março* às falas do escrivão da delegacia (alferes José Francisco Corrêa), do tesoureiro (João Belisário Soares de Souza) e do secretário (Dr. Jeronimo Batista Pereira) do Clube da Lavoura. Afirmam escrever por responsabilidade jornalística, mas que a partir dali “o julgamento

⁹⁵ VINTE E CINCO DE MARÇO, Campos dos Goytacazes, 7 ago. 1887. Seção “Vinte e Cinco de Março”, p. 1-2.

compet[ia] à opinião pública”.⁹⁶ Rebatem ponto a ponto o que foi questionado por seus interlocutores, demonstrando com a transcrição das leis os crimes cometidos. Num primeiro momento, o escrivão reconhece que recebia um salário mensal do Clube da Lavoura, entregue pelo secretário e autorizado pelo tesoureiro do clube. Atitude que se configurava crime de peita, art. 130 do Código Criminal. Ele também afirma ter recebido quantias maiores que o seu salário, enquanto o delegado, bacharel Abreu Lima, afirma que não sabia desse recebimento, pois ele era feito clandestinamente. Mas os abolicionistas afirmam que mesmo que o delegado não tivesse ciência de tais fatos, o crime ocorria sob o seu comando, incorrendo em crime de Prevaricação, e demandam por justiça.

Diante dessas denúncias e da luta do *Vinte e Cinco de Março* pela libertação de 13 mil cativos em Campos (que veremos em seguida), o atentado de 25 de outubro faz bastante sentido. Nesse segundo e bem-sucedido atentado, a tipografia foi invadida e destruída por praças da polícia. O estrago foi suficiente para que o jornal não fosse publicado em novembro e dezembro de 1887, voltando apenas em janeiro de 1888. Na versão do *Vinte e Cinco de Março*, alguns soldados tentavam retirar das paredes do jornal a pintura do apelido depreciativo do comandante da força policial (“Capitão Peixe Frito”), quando os abolicionistas os intimaram a se retirar; eles responderam atirando e os abolicionistas também. Tempos depois, os soldados retornaram com reforços e os abolicionistas fugiram.

Hervé Rodrigues (1988) acrescenta outros fatos. Ele afirma que, durante a fuga, os abolicionistas abriram uma porta subterrânea para que os escravos acoitados na sede do jornal também pudessem escapar. Carlos de Lacerda fugiu sozinho para Macaé, de onde apanhou um navio para o Rio. Outros abolicionistas foram presos, a redação do jornal empastelada e suas máquinas quebradas. A confusão teria se estendido às ruas por vários dias, acabando apenas com a intervenção do juiz municipal Godofredo Xavier da Cunha, que ordenou o recolhimento dos soldados ao quartel. Embora os senhores objetivassem destruir a luta abolicionista, o *Vinte e Cinco de Março* reafirma seu argumento de que esse tipo de atitude, pelo contrário, a fortalecia. Da mesma forma que São Paulo executava sua libertação, Campos também a fazia, pois a população da cidade demonstrava seu apoio ao jornal, indignada com o atentado.

⁹⁶ VINTE E CINCO DE MARÇO, Campos dos Goytacazes, 13 out. 1887. Seção “Vinte e Cinco de Março”, p. 1-2.

Surpreendentemente, o inquérito policial acusava os abolicionistas de atacarem os praças, e não o contrário, o que foi duramente criticado pelo jornal. Como reação, o *Vinte e Cinco de Março* ofendeu publicamente a moral do delegado responsável pelo “infame inquérito”⁹⁷ (o bacharel Abreu Lima) e criticou o inquérito, no qual eram réus os abolicionistas Adolfo Porto, Julio Armonde, Feliciano da Silva, Leopoldino Ferreira e José de Matos Sobrinho, acusados de atentar contra a vida dos praças. Baseados no código brasileiro e na opinião de analistas jurídicos, o periódico abolicionista desqualificou o inquérito como omissivo e falso, pois ele afirmava terem ocorrido prisões em flagrante delito, mas os abolicionistas presos haviam sido capturados na casa de um deles, longe do local do crime. Além disso, o inquérito não trazia a assinatura de nenhuma testemunha do flagrante, exigência primordial para executar-se o flagrante delito. Também publicaram a análise detalhada do inquérito, feita pelo Dr. Godofredo Xavier da Cunha, que contrapôs a perícia com os testemunhos e afirmou que o inquérito sequer cumprira a primeira exigência: mostrar a intenção dos agentes do crime. Como defesa, queriam provar que o inquérito fora todo forjado para incriminar os abolicionistas e que tudo no processo era falso: os acusados não foram presos em flagrante, os depoimentos não tinham valor, não havia crime de tentativa de assassinato e nem prova de que os acusados tivessem perpetrado ferimentos nas vítimas. Por fim, após sofrerem o atentado, combaterem o inquérito considerado fraudulento, os abolicionistas de Campos saíram vitoriosos, pois

[...] o exm. sr. dr. Juiz de direito, acima de todas as paixões, de todos os ódios, colocando a imparcialidade do magistrado honesto, consciente de sua missão, confirmou o despacho de despronúncia, do dr. juiz municipal, por sua vez, escrevendo nesse processo, que será de vergonha eterna, arquivada no cartório crime. (VINTE E CINCO DE MARÇO, 2 fev. 1888, p. 1-2)

Confiantes da vitória, os abolicionistas afirmam que processariam o bacharel Abreu Lima pelo crime de dano e que pediriam indenização pela destruição da tipografia, elogiam os magistrados que decidiram a seu favor e afirmam que os abolicionistas libertos ficariam para sempre na memória histórica.

⁹⁷ VINTE E CINCO DE MARÇO, Campos dos Goytacazes, 22 jan. 1888. Seção “Vinte e Cinco de Março”, p. 1.

Em oposição, a versão exposta pelo *Monitor Campista* é bastante diferente. Descreve detalhadamente a destruição da tipografia com aparente imparcialidade, ressaltando as medidas tomadas pela polícia e as requeridas pelos advogados dos abolicionistas — Pedro Tavares e Cândido de Lacerda. Em seguida há uma clara indicação do que o *Monitor Campista* supunha ser a causa da invasão do jornal. Sob o título de “Incêndio de canaviais”, o jornal relata que duas noites antes da invasão, ocorrera um “grande e violento incêndio em um dos maiores canaviais do Becco, do Sr. José de Araujo”, que julgam ter sido provocado, como outras várias vezes já havia ocorrido. Essa arrumação das notícias não pode ser considerada pura coincidência. Ela indica aquilo que os responsáveis pelo *Monitor Campista* criam ser a razão dos eventos ocorridos na noite de 25 de outubro de 1887: o envolvimento dos abolicionistas com os incêndios. Em outras notícias, o jornal indica as causas apresentadas pela polícia para a invasão do jornal, falando de denúncias recebidas pelo delegado de que na sede do jornal escondiam-se muitas armas, o que provaram ser verdade com uma busca policial ao local. Nas entrelinhas, ficava a versão de que eram os abolicionistas os responsáveis pelo ocorrido, pois provocaram os senhores ao acenderem os “fachos da abolição”, numa clara alusão à queima nos canaviais, ao buscarem fazer a abolição rápida e não natural. Como consequência trágica, acabaram com a paz da cidade.⁹⁸

No dia 20 de novembro de 1887, os abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março* sofreram outro atentado. A polícia, na expectativa de impedir uma conferência abolicionista, gerou uma grande confusão nas ruas resultando no assassinato de uma mulher (Angelica Maria da Conceição) e no espancamento de populares, com graves ferimentos nos trabalhadores presentes. Na abordagem do *Vinte e Cinco de Março* para narrar tal episódio, fez-se uma interessante comparação com a polícia britânica que, diante de uma reunião de mais de mil operários na *Trafalgar Square*, mesmo enfrentando sérios problemas, como as lutas operárias, a miséria e a questão irlandesa, ela, a polícia, não usou da força e não assassinou ninguém. Os abolicionistas questionaram, então, se a função da polícia era a de reprimir manifestações cujos interesses eram públicos. Também perguntaram qual seria a justificativa para o uso de armas letais, desenhadas para combater inimigos em guerra, para lidar com a população civil. Perguntas que, certamente, podemos fazer até hoje à nossa polícia.

⁹⁸ MONITOR CAMPISTA, Campos dos Goytacazes, 26-27 out. 1887.

Esse foi o último atentado descrito no *Vinte e Cinco de Março*. No ano de 1888, a situação da cidade de Campos reverte-se completamente com as fugas em massa levando à libertação da cidade. Porém, antes da vitória efetivada pela ação conjunta de abolicionistas e escravos, o jornal tentou, ainda em 1887, tornar a cidade livre da escravidão mediante a interpretação precisa da lei. Ou seja, até o último instante os abolicionistas de Campos lutaram por uma libertação vinda pelo cumprimento da lei, reservando para si a glória de serem os condutores dessa abolição. O caso da tentativa de libertação da cidade por meio das matrículas irregulares é o que analisaremos em seguida.

3.3.3 *As matrículas irregulares e a (quase) libertação de Campos*

A Lei Saraiva-Cotegipe tornava livres, condicionalmente, os escravos maiores de 60 anos e, incondicionalmente, os maiores de 65 anos. Era, portanto, imprescindível o conhecimento da idade dos escravos, o que resultou na imposição legal da matrícula de todos eles. Obrigação que foi postergada diversas vezes. Por fim, a data limite foi determinada para 30 de março de 1887. Após esse dia, o escravo que não estivesse regularmente matriculado tornava-se livre, independente da idade. Foi através dessa matrícula que os abolicionistas de Campos lutaram pela libertação de muitos escravos, alegando filiação não declarada ou matrícula feita por pessoa não competente. No primeiro caso, não se podia saber se o escravo matriculado era africano, ou filho de africano reduzido à escravidão, situação que ocorria quando o africano tinha sido introduzido ilegalmente no país após 1831. Nesse caso, a lei determinava a liberdade do cativo e de seus filhos. Já a matrícula realizada por pessoa não competente era considerada nula e, sem matrícula, o escravo era tornado livre. Baseado nessa última condição, os abolicionistas de Campos declararam a cidade livre da escravidão, porque a quase totalidade das matrículas do município tinham sido feitas por terceiros, que não eram procuradores bastantes⁹⁹ dos senhores.

⁹⁹ O governo decretara que as relações de matrícula não assinadas pelos proprietários do escravo ou por procuradores bastantes eram nulas. E eram procuradores bastantes aqueles munidos de instrumento público com poderes especiais para tal fim. Embora a lei Saraiva-Cotegipe não afirmasse a nulidade da matrícula feita por pessoa incompetente, o *Vinte e Cinco de Março* baseava-se no decreto n.º 9.517,

Buscando dar forças às suas reivindicações o jornal relembra o fato de que o governo aprovara o ato do presidente do Paraná, que decretara nulas as relações de matrícula não assinadas pelos proprietários dos escravos ou por procuradores bastantes, munidos de instrumento público com poderes especiais para tal fim. Espelhando-se no ocorrido, defendiam que se lá tinham sido libertos todos os escravos assim matriculados, o mesmo teria que ocorrer em Campos. Muitas notícias detalhadas foram publicadas, afirmando que era o momento de os abolicionistas lutarem pela aplicação correta da lei, libertando 13 mil escravos com matrículas irregulares na cidade.

Muitos foram os argumentos apresentados para que a nulidade dessas matrículas fosse garantida, sendo o mais importante o argumento legal, pois a lei de 1885 era expressa e corroborava leis anteriores, ao dizer que na feitura de um documento oficial só pode representar o interessado ele mesmo ou procurador bastante. Logo, se os escravistas argumentassem contra isso estariam ameaçando o cumprimento de muitas outras leis e não só a Lei dos Sexagenários. Além disso, o jornal destacava que a liberdade uma vez concedida por uma lei não poderia ser revogada por outra. Para reforçar esse argumento, com voz de autoridade, o *Vinte e Cinco de Março* apresentou, por vários meses, artigos de profissionais gabaritados, como a decisão do Egrégio Tribunal da Relação do Distrito e a declaração de membros do Instituto dos Advogados, que afirmavam ser a matrícula de 30 de março de 1887 uma vergonha, pois provava o desrespeito à lei de 1831 e também à lei de 1815, dado o tratado de Paris (de 30 de maio de 1814). Portanto, só poderiam ser aceitas matrículas de africanos com mais de 75 anos, que automaticamente eram livres.

Diante desse cenário, o *Vinte e Cinco de Março* anuncia, ousadamente, que a única saída que restava aos senhores de Campos era a libertação total do município, pois assim não seria desorganizado o trabalho. Que, se insistissem em manter na escravidão os poucos escravos que não tivessem sido nulamente matriculados, o resultado no trabalho seria trágico, pois a manutenção de alguns escravos convivendo com muitos libertos pela matrícula irregular não renderia bons resultados. Pedem aos escravistas que se unissem aos abolicionistas para salvar a lavoura, reafirmando que sempre tinham lutado por sua prosperidade. Estavam tão confiantes na libertação da cidade que

de 14 de Novembro de 1887, cujo art. 9.º §1 dizia que os livros de matrículas teriam que ser escritos conforme o modelo B, o qual “manda que as relações sejam assinadas pelo próprio senhor ou por alguém seu procurador.”

In: VINTE E CINCO DE MARÇO, Campos dos Goytacazes, 26 maio 1887. Seção “Noticiário”, p. 3.

por uma pequena nota convocam os senhores interessados em aprender sobre o trabalho livre para que se dirigissem ao jornal: “ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO LIVRE / Podem os srs. fazendeiros, que quiserem tratar deste assunto, procurar o redator deste jornal, das 10 horas da manhã, às 2 da tarde”.¹⁰⁰ Para incentivar os senhores, reafirmam que outras localidades já haviam realizado a libertação com sucesso, e “por que Campos, que está a frente do progresso desta província, ainda tão retardada na questão escrava, não dará este grande exemplo, que a recomendará à historia e apressará o completo advento da liberdade no Brasil?”.¹⁰¹ Reafirmam ser o trabalho livre a causa do progresso da Europa e dos Estados Unidos, garantindo que os libertos não se entregariam à ociosidade, à embriaguez ou ao crime, como já havia sido provado pela metade da escravaria de Campos (liberta desde a matrícula de 1872) e pela lavoura da cidade, que não havia sido desestruturada. Também garantem que não haveria falta de colonos, pois

[...] se os braços do trabalhador escravo têm sido suficientes para a lavoura existente do município, enquanto ela não se aumentar, esses mesmos braços poderão mantê-la. O escravo poderá abandonar a fazenda, onde esteve no cativeiro, mas procurará trabalho além, e estas substituições recíprocas manterão o trabalho sempre, com a mesma energia. (VINTE E CINCO DE MARÇO, 5 maio 1887, p. 1)

Por isso concordamos com Toplin (1975) quando afirma que, embora a abolição em si tenha sofrido um recuo com a Lei Saraiva-Cotegipe, o movimento abolicionista não recuou. A escravidão dependia do desrespeito à lei, logo, a partir do momento em que os escravistas passaram a impor a lei (pois a Lei dos Sexagenários tinha sido moldada para atender aos interesses deles), a própria instituição escravista perdera sua base. O controle efetivo dos escravos dependia do poder do senhor de interpretar a lei de acordo com seus interesses. Com a Lei Saraiva-Cotegipe, quem passa a fazer isso são os abolicionistas: ao flexibilizar a interpretação de uma lei que detestavam, impuseram a forma de interpretá-la. E, mesmo que não tenha sido absoluta, essa interpretação tornou frequentes decisões judiciais favoráveis à abolição, baseadas nas leis de 1831, 1871 e 1885.

¹⁰⁰ VINTE E CINCO DE MARÇO, Campos dos Goytacazes, 8 maio 1887. Seção “Noticiário”, p. 2.

¹⁰¹ VINTE E CINCO DE MARÇO, Campos dos Goytacazes, 5 maio 1887. Seção “Vinte e Cinco de Março”, p. 1.

Os abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março* sabiam que estavam agindo por meio da inversão da intenção da lei de 1885, uma vez que ela fora aprovada para satisfazer os escravistas e manter o processo da abolição controlado pelo Estado, mas eles exaltam o fato de que ela acabara possibilitando a efetivação da abolição, fora do controle lento do governo. Afirmam que antes festejada pelos escravistas e até bem pouco tempo executada sem reclamações, agora ela efetivava a libertação total da cidade e ironicamente afirmam: “E viva a lei de 28 de Setembro de 1885! / Agora batam palmas aqueles que a vitoriam, quando foi promulgada!”.¹⁰² E como que para garantir os seus objetivos, explicam didaticamente que uma nova matrícula não poderia ser feita, que o governo não poderia mudar a lei, apenas executá-la. A legislação não poderia criar uma exceção local, pois era uma lei geral. Fato que se confirmava com o ocorrido em Palmeiras (Paraná), onde as mesmas irregularidades nas matrículas tinham sido encontradas e os escravos haviam sido libertos por ato do presidente da província.

Nesse cenário, em que mais de 13 mil matrículas de escravos tinham sido feitas ilegalmente, é possível imaginar os sérios embates ocorridos a esse respeito, em Campos e na corte. Apenas três dias depois do anúncio da futura libertação de Campos, Lacerda já se deslocou para a corte a fim de tornar o fato conhecido o suficiente para que os escravistas de Campos não o burlassem rápida e clandestinamente. O *Vinte e Cinco de Março* afirma ter sido a viagem de Lacerda à corte um pedido do senador Dantas e da Confederação Abolicionista, para discutir o assunto, assim como traz uma pequena nota avisando que havia sido enviada à corte uma lista dos “novos libertos ilegalmente matriculados por seus ex-senhores”.¹⁰³ No dia 5 de maio esses fatos são noticiados no *O Paiz*, que afirma que os senhores de Campos ameaçaram invadir as coletorias oficiais para destruir os livros de matrícula, mas foram impedidos pelos abolicionistas que os guardaram até que fossem enviados à presidência da província. Tal fato demonstra a ousadia e confiança dos abolicionistas de Campos na libertação da cidade por esse meio, diferentemente do *O Paiz*, que se precavia afirmando que os senhores poderiam ser bem-sucedidos em sofismar a lei e manter os 13 mil libertos em cativeiro e ao mesmo tempo pressionar o governo imperial, lembrando-lhe que ele tinha garantido o cumprimento da lei.

¹⁰² VINTE E CINCO DE MARÇO, Campos dos Goytacazes, 12 maio 1887. Seção “Vinte e Cinco de Março”, p. 1.

¹⁰³ VINTE E CINCO DE MARÇO, Campos dos Goytacazes, 1 maio 1887. Seção “Vinte e Cinco de Março” e “Noticiário”, p. 2-3.

Mais uma vez os abolicionistas intimidam as autoridades para o cumprimento da lei, sempre destacando que, caso as matrículas irregulares fossem aceitas, seria cometido um ato de exceção que geraria consequências desastrosas, pois os escravos já estavam conscientes de sua condição de libertos. Além disso, teria sido ferido o princípio da liberdade. O jornal também exige uma postura do conselheiro Thomaz Coelho na Câmara, criticando os pedidos de reescravização que ele tinha feito a Cotegipe. Para reforçar seus argumentos noticia que poucos dias antes tinham sido entregues à justiça dois escravos do deputado campista, condenado pela Lei de Açoites, lei que ele também assinara, como a Lei dos Sexagenários. O jornal buscava, assim, demonstrar como as leis em prol da abolição eram desrespeitadas mesmo pelos que as tinham feito, mesmo aquelas pelas quais os escravistas tanto batalharam.

Embora o *Vinte e Cinco de Março* insistentemente argumentasse que a libertação dos 13 mil escravizados não matriculados era certa e afirmasse a inoperância da manutenção da escravidão nesse novo contexto, a força dos senhores para se imporem a qualquer momento era temida. Sem se intimidar, notas sobre restituições de liberdade eram publicadas. Eram mensagens abertas aos escravistas de que não importava o poder armado que acionassem, a abolição tinha a lei ao seu lado. Noticiam também o caso de 42 escravizados menores de 50 anos, cuja filiação era dada como desconhecida, caso que acompanham por algumas semanas. O jornal também convoca escravos e libertos para comparecerem à sua sede e obterem a sua liberdade e a de seus filhos (nota reproduzida por duas semanas). Outra prova de que não se assustavam com as pressões foi a declaração de que fiscalizariam as denúncias de que alguns senhores, tentando burlar a libertação por matrícula nula, concediam cartas de liberdade condicional.

Esse posicionamento do jornal demonstra a real possibilidade de ele intervir na conduta senhorial, desmascarando seus atos. Enquanto os senhores buscavam mostrar suas ações como bondade, os abolicionistas demonstram que esses eram, na verdade, atos controladores. Uma última evidência de que essa situação inquietava a cidade foi o aumento da tiragem do jornal que passou de 800, no dia 15 de Maio, para 900 exemplares, no dia de 19 de Maio.

Ao mesmo tempo em que os abolicionistas de Campos e da corte celebravam a libertação da cidade, garantindo salvaguardar qualquer tentativa de burlar a lei, é possível ver, num artigo transcrito da *Gazeta da Tarde*, que eles temiam não alcançar a libertação de Campos, pois a inércia

do ministro da agricultura, do presidente da Província e do “representante dos negreiros campistas”¹⁰⁴ (Thomaz Coelho) diante das matrículas ilegais é comparada à sua pronta e ilegal atitude em prol dos senhores quando dos incêndios aos canaviais em Campos. O artigo fala ainda do receio de que a demora se devesse às tentativas de esquematizar algum meio de não efetivar a libertação e, por isso, menciona o terror instaurado pelos conservadores de Campos em forma de ameaças à vida do funcionário encarregado das matrículas. O jornal confirma que, antes de se pronunciar, certificou-se da inexistência de procurações; logo, se elas aparecessem, naquele momento, seriam falsas. O *Vinte e Cinco de Março* pede e recebe apoio dos membros da imprensa e mais uma vez ameaça ceder à violência, caso o governo decida agir, como no período do tráfico, reduzindo homens livres à escravidão.

A resposta dos senhores não demorou a aparecer. No dia 26 de maio de 1887, o jornal traz ao debate duas cartas que circularam em outros jornais de Campos: uma afirmando que as matrículas foram assim feitas (por despachantes e sem procuração bastante) por recomendação do próprio coletor, que, como oficial do governo, deveria então ser o responsabilizado pelo erro e não os senhores que apenas ouviram a sua orientação; e outra notícia argumentava que a lei de 28 de setembro de 1885 não dizia como e nem por quem deveria ser feita a matrícula, apenas determinava que tinha de ser feita, e acrescentava ser um sofisma dos abolicionistas afirmar que as matrículas feitas por despachantes eram ilegais e, logo, nulas. Questionando se essa era uma postura do governo, o *Vinte e Cinco de Março* relembra as autoridades de suas promessas de agir correta e obstinadamente em prol da liberdade e do cumprimento da lei. O clima de vigilância é reforçado com a reprodução de artigos de *O paiz* e do *Diario de Noticias*, que questionam a demora de o governo solucionar a questão das matrículas irregulares em Campos e a impossibilidade de o ministro da agricultura ir contra a lei. Concluem reproduzindo, em uma pequena nota, o número do artigo da lei que dizia que as matrículas dos escravos tinham que ser “assinadas pelo próprio senhor ou por alguém seu procurador”.¹⁰⁵

A resposta do conselheiro Thomaz Coelho é ainda mais criticada. Segundo informam, ele teria justificado a possibilidade de não nulificar essas matrículas dizendo que outras matrículas irregulares haviam sido aceitas em 1871. Como resposta, os abolicionistas perguntam se só porque

¹⁰⁴ VINTE E CINCO DE MARÇO, Campos dos Goytacazes, 15 maio 1887. Seção “Vinte e Cinco de Março”, p. 1.

¹⁰⁵ VINTE E CINCO DE MARÇO, Campos dos Goytacazes, 26 maio 1887. Seção “A pedido”, p. 3.

um crime não foi descoberto na primeira vez que em foi cometido, deixa de ser imputável aquele que o comete uma segunda vez. Como forma de pressionar o representante campista, transcrevem, em caixa-alta, um ofício inteiro do deputado, publicado enquanto ministro da agricultura, em 1878, em que exigia a liberdade de uma escravizada cuja matrícula havia sido feita “à rogo de”, afirmando que a mudança de postura do deputado não se devia a uma mudança de caráter pessoal, mas às exigências do tempo, já que agora o conselheiro tinha que agir de acordo com seus interesses particulares, com as conveniências:

São pois livres os escravizados que foram dados à matrícula em relações assinadas por pessoas incompetentes. Não são os abolicionistas que o declaram, é o ministro da agricultura Thomaz Coelho, em um aviso de 17 de Julho de 1875, quem o afirma, embora o deputado Thomaz Coelho, em 1887, queira que a jurisprudência do aviso do ministro não seja a mesma do discurso do deputado. (VINTE E CINCO DE MARÇO, 5 jun. 1887, p. 1)

Como última cartada, o *Vinte e Cinco de Março* traz uma série de artigos em que o Dr. Ennes de Souza rebate as justificativas apresentadas contra a libertação dos “13 mil brasileiros de Campos”; dadas as exigências da lei de 1885,¹⁰⁶ fala da falta de fundamento da alegação de desconhecimento das exigências legais para a coleta das matrículas e, por fim, apresenta como agravante a aceitação das matrículas irregulares de 1871, principalmente porque o presidente da província e Thomaz Coelho já haviam declarado livres escravos não matriculados ou com matrículas nulas, em oportunidades anteriores. Mesmo que o *Vinte e Cinco de Março* ainda publicasse notícias citando a liberdade para escravos com filiação desconhecida e matrículas irregulares ou sem matrículas em fins de julho de 1887, é possível perceber que esses abolicionistas suspeitavam que, infelizmente, as manobras políticas dos escravistas seriam vitoriosas na manutenção desses 13 mil cidadãos de Campos na escravidão. Assim, voltam a seu argumento apelativo da possibilidade de uma resposta violenta, pois Lacerda afirma não crer ter forças para reter a ação dos 13 mil libertos que o governo queria manter na escravidão ilegal.

¹⁰⁶ VINTE E CINCO DE MARÇO, Campos dos Goytacazes, 9 jun. 1887. Seção “Vinte e Cinco de Março”, p. 1.

Três meses depois do anúncio feito no *Vinte e Cinco de Março* sobre a libertação da cidade de Campos, o ministro da agricultura expediu um aviso considerando válidas as matrículas irregulares feitas na cidade, fato criticado pelo desrespeito à Lei Saraiva-Cotegipe e por a decisão ter sido tomada pelo executivo e não pelo judiciário, como cabia. A única vitória foi a moção de censura do senado que, mesmo não tendo consequências práticas, demonstrava a falta de apoio moral ao ato governamental. O jornal continua a recomendar a realização de *meetings* até a saída daquele gabinete ministerial. Após a decisão arbitrária, restaram aos abolicionistas unicamente o argumento da rebelião escrava e o incentivo à população para que se revoltasse. Por fim, os abolicionistas lavam as mãos ao afirmar que sua obra estava feita e aparentam indignação com a postura dos escravos em permanecer nas fazendas, mesmo surrados, depois da Lei de Açóites e, agora, com as matrículas irregulares. A responsabilidade da libertação total era, nesse momento, entregue somente aos escravos. Os abolicionistas afirmam que por esses reescravizados não pleiteariam nenhuma ação de liberdade, expondo suas vidas e as de suas famílias, pois brigavam por escravos, não por livres.

Esse discurso expressa não só a amargura da derrota judicial, ele também implica uma clara responsabilização dos escravos por sua permanência na condição de cativos. É evidente que os abolicionistas queriam desvincular-se dessa derrota, mas tal discurso é também importante pelo esclarecimento do tipo de relação que os abolicionistas tinham com os escravos; uma vez que, nessas notícias, não são escondidas as falas de incentivo à ação escrava. Percebe-se, com isso, que o movimento abolicionista estava totalmente imbricado com a ação escrava, a todo momento incitando-a e acolhendo os escravos quando agiam. Entretanto, negamos que esses abolicionistas mantivessem uma postura de tutela em relação aos escravos, percebendo-os como incapazes de ter iniciativa. Desde os primeiros artigos podemos ver que os abolicionistas iam às fazendas e os motivavam a abandoná-las e, mesmo que tenham tomado essa atitude, sempre resguardados pela lei (inicialmente recolhiam somente os escravos torturados, tendo motivado abertamente as fugas coletivas apenas após o caso das 13 mil matrículas nulas e das fugas em massa em São Paulo), nunca deixaram de esperar dos escravos a sua participação na desestruturação da escravidão. Com isso não queremos minimizar a visão que esses abolicionistas tinham de si, como condutores dessa ação escrava; buscamos apenas ressaltar sua posição de não infantilizar os escravos. Mesmo quando a ação escrava se

tornou a causa mais óbvia da vitória da abolição, em Campos, os redatores do *Vinte e Cinco de Março* fizeram questão de destacar sua luta por esse momento culminante, não deixaram de enaltecer sua própria conduta.

A abolição imediata será feita, ou pelos legisladores, ou pelos próprios escravizados, e a justiça da história quer que os louros caibam não aos que fazem o papel das aves do céu do Evangelho, mas aos trabalhadores que deram tudo pela santa causa da fraternidade. (VINTE E CINCO DE MARÇO, 22 abr. 1888, p. 1)

3.4 A vitória abolicionista em 1888

3.4.1 O Partido Abolicionista

As sugestões político-eleitorais expressas pelos abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março* não foram consistentes ao longo dos anos, uma vez que lançaram e desistiram da candidatura do próprio Carlos de Lacerda, apoiaram a candidatura de seu irmão Antônio de Lacerda, apoiaram o partido liberal, isentaram-se de qualquer apoio partidário, demonstraram apoio à ideia republicana e, constantemente, atacaram o deputado conservador do município de Campos, o conselheiro Thomaz Coelho. Mas para além dessas variações, a opção política desses homens foi bastante clara, pois desde os primeiros meses do jornal apoiaram o abolicionismo acima de qualquer posição político-partidária.

Atualmente, no Brasil, os partidos liberal e conservador foram substituídos pelos abolicionistas e escravagistas. Concorram os abolicionistas, para que seja eleito um escravagista, sob o rótulo de liberal ou conservador, que será um erro, cujas consequências não de lamentar. Nada de concessões; porque aos abolicionistas não as fazem os seus adversários, sendo melhor evitar uma desgraça do que depois, sem remédio, lamentá-la. [...] Não dê o abolicionista guarida ao escravagista, ainda mesmo sob o apelido de emancipador, porque este àquele o não dará. Unam-se, reunidos trabalhem todos os abolicionistas pelos seus candidatos, sem por qualquer motivo, desviarem um só voto, que quando não haja probabilidade de vencimento, restar-nos-á a satisfação de uma grande glória: A união do partido abolicionista em Campos. (VINTE E CINCO DE MARÇO, 7 ago. 1884, p. 1)

Embora inicialmente filiado ao partido liberal, não foram raros os artigos críticos a esse partido no *Vinte e Cinco de Março*, devido ao desrespeito à lei que demonstraram quando, por exemplo, fizeram uso da polícia para invadir a casa de Lacerda em busca de escravizados acoitados. O jornal também denunciou nominalmente liberais de Campos, após se desligarem do partido, afirmando que eles agiam pior do que escravagistas. Dessa forma, reforçava o argumento de que não se aliava a nenhum partido, mas à causa abolicionista e, por isso, reconhecia a importância histórica de quem fizesse a abolição, sem ceder a quaisquer lutas partidárias.

Se a postura diante do partido liberal era imprecisa, a leitura do jornal não deixa dúvidas quanto às críticas ao partido conservador, entre cujos membros destacava-se o político conselheiro Thomaz Coelho, constantemente mencionado, em virtude de suas posições políticas de defesa da escravidão. O jornal afirma que o conselheiro colocava os interesses particulares escravistas acima do bem público. Também lhe era atribuída a responsabilidade de atos arbitrários da polícia. E, embora os redatores do *Vinte e Cinco de Março* tenham sido membros do partido liberal, cremos que essas críticas ao maior representante do partido conservador campista não se devia a questões político-partidárias, mas ao seu posicionamento quanto à abolição. Consideramos ser essa a razão, pois quando os liberais agiam contrariamente à abolição, as críticas não eram mais brandas. Mesmo tendo sido mais frequentes as críticas a Thomaz Coelho, cremos que essa abundância deveu-se ao seu importante papel na política nacional e à sua capacidade de intervir contrariamente à abolição, e não a uma perseguição política. Para comprovar essa nossa postura de que as críticas não se restringiam aos conservadores, temos como exemplo o fato de que os abolicionistas comemoraram a retirada do Sr. Dr. Manoel Rodrigues Peixoto da liderança do partido liberal em Campos, pois a ele atribuíam o período de queda do partido e a consequente perseguição ao jornal. Assim também constantemente criticavam membros do partido liberal por usarem a polícia para interesses particulares, inclusive com intenções políticas.

Com frequência, também criticavam o governo imperial, em especial após a troca de gabinetes em 1885. Mencionavam ainda a política dúbia da regente de libertar Petrópolis e manter Cotegipe na corte, criticando a sua inércia diante dos ataques aos abolicionistas. Reprovavam o fato de que podendo a imperatriz agir mais energicamente, usando o seu poder,

nada fazia pela abolição, pelo menos não até 10 de março de 1888, quando Cotegipe saiu do poder. A partir da queda do gabinete Cotegipe, passaram a apoiar o governo, pois acreditavam que aquele era o momento de apoiar quem quer que estivesse fazendo a abolição. Era o momento de apoiar o partido abolicionista, mesmo que a abolição estivesse sendo conduzida por um ministro conservador e aprovada por uma regente imperial. Por isso, reafirmamos que acima das críticas aos partidos conservador, liberal e até republicano, vê-se claramente o apoio do *Vinte e Cinco de Março* à abolição como um ideal. Nesse sentido, a fala de Nabuco é fundamental para estabelecer o partido abolicionista como o guia da luta libertária, pois era necessária a luta pela abolição total e também pela democratização da terra, como demonstra o trecho abaixo:

A luta, porém, está longe do seu termo: o abolicionismo é uma revolução, ao mesmo tempo do trabalho e da terra, que só pode acabar pela democratização do solo, isto é, pela constituição definitiva da nação brasileira.

É nessa certeza que nos devemos organizar como um grande partido que hoje somos. O ano de 1887 deve ser o primeiro ensaio para essa organização de um partido abolicionista, não somente da escravidão, mas também de todos os seus contrafortes, a começar pelo monopólio territorial.

[...] Entre nós o partido abolicionista [...] o partido da colocação definitiva do morador da terra que ele cultivava, o partido das garantias efetivas da população agrícola, escravizada com a terra. (VINTE E CINCO DE MARÇO, 6 jan. 1887, p. 2)

No ano de 1887, Joaquim Nabuco recomenda maior intensidade ao movimento, com mais associações, maiores centros de discussão e maior empenho em tornar o escravo efetivamente livre. Segundo ele, os correligionários estariam entre os verdadeiros liberais e republicanos humanitários. Em maio do mesmo ano, o *Vinte e Cinco de Março* também discute a criação do partido abolicionista, que teria como estandarte a abolição, que “contava no seu seio liberais e conservadores”.¹⁰⁷ Logo em seguida demonstra seu apoio à abolição (e não a partidos) ao criticar a postura do partido liberal de Campos, que propusera, como candidato à

¹⁰⁷ VINTE E CINCO DE MARÇO, Campos dos Goytacazes, 7 maio 1887. Seção “25 de Março”, p. 1-2.

Câmara, Manoel Rodrigues Peixoto, homem de sabida postura contrária à abolição. Mas ainda assim os abolicionistas garantem aos seus partidários a liberdade de votar no candidato que melhor lhe aprobe, desde que estivessem cientes de que o partido abolicionista recomendava a abstenção.

Como as críticas ao partido liberal não foram interrompidas, sempre direcionadas à inércia diante da questão do escravagismo, torna-se cada vez mais comum o apoio único à abolição e não mais aos partidos. Inclusive quando se coloca a questão da república, os textos (em geral transcritos) publicados no jornal afirmam ser o primeiro passo para a implementação da república, a própria abolição da escravatura. Nesse sentido, o jornal transcreve uma série de artigos em que o Dr. Ennes de Souza aconselha, a partir de sua postura pessoal, o apoio incondicional à causa da abolição:

A questão social independe da questão política, sendo esta uma função daquela.

Considero, com efeito, a abolição da escravidão como a questão social que deve em nosso país ser resolvida antes de toda e qualquer outra. [...] e para o fim de resolver no mais breve prazo, me ligo com todos que assim pensam: com meus concidadãos sem indagar de suas opiniões políticas, de sua procedência ou de sua posição social, e isso sem temor de que me acusem de deserção partidária. (VINTE E CINCO DE MARÇO, 24 ago. 1887, p. 2-3)

Nesse e em outros textos fica claro que o ideal republicano começava com a abolição, que os abolicionistas não negociavam com escravagistas, que primeiro era preciso o fim da instituição escrava para depois se pensar em república. Isso não significa que os abolicionistas a menosprezassem, pois afirmavam que a república e a democracia aspiram à paz, à ordem aliada à liberdade (a liberdade para o desenvolvimento da ordem). Nesse sentido, é importante destacarmos que o jornal sempre expressara apoio às ideias republicanas, mesmo que, somente em 1888, o partido republicano tenha ganhado espaço regular na publicação. Nesse ano foi criada uma nova seção, “Livro do Povo”, com a transcrição do livro *Manual Republicano* de Julio Barni. Ao falar da escolha desse livro para a nova seção, o jornal deixa claro o seu apoio ao republicanismo, pois afirma que nesse livro estavam expressas “todas as questões políticas, discutidas sob o ponto de

vista verdadeiramente democrático (...) adaptado principalmente para instruir o povo em assuntos que ele tem necessidade de conhecer e bem compreender e exercer seus direitos”.¹⁰⁸

Mas o *Vinte e Cinco de Março* reforça a ideia de que a república só poderia ser implementada após a abolição. Esse discurso foi potencializado pela libertação de São Paulo. Além de demandar a ação dos senhores campistas, os abolicionistas passaram a reafirmar o seu apoio ao partido abolicionista, uma vez que enquanto os outros partidos negociavam posições em troca de cadeiras, eles lutavam, incessantemente, por seus ideais, por sua única aspiração: a abolição. Por isso, aceitariam a abolição, não importava de onde viesse, “sem discutir a sua procedência; será sempre benéfica a mão que operar este grande saneamento social”.¹⁰⁹

O jornal campista reproduz artigos de Joaquim Nabuco discutindo a feitura da lei da abolição pelo partido conservador, afirmando não ser isto razão suficiente para que a glória da luta abolicionista fosse ofuscada pelos conservadores. Nabuco destacava que a lei não se sobrepunha aos feitos dos abolicionistas e nem ao recente ato da princesa, que deixara aos conservadores duas opções, ou fazer a abolição, ou sair e dar o poder aos liberais. Mas propondo o partido conservador um projeto de abolição imediata e incondicional, seria estupidez dos liberais votar contra e agir como corpo independente, que não se confunde com os conservadores, só porque eles acharam conveniente fazer a abolição. Deveriam sempre votar a favor da libertação, pois o importante era “salvar os escravos, que não são liberais, nem conservadores e não fazem questão de quem sejam os seus salvadores”.¹¹⁰ Nabuco afirma que os conservadores acabavam por fazer as reformas, porque faziam o jogo do poder e só aprovavam quando podiam ter a glória de tê-lo feito, enquanto os liberais não se prestavam a esses jogos; a eles interessava que as reformas fossem feitas, afirmando que 1888 seria 1822 para os escravos. Diante disso fica claro que os abolicionistas realmente colocavam a abolição acima das opções partidárias, sem jamais deixar esquecido ou menosprezado o seu papel para a efetivação da abolição, em oposição ao oportunismo político que outros (em especial os conservadores) faziam da lei.

¹⁰⁸ VINTE E CINCO DE MARÇO, Campos dos Goytacazes, 8 jan. 1888. Seção “Livro do Povo”, p. 3.

¹⁰⁹ VINTE E CINCO DE MARÇO, Campos dos Goytacazes, 5 fev. 1888. Seção “Vinte e Cinco de Março”, p. 1-2.

¹¹⁰ VINTE E CINCO DE MARÇO, Campos dos Goytacazes, 29 abr. 1888. Seção “Vinte e Cinco de Março”, p. 2.

3.4.2 *Lei Áurea e a memória abolicionista*

Quando surgiram os primeiros sinais reais de que o governo Cotegipe iria ser desfeito, os abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março* começaram a se sentir verdadeiramente próximos da vitória final, do coroamento da sua luta. Entendiam que o resultado das eleições senatoriais em 1887 deixava claro que Cotegipe perdera todo o apoio da camada popular e também das casas legislativas. Como governava sem nação, os abolicionistas passam a afirmar que o trono da princesa regente estava ameaçado com a manutenção do ministro e pedem a ela uma ação direta em prol da abolição, criticando-a por sua postura dúbia, fazendo a libertação em Petrópolis, ao mesmo tempo que se deixava controlar, na corte, por ministros que não caminhavam em direção à libertação nacional.

Nesse sentido, discordamos de Eduardo Silva quando afirma que foi o apoio da regente ao abolicionismo e a proteção cedida ao quilombo do Leblon a razão por que muitos intelectuais e abolicionistas se manifestaram na corte. Segundo ele, embora muito criticada pelos parlamentares, a princesa implementara a batalha das flores, em Petrópolis, como sinal do seu apoio pessoal “à proposta da abolição imediata e sem indenização aos proprietários” (SILVA, 2003, p. 39). Os abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março*, diferentemente, criticavam-na pelo seu posicionamento dúbio e consideravam inaceitável a manutenção de Cotegipe no poder. Por isso, quando ele saiu, Lacerda e seus companheiros muito comemoraram, confiantes de que o novo governo não poderia mais fugir da questão da abolição imediata. Pedem a todos os abolicionistas total apoio ao novo ministério, independente de ele ser um governo conservador, pois o apoio era dado à abolição. Cada novo passo no encaminhamento da lei da abolição era comemorado como uma vitória do próprio movimento, mesmo que, precavidos, ainda em 3 de maio de 1888, pedissem cautela, pois a abolição ainda não estava feita.

Quando a realidade da abolição tornou-se nacional, quando já não havia mais meios para os escravistas lutarem contra ela, o *Vinte e Cinco de Março* começou a comemorar. Estavam certos da vitória quando a proposta de lei foi apresentada pelo governo. Ela foi transcrita em negrito no jornal e descrita em detalhes. Destaca-se o entusiasmo com que foi recebida por parlamentares e pela população. Afirmam ainda que, devido ao esforço incansável dos abolicionistas, o país tinha feito a abolição sem uma luta

sangrenta. “Resta-nos, apenas, a nós abolicionistas, congratularmo-nos com a Pátria, porque realiza entre risos, flores e bênçãos a maior das revoluções sociais”.¹¹¹

Após a aprovação da Lei Áurea, sem deixar de criticar os únicos e últimos resistentes ao projeto de lei e aqueles que antes os taxavam de anarquistas (e hoje eram obrigados a reconhecê-los como verdadeiros apoiadores da lavoura), elogiam a aprovação da lei vividamente, afirmando que ela caminhara em direção ao anseio nacional. Imediatamente começam a planejar os festejos, convocando toda a população para celebrar a libertação nacional, destacando não ser essa uma comemoração partidária, mas da pátria. No dia 18 de maio o jornal celebra a assinatura da lei trazendo um layout completamente diferente para o *Vinte e Cinco de Março*. Saúda “jubiloso a Pátria livre”, trazendo unicamente, em toda a primeira página do jornal, a transcrição da lei, e nas outras folhas do jornal a descrição das festas na corte e em Campos, também transcreve telegramas de todo o país relatando as suas festas.¹¹² Para eles, a festa não encerrava as atividades abolicionistas, agora era preciso seguir para as outras reformas, como se vê no trecho abaixo:

Foram restituídos à liberdade os escravizados; abolida se acha a escravidão no Brasil. Daí, porém, não se segue que a nossa missão se ache concluída.

[...] Houve apenas uma transformação e nada mais.

Ontem, lia-se em suas largas dobras – Liberdade aos escravos – hoje, lê-se – Proteção aos libertos e ingênuos. (VINTE E CINCO DE MARÇO, 24 maio 1888, p. 1)

A não concretização de nenhum desses muitos planos e projetos para a lavoura, para o liberto e para o Brasil (os quais foram expostos no capítulo anterior) se deve a razões que ultrapassam o período de vida do jornal. Mas esses abolicionistas já tinham previsto uma reação conservadora após a concretização da abolição. Nesse sentido, embora os abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março* apoiassem o republicanismo, não apoiavam incondicionalmente o partido republicano. Mesmo reconhecendo o seu apoio à abolição, denunciaram o fato de que alguns escravistas buscavam se esconder dentro do partido para com isso, talvez, combater a vitória total da abolição.

¹¹¹ VINTE E CINCO DE MARÇO, Campos dos Goytacazes, 10 maio 1888. Seção “Vinte e Cinco de Março”, p. 1.

¹¹² VINTE E CINCO DE MARÇO, Campos dos Goytacazes, 18 maio 1888. Seção “Vinte e Cinco de Março”, p. 2-3.

Entendemos essa crítica como uma previsão, pois como já destacado por vários autores¹¹³, muitos abolicionistas almejavam reformas mais amplas após o fim da escravidão. Contudo a não concretização delas deveu-se à dispersão do movimento abolicionista mais radical após a instauração da República e à reação conservadora dos ex-escravocratas que, após a abolição, lutaram pela restauração do espírito e organização da política e economia com o golpe militar de 15 de novembro de 1889.

Entre as várias razões para a queda do Império Brasileiro, o medo que os escravistas sentiam da reforma agrária proposta por alguns abolicionistas se destaca. Eles teriam aderido ao movimento republicano porque se as estruturas políticas do Império não tinham sido fortes o suficiente para impedir a abolição, também não seriam para impedir a reforma agrária. Temendo a continuidade das transformações, eles procuraram o partido republicano como alternativa, pois o Imperador era fraco e a estrutura partidária caótica e, “embora houvesse riscos em tomar partido pelos republicanos, julgavam que estes eram menores do que aqueles que adviriam na confrontação com o Império” (GRAHAM, 1979, p. 184). Por isso afirmamos que os latifundiários não ficaram inertes diante dos discursos que consideravam anárquicos e revolucionários. Após a vitória da abolição, com a instabilidade do governo imperial (que fazia reformas para conter o anti-imperialismo), muitos ex-senhores conservadores, voltaram-se para a República, assustados com os pedidos de um imposto territorial. Assim como esses grandes proprietários tinham decretado a abolição para evitar uma mudança real da estrutura produtiva, agora apoiavam a República pela mesma razão. Ou seja, os escravistas latifundiários lutaram contra as reformas abolicionistas, para que ela não redundasse em mudanças nas estruturas socioeconômicas e em melhores condições para o liberto. E, como o Imperador havia demonstrado ser a favor de algumas dessas reformas, havia mais um motivo para o rompimento dos proprietários com a monarquia.

Os próprios abolicionistas perceberam que “a força republicana era um produto quase exclusivo da retaliação da agricultura” (BERGSTRESSER,

¹¹³Os autores aqui pesquisados são:

BERGSTRESSER, Rebecca Baird. **O Movimento pela Abolição da Escravidão no Rio de Janeiro**, Brasil, 1880-1889. Tese (Doutorado) – Universidade de Stanford, Stanford, 1973.

CONRAD, Robert, op. cit., 1978

GRAHAM, Richard, op. cit., 1979, p. 184.

SANTOS, Cláudia Regina dos. op. cit., 2007.

Idem. Abolicionismo e desigualdades sociais. In: MOURA, Ana Maria da Silva; LIMA, Carlos Alberto Medeiros. **Rio de Janeiro: Tempo – Espaço – Trabalho**. Rio de Janeiro: Edições Márcia Cristina Martins, 2002.

1973, p. 145). Nesse sentido, a saída de Patrocínio do Partido Republicano e o apoio do *Vinte e Cinco de Março* à opção de Patrocínio não foi um sinal de abandono do idealismo republicano. Esse posicionamento foi, na verdade, um repúdio à política do partido, o qual apelava para elementos conservadores e aristocráticos, em nada semelhantes ao programa liberal do partido.

Essa situação se agrava quando percebem que reformas para além da abolição não eram desejadas por todos os membros do partido, os quais estavam prontos a abandonar os libertos à própria sorte. Por isso, embora tenham sido uma minoria, esses abolicionistas que buscavam uma reforma na estrutura agrícola nacional, entre os quais incluímos aqueles do *Vinte e Cinco de Março*, demonstraram seus ideais ao romper com os republicanos. Talvez pensassem que a abolição incondicional e sem indenização abriria o caminho no partido conservador e até na monarquia para outras reformas. Os constantes embates entre a Guarda Negra (em apoio à monarquia) e republicanos eram uma prova de como as elites rurais não desejavam aceitar a autonomia política dos libertos (BERGSTRESSER, 1973).

Como dito acima, os abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março* afirmavam que ser republicano não necessariamente significava ser membro do partido republicano, assim como ser membro do partido republicano não se traduzia sempre em uma prática política republicana. Por isso denunciavam o fato de que muitos membros do partido republicano tinham mantido uma postura, até quase a abolição, de total resistência ao abolicionismo, inclusive cometendo crimes contra abolicionistas. Afirmavam, nesse sentido, que eles gritavam “*liberdade, igualdade, fraternidade* nas ruas e praças públicas, [mas que eram] aristocratas na prática da democracia, déspotas e tiranos na execução das verdadeiras doutrinas republicanas”.¹¹⁴

Para fortalecer essas ideias transcrevem artigo do *Cidade do Rio*, no qual Patrocínio defende-se de sua expulsão do partido republicano, debatendo as propostas de seus membros, a quem acusa de quererem montar uma república melhor para eles mesmos do que para a pátria, pois propõem leis de repressão à vagabundagem, casas de correção nas fronteiras (para onde seriam enviados os libertos); ou seja, têm os mesmos temores que os escravistas: vadiagem, desorganização do trabalho e crimes. Além disso, querem “o prolongamento do cativo através da liberdade”. Por fim, Patrocínio afirma que jamais romperia com suas convicções abolicionistas

¹¹⁴ VINTE E CINCO DE MARÇO, Campos dos Goytacazes, 3 maio 1888. Seção “Vinte e Cinco de Março”, p. 1-2.

(mais amplas que a Lei Áurea) por conveniências partidárias e acusa os que o expulsaram de “aristocratas despeitados que não podem, por mediócras, aparecer nos partidos monárquicos, chamam-se republicanos para serem carregados pelos patriotas ingênuos e pela gente de bom coração”. Também prevê que o partido espera recolher a escória dos escravistas.¹¹⁵ Em outro artigo, a resposta de Patrocínio é relacionada a uma ofensa em que fora chamado de negro. Empregando palavras bastante emotivas defendem a postura do colega abolicionista, que não negara a sua raça e nem seus ideais de lutar por um país livre, sem se vender a convenções partidárias. Afirmam que chamar alguém de negro não é um insulto, insulto eram os três séculos de suor e trabalho dessa raça para deleite e ociosidade de uma outra. Insulto era não lutar pela libertação nacional.

Concluimos reafirmando nossa percepção de que através da análise das práticas dos abolicionistas de Campos ficou claro o seu apoio fundamental à causa da abolição, na qual se incluía tanto a libertação jurídica do cativo, como sua inserção social e econômica na sociedade brasileira. No capítulo três analisamos em destaque, as ações dos membros do *Vinte e Cinco de Março* para atingir sua meta libertadora, as quais começaram e terminaram seguindo os exemplos de abolicionistas de todo o país, posto que seu nome é uma homenagem à libertação cearense e sua maior vitória na cidade de Campos deveu-se à implementação das mesmas práticas usadas pelos abolicionistas de São Paulo.

Nossos redatores, como os membros da Confederação Abolicionista, viram no Projeto Dantas sua primeira grande esperança de uma lei que seguiria seus ideais abolicionistas e, como eles, também se decepcionaram com a resposta conservadora da Câmara Nacional, que veio através da Lei Saraiva-Cotegipe, diante da qual se decidiram por uma atitude extremista, de ações extraleais e ataques diretos à instituição escravista. Essa atitude levou a reações ainda mais violentas dos escravistas em Campos: ataques diretos às vidas e ao jornal dos abolicionistas.

A conduta de Lacerda e seus companheiros não foi menos ousada, pois diante de cada violência sofrida expunham os escravistas envolvidos, iniciavam investigações próprias e contactavam abolicionistas de todo o país que pudessem alardear os eventos ocorridos em Campos e que também pudessem apoiá-los com assistência jurídica e ligações políticas.

¹¹⁵ Idem, *Ibidem*.

Dessa maneira, fica claro o clima tenso que se estabeleceu no município de Campos, no qual as atitudes violentas dos senhores eram expostas no *Vinte e Cinco de Março* como inerentes ao sistema escravista, pois para a manutenção da escravidão os abolicionistas afirmavam ser necessária a prática de arbitrariedades. Nesse embate o abolicionismo também obteve suas vitórias, como a Lei de Açoites, que destruiu a principal fonte do poder senhorial: o uso legítimo e legalizado da violência contra o escravo, ao mesmo tempo, deu abertura para que a conduta dos senhores fosse vigiada pelos abolicionistas.

Nesse cenário, os abolicionistas passaram a admitir, cada vez mais abertamente, sua fala de incentivo à ação dos escravos, motivando-os a abandonar os senhores e a iniciar incêndios que, além de prejudicarem a produção agrícola, aterrorizavam a classe senhorial. Certamente, a conduta dos abolicionistas de Campos que mais repercutiu nesse momento de tensão foi a luta pelo reconhecimento da nulidade de 13 mil matrículas de escravos, que automaticamente os tornaria livres. Nesse momento, os abolicionistas impunham a sua interpretação da Lei Saraiva-Cotegipe, fato ainda mais relevante dado que essa era uma lei assumidamente escravista. Embora tenham perdido essa batalha, os abolicionistas de Campos não esmoreceram, permaneceram a promover *meetings*, a escrever artigos incendiários e, seguindo o modelo paulista, passaram a incentivar fugas em massa, procedimento que culminou com a libertação do município, uma vitória que se concretizou com a muito comemorada libertação nacional por meio da Lei Áurea. Prudentes, esses abolicionistas reconheciam que a luta permaneceria ainda por longos anos, pois a libertação do cativo era apenas o primeiro passo, tornando-se ainda necessário lutar por sua inserção e protegê-los da ganância dos ex-senhores.

Apesar de derrotados no intuito de promover uma justa integração dos libertos à economia e à sociedade, nossos redatores mostraram-se certos na previsão de que o partido republicano abarcaria os últimos escravistas que abandonavam a monarquia. Romperam com esse partido e, sempre ressaltando seu apoio incondicional ao partido abolicionista, denunciaram os membros do partido republicano como oportunistas em busca de poder e não verdadeiros praticantes de atos republicanos, os quais começavam com o apoio incondicional ao projeto da abolição-libertação e real integração do ex-escravo, do cidadão, à nação brasileira.

Referências

BERGSTRESSER, Rebecca Baird. **O Movimento pela Abolição da Escravidão no Rio de Janeiro**, Brasil, 1880-1889. Tese (Doutorado) – Universidade de Stanford, Stanford, 1973.

CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. São Paulo: UNESP, 1998.

_____. **A abolição**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

FEYDIT, Julio. **Subsídios para a história de Campos dos Goytacazes: desde os tempos coloniais até a Proclamação da República**. São João da Barra: Gráfica Luartson, 2004.

GRAHAM, Richard. **Escravidão, Reforma e Imperialismo**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

LIMA, Lana Lage da Gama. **Rebeldia Negra e Abolicionismo**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

MORAES, Evaristo. **A Campanha Abolicionista**. [S.l.]: Livraria Editora Leite Ribeiro, 1924.

RODRIGUES, Hervé Salgado. **Na taba dos Goytacazes**. Niterói: Imprensa Oficial, 1988.

SABA, Roberto. A Lei dos Sexagenários no Debate Parlamentar (1884-1885). In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: Poder, Violência e Exclusão, 19., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPUH/SP, 2008.

SANTOS, Cláudia. Abolicionismo e visões de liberdade. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, ano 168, v. 437, p. 319-334, out./dez. 2007.

_____. Abolicionismo e desigualdades sociais. In: MOURA, Ana Maria da Silva; LIMA, Carlos Alberto Medeiros. **Rio de Janeiro: Tempo – Espaço – Trabalho**. Rio de Janeiro: Edições Márcia Cristina Martins, 2002.

SILVA, Eduardo. **As camélias do Leblon e a abolição da escravatura: uma investigação de história cultural**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Terra e Política no Rio de Janeiro na época da abolição. In: SILVA, Jaime; BIRMAN, Patrícia; WANDERLEY, Regina (Orgs.). **Cativeiro e liberdade**. Rio de Janeiro: UERJ, 1989.

SILVA, Osório Peixoto. **Os momentos decisivos na história de Campos dos Goytacazes**. Rio de Janeiro: Serviço de Comunicação Social da PETROBRAS, 1984.

TOPLIN, Robert. **The abolition of slavery in Brazil**. New York: Atheneum, 1975.

Conclusão

No dia 19 de maio de 1897, às 17h30, faleceu Luiz Carlos de Lacerda, que vivera com uma saúde precária desde que contraíra malária e adoecera de uma perna ainda na juventude. Em seus últimos anos de vida teria sofrido com ataques nervosos, em decorrência de um processo judicial no qual era suspeito de ser o mandante do crime contra Raimundo Alves Moreira (autor de inúmeros atentados ao Vinte e Cinco de Março e a Lacerda), ocorrido no dia 21 de julho de 1889. O assassinato foi executado por dois ex-escravos confessos e condenados a galés perpétuas. Por fim, Lacerda foi absolvido, mas teria ficado com sua saúde ainda mais fragilizada.¹¹⁶ Sua morte causou grande comoção na cidade, mesmo nove anos depois da Lei Áurea. Notas sobre seu velório e em sua homenagem foram publicadas em todos os jornais municipais, inclusive no Monitor Campista, como se pode ler abaixo:

Foi um verdadeiro acontecimento o funeral do comendador Carlos de Lacerda, realizado ontem, às 3 1|2 horas da tarde. Desde cedo começou a afluir à cidade povo das freguesias rurais que, em verdadeira romaria, se dirigia à residência do finado para beijar-lhe os despojos.

Mais de 3.000 pessoas enchiam a rua 13 de Maio em frente à casa do morto, na ocasião do saimento do féretro. Ao ser descido o caixão da rica peça, para ser transportado para o carro fúnebre, as mais tristes cenas se desenrolaram então. Uma multidão de homens e mulheres de cor prorrompeu em lágrimas, soluços, abraçando o corpo inanimado do denodado batalhador pela grande causa da humanidade e que elevou o Brasil à altura das nações cultas. Eram lágrimas espontâneas de dor vertidas por aqueles a quem Carlos de Lacerda com a sua palavra, com a sua pena, com a sua inteligência concorreu para quebrar os grilhões de cativo. Os antigos companheiros do finado, também ali se achavam todos com o estandarte do Club Abolicionista em funeral. Sobre o carro fúnebre, adrede preparado, erguia-se um catafalco onde

¹¹⁶ RODRIGUES, Hervé Salgado, op. cit., 1988.

SILVA, Osório Peixoto, op. cit., 1984.

descansava o rico caixão ladeado por 4 grandes tocheiros. Inúmeras coroas das pessoas da família, e de diferentes corporações cobriam o coche fúnebre, que o povo havendo tirado as parelhas, puxou a mão até o cemitério. Precedia o longo préstito, as Irmandades de S. Benedito, e de N. S. do Rosário, de cruz alçada. Seguiam-se depois o imponente carro fúnebre guardado aos lados por abolicionistas; o estandarte em funeral do Club Indiano, as bandas de música Operário, Campistas Lyra Conspiradora e Lyra Guarany com os respectivos estandartes em funeral, a diretoria e grande número de sócios do Centro Operário, representantes da imprensa local e de todas as classes e grande número de mulheres formando um préstito superior a 3.000 pessoas. Pelas ruas por onde transitou o cadáver do batalhador pela redenção do homem escravo, era enorme a massa de povo e as janelas das casas achavam-se repletas de senhores que com as lágrimas nos olhos assistiam o desfilar do triste cortejo, última homenagem prestada ao campista intemerato que enfrentou de perto a defesa dos escravos. Ao passar o préstito pela rua 13 de Maio, a família Vicente colocou sobre o féretro duas lindas grinaldas e o Sr. Hildebrando de Araujo, depois de, em rápidas palavras, salientar os serviços prestados por Carlos de Lacerda à grande causa da redenção, colocou outra em nome do Dr. Alvaro de Lacerda, digno irmão do morto. Depois usou da palavra em nome do povo o Sr. Dr. Azevedo Cruz.

Na rua Beira-rio, canto da S. Bento foram atiradas sobre o caixão flores ramalhetes pelo povo que ali se achava. No cemitério, onde chegou o cortejo às 6 horas da tarde, era tão grande a multidão que os que o acompanhavam não puderam entrar. À beira do túmulo oraram os Srs. Drs. Azevedo Cruz e Benedicto Barroso, Pedro Albertino, Mucio da Paixão, Julio Fileto, um aluno do Colégio Cornélio e Antonio Lima.

Não houve ainda nesta cidade um enterro que fosse mais concorrido do que o do comendador Lacerda. Era verdadeiramente um homem popular como já dissemos e essa popularidade mais uma vez se manifestou ontem, prestando a última homenagem de gratidão a um dos mais salientes trabalhadores da grande obra da civilização e humanidade a libertação da raça escrava. (MONITOR CAMPISTA, 21 maio 1897)

Nesse texto pode-se ver a comoção gerada pela morte de Lacerda; em especial, destaca-se a presença, em seu funeral, de “homens e mulheres de cor”, do “povo das freguesias rurais” e da “massa de povo”, reforçando

o constante contato que tinham mantido em vida. No número seguinte, o jornal também fala que entre o funeral e o sepultamento, em respeito à sua morte, os carroceiros não trabalharam naquele dia, duas escolas e o Centro Operário permaneceram fechados e muitas associações e estabelecimentos que abriram, mantiveram suas bandeiras em funeral. A emoção dos populares também foi destacada pelo jornal *Gazeta do Povo*, que ressaltou a presença de irmandades, sociedades musicais, clubes carnavalescos e uma banda musical macaense. Segundo o *Gazeta do Povo – Diário Republicano*, vários órgãos da imprensa, casas particulares, associações e clubes hastearam bandeira a meio pau. Nesse jornal ainda foram publicadas uma poesia escrita para Lacerda e duas notas da família, uma convidando para a missa que tinham mandado celebrar por ocasião de sua morte e a outra em agradecimento ao apoio recebido, dados que demonstram o respeito que toda a população urbana oferecia a Lacerda, além da devoção dos libertos.

No texto acima transcrito nota-se que o nome da rua onde Lacerda habitava fora modificado, provavelmente em sua homenagem, pois passara a se chamar pela data da lei pela qual ele mais lutara: 13 de maio. Devemos destacar que, mesmo em 1897, mantém-se o uso da expressão “abolicionistas” para nomear aqueles que lutaram junto a Lacerda, o que talvez indique que esses homens ainda se identificavam como tal, ou que o *Monitor Campista* fazia questão de diferenciar os membros da imprensa que estavam lá, como eles, daqueles que cooperaram com os métodos de Lacerda, pela importância do evento abolicionista. Por fim, deve-se notar o papel que o jornal reservou aos negros, como emocionados com a morte de quem, por meio da abolição, tornou o Brasil parte do mundo civilizado. Eles não têm qualquer papel ativo, nem na própria libertação, nem nas homenagens a Lacerda. Para o *Monitor Campista* os negros mantiveram seu caráter de agradecimento e submissão, enquanto o falecido jornalista é visto como o condutor do país ao progresso, libertando os escravos.

Embora a própria obra de Lacerda talvez apresente parte dessa visão, uma vez que em nenhum momento deixou de destacar o seu papel de guia dos abolicionistas no processo de libertação nacional, Lacerda e seus companheiros do *Vinte e Cinco de Março* compreenderam, durante sua luta, que a participação efetiva dos escravos era fundamental. Desde o princípio, motivavam e acolhiam escravos foragidos; intervinham em defesa dos cativos que, surrados, procuravam sua ajuda. Por fim argumentaram em defesa da

ação independente do escravo, fugindo sem violência, assim expressando abertamente seu desacordo com o sistema escravista.

A nossa opção por estudar o *Vinte e Cinco de Março* — periódico fundado por Lacerda e seus companheiros abolicionistas com o objetivo de defender o ideal da abolição — fica clara à medida que se pode perceber que ele funcionou como um ator histórico, protagonizando a conquista da abolição na sociedade campista. Dentro da tradição da segunda metade do século XIX, o jornal foi formado por novos atores políticos desvinculados da esfera formal dos partidos e das instituições, agentes com autonomia em relação às estruturas políticas tradicionais do Império. Diferentemente dessa mesma tradição, os nossos redatores fundaram um jornal e um Clube Abolicionista em Campos, cidade do interior do Rio de Janeiro, que possuía importante setor agrícola.

Mas, como demonstramos, a cidade de Campos não era marcada apenas pela concentração de escravos, produção açucareira e importância comercial. Destacavam-se também suas ambições e influência política, sua área urbana impulsionada pela ferrovia, com bons sistemas de comunicação, de educação e de saúde, além de expressivo setor comercial e concentração de profissionais liberais, na sua freguesia central. Essa vida urbana dinâmica, somada ao poder social e econômico dos grandes latifundiários, deu ao movimento abolicionista de Campos um caráter bastante combativo. Mais uma vez, destacamos que não entendemos a existência de uma dinâmica vida urbana como fator que tenha determinado a ação dos abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março*. Entendemo-la como uma condição historicamente dada, possibilitando que esses indivíduos agissem naquela sociedade. Optando por apoiar o abolicionismo, esses homens encontraram na década de 1880 um ambiente mais favorável para que suas ideias pudessem florescer. Os próprios abolicionistas percebiam a importância das classes médias urbanas nesse processo, uma vez que, menos dependentes dos senhores escravistas, podiam expressar-se e agir mais livremente.

Esse cenário permitiu que os abolicionistas contassem, nos embates, com o suporte e o apoio financeiro de todas as classes urbanas: artesãos, artistas, profissionais liberais, irmandades religiosas, clubes e bandas. Apesar do alto índice de analfabetismo no Brasil oitocentista, podemos afirmar que o *Vinte e Cinco de Março* funcionava como importante meio de divulgação das ideias abolicionistas entre todas as camadas da população, fosse por meio das

práticas de leitura do periódico ou pelos eventos públicos promovidos pelo Clube Abolicionista. Prova da inserção do jornal na sociedade campista foi o grande crescimento da seção de anúncios e da sua tiragem.

Da mesma forma, o meio de ação utilizado por esses abolicionistas foi bastante vasto: desde a escolha dos folhetins transcritos no jornal e os argumentos pró-abolição que vinham desde José Bonifácio, como a ideia de que a abolição traria o progresso e não a ruína nacional, até a defesa de ideias mais ousadas como a de que o escravo seria o melhor colono e, quando liberto, deveria ser integrado à sociedade brasileira. Afirmavam os abolicionistas que esses eram anseios de toda a nação. Também se guiavam pelo exemplo cearense, que motivou a transformação de emancipacionistas em abolicionistas audazes e críticos à escravidão. E, à medida que ocorriam outras libertações no país, o abolicionismo de Campos copiava os métodos utilizados por esses grupos. Embora não possamos falar em um abolicionismo único e coeso, entendemos que esse movimento provou-se nacionalmente interligado, em sua forma de argumentar, de agir e, em especial, no apoio oferecido mutuamente, garantindo uma ação mais ousada e, conseqüentemente, mais eficaz. Isso foi necessário, pois a escravidão não estava decadente na década de 1880. Uma prova foi a enorme resistência enfrentada pelo movimento abolicionista em Campos. Assim como foi preciso tamanha insistência dos abolicionistas e da ação desestruturante dos escravos para que os senhores, finalmente, decidissem implementar a abolição.

Entre os métodos mais utilizados nessa luta estavam as constantes demandas pela ação do Estado. Cientes de que a lógica escravista impunha-se pelo desrespeito à lei, os abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março* lutaram por sua implementação, exigindo a intervenção das autoridades e de órgãos do Estado em situações que, tradicionalmente, eram resolvidas por juízes ou escravistas. Expunham os atos deles e provavam que eram ilegais de acordo com as leis nacionais. Era importante para os abolicionistas destacar que, se o senhor se considerava o “rei”, quem deveria de fato mandar era a lei.

Nesse cenário de autoritarismo senhorial os abolicionistas precisaram de outros meios além dos argumentos. Por isso faziam uso de relacionamentos para somar forças políticas com a população, com os escravos e com abolicionistas da corte. Esses atos e alianças, ao mesmo tempo em que fortaleciam o movimento abolicionista, fortaleciam também as ações dos escravos e desqualificavam a lógica senhorial, o que fez com que os

abolicionistas sofressem violentas represálias, diante das quais mantiveram sua postura, expuseram esses senhores e demandaram ações do governo, formando um ciclo vicioso de denúncias, atentados e mais denúncias.

O relacionamento dos abolicionistas com os escravos mudou ao longo dos anos; pois, se inicialmente apoiavam meios legais para atingir a abolição, por fim incentivaram abertamente mais eficácia na ação direta dos escravos. É importante, porém, destacar que os abolicionistas sempre buscaram a participação dos escravos na luta pela abolição, entendendo a importância dessa relação. A ação dos abolicionistas foi fundamental para amplificar os atos de rebeldia dos escravos, tornando boa parte da sociedade brasileira oitocentista apoiadora dos escravos, razão por que destacamos que o abolicionismo campista foi marcado pela interação entre abolicionistas, população e cativos. Contudo, tal aspecto não significou a percepção de que a ação de todas as partes tenha tido pesos iguais. Mesmo que não negassem a importância da ação dos escravos e do apoio de outros abolicionistas, nossos redatores sempre destacavam seu papel condutor. Entendemos que esses abolicionistas almejavam a liderança da revolucionária, progressiva, legal e legítima abolição. Mas sabiam da importância do apoio popular e incentivavam a ação escrava, desde que fosse aquela que recomendavam — inicialmente a luta judicial e por fim a greve e o abandono das fazendas.

Para nós, foi essa relação o motivo da vitória do abolicionismo em Campos, da sua perseverança e da conquista da abolição antes mesmo da Lei Áurea. Ao incentivar os escravos, seus atos tornavam-se mais ousados, o que, conseqüentemente, fragilizava as bases de sustentação da escravidão. Até mesmo o *Vinte e Cinco de Março* destacou a importância do movimento nacional para sua luta ao afirmar que a Lei Áurea era fruto de uma luta popular nada pacífica, posto que envolvera a ação dos abolicionistas, o apoio da população e os atos de rebeldia dos escravos. Ela expressava, por fim, a vontade nacional.

Concordamos com a interpretação historiográfica de que foi a inter-relação entre as práticas abolicionistas, a movimentação popular e as ações escravas que levou à abolição. Nesse processo a crescente participação popular tornou as estratégias emancipacionistas e gradualistas obsoletas. Mas certamente a participação dos escravos foi o elemento surpresa no movimento que culminou com a abolição, pois levou imprevisibilidade ao processo. O próprio movimento escravo em Campos agiu intensa e

conjuntamente com o movimento abolicionista. Mais uma vez reafirmamos que foi mediante o contato com o abolicionismo que os atos dos escravos tomaram a forma de um movimento articulado, assim como foi a existência aterrorizante da ação escrava que deu sustentação à fala do movimento abolicionista. Por fim, devemos ressaltar que a ação escrava só teve tal ressonância, porque a sociedade urbana passou a apoiá-la; ou seja, o contexto era outro, a ação escrava não era mais reprimida por toda a sociedade. Os senhores de escravos ficaram sozinhos defendendo a escravidão.¹¹⁷

Embora não tenha sido o foco do *Vinte e Cinco de Março*, os abolicionistas de Campos planejaram reformas abrangentes para depois da abolição. Motivo pelo qual Carlos de Lacerda manteve o jornal após a assinatura da Lei Áurea e, depois de seu fechamento, fundou outro jornal, *Cidade de Campos*, no qual discutia a reorganização do mercado de trabalho, mantendo-se ligado às discussões públicas da cidade. Ao prever uma luta ainda maior pela implementação dos libertos, os abolicionistas entenderam a mudança dos mais resistentes escravistas para o partido republicano como uma estratégia para evitar reformas mais abrangentes, como maior acesso à terra e educação para libertos, ao contrário dos seus anseios por leis coercitivas, impondo a permanência dos libertos em suas terras e leis indenizatórias. E como sempre declararam apoio incondicional ao partido abolicionista, os abolicionistas afirmavam não ter compromisso com o partido republicano e sim com as ideias republicanas, logo, romperam com o partido republicano. Nesse sentido concluímos que a não concretização desses projetos para a lavoura e o liberto deve-se a uma reação conservadora logo após a concretização da abolição.

Por fim, afirmamos que a abolição em Campos deu-se não por falta de mão de obra ou por empenho de uma classe senhorial moderna e ansiosa por trabalhadores estrangeiros. Foi a ação conjunta de abolicionistas, população e escravos que tornou o trabalho escravo inaceitável para a sociedade campista e improdutivo para a classe senhorial que, temerosa com o modo de vida camponês, relativamente independente dos grandes proprietários de terra, apoiou a imigração e leis antivadiagem, mas somente diante da realidade do fim da escravidão. Só podemos imaginar o que teria ocorrido

¹¹⁷ Para saber mais:

LIMA, Lana Lage, op. cit., 1981.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo, op. cit., 2010b.

MATTOS, Hebe, op. cit., 1998.

SANTOS, Cláudia Regina dos, op. cit., 2000.

se a fala revolucionária dos abolicionistas tivesse tido a mesma força para mudar a (chamada) opinião pública a favor das reformas que propunham — em especial o acesso facilitado à terra e a garantia da educação gratuita. O apoio e a ação aguerrida dos libertos eles já tinham...

Referências

I – Fontes Primárias:

1. Fontes Impressas:

A – Jornais:

VINTE E CINCO DE MARÇO. Campos dos Goytacazes, 1884-1888.
(Consultado na Fundação Casa de Rui Barbosa, Coleção Plínio Doyle).

MONITOR CAMPISTA. Campos dos Goytacazes, 1884-1888 e 1897.
(Consultado no Arquivo Público de Campos).

A EVOLUÇÃO. Campos dos Goytacazes, 1888 e 1897. (Consultado no
Arquivo Público de Campos).

GAZETA DO POVO: Diário Republicano. Campos dos Goytacazes, 1897.
(Consultado no Arquivo Público de Campos).

DIÁRIO REPUBLICANO. Campos dos Goytacazes, 1897. (Consultado no
Arquivo Público de Campos).

B – Obras de referência:

ALMANAK Mercantil e Comercial Laemmert, ano 1885, p. 2932-
2960. Disponível em <[http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/
almanak/almanak_djvu.htm](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/almanak/almanak_djvu.htm)>. Acesso em: 2 maio 2012.

ALVARENGA, João. **Almanak Mercantil, Industrial, Administrativo
e Agrícola da Cidade de Campos dos Goytacazes, para 1885**. Campos
dos Goytacazes: Typographia do Monitor Campista, 1885.

IBGE. **Recenseamento Geral do Brazil, 1872**. Disponível em: <www.biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 mar. 2012.

_____. **Recenseamento Geral do Brazil, 1890**. Disponível em: <www.biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 mar. 2012.

C – Livros:

FEYDIT, Julio. **Subsídios para a história de Campos dos Goytacazes:** desde os tempos coloniais até a Proclamação da República. São João da Barra: Gráfica Luartson, 2004.

RODRIGUES, Hervé Salgado. **Na taba dos Goytacazes**. Niterói: Imprensa Oficial, 1988.

SILVA, Osório Peixoto. **Os momentos decisivos na história de Campos dos Goytacazes**. Rio de Janeiro: Serviço de Comunicação Social da PETROBRAS, 1984.

II – Livros e Artigos,

ABREU, Márcia (Org.). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas: Mercado de Letras, 1999.

AGUIAR, Maria do Carmo Pinto Arana de. Imprensa: fonte de estudo para a construção e reconstrução da história. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA – ANPUHRS, 10., 2010, Santa Maria. **Anais eletrônicos...** Santa Maria: UFSM, 2010. Disponível em: <<http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/site/anaiscomplementares#M>>. Acesso em: 11 dez. 2011.

ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. **O jogo da dissimulação:** abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALONSO, Ângela. **Ideias em movimento:** a geração 1870 na crise do

Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALVES, Fábio Lopes; GUARNIERI, Ivanor Luiz. Imagens do cotidiano e temporalidades: historiografia e imprensa. **Revista Labirinto**, ano 7, n. 10, 2007. Disponível em: <<http://www.cei.unir.br/artigo104.html>>. Acesso em: 10 dez. 2011.

ALVES, Maria da Glória; COSTA, Aline Nogueira. Monitoramento da expansão urbana no Município de Campos dos Goytacazes – RJ, utilizando Geoprocessamento. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 12., 2005, Goiânia. **Anais...** Goiânia: [S.n.], 2005. p. 3731-3738.

AZEVEDO, Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco**: O negro no imaginário das elites – Século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BAKOS, Margareth Marchiori. **RS: Escravidão e abolição**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

BARBOSA, Marialva Carlos. **Percursos do olhar**: comunicação, narrativa e memória. Niterói: EdUFF, 2007.

BASILE, Marcello Otávio N. de C. O império brasileiro: panorama político. In: LINHARES, Maria Yedda. **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

BERGSTRESSER, Rebecca Baird. **O Movimento pela Abolição da Escravidão no Rio de Janeiro, Brasil, 1880-1889**. Tese (Doutorado) – Universidade de Stanford, Stanford, 1973.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia Coelho. **O bravo matutino**: imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Escravidão e Capitalismo no Brasil meridional**: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CARVALHO, José Murilo de. A política da Abolição: o rei contra os barões. In: **A construção da ordem**: teatro das sombras. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CHARTIER, Roger. Texto, impressão, leituras. In: HUNT, Lynn et al. **A nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

_____. Do livro à leitura. Em: CHARTIER, Roger (Org.). **Práticas de leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus. Uma Veneza no sertão Fluminense: os rios e os canais em Campos dos Goytacazes. In: **História Revista**: Revista da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, v. 14, n. 2, jul./dez., 2009.

_____. Campos: a capital sonhada de uma província desejada (1835-1897). In: **História. Dossiê: Capitais Sonhadas, Capitais abandonadas**, Franca, v. 30, n.1, jan/jun. 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742011000100004>>. Acesso em: 3 maio 2012.

CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravidão no Brasil**: 1850-1888. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. São Paulo: UNESP, 1998.

_____. **A abolição**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

_____. Da escravidão ao trabalho livre. In: **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; BACELLAR, Carlos et al. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2010.

EISENBERG, Peter. Prefácio. In: AZEVEDO, Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: O negro no imaginário das elites – Século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

EWALD, Ariane et al. Crônicas folhetinescas: subjetividade, modernidade e circulação da notícia. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (Orgs.). **História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2009.

FERREIRA, Tânia Maria Bessone da C.; MOREL, Marco; NEVES, Lúcia Maria Bastos P. Prefácio. In: FERREIRA, Tânia Maria Bessone da C.; MOREL, Marco; NEVES, Lúcia Maria Bastos P (Orgs.). **História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

_____. Livros, bibliotecas e censores: os impedimentos para os leitores no Brasil do século XIX. In: **O arquivo nacional e a História Luso-Brasileira: Bibliotecas, Imprensa e Censura**, 2005. Disponível em: <<http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infolid=456&sid=62&tpl=printerview>>. Acesso em: 10 dez. 2011.

GRAHAM, Richard. **Escravidão, Reforma e Imperialismo**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. “Os deserdados da abolição”. In: SILVA, Jaime; BIRMAN,

Patrícia; WANDERLEY, Regina (Orgs.). *Cativeiro e liberdade*. Rio de Janeiro: UERJ, 1989.

HASELBALG, Carlos Alfredo. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

IANNI, Octávio. **Raças e classes sociais no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

IBGE. *Recenseamento Geral do Brazil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1872.

Disponível em: <www.biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 mar. 2012.

_____. _____. Rio de Janeiro: IBGE, 1890. Disponível em: <www.biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 mar. 2012.

KIELING, Camila Garcia. *Imprensa na história e História na Imprensa: jornalismo e opinião no Brasil Regência*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 33., 2010, Caxias do Sul. **Anais Eletrônicos...** Caxias do Sul: [S.n.], 2010. Disponível em: <www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-1529-1.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2012.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e Vadiagem**: a origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. **Da escravidão ao trabalho livre**: a lei de locação de serviços de 1879. Campinas, SP: Papyrus, 1988.

LE GOFF, Jacques. *Documento/Monumento*. In: **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

LIMA, Lana Lage da Gama. **Rebeldia Negra e Abolicionismo**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

MACHADO, Humberto Fernandes. **Palavras e brados**, a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro, 1880-1888. 1991. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 1991.

_____. Imprensa e identidade do ex-escravo no contexto do pós-abolição. In: NEVES, Lúcia Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria Bessone da C. (Orgs). **História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

MACHADO, Humberto Fernandes. A atuação da imprensa do Rio de Janeiro no Império do Brasil. In: **R. IHGB**, Rio de Janeiro, ano 171, n. 448, p. 31-62, jul./set. 2010a.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **O plano e o pânico: Os movimentos sociais na década da abolição**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010b.

MARQUESE, Rafael de Bivar. “Estrutura e agência na historiografia da escravidão: a obra de Emília Viotti da Costa. In: FERREIRA, Antônio Celso; BEZERRA, Holien Gonçalves; DE LUCA, Tania Regina. **Os historiadores e seu tempo**. São Paulo: UNESP, 2008.

MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do Silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil Século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. Prefácio. In: COOPER, Frederick; HOLT, Thomas; SCOTT, Rebecca (Orgs.). **Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MORAES, Evaristo. **A Campanha Abolicionista**. [S.l.]: Livraria Editora Leite Ribeiro, 1924.

MOREIRA, Luciano da Silva. **Imprensa e opinião pública no Brasil Império: Minas Gerais e São Paulo (1826-1842)**. 2011. Tese (Doutorado em História) – UFMG, Belo Horizonte, 2011.

MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luíza e DE LUCA, Tânia Regina. **História da imprensa no Brasil**.

São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **A imprensa periódica no século XIX**. Disponível em: <bdigital.bn.br/redememoria/periodiccoxix.html>. Acesso em: 20 mar. 2012.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. **Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MOURA, Clóvis. **Dicionário da Escravidão Negra no Brasil**. Brasília: EDUSP, 2004.

NEVES, Lúcia Maria Bastos; MACHADO, Humberto Fernandes. **O império do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

NUNES, Neila Ferraz Moreira. A Experiência Eleitoral em Campos dos Goytacazes (1870-1889): Frequência Eleitoral e Perfil da População Votante. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, p. 311-343, 2003.

PARANHOS, Paulo. O açúcar no Norte Fluminense. **Revista Histórica**, n. 8, mar. 2006. Disponível em: <www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao08/materia02>. Acesso em: 19 mar. 2012.

PEREIRA, Walter Luiz Carneiro de Mattos. **Francisco Ferreira Saturnino Braga: negócios e fortuna em Campos dos Goytacazes**. No prelo.

PESSANHA, Andrea Santos da Silva. **O Paiz e a Gazeta Nacional: imprensa republicana e abolição**. Rio de Janeiro, 1884-1888. 2006. Tese (Doutorado) – UFF, Niterói, 2006.

_____. O Paiz e a Gazeta Nacional: imprensa, memória e abolição no Rio de Janeiro. In: In: SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DO MARANHÃO OITOCENTISTA, 2., 2011, São Luís, MA. **Anais...** São Luís, MA: [S.n.], 2011.

PÍCOLI, Mariana de Almeida. **Ideias de liberdade na cena política capixaba: o movimento abolicionista em Vitória (1869-1888)**. Dissertação (Mestrado) – UFES, Vitória, 2009.

PINA, Patrícia Kátia da Costa. O jornal o leitor e a leitura no Oitocentos brasileiro. In: **Labirintos**: revista eletrônica do núcleo de estudos portugueses, n. 8, 2. sem. 2010.

PIRES, Myriam Paula Barbosa. Tipografia na cidade imperial (1821-1831) – o difícil começo: driblando dificuldade, reinventando soluções. In: SIMPÓSIO DE POLÍTICA E CULTURA DA UNIVERSIDADE SEVERINO SOMBRA, 2006, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: [S.n.], 2006. Disponível em: <<http://www.uss.br/page/publicacoes.asp>>. Acesso em: 22 dez. 2011.

PLUHAR, Cristiano. As relações comerciais no século XVIII e XIX entre Campos dos Goytacazes e Rio de Janeiro. In: ENCONTRO DE GEOGRAFIA E VI SEMANA DE CIÊNCIAS HUMANAS DO INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE, 3., 2010, Campos dos Goytacazes. **Anais...** Campos dos Goytacazes: IFF, 2010. p. 111 – 117.

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**: colônia. São Paulo: Brasiliense, 2008.

SABA, Roberto. A Lei dos Sexagenários no Debate Parlamentar (1884-1885). In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: Poder, Violência e Exclusão, 19., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPUH/SP, 2008.

SALLES, Ricardo. **Joaquim Nabuco: um pensador do Império**. 2001. Tese (Doutorado em História) – UFF, Niterói, 2001.

_____. Nabuco, os Ingleses e a Abolição. **Afro-Ásia**, UFBA, v. 42, p. 241-252, 2011a. Disponível em: <<http://www.afroasia.ufba.br/>>. Acesso em: 04 fev. 2013.

_____. Abolição no Brasil: resistência escrava, intelectuais e política (1870-1888). **Revista de Índias**, v. 71, n. 251, p. 259-284, 2011b. Disponível em: <<http://revistadeindias.revistas.csic.es/index.php/revistadeindias/article/download/860/932>>. Acesso em: 04 fev. 2013.

SANTOS, Cláudia. Projetos sociais abolicionistas: ruptura ou continuísmo?

In: REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). **Intelectuais, história e política: séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000.

_____. Abolicionismo e desigualdades sociais. In: MOURA, Ana Maria da Silva; LIMA, Carlos Alberto Medeiros. **Rio de Janeiro: Tempo – Espaço – Trabalho**. Rio de Janeiro: Edições Márcia Cristina Martins, 2002.

_____. Abolicionismo e visões de liberdade. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, ano 168, v. 437, p. 319-334, out./dez. 2007.

_____. Imprensa. In: MOTTA, Márcia; GUIMARÃES, Elione (Orgs.). **Propriedades e Disputas: Fontes para a História do Oitocentos**. Niterói: EDUFF, 2011.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Eduardo. **As camélias do Leblon e a abolição da escravatura: uma investigação de história cultural**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. As camélias da liberdade. **Revista Nossa História**, Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, n. 7, maio 2004.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Terra e Política no Rio de Janeiro na época da abolição. In: SILVA, Jaime; BIRMAN, Patrícia; WANDERLEY, Regina (Orgs.). **Cativeiro e liberdade**. Rio de Janeiro: UERJ, 1989.

SOARES, Orávio de Campos. A imprensa na Velha Província: 170 anos do Monitor Campista – O terceiro jornal mais antigo do país e a morte misteriosa do jornalista Francisco José Alypio. In: **Anuário Internacional de Comunicação Lusófona**, v. 2, n. 1, 2004.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOFFIATI, Arthur. Os canais de navegação do século XIX no Norte Fluminense. **Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego**, Campos dos Goytacazes, v. 1, n. 2, p. 13-23, jul./ dez. 2007.

SOUZA, Eliezer Felix. A imprensa como fonte para pesquisa em história e educação. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS, 8., 2009, Campinas, SP. **Anais eletrônicos...** Campinas, SP: UNICAMP, 2009. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/trabalhos.html>. Acesso em: 30 nov. 2011.

THOMPSON, E. P. **¿La sociedad inglesa del siglo XVIII: Lucha de classes sin classes?** [S.l.: S.n.], 1979.

_____. **A economia moral da multidão inglesa no século XVIII**. [S.l.: S.n.], 1998.

TOPLIN, Robert. **The abolition of slavery in Brazil**. New York: Atheneum, 1975.

VAINFAS, Ronaldo. História das mentalidades e História cultural. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História: ensaios da teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

WEHLING, Arno. O açúcar fluminense na recuperação agrícola do Brasil. **RIHGB**, n. 337, out./dez., 1982.



Papel Supremo 250g/m² com laminação fosca(capa)
Offset 90g/m² (miolo)

Tipologia Clarendon Condensed (capa)
New Century Schoolbook (miolo)

Formato 17 x 24 cm (com orelhas de 7 cm)

Tiragem 500

Impressão Globalprint Editora Gráfica LTDA - ME.
Tel.: (31) 3198 1100